ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 213

Brasília - DF, segunda-feira, 7 de novembro de 2016

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 6
Ministério da Cultura 14
Ministério da Educação 16
Ministério da Fazenda 16
Ministério da Integração Nacional 22
Ministério da Justiça e Cidadania 23
Ministério da Saúde 44
Ministério das Cidades 61
Ministério de Minas e Energia 61
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário 66
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 67
Ministério do Esporte 68
Ministério do Meio Ambiente 68
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 69
Ministério do Trabalho 70
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 71
Ministério Público da União 74
Tribunal de Contas da União 76
Defensoria Pública da União 123
Poder Legislativo 123
Poder Judiciário 124
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 124

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.896, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera o Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, remaneja funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores-DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na forma do Anexo I, em decorrência do disposto no Decreto nº 8.785, de 10 de junho de 2016, as seguintes Funções Gratificadas - FG:

I - uma FG-1; e

II - uma FG-2.

Art. 2º Ficam remanejadas, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a SUDAM, na forma do Anexo II, em cumprimento à Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, as seguintes Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:

I - oito FCPE 101.2;

II - uma FCPE 101.1; e

III - oito FCPE 102.1.

Parágrafo único. Ficam extintos dezessete cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, conforme demonstrado no Anexo II.

Art. 3º O Anexo II ao Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, passa a vigorar na forma do Anexo III a este Decreto.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental da SUDAM por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental da SUDAM deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O Superintendente da SUDAM publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo II ao Decreto nº 8.275, de 2014, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 6º O Superintendente da SUDAM editará regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental da SUDAM, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, no prazo de sessenta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O regimento interno conterá o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da SUDAM.

Art. 7º O Superintendente da SUDAM poderá, mediante alteração do regimento interno, permutar cargos em comissão do Grupo DAS com FCPE desde que não sejam alteradas as unidades da estrutura organizacional básica especificadas na Tabela "a" do Anexo II ao Decreto nº 8.275, de 2014, e sejam mantidas as categorias, os níveis e os quantitativos previstos na Tabela "b" do Anexo II ao Decreto nº 8.275, de 2014, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 8º O Anexo I ao Decreto nº 8.275, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....
.....

III - .....

a) Procuradoria Federal;

....." (NR)

"Art. 13. À Procuradoria Federal junto à SUDAM, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, compete:

....." (NR)

Art. 9º Este Decreto entra em vigor em 6 de dezembro de 2016.

Art. 10. Fica revogado o Decreto nº 8.677, de 22 de fevereiro de 2016.

Brasília, 4 de novembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira
Helder Barbalho

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS EM DECORRÊNCIA DO DECRETO Nº 8.785, DE 10 DE JUNHO DE 2016, E SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REDUZIDO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE SUAS ENTIDADES VINCULADAS

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SUDAM PARA A SEGES/MP	
		QTD.	VALOR TOTAL
FG-1	0,20	1	0,20
FG-2	0,15	1	0,15
SALDO DO REMANEJAMENTO (a)		**2**	**0,35**
VALOR TOTAL DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE SUAS ENTIDADES VINCULADAS EM DECORRÊNCIA DO DECRETO Nº 8.785, DE 10 JUNHO DE 2016 (b)			**1,59**
SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE (c)			**0,50**
SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS (d)			**0,24**
SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (e = b - a - c - d)			**0,50**

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

REMANEJAMENTO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE E DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS EXTINTOS, DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM EM CUMPRIMENTO À LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

a) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO REMANEJADAS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES/MP PARA A SUDAM	
		QTD.	VALOR TOTAL
FCPE 101.2	0,76	8	6,08
FCPE 101.1	0,60	1	0,60
FCPE 102.1	0,60	8	4,80
TOTAL		**17**	**11,48**

b) DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO EXTINTOS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-2	1,27	8	10,16
DAS-1	1,00	9	9,00
TOTAL		**17**	**19,16**

ANEXO III

(Anexo II ao Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/FCPE/FG
	1	Superintendente	DAS 101.6
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	2		FG-1
	1		FG-2
Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.3
	1		FG-1
	1		FG-2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	2		FG-1
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E MARKETING INSTITUCIONAL	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2		FG-1
ASSESSORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1		FG-1
	1		FG-2
OUVIDORIA	1	Ouvidor	DAS 101.3
	1		FG-2
PROCURADORIA FEDERAL	1	Procurador-Chefe	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1		FG-1
AUDITORIA-GERAL	1	Auditor-Chefe	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1		FG-1
	1		FG-2
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1		FG-1
	1		FG-2
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	3		FG-1
Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1		FG-1
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1		FG-2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1		FG-1
Coordenação-Geral de Elaboração de Programas e Projetos Especiais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1		FG-1
	1		FG-2
Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1		FG-1
DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS E INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1		FG-1
	1		FG-2
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016110700002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1		FG-1
Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA	1	Chefe	DAS 101.2

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27	1	6,27
DAS 101.5	5,04	3	15,12	3	15,12
DAS 101.4	3,84	13	49,92	13	49,92
DAS 101.3	2,10	15	31,50	15	31,50
DAS 101.2	1,27	13	16,51	6	7,62
DAS 101.1	1,00	1	1,00	-	-
DAS 102.4	3,84	2	7,68	2	7,68
DAS 102.3	2,10	2	4,20	2	4,20
DAS 102.2	1,27	1	1,27	-	-
DAS 102.1	1,00	10	10,00	2	2,00
SUBTOTAL 1		**61**	**143,47**	**44**	**124,31**
FCPE 101.2	0,76	-	-	8	6,08
FCPE 101.1	0,60	-	-	1	0,60
FCPE 102.1	0,60	-	-	8	4,80
SUBTOTAL 2		**-**	**-**	**17**	**11,48**
FG-1	0,20	21	4,20	20	4,00
FG-2	0,15	10	1,50	9	1,35
SUBTOTAL 3		**31**	**5,70**	**29**	**5,35**
TOTAL		**92**	**149,17**	**90**	**141,14**

MINISTÉRIO DA CULTURA

DECRETO DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Cultural, resolve

ADMITIR,

na Ordem do Mérito Cultural, as seguintes personalidades que se distinguiram por suas relevantes contribuições prestadas à cultura do País:

I - na classe de Grã-Cruz:

NOEL DE MEDEIROS ROSA, Noel Rosa, **in memoriam**;
ERNESTO JOAQUIM MARIA DOS SANTOS, Donga, **in memoriam**;
MÍLTON DE OLIVEIRA ISMAEL SILVA, Ismael Silva, **in memoriam**;
JOSÉ DE RIBAMAR VIANA, Papete, **in memoriam**;
JOSÉ RIBAMAR FERREIRA, Ferreira Gullar; e
CLEMENTINA DE JESUS DA SILVA, Clementina de Jesus, **in memoriam**;

II - na classe de Comendador:

SILAS OLIVEIRA DE ASSUMPÇÃO, Silas de Oliveira, **in memoriam**;
NELSON MATTOS, Nelson Sargento;
CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA, Carlos Alberto Serpa de Oliveira;
ISAURA GARCIA, Isaurinha Garcia, **in memoriam**;
JORGE ARAGÃO DA CRUZ, Jorge Aragão;
ANNA MAE TAVARES BASTOS BARBOSA, Ana Mae Barbosa;
BEATRIZ MILHAZES, Beatriz Milhazes;
CARLOS AUGUSTO DE JESUS, Carlinhos de Jesus;
LUIZ ANTÔNIO FELICIANO MARCONDES, Neguinho da Beija-Flor;
FERNANDO FERREIRA MEIRELLES, Fernando Meirelles;
ABEL GOMES, Abel Gomes;
ANDREW ANDRUCHA WADDINGTON, Andrucha Waddington;
ROSA LÚCIA BENEDETTI MAGALHÃES, Rosa Magalhães;
FREDERICO SALAMONI GELLI, Fred Gelli;
MARCUS VINÍCIUS FAUSTINI, Marcos Faustini;
CARLOS ALBERTO VEREZA DE ALMEIDA, Carlos Vereza;
ANTÔNIO ALCYMAR MONTEIRO DOS SANTOS, Alcymar Monteiro;
MAURO PEREIRA DE MENDONÇA, Mauro Mendonça; e
JOVELINA FARIAS DELFORD, Jovelina Pérola Negra, **in memoriam**;

III - na classe de Cavaleiro:

RILDO ALEXANDRE BARRETO DA HORA, Rildo Hora;
RICARDO CRAVO ALBIN, Cravo Albin; e
ROSA MARIA ARAÚJO, Rosa Maria; e

IV - sem grau de classe:

GRUPO TEATRO DA LAJE;
FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO;
MARACATU FEMININO CORAÇÃO NAZARENO;
NEORAL GARCIAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA., Focus Cia de Dança;
MUSEU DO SAMBA; e
INSTITUTO RICARDO BRENNAND.

Brasília, 4 de novembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Marcelo Calero Faria Garcia

DECRETO DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Cultural, resolve

PROMOVER,

na Ordem do Mérito Cultural, as seguintes personalidades que se distinguiram por suas relevantes contribuições prestadas à cultura do País:

I - na classe de Grã-Cruz:

YVONNE LARA DA COSTA, Dona Yvonne Lara; e

II - na classe de Comendador:
VICENTE JOSÉ DE OLIVEIRA MUNIZ, Vik Muniz.

Brasília, 4 de novembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Marcelo Calero Faria Garcia

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 596, de 4 de novembro de 2016. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade".

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 4 de novembro de 2016

Entidade: AR CDL CUIABÁ, vinculada à SERASA CD, SERASA RFB e SERASA JUS
Processo nº: 00100.000275/2016-91, 00100.000279/2016-79 e 00100.000278/2016-24

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI- 149/2016, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CDL CUIABÁ, vinculada à SERASA CD, SERASA RFB e SERASA JUS, na cadeia da AC SERASA ACP, RFB e JUS, com instalação técnica localizada, na Avenida Getúlio Vargas, n° 750, Centro, Cuiabá/MT, CEP:78.005-370, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR DIGITALSAFE CERTIFICADORA DIGITAL, vinculada à AC VALID BRASIL
Processo nº: 00100.000234/2016-02

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI- 150/2016, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR DIGITALSAFE CERTIFICADORA DIGITAL, vinculada à AC VALID BRASIL, na cadeia da AC VALID, com instalação técnica localizada, na Rua Barão do Rio Branco, n° 359, sala 02, Vila Aurora I, Rondonópolis/MT, CEP: 78740-021, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR NAHYELLE e AR BETTER vinculada à AC VALID PLUS, AC VALID RFB e AC VALID BRASIL
Processo nº: 00100.000303/2014-16, 00100.000298/2012-71 e 00100.000297/2012-27

Acolhe-se o Parecer nº 105/2016/CGAF/DAFN/ITI, que opina pelo deferimento do pedido de credenciamento simplificado da AR NAHYELLE e AR BETTER vinculada à AC VALID PLUS, AC VALID RFB e AC VALID BRASIL, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 2.2.3.3.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR SEMPRE e AR INFOCOMEX vinculada à AC VALID PLUS, AC VALID SPB e VALID BRASIL
Processo nº: 00100.000303/2014-16, 00100.000240/2014-90 e 00100.000297/2012-27

Acolhe-se o Parecer nº 104/2016/CGAF/DAFN/ITI, que opina pelo deferimento do pedido de credenciamento simplificado da AR SEMPRE e AR INFOCOMEX vinculada à AC VALID PLUS, AC VALID SPB e VALID BRASIL, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 2.2.3.3.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS SECRETARIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

ESTABELECE CRITÉRIOS OPERACIONAIS À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07, DE 15 DE JULHO DE 2016, QUE CRIA A VERSÃO 1.0 DO DOCUMENTO REQUISITOS ADICIONAIS PARA ADERÊNCIA AOS PROGRAMAS DE RAÍZES CONFIÁVEIS DOS FORNECEDORES DE NAVEGADORES DE INTERNET (DOC-ICP-01.02).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - CG ICP-BRASIL, no exercício do cargo de Coordenador do referido Comitê, conforme previsão constante no art. 1º da Resolução nº 33 do Comitê Gestor da ICP-Brasil, de 21 de outubro de 2004, no uso das atribuições legais previstas nos incisos I, III, V e VI do art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001,

Considerando o Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil e fixa a competência, prevista no § 6º art. 2º, do Secretário-Executivo para coordená-lo na hipótese de ausência do Coordenador titular e suplente;

Considerando a necessidade do estabelecimento de um *modus operandi* com o objetivo de uniformizar e operacionalizar as determinações contidas na Instrução Normativa nº 07, de 15 de Julho de 2016, resolve:

Art. 1º As Autoridades Certificadoras deverão encaminhar à AC Raiz o Formulário de Solicitação de Adequação de Credenciamento devidamente preenchido, acompanhado da(s) respectiva(s) Política(s) de Certificado (PC), da Declaração de Práticas de Certificação (DPC) e da declaração de responsabilidade pela emissão de certificados.

§ 1º Cada Autoridade Certificadora será identificada pelo tipo de uso escolhido. As escolhas possíveis para cada AC estão identificadas no ADE-ICP-01.02.C (anexo).

§ 2º O Formulário deverá conter os tipos de certificados e de uso expressamente descritos no DOC-ICP-01.02, item 2, bem como a nomenclatura específica que a AC adotará para essa nova cadeia.

§ 3º A nomenclatura será composta pelo nome da Autoridade Certificadora já credenciada acrescido das siglas ou expressões designativas de cada tipo de uso, descritas no item 2.1 do DOC-ICP-01.02, à exceção do disposto no parágrafo único do art 2º desta Instrução Normativa

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 4º Todas as Autoridades de Registro encontram-se automaticamente habilitadas para a emissão de todos os certificados e tipos de uso habilitados pela AC ao qual se encontrem vinculadas.

§ 5º Na adequação de credenciamento, manter-se-ão os mesmos Prestadores de Serviços de Suporte de cada Autoridade Certificadora.

Art. 2º Antes de encaminhar o pedido descrito no art. 1º, deve a Autoridade Certificadora, mediante solicitação eletrônica encaminhada por seu representante legal, requisitar, no endereço cgnp@iti.gov.br, a geração do OID específico que será utilizado para aquela cadeia.

Parágrafo único. Aquelas Autoridades Certificadoras que emitam certificados para mais de um tipo de uso deverão encaminhar a documentação com o OID já utilizado e a nomenclatura atualmente em vigor com a expressa opção para o tipo de uso Assinatura Geral e Proteção de e-mail (S/MIME).

Art. 3º Após o protocolo da documentação completa descrita nos arts. 1º e 2º, o pedido será encaminhado à PFE/ITI, que sugerirá o seu recebimento mediante simples análise formal dos documentos enviados, além de atualizar o Cadastro Nacional de Nomenclaturas - CNN com a nova nomenclatura adotada, nos termos da Instrução Normativa nº 08, de 10 de agosto de 2016.

§ 1º Após a publicação do recebimento, assinada pelo Diretor-Presidente e disponibilizada no site institucional da AC Raiz, a AC já poderá emitir certificados para aquele tipo de uso solicitado.

§ 2º Os autos processuais gerados pela solicitação de adequação passarão a constituir o processo base de manutenção da Autoridade, devendo-se arquivar os processos atualmente utilizados quando a migração for completa.

Art. 4º A publicação do recebimento não implica em responsabilidade por parte da AC Raiz quanto a inobservância dos requisitos da ICP-Brasil.

Parágrafo único. Eventual desconformidade verificada acarretará a revogação dos certificados emitidos, cabendo, ainda, as penalidades previstas no DOC-ICP-09.

Art. 5º As Autoridades Certificadoras que desejem emitir certificado diferente daqueles já credenciados deverão obedecer, *ab initio*, às determinações contidas na Instrução Normativa nº 07, de 15 de Julho de 2016, bem como todas aquelas relacionadas à solicitação de credenciamento.

Art. 6º O Formulário de Solicitação de Adequação de Credenciamento, a declaração de responsabilidade e a lista de Autoridades Certificadoras abrangidas por esta Instrução Normativa encontram-se em anexo.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 235, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Estabelece, no âmbito dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e das Relações Exteriores - MRE, normas, diretrizes e procedimentos para a seleção, a designação e a atuação dos adidos agrícolas junto às missões diplomáticas brasileiras no exterior, na forma como dispõe o Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO e o MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 18, do Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008, e o que consta dos Processos nº 21000.038908/2016-31 e 21000.045000/2016-84, RESOLVEM:

Art. 1º Aprovar o presente Regulamento que tem por finalidade estabelecer, no âmbito dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e das Relações Exteriores - MRE, normas, diretrizes e procedimentos para a seleção, a designação e a atuação dos adidos agrícolas junto às missões diplomáticas brasileiras no exterior, na forma como dispõe o Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008.

Art. 2º As regras, procedimentos e requisitos para a seleção dos candidatos a adido agrícola serão definidos e divulgados em norma específica do MAPA, observados os requisitos do art. 2º do Decreto nº 6.464, de 2008.

Art. 3º Fica constituída Comissão de Seleção que coordenará o processo de escolha dos adidos agrícolas.

§ 1º A Comissão de Seleção será formada por um representante, titular e suplente, das seguintes unidades organizacionais:

I . do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA:

a) Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI/MAPA:

1. Titular: Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI/MAPA;

2. Suplente: Secretário Substituto da SRI/MAPA;

b) Secretaria-Executiva - SE/MAPA:

1. Titular: Diretor de Programa da Secretária Executiva - SE/MAPA;

2. Suplente: Corregedor da Corregedoria do MAPA - COR/SE

c) Escola Nacional de Gestão Agropecuária - ENAGRO/SE

1. Titular: Coordenador-Geral da Escola Nacional de Gestão Agropecuária - ENAGRO/SE;

2. Suplente: Coordenador-Geral Substituto da Escola Nacional de Gestão Agropecuária - ENAGRO/SE.

II. do Ministério das Relações Exteriores - MRE:

a) Titular: Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base - DPB; e

b) Suplente: Subchefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base - DPB.

§ 2º A Comissão de Seleção poderá requerer a indicação de representantes da Consultoria Jurídica e da Assessoria Especial de Controle Interno do MAPA para, em caráter permanente ou pontual, assessorarem os trabalhos da Comissão.

§ 3º A Comissão de Seleção também poderá solicitar a colaboração de servidores de outras áreas para apoiarem os trabalhos do processo seletivo.

§ 4º A Comissão de Seleção terá as seguintes atribuições:

I - orientar e acompanhar a execução de cada etapa do processo seletivo;

II - aprovar e fazer cumprir o calendário do processo seletivo;

III - entrevistar e avaliar os candidatos aptos às etapas finais do processo seletivo;

IV - receber, analisar e manifestar-se sobre recursos impetrados contra suas decisões;

V - homologar o resultado final do processo seletivo;

VI - organizar dossiê a ser submetido à deliberação do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a indicação dos candidatos, num máximo de 3 (três), considerados os mais aptos para cada posto;

VII - encaminhar para publicação o resultado final da seleção; e

VIII - elaborar e aprovar atas e relatórios, parciais e final, do processo seletivo.

Art. 4º Caberá a Comissão de Seleção selecionar os candidatos que comporão o Quadro de Acesso e elaborar Lista Tríplice para cada posto, com as indicações dos considerados mais aptos, para escolha do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 5º Os critérios de escolha do adido agrícola deverão considerar como fatores preponderantes a aptidão para a função, a experiência profissional, a avaliação psicológica e a proficiência no(s) idioma(s) estrangeiro(s) exigido(s).

Art. 6º O MAPA divulgará antecipadamente os prazos e as formas de inscrição dos interessados, assim como os requisitos necessários ou desejáveis para cada posto de adido agrícola.

Art. 7º O processo seletivo deverá ter início com a antecedência mínima necessária para que não haja interrupção das atividades do adido agrícola.

Art. 8º O inglês será o idioma exigido como requisito obrigatório para o Quadro de Acesso, nos termos de que trata o parágrafo único do Art. 2º do Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008.

§ 1º A Comissão de Seleção definirá outro(s) idioma(s) estrangeiro(s) desejáveis, quando da composição da lista tríplice, considerando o país onde os designados desempenharão suas missões, e as formas de comprovação de proficiência, conforme previsto no inciso IV do Art. 2º do Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008.

§2º Serão considerados desejáveis os idiomas oficiais adotados no local de atuação do adido agrícola.

Art. 9º As diretrizes, o conteúdo programático e a duração do curso de preparação para o exercício da missão de assessoramento em assuntos agrícolas, referido no inciso V do art. 2º do Decreto nº 6.464, de 2008, serão definidas de forma conjunta entre o MAPA e o MRE.

Parágrafo único. O conteúdo programático do curso deverá contemplar, em partes equitativas, matérias relacionadas às áreas de competência do MAPA e do MRE.

Art. 10. O Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Ministro de Estado das Relações Exteriores, em ato conjunto, definirão:

I - As missões diplomáticas do País no exterior que contarão com adidos agrícolas;

II - A quantidade de adidos por posto e/ou missão diplomática; e

III - Os países onde a atuação dos adidos agrícolas ocorrerá de forma cumulativa.

§ 1º Nos termos de articulação entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério das Relações Exteriores, o adido agrícola poderá exercer atividades pontuais em outros países.

§ 2º Caberá ao MRE dar ciência da designação do adido agrícola ao chefe da respectiva missão diplomática e, se for o caso, ao(s) chefe(s)da(s) missão(ões) diplomática(s) onde atuarão de forma cumulativa, para as providências necessárias.

Art. 11. A ampliação do número de postos de adidos agrícolas, observando o limite estabelecido no Art. 4º do Decreto nº 6.464/2008, será implantada observando:

I - Os atuais Postos em atividades junto às Missões Diplomáticas do Brasil em Buenos Aires, Bruxelas, Genebra, Moscou, Pequim, Pretória, Tóquio e Washington, que estão mantidos com possibilidade da ampliação do número de adidos em determinados postos;

II - Cronograma de Implantação de Postos, estabelecido conjuntamente pelo MAPA e MRE;

III - As disponibilidades orçamentárias e financeiras do MAPA para custear as atividades dos adidos agrícolas; e

IV - As disponibilidades de espaço físico nas Embaixadas e/ou Missões brasileiras no exterior definidas.

Parágrafo único. A contratação dos auxiliares locais e o compartilhamento das despesas nos imóveis das missões diplomáticas utilizados por adidos agrícolas ou por seus auxiliares locais serão regulamentados pelo MRE e pelo MAPA.

Art. 12. O servidor que tenha exercido a atividade de adido agrícola, terminada a missão, deverá retornar ao Brasil e permanecer no MAPA por dois anos.

Parágrafo único. Nos três primeiros meses após o retorno, o servidor público ficará lotado na SRI/MAPA, com vistas a elaborar o relatório previsto no art. 15 deste Regulamento.

Art. 13. O servidor que tenha exercido a atividade de adido agrícola não poderá ser novamente designado para nova missão antes de decorridos dois anos do término da missão anterior.

Art. 14. Para atender ao disposto no art. 17 do Decreto nº 6.464, de 2008, a SRI deverá estabelecer diretrizes e prioridades para o trabalho do adido agrícola, segundo os interesses do agronegócio brasileiro, em relação ao posto que ocupa.

Art. 15. A periodicidade na elaboração dos relatórios prevista no inciso XII do art. 7º do Decreto nº 6.464, de 2008, será definida pelo MAPA, de comum acordo com o MRE, devendo o adido agrícola, ao final de seu período de atuação, elaborar relatório final circunstanciado sobre o setor agropecuário do país ou bloco econômico, bem como das principais atividades desenvolvidas e resultados alcançados, incluindo recomendações para aprimoramento dos trabalhos no posto.

Art. 16. É dever do adido agrícola orientar e supervisionar o trabalho dos auxiliares locais contratados na forma prevista no art. 6º do Decreto nº 6.464, de 2008.

Art. 17. Se considerado necessário para o bom desempenho das funções do adido agrícola, o MAPA poderá custear-lhe curso de aprendizado e aprimoramento do idioma local.

Art. 18. A autorização prévia do MAPA, prevista no art. 11 do Decreto nº 6.464, de 2008, considera-se automaticamente concedida para os afastamentos destinados a localidades no âmbito de jurisdição da missão e desde que previamente autorizados pelo chefe da missão diplomática.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, a SRI deverá ser informada do afastamento ocorrido, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 19. Na expedição de correspondência de que trata o art. 12 do Decreto nº 6.464, de 2008, serão utilizados:

I - mala diplomática;

II - correios diplomáticos devidamente acreditados; e

III - meios eletrônicos que proporcionem segurança adequada nas comunicações.

Art. 20. O MAPA e o MRE, na esfera de suas respectivas competências, poderão editar as instruções complementares que se façam necessárias à aplicação deste Regulamento.

Art. 21. Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Interministerial MAPA/MRE nº 306, de 6 de maio de 2009.

BLAIRO MAGGI
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

JOSÉ SERRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 118, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 8.852, de 20 de setembro de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo 21000.042766/2016-15, resolve:

Art. 1º Submeter à consulta pública, pelo prazo de 30 (trinta dias), a contar da data da publicação desta Portaria, o projeto de Instrução Normativa, na forma do Anexo, que define os procedimentos de homologação, a estrutura básica e os requisitos mínimos do manual de procedimentos dos protocolos privados de rastreabilidade de adesão voluntária, relacionados à cadeia produtiva de animais e de produtos e subprodutos de animais domésticos, quando suas garantias forem utilizadas como base para certificação oficial brasileira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º As sugestões advindas da consulta pública de que trata o art. 1º desta Portaria, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas, por escrito, ao endereço: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Defesa Agropecuária, Coordenação Geral de Inteligência e Estratégia - Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo A, sala 238, CEP 70043-900, Brasília, DF, ou para o endereço eletrônico consulta.cgie@agricultura.gov.br.

Parágrafo único - o projeto de Instrução Normativa, objeto desta consulta, será disponibilizado na página eletrônica do MAPA e poderá ser acessado pelo endereço http://www.agricultura.gov.br/legislacao/consultas-publicas.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 12, de 20 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 22 de julho de 2016, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão no Estado de Mato Grosso do Sul, no item 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO, onde se lê:

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Campo Grande	28 a 31 + 34 a 35	28 a 36	28 a 36
Sidrolândia	28 a 35	28 a 36	28 a 36

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Campo Grande	28 a 31 + 34 a 35	28 a 36	28 a 36
Sidrolândia	28 a 35	28 a 36	28 a 36

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLO S TIPO 1	SOLO S TIPO 2	SOLO S TIPO 3
Campo Grande	28 a 34	28 a 36	28 a 36
Sidrolândia	28 a 34	28 a 36	28 a 36

leia-se

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Campo Grande	34 a 3	34 a 3	34 a 3
Sidrolândia	34 a 3	34 a 3	34 a 3

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Campo Grande	34 a 3	34 a 3	34 a 3
Sidrolândia	34 a 3	34 a 3	34 a 3

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLO S TIPO 1	SOLO S TIPO 2	SOLO S TIPO 3
Campo Grande	34 a 3	34 a 3	34 a 3
Sidrolândia	34 a 3	34 a 3	34 a 3

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 179, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo, no uso das atribuições contidas no Art. 44 do Anexo I do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010 e, tendo em vista o disposto no art. 2º do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, no Art. 4º da Lei 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no processo nº 21018.003149/2016-05, resolve:

Art. 1º Credenciar sob nº BR ES 0607 a empresa WS Fitossanidade e Tecnologia da Madeira Ltda - ME, CNPJ nº 23.186.858/0001-98, com sede a Fazenda Espíndula, Alto Rio Lamego, Distrito de Garrafão, Santa Maria de Jetibá - ES, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira, executar o seguinte tipo de tratamento: a) Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria, em caráter provisório, terá validade por 01 (um) ano, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIMMY HERLLEN SILVEIRA GOMES BARBOSA

PORTARIA Nº 180, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art.44, do Regimento interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e pela Portaria nº 692, de 2 de maio de 2016, publicada no DOU de 3 de maio de 2016, e considerando o (s) processos 21018.004770/2010-92 - 21018.001072/2016-21, resolve:

Art. 1º - Atualizar a Habilitação nº 028/ES concedida ao (a) Médico (a)Veterinário (a) LHILTON VARGAS JUNIOR inscrito (A) no CRMV ES nº 1312 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para aves nos municípios de Conceição do Castelo, Muniz Freire e Venda Nova do Imigrante, para as propriedades relacionadas no respectivo processo, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIMMY HERLLEN SILVEIRA GOMES BARBOSA



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 671, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

Aprova o Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências e altera o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências e o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto no inciso VIII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que atribui à Anatel a administração do espectro de radiofrequências e o uso de órbitas, expedindo as respectivas normas;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento de Fiscalização, aprovado pela Resolução nº 596, de 6 de agosto de 2012;

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012;

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 387, de 3 de novembro de 2004;

CONSIDERANDO a conveniência de uniformizar os procedimentos para a expedição de autorização de uso de radiofrequências;

CONSIDERANDO os comentários recebidos decorrentes da Consulta Pública nº 14, de 1º de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 3 de abril de 2014, e da Audiência Pública realizada em 21 de maio de 2014;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 812, de 27 de outubro de 2016;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.000680/2008-52, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo I a esta Resolução, o Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências.

Art. 2º Revogar a Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2001.

Art. 3º Alterar, na forma do Anexo II a esta Resolução, o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 387, de 3 de novembro de 2004.

Art. 4º Alterar, na forma do Anexo III a esta Resolução, o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 589, de 3 de novembro de 2012.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ANEXO I

REGULAMENTO DE USO DO ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIAS

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º Este Regulamento disciplina e estabelece os parâmetros gerais de administração, condições de uso, autorização e controle de radiofrequências, em território nacional, incluindo o espaço aéreo e águas territoriais, em conformidade com o disposto no art. 1º, parágrafo único, art. 19, incisos VIII e IX, e demais disposições pertinentes da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), observados, ainda, os tratados, acordos e atos internacionais subscritos pela República Federativa do Brasil e ratificados pelo Congresso Nacional.

§ 1º Os princípios que norteiam este Regulamento são:

I - a constatação de que o espectro de radiofrequências é um recurso limitado, constituindo-se em bem público, administrado pela Agência;

II - a utilização eficiente e adequada do espectro;

III - o emprego racional e econômico do espectro;

IV - a ampliação do uso de redes e serviços de telecomunicações; e,

V - a autorização para o uso de radiofrequências a título oneroso.

§ 2º Este Regulamento não trata dos seguintes casos de uso de radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências, que não dependem de autorização da Anatel:

I - aplicações com fins industriais, científicos e médicos (ISM - Industrial, Scientific and Medical); e,

II - aplicações das forças armadas brasileiras, em faixas destinadas exclusivamente a fins militares.

§ 3º A utilização de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências poderá ser permitida de forma diversa da prevista neste Regulamento nos seguintes casos, tratados em regulamentos específicos:

I - aplicações em equipamentos de radiocomunicação de radiação restrita;

II - autorização de radiofrequência para uso temporário ou para fins científicos ou experimentais; e,

III - autorização de radiofrequência associada ao direito de exploração de satélite.

§ 4º Nos casos citados nos §§ 2º e 3º, aplicam-se subsidiariamente os preceitos deste Regulamento, em particular em casos de interferências prejudiciais, inclusive naquelas entre sistemas terrestres e espaciais.

Art. 2º A regulamentação do uso de radiofrequências tem como objetivos principais:

I - promover o desenvolvimento nacional, especialmente da exploração de serviços de telecomunicações e de radiodifusão;

II - garantir o acesso de toda a população aos serviços de telecomunicações e de radiodifusão;

III - democratizar o acesso ao espectro de radiofrequências, em estímulo ao desenvolvimento social e econômico;

IV - servir à segurança e à defesa nacionais;

V - viabilizar a exploração de serviços de informação e entretenimento educacional, geral e de interesse público; e,

VI - permitir o desenvolvimento de pesquisa científica.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos deste Regulamento, além das definições constantes da legislação e da regulamentação, aplicam-se as seguintes definições:

I - área de cobertura: espaço geográfico no qual uma estação pode ser atendida ou se comunicar com outra estação, componente da mesma rede;

II - área de coordenação: área geográfica dentro da qual os interessados devem efetuar coordenação com o objetivo de evitar interferências prejudiciais;

III - atribuição (de uma faixa de radiofrequências): inscrição de uma dada faixa de radiofrequências na tabela de atribuição de faixas de radiofrequências, com o propósito de usá-la, sob condições específicas, por um ou mais serviços de radiocomunicação terrestre ou espacial convencionados pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), ou por serviços de radioastronomia;

IV - autorização (de uso de radiofrequências): ato administrativo vinculado, associado à concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de telecomunicações ou de radiodifusão, que confere ao interessado, por prazo determinado, o direito de uso de radiofrequências;

V - banco de dados técnicos e administrativos (BDTA): banco de dados mantido pela Anatel que contém as informações técnicas e administrativas relevantes sobre a exploração dos serviços de radiocomunicação e a utilização de radiofrequências no território nacional;

VI - bloco de radiofrequências: segmento de uma faixa de radiofrequências voltado à transmissão de sinais de radiocomunicação, caracterizado por uma radiofrequência inicial do bloco e uma radiofrequência final do bloco;

VII - canal de radiofrequências: segmento de uma faixa de radiofrequências voltado à transmissão de sinais de radiocomunicação, caracterizado por uma ou mais radiofrequências portadoras;

VIII - compartilhamento: uso de uma radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências por mais de um explorador de serviço de radiocomunicação na mesma área geográfica, ao mesmo tempo ou não, sem interferência prejudicial entre eles;

IX - consignação (de uma radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências): procedimento administrativo da Anatel que vincula o uso de uma radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências, sob condições específicas, a uma estação de radiocomunicações no momento de seu licenciamento;

X - coordenação: procedimento que visa tornar viável o uso, por mais de um interessado, de radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências de forma a prevenir ou corrigir a ocorrência de interferência prejudicial entre as estações;

XI - destinação (de uma faixa de radiofrequências): inscrição de um ou mais sistemas ou serviços de telecomunicações ou de radiodifusão, segundo classificação da Anatel, no plano de destinação de faixas de radiofrequências editado pela Anatel, que vincula a exploração desses serviços à utilização de determinadas faixas de radiofrequências, sem contrariar a atribuição estabelecida;

XII - distribuição (de uma radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências): inscrição de uma radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências para uma determinada área geográfica em um plano de distribuição editado pela Anatel, sem contrariar a atribuição e a destinação estabelecidas;

XIII - emissão: radiação produzida por uma estação transmissora de ondas de rádio, para fins de radiocomunicação;

XIV - espectro de radiofrequências: bem público, de fruição limitada, administrado pela Anatel, correspondente ao espectro eletromagnético abaixo de 3000 GHz, cujas ondas eletromagnéticas se propagam no espaço sem guia artificial e que é, do ponto de vista do conhecimento tecnológico atual, passível de uso por sistemas de radiocomunicação;

XV - estação (transmissora) de radiocomunicação: conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, seus acessórios e periféricos que emitem radiofrequências e, quando for o caso, as instalações cuja finalidade é abrigar esses equipamentos;

XVI - exploração industrial: situação na qual uma prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo contrata a utilização de recursos integrantes da rede de outra prestadora de serviços de telecomunicações para constituição de sua rede de serviço;

XVII - faixa de radiofrequências: segmento do espectro de radiofrequências;

XVIII - interessado: pessoa física ou jurídica que utilize ou pretenda utilizar-se de radiofrequências;

XIX - interferência prejudicial: qualquer emissão, radiação ou indução que obstrua, degrade, interrompa repetidamente ou possa vir a comprometer a qualidade da comunicação;

XX - largura de faixa ocupada: largura da faixa de radiofrequências ocupada por uma determinada emissão, caracterizada por um limite inferior e um limite superior de radiofrequência, em que as potências médias fora desses limites devem ser de, no máximo, 0,5% (cinco décimos percentuais) da potência média total da referida emissão;

XXI - licença (para funcionamento de estação): é o ato administrativo que autoriza o início do funcionamento de estação em nome da concessionária, permissionária e autorizada de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequências;

XXII - ondas de rádio: ondas eletromagnéticas de frequências arbitrárias abaixo de 3000 GHz, propagadas no espaço sem guia artificial;

XXIII - radiação: fluxo de energia liberado sob a forma de ondas de rádio, por uma fonte qualquer;

XXIV - radiocomunicação: telecomunicação que utiliza radiofrequências não confinadas a fios, cabos ou outros meios físicos;

XXV - radiodifusão: radiocomunicação destinada a ser direta e livremente recebida pelo público em geral, que pode incluir a transmissão de sons, imagens ou dados.

XXVI - serviço de radiocomunicação: serviço definido pelo Regulamento de Radiocomunicação da União Internacional de Telecomunicações (UIT), envolvendo a transmissão, emissão ou recepção de ondas de rádio para fins específicos de exploração de serviços de telecomunicações prestados em regime público ou em regime privado ou de serviços de radiodifusão;

XXVII - telecomunicação: transmissão, emissão ou recepção por fio, radiação, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético, de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza;

XXVIII - uso em caráter primário: uso de radiofrequências caracterizado pelo direito à proteção contra interferência prejudicial;

XXIX - uso em caráter secundário: uso de radiofrequências caracterizado pelo direito à proteção contra interferência prejudicial, exceto quando proveniente do uso em caráter primário, ou uso subsidiário de radiofrequências associado a contrato de exploração industrial;

XXX - uso exclusivo: hipótese em que uma autorização confere ao interessado o direito de utilizar-se de uma radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências, sem compartilhamento e em caráter primário, numa determinada área geográfica, durante um determinado período de tempo; e,

XXXI - uso não exclusivo: hipótese em que uma autorização confere ao interessado o direito de utilizar-se de uma radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências, com compartilhamento e em caráter primário ou secundário, na mesma área geográfica.

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A Anatel, no exercício da função de administração do uso de radiofrequências, pode modificar motivadamente a atribuição, destinação e distribuição de radiofrequências ou faixas de radiofrequências, bem como suas autorizações e consignações e as respectivas condições de uso de radiofrequências.

Parágrafo único. A Anatel deve fixar prazo adequado e razoável para a efetivação da mudança prevista no caput, observado o disposto no art. 12 deste Regulamento.

Art. 5º A Anatel pode exigir dos interessados, visando ao melhor aproveitamento na utilização das radiofrequências, sem prejuízo de outras medidas de interesse público:

I - a comprovação periódica do efetivo uso de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências, nos termos da autorização ou da consignação;

II - o emprego de técnicas específicas;

III - a certificação dos equipamentos de radiocomunicação utilizados;

IV - a utilização de valores de potência de transmissão inferiores ao máximo permitido, associados a antenas de maior ganho;

V - as características mínimas de projeto; e,

VI - a realização de coordenação.

CAPÍTULO II

DA ATRIBUIÇÃO, DESTINAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FAIXAS DE RADIOFREQUÊNCIAS NO BRASIL

Art. 6º A Anatel, ao atribuir, destinar ou distribuir faixas de radiofrequências, deve observar:

I - o interesse público;

II - o disposto em tratados, acordos e atos internacionais subscritos pelo Brasil e ratificados pelo Congresso Nacional; e,

III - as destinações, distribuições e consignações preexistentes.

Parágrafo único. Todas as emissões que possam extrapolar a fronteira do território nacional devem estar de acordo com as normas constantes dos tratados, acordos e atos internacionais subscritos pelo Brasil e ratificados pelo Congresso Nacional.

Art. 7º A Anatel deve manter e, sempre que necessário, atualizar o Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil, considerando as resoluções de destinação e de acordo com o disposto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. A utilização de radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências é condicionada à existência de prévia atribuição, a serviço de radiocomunicação, e destinação, a serviço de telecomunicações, de radiodifusão ou a aplicação, compatíveis com o uso pretendido.

Art. 8º Na elaboração e atualização do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil, a Anatel deve ter por objetivo:

I - o emprego racional, econômico e eficiente das radiofrequências;

II - evitar interferência prejudicial;

III - viabilizar o surgimento de novos serviços e aplicações; e,

IV - promover a justa competição no setor de telecomunicações.

Art. 9º A Anatel pode restringir o emprego de determinada radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências, levando em consideração os mesmos critérios e objetivos previstos no art. 6º e no art. 8º.

CAPÍTULO III

DA CANALIZAÇÃO E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS

Art. 10. O uso de radiofrequências deve ser condicionado à sua compatibilidade com a atividade ou o serviço a ser explorado, particularmente no tocante à potência, à largura de faixa ocupada e à técnica empregada.

Art. 11. Para especificar ou complementar o estabelecido neste Regulamento, a Anatel pode editar regulamentos de canalização e condições específicas de uso de radiofrequências.

Art. 12. Caso o regulamento ou norma de canalização e condições específicas de uso de radiofrequências venha a alterar as condições de uso de radiofrequências utilizadas por estações regularmente autorizadas e licenciadas, a Anatel deve estabelecer prazo não inferior a 6 (seis) meses e não superior a 8 (oito) anos para a adequação do funcionamento dessas estações.

§ 1º Antes do término do prazo de que trata o caput, os interessados na utilização das radiofrequências, faixas ou canais de radiofrequências que já estejam sendo utilizadas por terceiros sem atender às novas condições estabelecidas, poderão negociar a substituição ou remanejamento do sistema de radiocomunicação.

§ 2º A Anatel pode, por meio de regulamento de canalização e condições específicas de uso de radiofrequências, ou por meio de regulamento específico de serviço de radiocomunicação, estabelecer que a substituição ou o remanejamento dos sistemas de radiocomunicação mencionados no § 1º sejam compulsórios.

§ 3º Decorrido o prazo estabelecido na forma do caput e em função das características dos novos sistemas ou serviços a que a faixa de radiofrequências está destinada, a Anatel pode autorizar ou manter a operação, em caráter secundário, pelo prazo remanescente da autorização, desde que comprovada a possibilidade de convivência sem prejuízo aos autorizados nas novas condições.

§ 4º Caso a Anatel decida por não autorizar a operação das estações em caráter secundário, nos termos do § 3º, a continuidade da operação configurará uso não autorizado de radiofrequências.

§ 5º O prazo de que trata o caput pode ser reduzido nos casos em que o uso da radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências não esteja em conformidade com os critérios de eficiência estabelecidos pela Anatel, observado o devido processo para a verificação da ineficiência.

Art. 13. O interessado pode propor à Anatel a alteração de regulamento ou de norma de canalização ou de condições específicas de uso de radiofrequências, em determinada área geográfica, visando à:

I - modificação na canalização;

II - modificação das características técnicas ou condições de uso das radiofrequências; ou,

III - modificação no Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil.

Parágrafo único. A proposta referida no caput deverá ser acompanhada de justificativa devidamente fundamentada.

Art. 14. Podem ser permitidas, mediante anuência prévia, a partir de fundamentação técnica submetida às áreas competentes da Anatel, observando o interesse público e a ordem econômica, a exploração industrial de rede de acesso por rádio e a exploração industrial de radiofrequências entre concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações, desde que atendidas as condições mencionadas neste Regulamento.

TÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. O uso de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências, tendo ou não caráter de exclusividade, dependerá de prévia outorga da Anatel, mediante autorização, salvo o disposto no inciso II do § 2º e no inciso I do § 3º do art. 1º.

Art. 16. A exploração de serviço de telecomunicações, em regime público ou privado, bem como a exploração de serviço de radiodifusão, requer autorização de uso de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências quando necessária à adequada exploração do serviço, observado o disposto no Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil, nos regulamentos e normas de canalização e condições específicas de uso de radiofrequências e nos regulamentos dos serviços.

§ 1º A autorização prevista no caput é condicionada à efetiva disponibilidade de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências que for necessária à exploração do serviço e não exime a exploradora dos serviços de telecomunicações prestados em regime público ou em regime privado ou dos serviços de radiodifusão do pagamento do preço público pelo uso de radiofrequências, conforme estabelecido no Capítulo IV deste Título III.

§ 2º Havendo destinação de faixas de radiofrequências a determinados serviços de telecomunicações ou de radiodifusão, o uso de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências só pode ser autorizado às exploradoras desses mesmos serviços.

§ 3º Respeitada a destinação da faixa de radiofrequências para serviços de telecomunicações ou de radiodifusão em caráter primário, a autorização de uso de radiofrequências pode ser conferida também em caráter secundário.

§ 4º Os limites de quantidade de espectro estabelecidos na regulamentação ou em editais de licitação considerarão apenas as autorizações de uso de radiofrequência em caráter primário de um mesmo grupo econômico.

§ 5º O disposto no § 2º não se aplica aos exploradores de Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais ou para o uso temporário de radiofrequências.

§ 6º Inexistindo disponibilidade de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências para todos os exploradores do serviço em questão, deverá ser observado o disposto na Seção IV do Capítulo II deste Título III.

§ 7º A extinção da autorização de uso de radiofrequências, quando esta for imprescindível para a exploração do serviço de telecomunicações, importa na cassação da autorização do serviço.

Art. 17. Nenhuma autorização será negada pela Anatel, salvo se atingida a plena ocupação do espectro de radiofrequência imposta por razões técnicas, ou para evitar o comprometimento da utilização do espectro de radiofrequência, ou por motivo relevante, em decisão fundamentada, com indicação das razões de fato e de direito sobre as quais se apoia.

Art. 18. Visando promover e preservar a justa e ampla competição e impedir a concentração econômica do mercado, a Anatel pode estabelecer restrições, limites ou condições a interessados no uso de radiofrequências quanto à obtenção, prorrogação de prazo e transferência de autorização.

Art. 19. Antes do início da utilização efetiva das radiofrequências autorizadas em caráter primário, poderá ser autorizado o uso de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências em caráter secundário, a título oneroso, salvo quando houver vedação prevista no regulamento de condições de uso da faixa de radiofrequências ou no instrumento licitatório, observadas as condições estabelecidas nos parágrafos seguintes.

§ 1º A autorização prevista no caput deste artigo é condicionada ao pagamento do preço público pelo direito de uso de radiofrequências, conforme estabelecido no Capítulo IV deste Título III.

§ 2º Nas áreas onde houver titular de autorização de radiofrequências em caráter primário com compromissos de cobertura, somente será autorizado o uso de radiofrequência em caráter secundário aos interessados mediante prévio acordo do titular da autorização em caráter primário.

§ 3º Nas áreas onde houver titular de autorização de radiofrequências em caráter primário sem compromissos de cobertura, poderá ser autorizado o uso de radiofrequência em caráter secundário aos interessados mediante prévia notificação de suas intenções ao titular de autorização em caráter primário.

§ 4º Transcorridos 90 (noventa) dias da notificação referida no § 3º e não havendo resposta do titular de autorização em caráter primário ou a resposta não contiver prazo específico para início da utilização efetiva das radiofrequências, pode ser autorizado o uso de radiofrequências em caráter secundário pelo prazo máximo definido neste Regulamento.

§ 5º Havendo resposta do titular de autorização em caráter primário no prazo de 90 (noventa) dias da notificação referida no § 3º, especificando a data de início da utilização efetiva das radiofrequências, fica este obrigado a informar à Anatel e atender, na data prevista, a área objeto da solicitação nas faixas de radiofrequências em questão.

§ 6º Na hipótese prevista no § 5º, o uso de radiofrequência em caráter secundário pode ser autorizado até a data de início da utilização efetiva das radiofrequências informada, ou pelo prazo máximo definido neste Regulamento quando verificado que não há limitação técnica para utilização da radiofrequência por ambos.

§ 7º Na hipótese a que se refere o § 4º, o titular da autorização em caráter primário que decida utilizar radiofrequência já utilizada por autorizado em caráter secundário na mesma área deve negociar as condições de uso compartilhado das radiofrequências antes do uso da respectiva radiofrequência, nas condições estabelecidas no art. 14.

§ 8º Na hipótese das negociações a que se refere o § 7º não resultarem em acordo, o titular da autorização de uso de radiofrequências em caráter primário informará à Anatel o prazo, não inferior a 6 (seis) meses, para o início da utilização em caráter primário, sem prejuízo do disposto no art. 45, ficando o titular da autorização de uso de radiofrequências em caráter primário obrigado a, nesse mesmo prazo, atender a área objeto da negativa de acordo nas faixas de radiofrequências em questão.

§ 9º É assegurado ao titular de autorização em caráter secundário o direito de usar as radiofrequências até o início da efetiva utilização pelo titular da autorização em caráter primário.

§ 10. Nas hipóteses previstas nos §§ 5º e 8º, fica a titular da autorização em caráter primário obrigada a encaminhar à Anatel, até o dia 31 de janeiro de cada ano, documentação que comprove as entradas em operação realizadas no ano anterior, contendo, no mínimo, indicação das radiofrequências utilizadas, localidade, Estação(ões) Rádio Base utilizada(s), conforme licenciamento junto à Agência, e relatório de tráfego da(s) mesma(s).

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO PARA A AUTORIZAÇÃO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS

Seção I

Do Processo Administrativo Precedente

Art. 20. A autorização de uso de radiofrequências pela Anatel deve ser precedida da realização de processo administrativo, observada a regulamentação aplicável aos serviços de telecomunicações prestados em regime público ou em regime privado ou aos serviços de radiodifusão, no que couber, que pode compreender as seguintes etapas:

I - requerimento de uso de radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências, nos termos da Seção II deste Capítulo II;

II - realização de licitação na forma da Seção IV deste Capítulo II ou procedimento que justifique a inexigibilidade na forma da Seção III deste Capítulo II;

III - autorização e consignação das radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências, na forma da Seção V deste Capítulo II; e,

IV - emissão de licença para funcionamento de estação.

§ 1º A Anatel, com o objetivo de promover o desenvolvimento das telecomunicações no País, fomentar a competição e promover a universalização, pode proceder à licitação de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências, sem que essa iniciativa esteja associada à solicitação formal de algum interessado no seu uso.

§ 2º Na hipótese do inciso II, o requerimento a ser apresentado pelos vencedores da licitação tem como objeto apenas a solicitação da autorização e consignação das radiofrequências envolvidas e o licenciamento das estações.

§ 3º As etapas do processo administrativo precedente à autorização de uso de radiofrequências descritas neste artigo serão realizadas preferencialmente na forma eletrônica, quando disponibilizado o respectivo sistema pela Anatel.

Seção II

Do Requerimento de Uso de Radiofrquências

Art. 21. Os interessados no uso de radiofrequências devem encaminhar à Anatel requerimento contendo:

I - o nome, a razão social ou a denominação do interessado;

II - o serviço de telecomunicações prestado em regime público ou em regime privado ou o serviço de radiodifusão ao qual o uso de radiofrequências estará associado;

III - a indicação das radiofrequências, canal ou faixa de radiofrequências cuja utilização for requerida; e,

IV - resumo de projeto técnico viável e compatível com os regulamentos editados pela Anatel, quando exigido pela regulamentação específica do serviço.

§ 1º A Anatel pode demandar ao requerente informações adicionais referentes ao projeto técnico.

§ 2º O interessado no uso de radiofrequências previsto no art. 19 deve, no requerimento, indicar expressamente a aplicação desse artigo e anexar a notificação prevista no § 3º do art. 19 e sua resposta, quando aplicável.

§ 3º As informações do requerimento de uso de radiofrequências para o serviço de radiodifusão são definidas pelo órgão concedente.

Art. 22. O interessado deve manter em seu poder e colocar à disposição da Anatel a qualquer tempo, instrumento de acordo particular de coordenação, quando necessário, firmado por todos os autorizados em operação na área de coordenação.

§ 1º Cabe aos interessados arcar com custos necessários para a eliminação de eventual interferência prejudicial.

§ 2º Para efeitos do disposto neste artigo, consideram-se autorizados em operação aqueles operando no mesmo bloco de radiofrequências ou em blocos adjacentes, estejam eles na mesma área geográfica ou em áreas geográficas limítrofes.

§ 3º Sempre que a área de coordenação envolver território estrangeiro, devem ser respeitados os procedimentos contidos nos acordos e atos internacionais subscritos pelo Brasil e internalizados pela administração brasileira.

Art. 23. Para a elaboração do requerimento de uso de radiofrequências ou para efeito de coordenação, os interessados devem consultar o Banco de Dados Técnicos e Administrativos, disponível no sítio da Anatel, na Internet.

Art. 24. O requerimento de uso de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências deve ser encaminhado à superintendência da Anatel competente para a expedição de outorgas de serviços e de autorizações de uso de radiofrequências.

Art. 25. O interessado que já possua autorização para uso de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências somente pode requerer nova autorização para:

I - expansão da área de cobertura da autorização associada ao serviço de telecomunicações; ou,

II - expansão da rede de radiocomunicação.

§ 1º Na hipótese regulada pelo inciso II, pode ser solicitada do interessado a comprovação do uso eficiente da radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências já consignado, nos termos do Regulamento para Avaliação da Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequência, quando aplicável.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo, o requerimento deve atender ao disposto no art. 21 e no art. 22.

Seção III

Da Instrução do Processo

Art. 26. O requerimento deve estar em conformidade com o disposto neste Regulamento, com o estabelecido no Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil, com as disposições de planos básicos de distribuição de canais de radiofrequências em determinada área geográfica e com regulamentos e normas de canalização e condições específicas de uso de radiofrequências.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Subseção I

Autorização com Dispensa de Chamamento Público

Art. 27. Sempre que o requerimento apresentado pelo interessado estiver em conformidade com a regulamentação, a autorização de uso das radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências dar-se-á sem a necessidade da realização de chamamento público, quando se configurarem as seguintes situações:

I - autorização de uso não exclusivo, em caráter secundário, com compartilhamento no espaço e no tempo;

II - autorização de uso não exclusivo e em caráter primário, com a verificação prévia de que não há limitação técnica para utilização da radiofrequência por todos que manifestem interesse; ou,

III - associação de faixa de radiofrequências já detida pelo interessado na mesma área, a outro serviço de telecomunicações de interesse coletivo para a qual a faixa esteja destinada.

§ 1º A Anatel pode emitir regulamentação específica estabelecendo critérios que facilitem identificar as situações em que se aplica o inciso II.

§ 2º A aplicação do inciso II dependerá de comprovação da coordenação com os possíveis interessados ou de comprovação da dispensa da necessidade de coordenação.

Art. 28 Na hipótese do art. 27, a Anatel deve providenciar a devida anotação no Banco de Dados Técnicos e Administrativos, indicando tratar-se de radiofrequência em processo de autorização, e avaliar a sua disponibilidade técnica, nas condições de utilização pretendidas pelo interessado.

Art. 29 Constatada a disponibilidade técnica, a Anatel deve proceder a autorização e a consignação das radiofrequências, canal ou faixa de radiofrequências, na forma da Seção V deste Capítulo II.

Subseção II

Autorização com Chamamento Público

Art. 30. Por interesse da Administração, verificada a conformidade do requerimento apresentado pelo interessado e não se configurando a hipótese do art. 27, a Anatel deve realizar Chamamento Público, nos termos do disposto no Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e de Uso de Radiofrequências.

Art. 31. Do instrumento de convocação do chamamento público devem constar:

I - as radiofrequências, canal ou faixa de radiofrequências demandados;

II - a descrição da abrangência geográfica da utilização das radiofrequências, canal ou faixa de radiofrequência demandados; e,

III - o prazo, não inferior a 10 (dez) dias, contados da publicação do chamamento público, para a manifestação do interesse ou da oposição quanto ao uso da mesma radiofrequência, canal ou faixa de radiofrequências.

§ 1º A critério da Anatel, podem constar outras informações no instrumento de convocação.

§ 2º A oposição referida no inciso III deve ser acompanhada das descrições e provas necessárias para sua aferição.

Art. 32. Havendo qualquer manifestação de interesse no uso de radiofrequência, canal ou faixa de radiofrequências, submetida ao chamamento público e na hipótese de haver limitação técnica para atendimento a todos os interessados, a Anatel deve proceder à sua licitação, nos termos do disposto na Seção IV deste Capítulo II.

Parágrafo único. O objeto da licitação, na hipótese do caput, será o uso de radiofrequências, canal ou faixa de radiofrequências caracterizado por uma latitude e longitude e um determinado raio em torno das coordenadas, ou área geográfica definida para exploração do serviço de telecomunicações.

Art. 33. Havendo manifestação de oposição, a Anatel deve conceder prazo de 10 (dez) dias úteis para que os interessados promovam acordo de coordenação.

§ 1º O prazo mencionado no caput pode ser prorrogado pela Agência caso se mostre insuficiente para conclusão da coordenação.

§ 2º Inexistindo acordo entre os interessados no prazo indicado no caput, a Anatel, por provocação de uma das partes, deve decidir se as radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências podem ser autorizados nas condições apresentadas no requerimento do interessado.

Art. 34. Quando a área de coordenação incluir território estrangeiro, o interessado deve respeitar os procedimentos contidos nos acordos e atos internacionais subscritos pelo Brasil e ratificados pelo Congresso Nacional.

Art. 35. A manifestação do interesse ou da oposição quanto ao uso das radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências com o objetivo de contrariar a livre competição sujeita os autores da manifestação às penalidades administrativas, que serão determinadas em função da gravidade do caso, dos danos resultantes para a administração do espectro de radiofrequências e da vantagem auferida pelo infrator, observadas as disposições do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas.

Seção IV

Da Licitação do Direito de Uso de Radiofrequências

Art. 36. Havendo limitação técnica ao uso das radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências e ocorrendo manifestações de interesse na utilização superior ao comportado, a sua autorização depende de licitação, na forma e condições estabelecidas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

§ 1º Toda pessoa natural ou jurídica pode recorrer, nos termos do Regimento Interno da Anatel, contra a expedição de autorização e consignação sem prévia licitação.

§ 2º A Anatel, observado o interesse público relevante, pode reservar faixas ou subfaixas de radiofrequências para:

I - atendimento a projetos de inclusão social e digital;

II - utilização por órgãos de segurança pública e defesa civil; ou,

III - fins exclusivamente militares.

Art. 37. As licitações do direito de uso de radiofrequências devem obedecer aos procedimentos previstos no Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e Uso de Radiofrequências e às disposições constantes deste Regulamento.

Art. 38. O julgamento das licitações do direito de uso de radiofrequências deve considerar, entre outros, aos seguintes critérios, isolada ou conjuntamente:

I - maior oferta de preço público pelo direito de uso de radiofrequências;

II - maior oferta de atendimento, considerando:

a) maior área de cobertura;

b) cobertura de áreas além da obrigação contida nos compromisso de abrangência; e,

c) cobertura de áreas ocupadas por comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

III - melhor qualidade do uso, considerando:

a) melhor aproveitamento ou menor comprometimento relativo das radiofrequências, conforme regulado pelo art. 39; e,

b) preferência dos serviços de interesse coletivo sobre os serviços de interesse restrito.

IV - menor tempo para atendimento dos compromissos assumidos na licitação;

V - menor preço ou tarifa oferecida ao usuário;

VI - melhor atendimento a projetos de inclusão digital e social;

VII - maior compromisso no investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica no Brasil;

VIII - melhores condições de compartilhamento das radiofrequências licitadas;

IX - melhor oferta de radiofrequências para pequenas prestadoras de serviços de telecomunicações, em exploração industrial de radiofrequências; e,

X - maior número de compromissos assumidos, da relação prevista no instrumento licitatório.

Seção V

Da Autorização de Uso e Consignação de Radiofrequências

Art. 39. Com a finalidade de permitir maior disponibilidade de radiofrequências para futuras demandas de serviços, cada nova autorização de uso de radiofrequência deve atender as necessidades do interessado com o mínimo comprometimento possível de espectro.

§ 1º Entende-se por comprometimento a indisponibilidade da radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências, pelo período da emissão e na área geográfica abrangida pela emissão, de forma a prejudicar a sua utilização por outros interessados.

§ 2º Sempre que possível, será priorizada a reutilização de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências, antes da autorização e consignação de espectro ainda não utilizado.

§ 3º Sempre que possível, deve-se evitar a utilização de configuração de proteção para sistemas de radiocomunicação por meio de diversidade de frequências.

Art. 40. Da autorização devem constar, no mínimo, os seguintes parâmetros:

I - radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências cujo uso foi autorizado;

II - nome, razão social ou denominação do interessado;

III - data de emissão e prazo de vigência da autorização, com ressalva expressa de seu caráter precário;

IV - área geográfica da autorização de uso de radiofrequências ou a localização da estação (latitude, longitude e um determinado raio em torno das coordenadas, ou área geográfica definida para exploração do serviço de telecomunicações prestado em regime público ou em regime privado ou do serviço de radiodifusão);

V - indicação do uso exclusivo ou não exclusivo da radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências;

VI - prazo para a obtenção da licença;

VII - indicação do serviço ao qual se associa a autorização de uso das radiofrequências;

VIII - indicação do uso das radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências em caráter primário ou secundário; e,

IX - preço público pelo direito de uso das radiofrequências.

§ 1º As informações relativas à autorização das radiofrequências associadas ao direito de exploração de satélite brasileiro ou estrangeiro são definidas por meio de regulamentação específica.

§ 2º A Anatel deve publicar o extrato da autorização no Diário Oficial da União.

Art. 41. A exploração industrial de rede de acesso por rádio e a exploração industrial de radiofrequências, previstas no art. 14, seguirão os procedimentos estabelecidos neste artigo.

§ 1º Os interessados devem submeter à Anatel o pedido conjunto de anuência prévia, contendo:

I - fundamentação do pedido de compartilhamento, destacando a viabilidade técnica, jurídica e regulatória e as vantagens decorrentes da exploração industrial;

II - indicação das faixas, subfaixas e canais de radiofrequência envolvidos;

III - indicação das áreas, regiões e/ou localidades onde ocorrerá o compartilhamento;

IV - condições contratuais e remuneratórias;

V - cronograma de início e fim de operação, com provisões para um eventual fim antecipado da exploração industrial; e,

VI - minuta do contrato e eventuais anexos.

§ 2º A Anatel analisará os pedidos caso a caso, para averiguar se os efeitos positivos da exploração industrial superam seus eventuais impactos em outros objetivos regulatórios, podendo negar ou anuir de forma parcial, impondo limitações geográficas ou temporais, entre outras.

§ 3º Na exploração industrial que envolva a cessão de radiofrequências:

I - a subfaixa de radiofrequências poderá ser utilizada por duas ou mais prestadoras de serviços de telecomunicações, desde que as prestadoras envolvidas sejam autorizadas para a prestação dos respectivos serviços e a subfaixa utilizada esteja originalmente autorizada a, pelo menos, uma das prestadoras; e,

II - uma vez concedida a anuência pela Anatel, será expedida autorização dos recursos de radiofrequências integrantes da rede de outra prestadora de serviços de telecomunicações, em caráter secundário, pelo prazo previsto no contrato, quando não definido no ato de anuência prévia, sendo o preço público devido pela referida autorização definido pelo Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências.

§ 4º A eficácia da autorização prevista no inciso II do § 3º deste artigo está condicionada à vigência do contrato para Exploração Industrial correspondente.

§ 5º As interessadas que celebram o contrato de exploração industrial continuam integralmente responsáveis ante a Anatel e aos usuários pelas obrigações estabelecidas na regulamentação e por aquelas contraídas em razão da autorização de serviço e de uso de radiofrequências.

§ 6º Fica dispensada de anuência prévia a exploração industrial:

I - nos casos em que houver previsão em editais ou regulamentos específicos;

II - nos casos de exploração de serviço por meio de rede virtual;

III - quando confinada a municípios com menos de 30 mil habitantes; ou,

IV - quando limitada exclusivamente a áreas rurais, sem cobertura de redes de telecomunicações do Serviço Móvel Terrestre.

§ 7º Realizado acordo de exploração industrial nas hipóteses de dispensa de que trata o § 6º, as prestadoras envolvidas deverão comunicá-lo à Anatel a fim de que seja expedida a autorização de uso de radiofrequências de que trata o inciso II do § 3º.

§ 8º Eventuais restrições poderão ser relaxadas para aplicações ou instalações especiais, como metrôs, túneis, estádios, zonas fronteiriças e outras situações que a Anatel venha a definir, bem como para entrantes no mercado, ficando a exploração industrial, neste último caso, sujeita à reavaliação periódica e/ou a tempo determinado, compatíveis com os prazos de construção de rede própria da entrante.

§ 9º Os contratos de exploração industrial deverão conter cláusula expressa, dispondo sobre a possibilidade de participação de novos interessados no compartilhamento, em condições isonômicas e não discriminatórias.

Art. 42. A autorização de uso de radiofrequências acarreta o direito de efetuar emissões experimentais antes da obtenção da licença para funcionamento de estação, para ajustes, medições e testes dos equipamentos instalados e do sistema radiante, na forma e nos limites estabelecidos neste Regulamento e por regulamentação específica do serviço.

Parágrafo único. As emissões experimentais devem ser imediatamente interrompidas caso venham a causar interferência prejudicial em estações regularmente autorizadas e instaladas operando em caráter primário.

Art. 43. O interessado que, após a autorização, não pretender fazer uso das radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências, deve comunicar a renúncia à Anatel.

Parágrafo único. O interessado não pode retomar o uso das radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências renunciados, senão mediante participação em regular procedimento de autorização conforme estabelecido no Capítulo II deste Título III.

Art. 44. A consignação implica inscrição das radiofrequências, canal ou faixa de radiofrequências no Banco de Dados Técnicos e Administrativos para as estações objeto do requerimento.

CAPÍTULO III

DOS PRAZOS E DA PRORROGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS

Art. 45. A partir da data de publicação do ato de autorização de uso de radiofrequências no Diário Oficial da União, será estabelecido prazo para utilização efetiva da radiofrequência, em caráter definitivo, nos termos do ato de autorização do serviço associado, não superior a 18 (dezoito) meses, prorrogável uma única vez, por não mais que 12 (doze) meses, se o interessado comprovar caso fortuito ou força maior.

§ 1º O prazo mencionado no caput aplicar-se-á quando não estabelecido de forma diversa no edital de licitação ou na regulamentação específica do serviço de telecomunicações ou de radiodifusão.

§ 2º Computar-se-á em dobro o prazo mencionado no caput quando o interessado for órgão ou entidade da administração pública direta e indireta.

Art. 46. A autorização de uso de radiofrequências tem como vigência o prazo solicitado pelo interessado, observados os seguintes limites:

I - no caso dos serviços objeto de concessão ou permissão, o prazo remanescente do contrato ou instrumento de outorga; e,

II - no caso dos serviços objeto de autorização, o estabelecido no regulamento específico para o serviço de telecomunicações ou, na ausência deste, o prazo máximo de 20 (vinte) anos.

Art. 47. A prorrogação da autorização de uso de radiofrequências tem como vigência o prazo solicitado pelo interessado, observados os seguintes limites:

I - no caso dos serviços objeto de concessão ou permissão, o prazo de vigência do contrato ou instrumento de outorga; e,

II - no caso de serviços objeto de autorização, o estabelecido no regulamento específico para o serviço de telecomunicações ou, na ausência deste, o prazo máximo de 20 (vinte) anos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 1º No caso previsto no inciso II, a prorrogação só pode ser efetuada uma única vez.

§ 2º A prorrogação, sempre onerosa, pode ser requerida em até 3 (três) anos antes do vencimento do prazo original, devendo o requerimento ser decidido em até 2 (dois) anos antes do vencimento.

§ 3º O pedido de prorrogação protocolizado fora do prazo estabelecido no § 2º deste artigo não será conhecido pela Agência e a autorização de uso de radiofrequências será extinta por ocasião do vencimento do prazo original.

Art. 48. O indeferimento da solicitação de prorrogação da autorização de uso de radiofrequências somente ocorrerá:

I - se o interessado não estiver fazendo uso racional e adequado das radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências que lhe foi autorizada e consignada, nos termos da regulamentação específica;

II - se o interessado tiver cometido infrações reiteradas previstas neste Regulamento, no Termo de Autorização do Direito de Uso de Radiofrequência, ou no Regulamento que disciplina as condições de uso da radiofrequência, em suas atividades; ou,

III - se tiver sido modificada a atribuição, destinação ou distribuição de faixas de radiofrequências, bem como as respectivas condições de uso das radiofrequências.

Parágrafo único. Para a verificação da hipótese contida no inciso I, deve ser observado o disposto no Regulamento para Avaliação da Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequências.

CAPÍTULO IV

DO PREÇO PÚBLICO PELO DIREITO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS

Art. 49. A autorização do uso de radiofrequências e sua prorrogação têm caráter oneroso, ressalvados os casos previstos na regulamentação específica sobre pagamento pelo direito de uso de radiofrequência.

Art. 50. Os critérios, formas e metodologia de cálculo do preço público pelo direito de uso de radiofrequências estão disciplinados em regulamentação específica.

Art. 51. Quando houver pedido de associação, a outro serviço de telecomunicações de interesse coletivo, de radiofrequência já detida pela interessada em caráter primário, será devido preço público pelo direito de uso de radiofrequências, nos termos do disposto no Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências (RPPDUR), quando não houver outra previsão regulamentar ou editalícia específica.

Parágrafo único. No cálculo do preço público previsto no caput deste artigo, podem ser ponderados compromissos adicionais definidos para o uso da radiofrequência, conforme regulamentação específica, que devem estar expressos no respectivo instrumento de autorização.

CAPÍTULO V

DA INALIENABILIDADE DAS AUTORIZAÇÕES DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS

Art. 52. É intransferível a autorização de uso de radiofrequências sem a correspondente transferência da concessão, permissão ou autorização de prestação do serviço a elas vinculada.

Parágrafo único. Em caso de prática de transferência irregular da autorização, a Anatel deve extinguir a autorização, decretando-lhe a caducidade.

CAPÍTULO VI

DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS

Art. 53. A autorização de uso de radiofrequências extinguir-se-á:

I - pelo advento de seu termo final;

II - em decorrência da extinção das autorizações, concessões ou permissões para prestação do serviço de telecomunicações prestado em regime público ou em regime privado ou do serviço de radiodifusão a ela associadas;

III - por renúncia do interessado, manifestando seu desinteresse em manter a autorização de uso de radiofrequência;

IV - por interesse público, a juízo da Anatel, observado o disposto no art. 161 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; ou,

V - pela aplicação da sanção de caducidade da autorização, segundo os critérios estabelecidos em regulamentação específica.

Art. 54. A extinção da autorização de uso de radiofrequências antes do prazo estipulado não enseja, em qualquer hipótese, direito à indenização ao interessado.

TÍTULO IV

DO CONTROLE DO USO DE RADIOFREQUÊNCIAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 55. Compete à Anatel a fiscalização do uso de radiofrequências.

§ 1º A interferência prejudicial deve ser evitada e, caso venha a existir, deve ser imediatamente sanada.

§ 2º A Anatel pode, a qualquer época, determinar a interrupção do funcionamento da estação quando esta estiver causando interferência prejudicial a outras estações de radiocomunicação regularmente autorizadas, ou for constatada situação que possa causar riscos à vida ou à saúde humana.

Art. 56. A fiscalização do uso de radiofrequências compreende:

I - a fiscalização por meio de inspeção técnica da Anatel nas instalações das estações; e,

II - a fiscalização por meio de sistemas de monitorização e gestão à distância.

Art. 57. Na instalação de estações transmissoras de radiocomunicação devem ser observados os limites referentes à exposição de trabalhadores e da população em geral a campos eletromagnéticos, estabelecidos na legislação e na regulamentação específica da Anatel.

CAPÍTULO II

DO USO IRREGULAR E DO USO NÃO AUTORIZADO DE RADIOFREQUÊNCIAS

Art. 58. Constitui uso irregular de radiofrequência:

I - o uso de radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências diverso do autorizado, desde que respeitados os parâmetros previstos nos incisos IV e VII do art. 40; ou,

II - o uso de radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências em conformidade com os parâmetros da autorização, mas em desacordo com as características técnicas aprovadas para o funcionamento de estação.

Parágrafo único. O uso de radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências adicional, na hipótese do inciso I, está sujeito à interrupção cautelar.

Art. 59. Constitui uso não autorizado de radiofrequências:

I - uso de radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências por interessado que não possua autorização; ou,

II - o uso da radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências autorizada, mas em desconformidade com qualquer dos parâmetros previstos nos incisos IV e VII do art. 40.

Art. 60. O uso de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências por equipamento, aparelho ou dispositivo com potência equivalente isotropicamente radiada não superior a 0,5 W e não associados à exploração serviço de telecomunicações, não se enquadra nas situações previstas nos arts. 58 e 59.

§ 1º O disposto no caput não afasta a aplicação das disposições previstas no Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, da Anatel.

§ 2º O uso de equipamento, aparelho ou dispositivo que causar interferência está sujeito às medidas cautelares previstas no Regulamento de Fiscalização.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO

Art. 61. Se, após o início da operação da estação de radiocomunicação, for detectada a existência de alguma interferência prejudicial, entre estações do mesmo serviço de radiocomunicação, deve ser observado o seguinte:

I - se a origem da interferência prejudicial for uma estação operando em caráter secundário e a estação interferida operar em caráter primário, a estação interferente deve imediatamente cessar a sua transmissão e proceder aos ajustes necessários para eliminar a interferência prejudicial;

II - se a origem da interferência prejudicial for uma estação operando em caráter primário e a estação interferida também operar em caráter primário, os interessados devem proceder à coordenação de uso das radiofrequências de forma a eliminar a interferência prejudicial; e,

III - se a origem da interferência prejudicial for uma estação operando em caráter secundário e a estação interferida também operar em caráter secundário, os interessados devem proceder à coordenação de uso das radiofrequências de forma a eliminar a interferência prejudicial.

Art. 62. Se, após o início da operação da estação de radiocomunicação, for detectada a existência de alguma interferência prejudicial, entre estações de serviços de radiocomunicação distintos, a coordenação deverá ser orientada pelo caráter do serviço para o qual a faixa está destinada, observado o seguinte:

I - caso os serviços tenham caráter distintos, a estação do serviço em caráter secundário interferente deve imediatamente cessar a sua transmissão e proceder aos ajustes necessários para eliminar a interferência prejudicial; e,

II - caso os serviços tenham o mesmo caráter, os interessados devem proceder à coordenação de uso das radiofrequências de forma a eliminar a interferência prejudicial.

Art. 63. O procedimento de coordenação de uso de radiofrequências classifica-se em:

I - coordenação dentro do Território Nacional; ou

II - coordenação internacional.

Art. 64. O procedimento de coordenação pode comportar as seguintes fases:

I - verificação;

II - comunicação;

III - conciliação;

IV - decisão; e,

V - registro.

Art. 65. A verificação refere-se a toda a atividade realizada para comprovação da interferência prejudicial.

Art. 66. Uma vez verificada a existência de interferência prejudicial, o interessado deve comunicá-la à Anatel.

§ 1º Caso o interessado já tenha conhecimento da fonte causadora da interferência, a Anatel deve notificar o responsável pela estação interferente a tomar as medidas cabíveis.

§ 2º Caso o interessado não tenha conhecimento da fonte causadora da interferência, a Anatel deve identificar a estação interferente e notificar o responsável pela sua operação a tomar as medidas cabíveis.

Art. 67. Na hipótese dos incisos II e III do art. 61 e do inciso II do art. 62, durante a fase de conciliação, os interessados devem proceder aos entendimentos necessários de forma a possibilitar o uso comum das radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências.

Art. 68. No caso de se esgotarem as possibilidades de acordo entre as partes envolvidas no processo de coordenação, a Anatel, por provocação de uma das partes, deve decidir o conflito.

Art. 69. O registro do procedimento de coordenação pela Anatel dar-se-á ao término da fase de conciliação ou após a decisão da Anatel, caso esta tenha sido necessária.

Art. 70. No caso de decisão pela Anatel, devem ser considerados os seguintes critérios:

I - antiguidade;

II - preferência dos serviços de telecomunicações explorados em regime público sobre os explorados em regime privado;

III - preferência dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo sobre os serviços de interesse restrito; e,

IV - preferência aos equipamentos que propiciem melhor aproveitamento ou menor comprometimento das radiofrequências.

Parágrafo único. Os critérios estabelecidos nos incisos I e IV devem ser utilizados para coordenação entre estações dos serviços de telecomunicações, entre estações dos serviços de radiodifusão e entre estas e aquelas.

Art. 71. Para a avaliação de interferências, a Anatel pode utilizar:

I - recomendações de organismos internacionais reconhecidos;

II - especificações técnicas dos fabricantes; e,

III - procedimentos documentados da fiscalização.

Art. 72. No caso de interferência prejudicial oriunda de estações de radiocomunicação localizadas fora do território nacional, a coordenação internacional é de responsabilidade das Administrações envolvidas, de acordo com o que dispuserem os tratados, acordos e atos internacionais subscritos pela República Federativa do Brasil e ratificados pelo Congresso Nacional.

Art. 73. A Anatel deve envidar todos os esforços para facilitar o planejamento, fomentar e buscar a rápida solução dos casos de coordenação, compartilhamento de radiofrequências e resolução de interferência prejudicial, com o objetivo comum de possibilitar a utilização das radiofrequências por todos os interessados, com a qualidade adequada.

Art. 74. As estações em processo de coordenação terão prioridade de operação ante a solicitação de novo pedido de coordenação de radiofrequências.

CAPÍTULO IV

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NO USO DE RADIOFREQUÊNCIAS

Art. 75. A inobservância dos deveres inerentes ao uso de radiofrequências, a qualquer título, sujeita os infratores às sanções aplicáveis pela Anatel nos termos do art. 173 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas e demais normas regulamentares aplicáveis.

Art. 76. A autorização de uso de radiofrequência pode ser extinta por caducidade nos seguintes casos:

I - em decorrência da transferência irregular da autorização; ou,

II - pelo não pagamento dos valores devidos, na forma e quantia fixadas, pela autorização de uso de radiofrequências, em conformidade com a regulamentação.

Art. 77. Nos processos administrativos da Anatel, as informações que digam respeito às radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências destinadas a fins exclusivamente militares, bem como as condições de uso e as características de operação envolvidas, receberão tratamento sigiloso, nos termos da legislação aplicável.

Art. 78. O uso irregular ou não autorizado de radiofrequências, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, está sujeito à interrupção cautelar do funcionamento da estação, nos termos da regulamentação específica.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 79. Os contratos de exploração industrial de radiofrequências devem ser adaptados ao disposto nos arts. 14 e 41, no prazo de 12 (doze) meses, contados da vigência deste Regulamento.

ANEXO II

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE COBRANÇA DE PREÇO PÚBLICO PELO DIREITO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS

I. Alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 387, de 3 de novembro de 2004.

Art. 1º O art. 11 do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 11. .....

§ 8º Quando houver pedido de associação, a outro serviço de telecomunicações de interesse coletivo, de radiofrequência já detida pela interessada em caráter primário, será devido preço público pelo direito de uso de radiofrequências, cujo cálculo se dará com base na diferença entre o Valor Presente Líquido (VPL) decorrente do uso da faixa para o novo serviço e o VPL decorrente do uso da faixa para os serviços já autorizados à prestadora, ou aquele calculado de acordo com o disposto neste artigo, o que for maior, quando não houver outra previsão regulamentar ou editalícia específica.

§ 9º Não será devido Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências quando houver pedido de associação de determinada radiofrequência já detida pela autorizada a instrumento de autorização de outro serviço de telecomunicações quando tal associação já estiver prevista no instrumento licitatório. (NR)"

ANEXO III

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I. Alteração do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 589, de 3 de novembro de 2012.

Art. 1º O § 3º do art. 9º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

"Art. 9º .....

§ 3º .....

VIII - uso não autorizado de radiofrequências;

IX - uso irregular de radiofrequências em faixa ou canal diverso do autorizado;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

X - uso irregular de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências que tenha reconhecidamente causado interferência em sistemas de radiocomunicação regularmente autorizados pela Anatel;

XI - uso não autorizado ou irregular de radiofrequências, faixa ou canal de radiofrequências reservados preferencialmente para órgãos de segurança pública ou serviços de emergência e salvamento;

XII - uso não autorizado ou irregular de radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências em faixas destinadas a fins exclusivamente militares; e

XIII - uso não autorizado ou irregular de radiofrequências em faixas atribuídas aos seguintes serviços de radiocomunicação: radionavegação, radiolocalização, radioastronomia e pesquisa espacial. (NR)"

ACÓRDÃOS DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

Nº 382 - Processo nº 53504.020690/2011-70
Recorrente/Interessado: UCAN TRANSMISSÃO DIGITAL LTDA. CNPJ/MF nº 09.368.430/0001-35. Conselheiro Relator: Otavio Luiz Rodrigues Junior. Fórum Deliberativo: Reunião nº 812, de 27 de outubro de 2016
EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTO NÃO HOMOLOGADO. POSSIBILIDADE DE HOMOLOGAÇÃO. ADEQUAÇÃO DA MULTA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ADMINISTRATIVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Sanção de multa em razão da comercialização de equipamento não homologado pela Anatel. 2. Os argumentos expendidos pela Recorrente não são suficientes para afastar a irregularidade. 3. A sanção de multa aplicada atende aos requisitos de adequação, exigibilidade e proporcionalidade, não devendo, portanto, ser revista. 4. Recurso Administrativo conhecido e não provido.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 115/2016/SEI/OR (SEI nº 0887628), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.
Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 383 - Processo nº 53500.018088/2008-15
Recorrente/Interessado: SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA. CNPJ/MF nº 72.820.822/0001-20. Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 812, de 27 de outubro de 2016
EMENTA: SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. RECURSO ADMINISTRATIVO. PADO. FORNECIMENTO DE NOVOS CANAIS AOS ASSINANTES, DE FORMA ONEROSA, SEM PRÉVIA SOLICITAÇÃO OU ANUÊNCIA DESTES. PRÁTICA ABUSIVA. DECISÃO JUDICIAL QUE ANULOU A DECISÃO ADMINISTRATIVA DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA ANATEL. DETERMINAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE NOVA DELIBERAÇÃO PELO CONSELHO DIRETOR. INFRAÇÃO CONFIGURADA. SANÇÃO DE MULTA PROPORCIONAL À GRAVIDADE DA INFRAÇÃO. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. Recurso Administrativo com Pedido de Efeito Suspensivo interposto pela SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA. (SKY), CNPJ/MF nº 72.820.822/0001-20, contra os Atos nº 7.550 e nº 7.551, ambos de 5 de dezembro de 2008, do Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa Substituto, nos autos do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) nº 53500.18088/2008-15. 2. Os Atos nº 7.550 e nº 7.551 de 2008 determinaram à SKY o ressarcimento de quantia paga indevidamente, em dobro e acrescida de correção monetária e juros legais, aos usuários identificados no Pado, bem como aplicação de multa em razão do fornecimento de novos canais aos assinantes, sem prévia solicitação ou anuência destes, inicialmente de forma gratuita e, posteriormente, de forma onerosa, o que configura prática abusiva à luz da legislação consumerista. 3. Sentença proferida pela 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal no âmbito do processo judicial nº 0040595-12.2010.4.01.3400, que anulou o Pado a partir da fase de julgamento do Recurso Administrativo. Opostos Embargos de Declaração, a Anatel foi intimada do seu julgamento em 10 de novembro de 2015, data que deve ser considerada para efeito de incidência de prazos prescricionais, conforme Parecer nº 00197/2016/PFE-ANATEL/PGF/AGU, de 22 de março de 2016. 4. Infração ao art. 39, III e parágrafo único, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, e ao art. 17 da Resolução nº 488, de 3 de dezembro de 2007, restou plenamente caracterizada nos autos. Observância dos princípios do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade. 5. Conhecimento e não provimento do Recurso Administrativo.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 107/2016/SEI/RZ (SEI nº 0910737), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto pela SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA., CNPJ/MF nº 72.820.822/0001-20, contra os Atos nº 7.550 e nº 7.551, de 5 de dezembro de 2008, do Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa Substituto, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a sanção de multa aplicada em virtude de infração ao art. 39, III e parágrafo único, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, e ao art. 17 da Resolução nº 488, de 3 de dezembro de 2007.
Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 384 - Processo nº 53504.024199/2007-31
Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62. Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 812, de 27 de outubro de 2016
EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE UNIVERSALIZAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. INFRAÇÕES CARACTERIZADAS. ADESÃO ÀS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE PAGAMENTO CONFERIDAS PELO ART. 65 DA LEI 12.249/2010 C/C ART. 2º DA LEI 12.996. DESISTÊNCIA DO RECURSO. AGRAVAMENTO DA SANÇÃO. 1. As infrações foram devidamente caracterizadas. 2. Acolher o pedido de desistência do Recurso, mas dar prosseguimento ao feito. 3. Rever, de ofício, a multa aplicada.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 110/2016/SEI/RZ (SEI nº 0912940), integrante deste acórdão: a) acolher a renúncia como desistência ao Recurso Administrativo, mas dar prosseguimento ao feito; b) conhecer das Alegações para, no mérito, negar-lhes provimento; e, c) rever, de ofício, a decisão consubstanciada no Despacho nº 1617/2010/UNACO/UNAC/SUN, de 15 de março de 2010, fixando o valor da multa em R$ 21.901,95 (vinte e um mil, novecentos e um reais e noventa e cinco centavos).
Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 385 - Processo nº 53554.000517/2008-64
Recorrente/Interessado: TNL PCS S.A. CNPJ/MF nº 04.164.616/0001-59. Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 812, de 27 de outubro de 2016
EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. ÓBICE À FISCALIZAÇÃO. PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. REVISÃO DE OFÍCIO DO VALOR DA MULTA APLICADA. 1. A Recorrente foi sancionada por obstrução à atividade de fiscalização, em razão de resposta intempestiva a requerimento de informações, prejudicando a atuação da Agência. 2. As alegações apresentadas não são suficientes para afastar a ilicitude de sua conduta. 3. A metodologia de multa para os casos de óbice à fiscalização foi modificada, razão pela qual houve novo dimensionamento da sanção. 4. Recurso Administrativo conhecido e, no mérito, não provido. 5. Revisão, de ofício, do valor da sanção de multa aplicada por óbice à atividade de fiscalização.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 106/2016/SEI/RZ (SEI nº 0909339), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) rever, de ofício, a sanção de multa por óbice à atividade de fiscalização aplicada pelo Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, consubstanciada no Despacho nº 3.387/2011, de 27 de abril de 2011, fixando o valor nominal em R$ 47.269,68 (quarenta e sete mil, duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos).
Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 386 - Processo nº 53508.014435/2012-39
Recorrente/Interessado: FALKLAND TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES S.A. CNPJ/MF nº 01.009.876/00001-61. Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 812, de 27 de outubro de 2016
EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. SERVIÇO DE VALOR ADICIONADO. NUMERAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. PEDIDO DE DESISTÊNCIA DO RECURSO. ACOLHIMENTO. PROSSEGUIMENTO DO FEITO. REVER, DE OFÍCIO, O VALOR DA MULTA APLICADA. 1. A Interessada foi sancionada devido à prestação de serviço de valor adicionado utilizando faixa de numeração diversa da determinada na regulamentação. 2. A multa originalmente aplicada não atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sendo insuficiente para cumprir qualquer efeito pedagógico. 3. A Lei nº 9.784/99 faculta ao administrador o agravamento da sanção. 4. Acolher o pedido de desistência do Recurso, mas manter o prosseguimento do feito. 5. Rever, de ofício, o valor da multa aplicada.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 113/2016/SEI/RZ (SEI nº 0912999), integrante deste acórdão: a) acolher o pedido de desistência ao Recurso Administrativo apresentado pela FALKLAND TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES S.A., mas manter o prosseguimento do feito; e, b) rever, de ofício, o valor da multa aplicada pelo Superintendente de Controle de Obrigações por meio do Despacho Decisório nº 7.201/2014-COGE6/COGE/SCO, de 24 de dezembro de 2014, alterando-a para R$ 104.766,27 (cento e quatro mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos).
Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 387 - Processo nº 53500.009985/2013-97
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ/MF nº 40.432.544/0835-06. Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 812, de 27 de outubro de 2016
EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES (SCO). SERVIÇO DE TV A CABO. LICITAÇÃO Nº 002/99-TVC-SCM/ANATEL. PROPOSTA TÉCNICA. CANAIS DESTINADOS À PROGRAMAÇÃO DE CARÁTER EDUCATIVO E CULTURAL. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS PRESTADORAS DE TV POR ASSINATURA (SATVA). INSERÇÃO DE DADOS. RESPONSABILIDADE DA PRESTADORA. RECURSO NÃO PROVIDO. VÍCIO DE FUNDAMENTAÇÃO. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA LEI DO SEAC (MUST CARRY) E AQUELAS DECORRENTES DA LEI DO CABO, DO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE TV A DAS DISPOSIÇÕES EDITALÍCIAS E CONTRATUAIS. ANULAÇÃO DE OFÍCIO. 1. A irregularidade constatada foi a seguinte: não atender ao número de canais destinados à programação de caráter educativo e cultural, conforme compromisso assumido em sua Proposta Técnica (Item 5.1.15/6.1.15 das Propostas Técnicas relativa à Licitação nº 002/99-TVC-SCM/Anatel - outorga de TV a Cabo). 2. É de responsabilidade da Prestadora a inserção de dados no Sistema de Acompanhamento das Prestadoras de TV por Assinatura (SATVA). 3. A obrigação de carregamento de canais obrigatórios decorrentes da Lei do SeAC (must carry) não se confunde com aquela decorrente das disposições editalícias e contratuais a que as Prestadoras também estão sujeitas - as quais têm fundamento na Lei do Cabo, no Regulamento do Serviço da TV a Cabo e no Edital de Licitação nº 002/99-TVC-SCM/Anatel -, sendo que uma obrigação não exclui a outra. 4. Recurso não provido. 5. Anulação de ofício da decisão, tendo em vista o vício de motivação. Determinação para que a SCO verifique o cumprimento, ou não, das obrigações assumidas pela Prestadora à luz do que dispõe os normativos aplicáveis à espécie. Oitiya da Procuradoria Federal Especializada (PFE) da Anatel.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 105/2016/SEI/RZ (SEI nº 0908100), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) anular a decisão, de ofício, determinando o retorno dos autos à Superintendência de Controle e Obrigações (SCO) para que avalie o cumprimento, ou não, por parte da Recorrente, das obrigações que lhe foram impostas na Licitação nº 002/99-TVC-SCM/Anatel, e que encontram-se atualmente vigentes no Termo de Autorização nº 152/2014/ORLE/SOR-Anatel, de 30 de dezembro de 2014, no que concerne a disponibilizar outros canais destinados à programação de caráter educativo/cultural nos canais de livre programação da operadora, de acordo com o art. 31, III, do Decreto nº 2.206, de 14 de abril de 1987.
Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 388 - Processo nº 53500.210130/2015-79
Recorrente/Interessado: ASCENTY TELECOMUNICAÇÕES LTDA., ASCENTY DATA CENTER LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A. CNPJ/MF nº 12.260.443/0001-09 e nº 13.743.550/0001-42. Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 812, de 27 de outubro de 2016
EMENTA: ANUÊNCIA PRÉVIA. SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO. AUTORIZADA DE SERVIÇO COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA. TRANSFERÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO. DEFERIMENTO DO PEDIDO CONDICIONADO À COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL. 1. Pedido de anuência prévia para a transferência da autorização do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) detida pela ASCENTY TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para a ASCENTY DATA CENTER LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A. 2. Pelo deferimento do pedido.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 115/2016/SEI/RZ (SEI nº 0915015), integrante deste acórdão, anuir previamente com a incorporação da ASCENTY TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 12.260.443/0001-09, pela ASCENTY DATA CENTERS LOCAÇÃO DE SERVIÇOS S.A., CNPJ/MF nº 13.743.550/0001-42, e a consequente transferência da autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) detida pela ASCENTY TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 12.260.443/0001-09, bem como o Termo de Autorização, condicionada à comprovação da sua regularidade fiscal, conforme consta no art. 2º do Anexo I do Regulamento do SCM, aprovado pela Resolução nº 614/2013.
Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 390 - Processo nº 53500.000680/2008-52
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. onselheiro Relator: Otavio Luiz Rodrigues Junior. Fórum Deliberativo: Reunião nº 812, de 27 de outubro de 2016
EMENTA: REVISÃO DO REGULAMENTO DE USO DO ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIAS. ALTERAÇÕES CONSEQUENTES NOS REGULAMENTOS DE COBRANÇA DE PREÇO PÚBLICO PELO DIREITO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS E DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. CONSULTA PÚBLICA Nº 14/2014. REQUISITOS FORMAIS ATENDIDOS. HISTÓRICO DE SUGESTÕES ORIUNDAS DAS ÁREAS TÉCNICAS E DA CONSULTA PÚBLICA. MANUTENÇÃO, SUPRESSÃO E MODIFICAÇÃO DE DISPOSITIVOS. MINUTA DE RESOLUÇÃO. PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO. ACOLHIMENTO PARCIAL. 1. Proposta de Regulamento submetida previamente a Consulta Pública e à apreciação da PFE-Anatel, estando

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

preenchidos todos os requisitos formais para sua aprovação. 2. Acolhimento parcial da Minuta de Resolução (SEI nº 0386377) anexa ao Informe nº 40/2016/SEI/PRRE/SPR, de 12 de abril de 2016, que aprova o Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências e altera o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências e o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas. 3. Alterações no que se refere aos temas exploração industrial, coordenação, uso irregular e uso não autorizado de radiofrequências. 4. Aprovação da Minuta de Resolução (SEI nº 0799128) que revoga a Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, aprova o novo Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências e altera o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências e o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 89/2016/SEI/OR (SEI nº 0776917), integrante deste acórdão, com as informações adicionais apresentadas oralmente pelo Conselheiro Relator: a) indeferir o pedido de adiamento da votação, apresentado por alguns setores da sociedade civil, contido na Petição SEI nº 0911312; e, b) aprovar a Minuta de Resolução (SEI nº 0799128) que revoga a Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, aprova o novo Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências e altera o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências e o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas.

Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

ACÓRDÃOS DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Nº 391 - Processo nº 53560.001542/2015-13

Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79. Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 812, de 27 de outubro de 2016

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO. INFRAÇÃO TÉCNICA NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE FATO NOVO OU CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A Recorrente não traz nenhum fato novo ou circunstância relevante capaz de modificar a decisão recorrida. 2. Recurso Administrativo conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 102/2016/SEI/IF (SEI nº 0878431), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por TELEMAR NORTE LESTE S.A. para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente os termos da decisão recorrida.

Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 393 - Processo nº 53581.000799/2012-59

Recorrente/Interessado: RÁDIO AMAZÔNIA DE COLORADO DO OESTE LTDA. CNPJ/MF nº 05.600.03610001-20. Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 812, de 27 de outubro de 2016

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA. IRREGULARIDADES TÉCNICAS. AUSÊNCIA DE FATO NOVO OU CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. 1. A Recorrente não traz nenhum fato novo ou circunstância relevante capaz de modificar a decisão recorrida. 2. Recurso Administrativo conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 107/2016/SEI/IF (SEI nº 0910737), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por RÁDIO AMAZÔNIA DE COLORADO DO OESTE LTDA. em face de decisão proferida pelo Superintendente de Fiscalização consubstanciada no Despacho Decisório nº 5.141, de 1º de outubro de 2014, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos da decisão recorrida.

Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de setembro de 2016

N° 33/2016/SEI/COQL5/COQL/SCO
Processo nº 53500.016501/2015-28

A SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) em epígrafe, instaurado em face da TV CABO SÃO PAULO LTDA., CNPJ/MF n.º 00.699.284/0001-56, que trata de descumprimentos relativos ao Plano Geral de Metas de Qualidade para os Serviços de Televisão por Assinatura (PGMQ-TV por Assinatura), aprovado pela Resolução n.º 411, de 14 de julho de 2005, considerando o teor do Informe n.º 94/2016/SEI/COQL5/COQL/SCO (SEI n.º 0776543), resolve:

Aplicar à Prestadora a sanção de ADVERTÊNCIA em razão do descumprimento aos arts. 8, II; 12, II e 18, todos do PGMQ-TV por Assinatura.

KARLA CROSARA IKUMA REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Nº 4.701 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ARMANDO DE SAVASSA LAZARINI, CPF nº 165.781.208-15 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à:

Nº 4.702 - FLORESTAL SEGUNDO PLANALTO LTDA, CNPJ nº 06.233.745/0001-87.

Nº 4.703 - INVIOLAVEL GUARAPUAVA LTDA, CNPJ nº 07.174.530/0001-03.

Nº 4.704 - RADIOENGE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 09.092.846/0001-73.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Expede autorização à para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço à(ao) :

Nº 4.526 - THOR MECANIZACAO AGRICOLA EIRELI - EPP, CNPJ nº 17.869.920/0001-43

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao) :

Nº 4.527 - CUSHMAN & WAKEFIELD CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA, CNPJ nº 02.730.611/0001-10

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Reportagem Externa à(ao):

Nº 4.664 - SOCIEDADE RADIO CACIQUE DE CAPIVARI LTDA, CNPJ nº 46.924.676/0001-72

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transm. de Programas à(ao):

Nº 4.665 - FUNDACAO NOSSA SENHORA APARECIDA, CNPJ nº 43.665.629/0001-63;

Nº 4.668 - SOCIEDADE RADIO DIFUSORA SANTA CRUZ LTDA - ME, CNPJ nº 56.812.852/0001-38;

Nº 4.669 - RADIO BRASIL DE ADAMANTINA LTDA - ME, CNPJ nº 49.842.867/0001-83;

Nº 4.670 - RADIO DIFUSORA DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA - ME, CNPJ nº 55.333.082/0001-88;

Nº 4.671 - RADIO EMISSORA DA BARRA LTDA - EPP, CNPJ nº 44.744.910/0001-54;

Nº 4.672 - RADIO ITAIPU DE MARILIA LTDA - ME, CNPJ nº 46.174.496/0001-10;

Nº 4.676 - RADIO CACIQUE DE TAUBATE LTDA - ME, CNPJ nº 72.283.146/0001-00

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 4.678 - USINA SANTA ADELIA S/A, CNPJ nº 50.376.938/0001-89

RICARDA CAROLINA RENDE
Gerente
Substituta

ATOS DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 4.685 - CENTRAL ENERGETICA MORENO DE MONTE APRAZÍVEL AÇUCAR E ALCOOL LTDA, CNPJ nº 04.171.382/0001-77

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transm. de Programas à(ao):

Nº 4.686 - RADIO CANTICO NOVO LTDA - EPP, CNPJ nº 06.155.155/0001-83

RICARDA CAROLINA RENDE
Gerente
Substituta

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATOS DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à Nº 4.689 - TOP ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 14.448.260/0001-39. Nº 4.690 - AKSO NOBEL PULPAND PERFORMACE QUÍMICA BAHIA LTDA, CNPJ nº 05.869.996/0001-90.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Nº 4.533 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) EDMAR TEIXEIRA DE PAULA, CPF nº 008.430.326-34 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à:

Nº 4.534 - AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA, CNPJ nº 77.294.254/0056-68.

Nº 4.537 - ASSOCIACAO JARDINS VIENA, CNPJ nº 00.550.146/0001-00.

Nº 4.587 - PROGUARDA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 04.429.584/0006-80.

Nº 4.588 - WENDER MENDONCA MARQUES, CPF nº 597.560.551-20.

Nº 4.589 - Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, expedida a ROGERIO SAVASSI BIAGIONI, CPF/CNPJ nº 198.946.356-87, por meio do Ato n° 57663, de 19 de Abril de 2006, para BRUNO CAMARA BIAGIONI, CPF/CNPJ nº 033.071.026-56, e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATOS DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Nº 4.693 - Expede autorização à VALDIR MARTINELLI, CPF nº 777.360.609-91 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

Nº 4.699 - Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) ADM DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 02.003.402/0009-22 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 4.700 - Expede autorização à LUCIANO ARTUR BORGELT, CPF nº 016.180.261-35 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 53.963, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida à PANTAGRO PANTANAL PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, por meio do Ato n° 51229, de 11/04/2016, para PANTANAL AGROCON LTDA - EPP, CNPJ nº 13.356.774/0001-00, bem como a outorga de autorização de uso de radiofreqüência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 4.623, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de TV - PBRTV, de Televisão Digital - PBTVD, de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM, de Radiodifusão Sonora em Onda Média - PBOM e do Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária - PRRadCom, considerando o resultado das Consultas Públicas nº 22, de 06/09/16, publicada no Diário Oficial da União - DOU no dia 13 subsequente; nº 21, de 09/09/2016, publicada no DOU no dia 19 subsequente; nº 27, de 14/10/16, publicada no DOU no dia 17 subsequente; nº 07, de 18/04/16, publicada no DOU no dia 19 subsequente; nº 32, de 17/12/15, publicada no DOU no dia 24 subsequente e nº 24, de 29/10/15, publicada no DOU no dia 30 subsequente. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.

Sua íntegra estará disponível no portal da Anatel na parte de Publicações Eletrônicas.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 4 de novembro de 2016

657ª relação de revalidação de credenciamento - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	900.0206/1991	92.242.080/0001-00

CARLOS ROBERTO FORTNER

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 4.081, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.055186/2016-22, resolve:

Art. 1º Consignar à SHOP TOUR TV LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de MOGI DAS CRUZES/SP, o canal 51 (cinquenta e um), correspondente à faixa de frequência de 692 a 698 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério das Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 4.109, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.055120/2016-32, resolve:

Art. 1º Consignar à SHOP TOUR TV LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de IBIÚNA/SP, o canal 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 9 de agosto de 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionado:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53508.006059/2012	Rádio Contemporânea Ltda	OM	Rio de Janeiro	RJ	Conhecido e não provido	875

Em 12 de agosto de 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionado:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53000.048322/2010	Fundação Padre Anchieta-Centro Paulista de Radio e TV Educativas	TVE	São Paulo	SP	Conhecido e não provido	1569
53000.033626/2012	Fundação Osny José Gonçalves	TVE	Rio do Sul	SC	Conhecido e não provido	1570
53524.005099/2012	Márcio Freitas Áudio e Vídeo Ltda-Me	FM	Conceição do Pará	MG	Conhecido e não provido	1587
53520.003621/2012	TVCI-TV Comunicações Interativas Ltda	TV	Paranaguá	PR	Conhecido e não provido	1585

Em 8 de setembro de 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionado:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53000.008639/2011	Rádio Terra Ltda	FM	Belo Horizonte	MG	Conhecido e não provido	1058
53000.023793/2011	Alpha FM Ltda	FM	Osasco	SP	Conhecido e não provido	1069
53000.061261/2011	Rádio Panamericana S/A	OM	São Paulo	SP	Conhecido e não provido	1071
53000.018752/2011	Alpha FM Ltda	FM	Osasco	SP	Conhecido e não provido	1078
53000.018771/2011	Rádio Panamericana S/A	FM	São Paulo	SP	Conhecido e não provido	1083
53000.029800/2011	Rádio Panamericana S/A	OM	São Paulo	SP	Conhecido e não provido	1096
53000.018973/2011	Rádio 105 FM Ltda	FM	Jundiaí	SP	Conhecido e não provido	1098

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.015509/2013	S/A Rádio Guarani	OM	Belo Horizonte	MG	Multa	4.797/78	Art. 62 do CBT, instituído pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA n° 3500, de 09/09/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.055273/2013	Rádio Poty Ltda	FM	Teresina	PI	Multa	5.117,63	Art. 62 do CBT, instituído pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA n° 3521, de 09/09/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

PORTARIA Nº 3.468 DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.060536/2013	Rádio Antártida FM Ltda	FM	Itabira	MG	Multa	5.117,63	Art. 62 do CBT, instituído pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA n° 3468, de 12/09/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

PORTARIAS DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de suspensão que, por este ato, fica convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.047694/2012	TVSBT Canal 5 de Belém S/A	TV	Belém	PA	Multa	8.955,85	Art. 38, alínea "h" do CBT, instituído pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA nº 2288, de 22/09/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.047702/2012	Rauland Belém Som Ltda	FM	Belém	PA	Multa	5.117,63	Art. 38, alínea "h" do CBT, instituído pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA n° 2813, de 22/09/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.024082/2013	Jake Comunicações Ltda	FM	Alvorada D'Oeste	RO	Multa	5.757,33	Art. 62 do CBT, instituído pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA n° 2282, de 22/09/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.030558/2012	Fundação Brasil de Arte e Cultura	FME	Piraquara	PR	Multa	1.570,70	Art. 6º da Portaria Interministerial nº 651 de 15 de abril de 1999.	Portaria DEAA n° 2684, de 22/09/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.023335/2012	Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda	OM	Poxoréo	MT	Multa	2.910,78	Parágrafo único do art. 5º e art. 6º da Portaria n° 26/96.	Portaria DEAA n° 2704, de 22/09/2016	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 18 de outubro de 2016

Nº 1.252/2016/SEI-MCTIC - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.041816/2013-82, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de DOURADOS, estado de MATO GROSSO DO SUL, utilizando o canal digital nº 43 (quarenta e tres), classe A, nos termos da Nota Técnica nº 22179/2016/SEI-MCTIC e em conformidade com o anexo ao presente Despacho.

Em 11 de outubro de 2016

Nº 2016/2016/SEI-MCTIC - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.031189/2015-90, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA RADIO E TV EDUCATIVAS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de PIRAJUÍ, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 57 (cinquenta e sete), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 26223/2016/SEI-MCTIC.

Nº 2.034/2016/SEI-MCTIC - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.056598/2015-07, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA RADIO E TV EDUCATIVAS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de ORINDIÚVA, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 30 (trinta), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 26315/2016/SEI-MCTIC.

Nº 2.038/2016/SEI-MCTIC - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.052925/2016-24, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO LIBERAL LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de TOMÉ-AÇU, estado do Pará, utilizando o canal digital nº 18 (dezoito), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 26343/2016/SEI-MCTIC.

Nº 2.062/2016/SEI-MCTIC - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.031596/2015-05, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de CAMBUÍ, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital 57 (cinquenta e sete), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 26678/2016/SEI-MCTIC.

Nº 2.074/2016/SEI-MCTIC - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.033372/2015-20, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de POSSE, estado de Goiás, utilizando o canal digital nº 58 (cinquenta e oito), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 26825/2016/SEI-MCTIC.

Nº 2.076/2016/SEI-MCTIC - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.010129/2016-14, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de GUARAREMA, estado de São Paulo, utilizando o canal digital nº 51 (cinquenta e um), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 26866/2016/SEI-MCTIC.

AUGUSTO CESAR DA COSTA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 3.148, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2012 e considerando o Processo Administrativo nº 53545.001301/2014-73, resolve:

Art. 1o Autorizar a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA NOVA DE CANARANA, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Tenente Portela nº 487, para a Rua Tenente Portela

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nº 477, Centro, na localidade de CANARANA/MT. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização nº 1000, publicada no Diário Oficial da União 06 de dezembro de 2006, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 02, publicado no Diário Oficial da União 06 de janeiro de 2010, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53690.0012441/1998.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 13º33'10" S e longitude em 52º16'20" W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

PORTARIA Nº 3.330, 22 DE AGOSTO DE 2016

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2012 e considerando o Processo Administrativo nº 53516.001791/2016-17, resolve:

Art. 1o Autorizar a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PINHEIRA a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Aderbal Ramos da Silva, nº 1000 - Praia da Pinheira para a Rua Aderbal Ramos da Silva, nº 1024 - Praia da Pinheira, na localidade de Palhoça/SC. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização nº 145, publicada no Diário Oficial da União em 27 de maio de 2011, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 25, publicado no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2014, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.028435/2009.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 27º 53' 27" S e longitude em 48º 35' 32" W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

PORTARIA Nº 3.341, DE OUTUBRO DE 2016

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2012 e considerando o Processo Administrativo nº 53900.044210/2016-06, resolve:

Art. 1o Autorizar a ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM 107,1 MHz a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua José Emmendoerfer, 240 para a Rua Silvio Piazera, nº 160, na localidade de Jaraguá do Sul/SC. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização nº 475/2005, publicada no Diário Oficial da União de 09 de novembro de 2005, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 453/2006, publicado no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2006, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53740.002314/1999.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 26°29'11" S e longitude em 49°06'52" W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 77-E, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe confere os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto n.º, 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17, do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 2 de 04 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1° - Divulgar a relação dos selecionados e dos suplentes, regularmente inscritos, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "Docs for Sale/IDFA", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE n.º 2 de 04 de janeiro de 2016, conforme abaixo discriminado e obedecendo a ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

PROGRAMA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO DE PRODUTORES BRASILEIROS DE AUDIOVISUAL EM EVENTOS DE MERCADO E RODADAS DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS - 2016 DOCS FOR SALE/IDFA	
RELAÇÃO DOS SELECIONADOS APTOS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Raphael Rossi Erichsen
2	Rafael Godoi Calil da Costa
3	Luiz Fernando Feres da Cunha Ferraz
4	João Ribeiro da Silva Pasquale
5	André Pires Bomfim
RELAÇÃO DOS SUPLENTES APTOS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Cristina Hardy Müller

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 292 de 31/10/2016, publicada no DOU nº . 210 de 01/11/2016, Seção 1, página 58, em relação ao projeto "Oeste Outra Vez", para considerar o seguinte:

onde se lê:

Proponente: PANACEIA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDE - ME.

leia-se:

Proponente: PANACEIA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA. - ME

No Despacho nº 278 de 27/09/2016, publicada no DOU nº . 188 de 29/09/2016, Seção 1, página 18, em relação ao projeto "POR UM PUNHADO DE DÓLARES, OS NOVOS EMIGRADOS - O FILME", para considerar o seguinte:

onde se lê:

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº . 8.685/93: de R$ 711.375,00 para R$ 250.000,00 Banco: 001- agência: 3223-9 conta corrente: 15.850-x

Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: de R$ 244.130,77 para R$ 50.000,00 Banco: 001- agência: 3223-9 conta corrente: 15.851-8

leia-se:

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº . 8.685/93: de R$ 711.375,00 para R$ 250.000,00 Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 25.470-3

Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: de R$ 244.130,77 para R$ 50.000,00 Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 25.471-1

No Despacho do Diretor-Presidente nº 65-E, publicada no DOU nº . 191 de 04/10/2016, Seção 1, página 18, em relação ao projeto " POR UM PUNHADO DE DÓLARES, OS NOVOS EMIGRADOS - O FILME", para considerar o seguinte:

onde se lê:

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº . 8.685/93: de R$ 711.375,00 para R$ 250.000,00

Banco: 001- agência: 3223-9 conta corrente: 15.850-X

Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: de R$ 244.130,77 para R$ 50.000,00

leia-se:

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº . 8.685/93: de R$ 711.375,00 para R$ 250.000,00 Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 25.470-3

Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: de R$ 244.130,77 para R$ 50.000,00 Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 25.471-1

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 59, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844/2009, na Lei n.º 3.924/61, na Portaria SPHAN n.º 07/88, na Instrução Normativa Iphan 001/2015 e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV- As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

V- As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VI- Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

ANEXO I

01-Processo n°01494.000108/2015-45

Projeto: Resgate Arqueológico Aragacy 2 na área de implantação do empreendimento Residencial Prime Aragacy I e II

Arqueólogo Coordenador: Adilson Pereira Nascimento Júnior

Apoio Institucional: Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico - IESF

Área de Abrangência: Município de São José de Ribamar, Estado do Maranhão

Prazo de Validade: 03 (três) meses

02-Processo n. 01403.000046/2014-62

Projeto: Diagnostico e Prospecção nas Áreas de Influencias para a implantação e Pavimentação de Rodovias em Alagoas-AL225 Trecho 03, Lote 01

Arqueólogo Coordenador: Sérgio Bruno dos Reis Almeida

Apoio Institucional: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL

Área de Abrangência: Município de Pão de Açúcar e Piranhas, Estado de Alagoas

Prazo de Validade: 03 (Três) meses

03-Processo n.º 01510.002565/2015-29

Projeto: Prospecção Arqueológica Complementar na Área da PCH Vermelho

Arqueólogo Coordenador: Silvano Silveira da Costa

Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM)

Área de Abrangência: Municípios de Aberlado Luz, Estado de Santa Catarina

Prazo de Validade: 03 (três) meses

04-Processo n.º 01514.005125/2015-93

Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo para Renovação de Loc em Área de Lavra de Calcário (05 hec), Armazém Rural Transporte de Mineração Ltda

Arqueóloga Coordenadora: Eliany Salaroli La Salvia

Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG

Área de Abrangência: Municípios de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 02 (três) meses

05-Processo n.º 01496.001073/2016-22

Projeto: Prospecção Arqueológica na Área do Complexo Eólico Paraipaba

Arqueóloga Coordenadora: Marcélia Marques do Nascimento

Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia e Semiótica do Ceará - NARSE

Área de Abrangência: Município de Paraipaba, Estado do Ceará

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

06-Processo n.º 01514.001912/2015-66

Projeto: Arqueologia Preventiva, Diagnóstico Interventivo e Prospecção Intensiva - Pequena Central Hidrelétrica Costa

Arqueólogo Coordenador: Leandro Augusto Franco Xavier

Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG

Área de Abrangência: Município de Formoso, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 06 (seis) meses

07-Processo n.º 01514.003098/2014-33

Projeto: Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial Fazenda Itacolomy

Arqueóloga Coordenadora: Sofia Magali Civitella

Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG

Área de Abrangência: Município de Buritizeiro, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 12 (doze) meses

08- Processo n. 01510.001168/2016-11

Projeto: Prospecção Arqueológica na Área de Implantação do Loteamento Residencial Agostinho Fhilippi.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Arqueólogo Coordenador: Deisi Scunderlick Eloy de Farias
Apoio Institucional: Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL
Área de Abrangência: Município de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (Seis) meses

ANEXO II

01-Processo n.º 01450.007304/2013-95
Projeto: Prospecção Arqueológica Intensiva e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 500 Kv Miracema - Sapeaçu e Subestações Associadas
Arqueólogo Coordenador: Fábio Origuela de Lira
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão - Fundação Cultural do Maranhão - Governo do Estado do Maranhão
Área de Abrangência: Municípios de Miracema do Tocantins, Miranorte, Rio dos Bois, Pedro Afonso, Centenário, Lizarda, Balsas, Alto Parnaíba, Estado do Tocantins; Municípios e Santa Filomena, Gilbués, Monte Alegre do Piauí, São Gonçalo do Gurguéia, Corrente, Cristalândia do Piauí, Estado do Piauí; Municípios de Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia, Riachão das Neves, Angical, Barreiras, Catolândia, Boianópolis, Santana, Sítio do Mato, Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana, Macaúbas, Igaporã, Caetité, Livramento do Brumado, Rio de Contas, Jussiape, Iramaia, Marcionílio Souza, Maracás, Planaltino, Nova Itamara, Brejões, Milagres, Elísio Medrado, Santa Terezinha, Castro Alves, Sepeaçu, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO III

01- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Campo Incorporadora Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Cidade Alta
Processo n.º 01425.000300/2016-36
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Cidade Alta.
Arqueóloga Coordenadora: Gabriela Viega Garcia
Arqueólogo de Campo: Diogo de Souza Borges
Área de Abrangência: Município de Sinop, Estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ariranha Geração de Energia Elétrica LTDA
Empreendimento: CGH Marrecas
Processo n.º 01510.001194/2016-49
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Marrecas
Arqueóloga Coordenadora: Marina da Fonseca Lopes
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM)
Área de Abrangência: Município de Seara, Estado do Santa Catarina
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Soma Ambiental Ltda
Empreendimento: Aterro de Resíduos Sólidos Soma Ambiental
Processo n.º 01516.001834/2015-80
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Aterro de Resíduos Sólidos Soma Ambiental Ltda
Arqueólogo Coordenador: Alfredo Palau Pena
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos"
Área de Abrangência: Município de Gameleira de Goiás, Estado de goiás
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
04-Enquadramento IN: III
Empreendedor: Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL)
Empreendimento: Obras de Regularização e Duplicação das Rodovias Federais BR 282/SC/BR-480
Processo nº 01510.000416/2016-14
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Obras de Regularização e Duplicação das Rodovias Federais: BR 282/SC, Trecho entre BR-153/SC e BR-480/SC e BR-480/SC, Trecho entre BR-282 e a Cidade de Chapecó
Arqueólogo coordenador: Sérgia Meire da Silva
Arqueólogo de campo: Patrícia Fernanda Pereira Rodrigues e Jordana Batista Barbosa
Apoio Institucional: Universidade Comunitária regional de Chapecó- Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina-Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos
Área de Abrangência: Municípios de Chapecó, Cordilheira Alta Xaxim, Xanxerê, Faxinal dos Guedes Vargeão, Passos Maia, Ponte Serrada e Irani, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (Seis) meses
05-Enquadramento IN: Nível IV (Fase 2)
Empreendedor: Pedra Cheirosa I Energia Ltda
Empreendimento: Parque Eólico Pedra Cheirosa
Processo n.º 01496.001118/2015-88
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão 230kV Pedra Cheirosa
Arqueólogo Coordenador: Almir do Carmo Bezerra
Arqueólogo de Campo: Pedro Paulo Dantas Sobral
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de Iracema e Amontoada, Estado do Ceará
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Fertus Logística Ltda
Empreendimento: Implantação do Polo Logístico Fertus
Processo n.º 01494.000039/2016-51
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para Implantação do Polo Logístico Fertus
Arqueólogo Coordenador: Danilo Chagas Assunção
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia - LARQ
Área de Abrangência: Município São Luiz, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Construnível Energias Renováveis Ltda
Empreendimento: CGH Rancho Mundo
Processo n.º 01508.000256/2016-44
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na CGH Rancho Mundo
Arqueólogo Coordenador: Cleiton Silva da Silveira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História - Universidade Estadual de Maringá
Área de Abrangência: Municípios de Corbélia e Cafelândia, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Iratim Energia Renovável SPE S.A.
Empreendimento: CGH São Bento
Processo n.º 01508.000473/2016-34
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Implantação da Ampliação da Central Geradora Hidrelétrica
Arqueólogo Coordenador: Renato Kipnis
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História - Universidade Estadual de Maringá
Área de Abrangência: Municípios de General Carneiro e Palmas, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Panapana Enérgica Ltda
Empreendimento: Central Geradora Hidrelétrica CGH Pinus
Processo n.º 01508.000534/2016-63
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da CGH Pinus
Arqueóloga Coordenadora: Marina da Fonseca Lopes
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História - Universidade Estadual de Maringá
Área de Abrangência: Município de Mariópolis, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses
10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Lapinha Santa Participações Ltda.
Empreendimento: Loteamento Campinho
Processo n.º 01514.003223/2016-77
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Campinho
Arqueólogo Coordenador: Bernardo Lacale Silva da Costa
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annete Laming Emperaire - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa
Área de Abrangência: Município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses
11-Enquadramento IN: Nivel II
Empreendedor: Habitat Construtora e Incorporadora Ltda
Empreendimento: Incorporações de empreendimentos imobiliários-Loteamento Alvorada III
Processo n.º 01425.000654/2016-81
Projeto: Acompanhamento Arqueológico do Loteamento Alvorada III
Arqueólogo Coordenador: Sirlei Elaine Hoeltz
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Jane da Silva
Área de Abrangência: Município de Lucas do Rio Verde, Estado do Mato Grosso
Prazo de validade: 04 (quatro) meses
12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: B & C Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial e Comercial Riviera Suiça I e II
Processo n.º 01425.000402/2016-51
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial e Comercial Riviera Suíça I e II
Arqueóloga Coordenadora: Gabriela Viega Garcia
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: Município de Sinop, Estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Enel Green Power
Empreendimento: Linha de Transmissão 230 kV Morro do Chapéu Sul, Morro do Chapéu II e Subestação Associada
Processo n.º 01502.002631/2016-41
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Linha de Transmissão 230 kV Morro do Chapéu Sul, Morro do Chapéu II e Subestação Associada
Arqueólogo Coordenador: Felipe André do Nascimento Coelho
Arqueóloga de Campo: Maria Cleonice de Souza Vergne
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso - CAAPA
Área de Abrangência: Municípios de Morro do Chapéu e Cafarnaum, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Sol Energia Ltda
Empreendimento: CGH Arabutã
Processo n.º 01510.001003/2016-49
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento CGH Arabutã
Arqueóloga Coordenadora: Marina Fonseca Lopes
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM)
Área de Abrangência: Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

PORTARIA Nº 60, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º /12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve REVOGAR:

I- Renovação nº 05, Seção I, Anexo II, Página 24, Portaria n.º 19/2016, publicada no D.O.U em 18/04/2016, em nome da arqueóloga Marina Neiva de Oliveira, referente ao Processo n° 01421.000876/2015-52, projeto "Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica Educação Patrimonial nas Áreas de Influência do Complexo Eólico Serra do Mel", tendo em vista solicitação do Consórcio composto pelas empresas Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eólica Tecnologia Ltda.

II- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 697, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18)
14 8486 - Bach em Sete Cordas
Marcelo Anderson Teixeira
CNPJ/CPF: 026.525.659-31
PR - Curitiba
Período de captação: 01/11/2016 a 31/12/2016
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
14 9237 - Projeto Coleção Regionais - A cultura brasileira em suas expressões
Fundação Dorina Nowill para Cegos
CNPJ/CPF: 60.507.100/0001-30
SP - São Paulo
Período de captação: 31/07/2016 a 31/12/2016
15 11178 - Fé Latina Volta pelo mundo de bicicleta
JULIANA VOLPE NOGUEIRA
CNPJ/CPF: 212.791.908-41
SP - Ribeirão Preto
Período de captação: 01/11/2016 a 31/12/2016

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.250, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, em cumprimento à decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região nos autos do Agravo de Instrumento nº 0003841-76.2016.4.01.0000/MG e, considerando documentação constante nos autos do Processo nº 00475.005341/2015-80, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS referente ao processo nº 71010.003614/2009-19, do Sistema Escolápio de Educação, CNPJ nº 17.498.783/0001-88, com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, pelo período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Cientifica-se a Procuradoria Regional da União da 1ª Região.

Art. 3º Cientifica-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Cientifica-se o Sistema Escolápio de Educação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.507, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando, o que consta no processo nº 23113.018605/2016-51, do Escritório de Fiscalização de Contratos - EFISCON da UFS, datado de 22/08/2016;

o parecer do Procurador Geral da UFS, folha 07, do processo nº 23113.018605/2016-51; resolve:

Art. 1o - Aplicar, conforme previsto no Contrato nº 099/2012/UFS, a seguinte penalidade à empresa CONFIANÇA TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 10.633.938/0001-00:

I - Multa no valor de R$ 128.325,26 (cento e vinte e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais e vinte e seis centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) referente à Nota de Empenho nº 2012NE800756, nos termos do Inciso II do Artigo 87 da Lei nº 8.666/93, bem como o estabelecido na alínea "b", inciso II, item 7.5, da Cláusula Sétima do Contrato nº 099/2012/UFS, face ao descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 2° - Determinar o registro da penalidade no SICAF.

Art. 3º - Está Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere o Decreto Presidencial de 10.03.2015; CONSIDERANDO o teor do Memorando Eletrônico n.º 327/2016-CMC, de 26 de outubro de 2016, resolve:

Nº 2.400 - EXTINGUIR da estrutura organizacional do campus Manaus Centro a Coordenação conforme a baixo:

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
Coordenação de Ayty	FG-04

I. Esta Portaria entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

Nº 2.401 - CRIAR na estrutura organizacional do campus Manaus Distrito Industrial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, a Coordenação conforme a seguir:

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
Coordenação de Suporte de Redes	FG-04

I. Esta Portaria entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

ANTONIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 91, de 3 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2016, Seção 1, pág. 19, item I, onde se lê "FACULDADES MACHADO DE ASSIS - FAMA" leia-se "FACULDADES INTEGRADAS DE CASSILÂNDIA - FIC".

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 413, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Regulamenta o art. 10 da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, por meio do estabelecimento de critérios para a verificação de limites e condições a que alude o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e consoante os artigos 21, 22, 23, 24 e 25 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 10 da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Estabelecer os seguintes critérios para que a verificação de limites e condições prevista no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, possa ser feita diretamente pelas instituições financeiras, conforme o art. 10 da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014:

I-o valor da operação de crédito analisada deve ser igual ou inferior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e

II-a relação entre o valor da Dívida Consolidada (DC) e a Receita Corrente Líquida (RCL) do ente federado não poderá ser superior a 1,00 (um).

§1º Para a verificação quanto ao cumprimento do critério estabelecido no inciso II deste artigo, serão utilizadas as informações do último Relatório de Gestão Fiscal (RGF) exigível na data da análise e deverá ser acrescentado ao estoque da Dívida Consolidada (DC) o valor da operação objeto da análise.

§2º A verificação do enquadramento da operação pleiteada e do ente federativo nos critérios mencionados no caput caberá à instituição financeira.

§3º Uma vez iniciada a verificação de limites e condições prevista no caput, esta será realizada em sua integralidade pelo responsável selecionado pelo ente da federação, sendo vedada nova solicitação de verificação para a mesma operação pleiteada.

Art. 2º Não poderá ser realizada diretamente pelas instituições financeiras a verificação de limites e condições de:

I-operações de crédito internas com garantia da União ou externas, nos termos do art. 23 da Resolução nº 43, do Senado Federal, de 2001;

II-operações de regularização de dívidas, nos termos do § 5º do art. 24 da Resolução nº 43, do Senado Federal, de 2001; e

III-operações de crédito que possuam a mesma finalidade de outras operações já contratadas pelo ente federado se a soma dos seus valores ultrapassar o limite estabelecido no inciso I do art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Deverão ser remetidos à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) os pleitos que não atenderem aos arts. 1º e 2º desta Portaria para que proceda à verificação de limites e condições, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Art. 4º A instituição financeira que realizar a verificação de limites e condições nos termos do art. 1° desta Portaria deverá:

I-informar ao Ministério da Fazenda, por meio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM):

a)o início da análise de verificação de limites e condições, no dia em que esta acontecer; e

b)a contratação da operação de crédito, na data em que esta ocorrer.

II-armazenar e fornecer, em até 15 dias, os documentos e informações referentes à operação de crédito e à verificação de limites e condições prevista no art. 1º desta Portaria, quando solicitadas pelo Ministério da Fazenda no período de até cinco anos a contar do prazo final da referida operação.

Art. 5º O não cumprimento do previsto nesta Portaria tornará a operação de crédito irregular, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação aplicável.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DO MINISTRO
Em 4 de novembro de 2016

Processo nº: 17944.000889/2015-62.
Interessados: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE.
Assunto: Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF. Minuta de Contrato de Obrigações Recíprocas que entre si celebram a União e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, para atuação como agente financeiro relativamente à subvenção econômica (bônus de desconto), no âmbito do PGPAF.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração, mediante o cumprimento das exigências legais e regulamentares pertinentes.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 756, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Delega competência à Superintendência de Registro de Valores Mobiliários - SRE para apreciar pedidos de dispensa ou aprovação de procedimento e formalidades próprios a serem seguidos em ofertas públicas de aquisição de ações de que tratam o caput do art. 34 da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, bem como para autorizar a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas na mesma Instrução.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM com base no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e no uso da competência que lhe confere os arts. 16, inciso XI e 17, inciso XIII, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 327, de 11 de julho de 1977, do Ministro da Fazenda, torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 25 de outubro de 2016, e considerando que:

a) a Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, que dispõe sobre as ofertas públicas de aquisição de ações ("OPA") de companhia aberta, estabelece, no caput de seu artigo 34, que situações excepcionais que justifiquem a aquisição de ações sem oferta pública ou com procedimento diferenciado, serão apreciadas pelo Colegiado da CVM, para efeito de dispensa ou aprovação de procedimento e formalidades próprios a serem seguidos, inclusive no que se refere à divulgação de informações ao público, quando for o caso;

b) o artigo 34, § 2º, da Instrução CVM nº 361, dispõe que a CVM poderá autorizar a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas naquela Instrução, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de ambas as modalidades de OPA, e não haja prejuízo para os destinatários da oferta;

c) o Colegiado da CVM teve oportunidade de apreciar, em diversas ocasiões (por exemplo, nos Processos CVM nºs RJ2014-7223, RJ2015-4262, RJ2015-7158, RJ2015-9687, RJ2015-10253 e 19957.002252/2016-78), pedidos de adoção de procedimentos diferenciados de naturezas variadas com fundamento no caput do artigo 34 da Instrução CVM nº 361, tendo acompanhado a manifestação da SRE em todos os casos apreciados nos últimos 5 anos;

d) o Colegiado da CVM teve oportunidade de apreciar, em diversas ocasiões (por exemplo, nos Processos CVM nºs RJ2012-13241, RJ2014-7376, RJ2014-7916, RJ2015-8057, RJ2016-6 e 19957.000990/2016-81), pedidos de formulação de uma única OPA, os quais envolveram, ainda, em sua maioria, pedido de dispensa de observância quanto ao limite mínimo e máximo de ações a serem adquiridas (nos termos do artigo 35 da Instrução CVM nº 361), tendo autorizado tal unificação, acompanhando a manifestação da SRE em todos os casos apreciados nos últimos 5 anos, que representam, assim, um entendimento já uniforme desta Autarquia; e

e) espera-se uma redução no período de trâmite dos pedidos de adoção de procedimento diferenciado, com base no caput do artigo 34 da Instrução CVM nº 361, bem como os pedidos para formulação de uma única OPA, nos termos do § 2º do artigo 34 da Instrução CVM nº 361, caso a análise desses pedidos fosse realizada pela própria Superintendência de Registro de Valores Mobiliários, em consonância com as anteriores decisões do Colegiado, com benefício para todos os envolvidos na operação e para o próprio mercado, delibera:

I - Delegar competência à Superintendência de Registro de Valores Mobiliários para apreciar pedidos de adoção de procedimento diferenciado de OPA, nos termos do caput do artigo 34 da Instrução CVM nº 361, desde que o procedimento diferenciado solicitado já tenha sido objeto de deliberação anterior por parte do Colegiado da CVM no âmbito de ofertas com características similares.

II - Delegar competência à Superintendência de Registro de Valores Mobiliários para autorizar a formulação de uma única OPA, nos termos do § 2º do artigo 34 da Instrução CVM nº 361, visando a mais de uma das finalidades previstas naquela Instrução, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA propostas, e não haja prejuízo para os destinatários da oferta.

III - Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

LEONARDO P. GOMES PEREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador, na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS RJ2013/13480 - NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES EPP

Data: 24.11.2016 - quinta-feira

Horário: 15h

Relator: Diretor Henrique Balduino Moreira Machado

Procuradora: Dra. Luciana Dayer

Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: Inobservância da regra de rotatividade de auditores e da obrigação de cadastro dos responsáveis técnicos autorizados a emitir e assinar parecer de auditoria em nome da sociedade (arts. 31 e 2º, §§1º e 2º, da Instrução CVM nº 308/99).

Acusados	Advogada
Nardon, Nasi - Auditores Independentes S/S - EPP	Carla Maria Susin Rogowski - OAB/RS nº 22.730
RBA Global Auditores Independentes S/S - ME	Carla Maria Susin Rogowski - OAB/RS nº 22.730

PAS CVM nº RJ2013/13355 - EXACTO AUDITORIA SOCIEDADE SIMPLES

Data: 24.11.2016 - quinta-feira

Horário: 15h

Relator: Diretor Henrique Balduino Moreira Machado

Procuradora: Dra. Luciana Dayer

Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: Inobservância de normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e não elaboração de relatório circunstanciado sobre os controles internos da companhia auditada (arts. 20 e 25, inciso II, da Instrução CVM nº 308/99).

Acusados	Advogados
Exacto Auditoria - Sociedade Simples	Thiago Zanetti Küllinger - OAB/RS nº 89.214
Carlos Osvaldo Pereira Hoff	Zulmar Neves - OAB/RS nº 16.084

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2016.
RITA DE CASSIA MENDES
Chefe

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

EXTRATO DE ATA DA 1.061ª SESSÃO REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Às vinte e três horas e sete minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e quinze, em Brasília, por teleconferência utilizando recursos da internet, teve início a milésima sexagésima primeira sessão do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, substituto, Sr. Tarcísio José Massote de Godoy, e com a participação dos Srs. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, e Nelson Henrique Barbosa Filho, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Deixou de participar da reunião o Sr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, Ministro da Fazenda, por se encontrar no exterior, em missão oficial.

Assuntos apreciados:

Voto 73/2015-CMN - Ministério da Fazenda - Ajusta as normas a serem aplicadas às operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Decisão: aprovado.

Voto 74/2015-CMN - Ministério da Fazenda - Altera as Disposições Gerais e as normas do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Decisão: aprovado.

Voto 75/2015-CMN - Ministério da Fazenda - Propõe preço mínimo para a uva industrial da safra 2015/2016. Decisão: aprovado.

Voto 76/2015-CMN - Ministério da Fazenda - Altera o art. 9°-R da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, com vistas a ampliar os limites para contratação de financiamento para empreendimentos de infraestrutura associados à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Decisão: aprovado.

Comunicação 77/2015-CMN - Ministério da Fazenda - Apresenta o Relatório Semestral jan-jun/2015 - Supervisão Baseada em Risco, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Decisão: ciente.

Voto 78/2015-CMN - Banco Central do Brasil - Assuntos de Administração e assuntos de Política Monetária - Propõe Orçamento de Receitas e Encargos de Operações de Autoridade Monetária do Banco Central do Brasil para o exercício de 2016. Decisão: aprovado; adicionalmente, foi decidido o contingenciamento de R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), por recomendação do Ministério da Fazenda, considerando os termos da mensagem presidencial que veicula o projeto de lei que estima receita e fixa as despesas da União para o exercício financeiro de 2016 - PLOA.

Voto 79/2015-CMN - Ministério da Fazenda - Altera as Resoluções ns. 3.308, de 31 de agosto de 2005, e 4.444, de 13 de novembro de 2015, que tratam sobre a aplicação dos recursos das reservas técnicas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização, das entidades abertas de previdência complementar e dos resseguradores locais, sobre as aplicações dos recursos exigidos no País para a garantia das obrigações de ressegurador admitido e sobre a carteira dos Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), e a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, que determina as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.062ª SESSÃO REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2015

Às dezesseis horas e quatro minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões do Conselho Monetário Nacional, localizada no sexto andar do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda, em Brasília, teve início a milésima sexagésima segunda sessão do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, Sr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, e com a participação dos Srs. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, e Nelson Henrique Barbosa Filho, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Assuntos apreciados:

Voto 80/2015-CMN - Ministério da Fazenda - Altera as normas para renegociação das operações de crédito fundiário contratadas ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, inclusive as operações do Programa Cédula da Terra contratadas no âmbito do Acordo de Empréstimo 4.147- BR, de que trata o MCR 18-8. Decisão: aprovado.

Voto 81/2015-CMN - Ministério da Fazenda - Dispõe sobre ajustes nas normas do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Decisão: aprovado.

Voto 82/2015-CMN - Define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. Decisão: aprovado.

Voto 83/2015-CMN - Ministério da Fazenda - Altera a Resolução nº 4.171, de 20 de dezembro de 2012, que estabelece critérios, condições e prazos para a concessão de financiamentos ao amparo dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), entre outras condições. Decisão: aprovado.

Voto 84/2015-CMN - Banco Central do Brasil - Assuntos de Regulação, assuntos de Fiscalização e assuntos de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural - Propõe a edição de resolução que dispõe sobre auditoria cooperativa no segmento de cooperativas de crédito. Decisão: aprovado.

Voto 85/2015-CMN - Banco Central do Brasil - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de resolução dispondo sobre procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento dos efeitos das variações cambiais na conversão de demonstrações financeiras de dependência e de entidade coligada ou controlada no exterior e a operações de hedge de variação cambial de dependências ou de investimentos em coligada ou controlada no exterior. Decisão: aprovado. A data de início da vigência da resolução foi alterada de janeiro de 2016 para julho de 2016.

Voto 86/2015-CMN - Banco Central do Brasil - Assuntos de Política Econômica - Encaminha a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2016. Decisão: aprovado.

Voto 87/2015-CMN - Banco Central do Brasil - Assuntos de Regulação e assuntos de Política Econômica - Fixa a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o primeiro trimestre de 2016. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.063ª SESSÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 24 DE DEZEMBRO DE 2015

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e quatro de dezembro de dois mil e quinze, em Brasília, por teleconferência utilizando recursos da internet, teve início a milésima sexagésima terceira sessão, extraordinária, do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, e com a participação dos Srs. Luiz Edson Feltrim, Presidente do Banco Central do Brasil, substituto, e Valdir Moysés Simão, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Deixou de comparecer à reunião o Sr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, por encontrar-se de férias.

Assuntos apreciados:

Voto 88/2015-CMN - Ajusta as normas a serem aplicadas às operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Decisão: aprovado.

Voto 89/2015-CMN - Altera a Resolução nº 4.391, de 19 de dezembro de 2014, que estabelece as condições para a contratação dos financiamentos passíveis de subvenção econômica de que trata a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.064ª SESSÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Às doze horas e vinte e um minutos do dia trinta e um de dezembro de dois mil e quinze, em Brasília, por teleconferência utilizando recursos da internet, teve início a milésima sexagésima quarta sessão, extraordinária, do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, e com a participação dos Srs. Luiz Edson Feltrim, Presidente do Banco Central do Brasil, substituto, e Valdir Moysés Simão, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Deixou de comparecer à reunião o Sr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, por encontrar-se de férias.

Assuntos apreciados:

Voto 90/2015-CMN - Institui fator de ponderação incidente sobre os saldos das operações contratadas com recursos da exigibilidade da poupança rural (MCR 6-4). Decisão: aprovado.

Voto 91/2015-CMN - Dispõe sobre ajustes nas normas do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), amparado por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.065ª SESSÃO REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2016

Às onze horas do dia vinte e oito de janeiro de dois mil e dezesseis, em Brasília, por teleconferência utilizando recursos da internet, teve início a milésima sexagésima quinta sessão do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, e com a participação dos Srs. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, e Valdir Moysés Simão, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Assuntos apreciados:

Voto 1/2016-CMN - Altera a Resolução nº 4.409, de 28 de maio de 2015, que estabelece as condições para o refinanciamento de parcelas de operações de que trata o art. 1º-A da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, destinadas à aquisição e arrendamento mercantil de caminhões, chassis, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques, tanques e afins, carrocerias para caminhões, novos ou usados; sistemas de rastreamento novos; seguro do bem e seguro prestamista, firmadas até 31 de dezembro de 2014. Decisão: aprovado.

Voto 2/2016-CMN - Altera o art. 9º-Y da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, que trata do contingenciamento de crédito ao setor público. Decisão: aprovado.

Voto 3/2016-CMN - Assuntos de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural - Propõe a inclusão dos depósitos à vista captados por instituições financeiras públicas, titulados por entidades da administração pública federal, estadual e municipal, na base de cálculo da exigibilidade dos recursos obrigatórios (MCR 6-2). Decisão: aprovado.

Comunicação 4/2016-CMN - Assuntos de Política Monetária - Apresenta relatório com as posições em aberto em 31 de dezembro de 2015 relativas a contratos de swap cambial, nos termos da Resolução nº 2.939, de 26 de março de 2002. Decisão: ciente.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.066ª SESSÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2016

Às dezoito horas e trinta e cinco minutos do dia dez de fevereiro de dois mil e dezesseis, em Brasília, por teleconferência utilizando recursos da internet, teve início a milésima sexagésima sexta sessão, extraordinária, do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, e com a participação dos Srs. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, e Valdir Moysés Simão, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Assunto apreciado:

Voto 5/2016-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de ato normativo alterando a Resolução nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010, que consolida as normas sobre direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.067ª SESSÃO REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2016

Às dezesseis horas do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezesseis, em Brasília, por teleconferência utilizando recursos da internet, teve início a milésima sexagésima sétima sessão do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, substituto, Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, e com a participação dos Srs. Aldo Luiz Mendes, Presidente do Banco Central do Brasil, substituto, e Valdir Moysés Simão, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Deixaram de comparecer à reunião os Srs. Nelson Henrique Barbosa Filho, Ministro da Fazenda, e Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, por se encontrarem no exterior, em missão oficial.

Assuntos apreciados:

Voto 6/2016-CMN - Altera a Resolução nº 4.395, de 30 de dezembro de 2014, que define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento. Decisão: aprovado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Voto 7/2016-CMN - Inclui o art. 9º-AA na Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, autorizando a concessão de financiamento aos Entes Federativos previstos no § 4º do art. 5º da Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, do Senado Federal. Decisão: aprovado.

Voto 8/2016-CMN - Ajusta as normas de Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP) constantes no MCR 4-1 e de Financiamento para Aquisição de Café (FAC) no âmbito do Funcafé, de que trata o MCR 9-4. Decisão: aprovado.

Voto 9/2016-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de ato normativo alterando a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento. Decisão: aprovado.

Voto 10/2016-CMN - Assuntos de Administração e assuntos de Relacionamento Institucional e Cidadania - Submete as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil relativas ao exercício de 2015, acompanhadas do Relatório da Administração 2015. Decisão: aprovado.

Voto 11/2016-CMN - Assuntos de Administração - Propõe a aprovação do lançamento e das características físicas da moeda comemorativa da cidade de Olinda. Decisão: aprovado.

Voto 12/2016-CMN - Assuntos de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural - Altera a Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013, e seus anexos, que constituem o estatuto e o regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), e altera a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.068ª SESSÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2016

Às vinte e uma horas e um minuto do dia onze de março de dois mil e dezesseis, em Brasília, por teleconferência utilizando recursos da internet, teve início a milésima sexagésima oitava sessão, extraordinária, do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, e com a participação dos Srs. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, e Valdir Moysés Simão, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Assuntos apreciados:

Voto 13/2016-CMN - Altera a Resolução nº 4.171, de 20 de dezembro de 2012, que estabelece critérios, condições e prazos para a concessão de financiamentos ao amparo dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), dentre outras condições. Decisão: aprovado.

Voto 14/2016-CMN - Define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com os demais setores ao amparo de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento em 2016. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.069ª SESSÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2016

Às dezesseis horas e doze minutos do dia trinta e um de março de dois mil e dezesseis, em Brasília, por teleconferência utilizando recursos da internet, teve início a milésima sexagésima nona sessão do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, e com a participação dos Srs. Anthero de Moraes Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, substituto, e Valdir Moysés Simão, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Deixou de participar da reunião o Sr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, por encontrar-se no exterior, em missão oficial.

Assuntos apreciados:

Voto 15/2016-CMN - Fixa os preços mínimos básicos para os cafés arábica e conilon - safra 2016/2017. Decisão: aprovado.

Voto 16/2016-CMN - Fixa os preços mínimos para as culturas de inverno da safra 2016/2017. Decisão: aprovado.

Voto 17/2016-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de resolução que dispõe sobre a digitalização e a gestão de documentos digitalizados relativos às operações e às transações realizadas pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como sobre o procedimento de descarte das matrizes físicas dos documentos digitalizados e armazenados eletronicamente. Decisão: aprovado.

Voto 18/2016-CMN - Assuntos de Política Econômica - Encaminha a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2016. Decisão: aprovado.

Voto 19/2016-CMN - Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Decisão: aprovado.

Voto 20/2016-CMN (original anexado às págs. 17 a 19) - Altera o art. 9°-R da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, com vistas a ampliar os limites para contratação de financiamento para empreendimentos de infraestrutura associados à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Decisão: aprovado.

Voto 21/2016-CMN - Assuntos de Regulação e assuntos de Política Econômica - Fixa a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o segundo trimestre de 2016. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.070ª SESSÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2016

Às quinze horas e onze minutos do dia onze de abril de dois mil e dezesseis, em Brasília, por teleconferência utilizando recursos da internet, teve início a milésima septuagésima sessão, extraordinária, do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, e com a participação dos Srs. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, e Valdir Moysés Simão, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Assuntos apreciados:

Voto 22/2016-CMN - Regulamenta a liquidação antecipada de debêntures de infraestrutura, de que trata o inciso II do § 1º do art. 1º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. Decisão: aprovado.

Voto 23/2016-CMN - Eleva o limite de crédito de custeio pecuário para retenção de matrizes suínas. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.071ª SESSÃO REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2016

Às quinze horas do dia vinte e dois de abril de dois mil e dezesseis, em Brasília, por teleconferência utilizando recursos da internet, teve início a milésima septuagésima primeira sessão do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, e com a participação dos Srs. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, e Francisco Gaetani, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, substituto.

Deixou de participar da reunião o Sr. Valdir Moysés Simão, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, por se encontrar afastado para tratamento de saúde.

Assuntos apreciados:

Voto 24/2016-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de ato normativo alterando a Resolução nº 1.775, de 6 de dezembro de 1990, que dispõe sobre critérios de enquadramento nos limites de diversificação de risco e sobre a aquisição de valores mobiliários de emissão de empresas ligadas. Decisão: aprovado.

Voto 25/2016-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de ato normativo alterando a Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009, que dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Decisão: aprovado.

Voto 26/2016-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe edição de resolução que dispõe sobre a abertura e o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônico e dá outras providências. Decisão: aprovado.

Comunicação 27/2016-CMN - Assuntos de Política Monetária - Apresenta relatório com as posições em aberto em 31 de março de 2016 relativas a contratos de swap cambial, nos termos da Resolução nº 2.939, de 26 de março de 2002. Decisão: ciente.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.072ª SESSÃO REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 2016

Às quinze horas do dia dois de maio de dois mil e dezesseis, em Brasília, por teleconferência utilizando recursos da internet, teve início a milésima septuagésima segunda sessão do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, e com a participação dos Srs. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, e Valdir Moysés Simão, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Assuntos apreciados:

Voto 28/2016-CMN - Altera a Resolução nº 4.171, de 20 de dezembro de 2012, que estabelece critérios, condições e prazos para a concessão de financiamentos ao amparo dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste (FDCO), entre outras condições. Decisão: aprovado.

Voto 29/2016-CMN - Altera as Resoluções ns. 4.314 e 4.315, de 27 de março de 2014, que autorizam a renegociação e liquidação de operações de crédito contratadas ao amparo de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). Decisão: aprovado.

Voto 30/2016-CMN - Ajusta as normas a serem aplicadas às operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a partir de 1º de julho de 2016. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.073ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2016

Às dezoito horas e treze minutos do dia cinco de maio de dois mil e dezesseis, em Brasília, por teleconferência utilizando recursos da internet, teve início a milésima septuagésima terceira sessão, extraordinária, do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, e com a participação dos Srs. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, e Valdir Moysés Simão, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Assuntos apreciados:

Voto 31/2016-CMN - Propõe a edição de resolução que altera o Regulamento anexo à Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, que dispõe sobre as normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas técnicas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização, das entidades abertas de previdência complementar e dos resseguradores locais, sobre as aplicações dos recursos exigidos no País para a garantia das obrigações de ressegurador admitido e sobre a carteira dos Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi); e a Resolução nº 3.042, de 28 de novembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras especializadas em seguro saúde. Decisão: aprovado.

Voto 32/2016-CMN - Altera normas para contratação de operações de crédito rural a partir de 1º de julho de 2016. Decisão: aprovado.

Voto 33/2016-CMN - Define os encargos financeiros e os limites de crédito dos programas de investimento agropecuários amparados em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir de 1º de julho de 2016. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.074ª SESSÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2016

Às doze horas e sete minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e dezesseis, em Brasília, por teleconferência utilizando recursos da internet, teve início a milésima septuagésima quarta sessão, extraordinária, do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, Sr. Henrique de Campos Meirelles, e com a participação dos Srs. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, e Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, interino.

Assunto apreciado:

Voto 38/2016-CMN (original anexado às págs. 3 a 307) - Assuntos do Presidente - Submete à aprovação do Conselho Monetário Nacional o Processo de Prestação de Contas do Banco Central do Brasil relativo ao exercício de 2015. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.075ª SESSÃO REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2016

Às quinze horas e vinte e dois minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões do Conselho Monetário Nacional, localizada no sexto andar do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda, em Brasília, teve início a milésima septuagésima quinta sessão do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Fazenda, Sr. Henrique de Campos Meirelles, e com a participação dos Srs. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, e Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, interino.

Assuntos apreciados:

Voto 34/2016-CMN - Ajusta as disposições gerais do crédito rural de que trata a Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural (MCR). Decisão: aprovado.

Voto 35/2016-CMN - Ajusta as normas dos programas de investimento agropecuários amparados por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir de 1º de julho de 2016. Decisão: aprovado.

Voto 36/2016-CMN - Ajusta as normas gerais do crédito rural a partir de 1º de julho de 2016. Decisão: aprovado.

Voto 37/2016-CMN - Ajusta as normas a serem aplicadas às operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) a partir de 1º de julho de 2016. Decisão: aprovado.

Voto 40/2016-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de ato normativo alterando a Resolução nº 4.455, de 17 de dezembro de 2015, que dispõe sobre procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento dos efeitos das variações cambiais na conversão de demonstrações financeiras de dependência e de entidade coligada ou controlada no exterior e às operações de hedge de variação cambial de dependências ou de investimentos em coligada ou controlada no exterior. Decisão: aprovado.

Voto 41/2016-CMN - Assuntos de Administração - Propõe a edição de resolução que estabelece procedimentos obrigatórios a serem cumpridos pelas instituições financeiras para a retenção de cédulas e moedas metálicas nacionais tidas como falsas ou de legitimidade duvidosa. Decisão: aprovado.

Voto 42/2016-CMN - Assuntos de Política Monetária e assuntos de Regulação - Altera as regras do encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos de poupança. Decisão: aprovado.

Comunicação 43/2016-CMN - Apresenta Relatório Semestral da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) relativo ao Sistema de Supervisão Baseada em Risco (SBR), referente ao período de julho a dezembro de 2015. Decisão: ciente.

Voto 44/2016-CMN - Assuntos de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural - Altera disposições do Capítulo 5 do Manual de Crédito Rural (MCR), que trata sobre concessão de créditos a cooperativas de produção agropecuária. Decisão: aprovado.

Voto 45/2016-CMN - Assuntos de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural - Altera no Manual de Crédito Rural (MCR) as menções aos "recursos próprios" e aos "recursos próprios de serviço", substituindo esses termos, quando cabível, por "garantia de renda mínima", em referência ao benefício previsto no inciso III do art. 65-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Decisão: aprovado.

Voto 46/2016-CMN - Assuntos de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural - Altera datas de vigência e valores referentes à obrigatoriedade de informação das coordenadas geodésicas de empreendimento financiado por operações de crédito rural no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor). Decisão: aprovado.

Voto 47/2016-CMN - Assuntos do Presidente - Submete proposta de alteração da forma de designação do Procurador-Geral do Banco Central do Brasil, com ajuste no Regimento Interno. Decisão: aprovado, com alteração da alínea "b" do inciso XXXVIII do Regimento Interno da Autarquia.

Voto 48/2016-CMN - Assuntos de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural - Controle de Operações do Crédito Rural - Dispõe sobre o mecanismo de direcionamento dos recursos captados por meio da emissão de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), regulamenta as transferências dos recursos recolhidos por conta de deficiência de aplicação do direcionamento das LCAs e cria o Depósito Interfinanceiro vinculado ao Crédito Rural para cumprimento do referido direcionamento (DIR-LCA). Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 3 de novembro de 2016

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 190 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Universidade do Sul de SC - UNS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
NAUTILUS INFORMATICA LTDA	00.368.887/0001-75	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNS0422016, nome: FCIA, versão: 4.15, código MD5: 7d19e2bcbd993aa10002e57311bf94dd NAUTILUS

2. FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU -FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
J. W. DA SILVA - INFORMATICA LTDA - ME	09.626.023/0001-80	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0602016R1, nome: Gerency, versão: 3.0.4.0, código MD5: 0810AB7566B78B2FDB4ED5FEF5CE1E0B Gerency
S & J AUTOMACAO COMERCIAL LTDA ME	14.965.939/0001-03	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0892016, nome: SISTEMA GERENCIAL FRENTE DE CAIXA, versão: 4.1, código MD5: 9CBE5210A7303F9D60C1B655DB010A2A SGE_PDV
JOSEANE LOPES DA SILVA 04631151471	23.069.932/0001-96	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0902016, nome: SIPAF, versão:1.5, código MD5: ab95b462a8ac336f1ee180b7cb6c8b58 Caixa
PICOS INFORMATICA LTDA	69.623.684/0001-84	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0922016, nome: SISGASOLPLUS, versão: 3.0, código MD5: 1DF19F79138548ACB9DB7625DEE70D0 SISGASOLPDV
CS SISTEMAS EIRELI - ME	19.648.269/0001-07	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0822016R2, nome: PLENUS, versão: 10016, código MD5: ADE8EAB47A5EFDE8702557BD791ABB8C PLENUSPDV

3. Fundação Universidade Desenvolvimento do Oeste - UNO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Nedel Sistemas Ltda EPP	00.351.329/0001-05	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNO2382016, nome: DIGIPDV, versão:2.8, código MD5: 1461464898404A581 DFF98D88F588213

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.666, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Aprova a VI Emenda à Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 766, de 3 de março de 1993, e na Recomendação do Conselho de Cooperação Aduaneira de 26 de junho de 2009, resolve:

Art. 1º Fica aprovada, na forma estabelecida no Anexo Único desta Instrução Normativa, disponível no sítio da RFB na internet, no endereço http://www.rfb.gov.br, a VI Emenda à Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), constante do Anexo da Convenção promulgada pelo Decreto nº 97.409, de 23 de dezembro de 1988.

Art. 2º A Nomenclatura do SH, na forma estabelecida no art. 1º, constitui a base para a elaboração do texto em língua portuguesa da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas a Instrução Normativa RFB nº 1.202, de 19 de outubro de 2011, e a Instrução Normativa RFB nº 1.427, de 20 de dezembro de 2013.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.667, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Aprova a tradução das atualizações das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias decorrentes de atualizações publicadas pela Organização Mundial das Alfândegas (OMA) e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 435, de 28 de janeiro de 1992, e no art. 1º da Portaria MF nº 91, de 24 de fevereiro de 1994, resolve:

Art. 1º Fica aprovada, na forma prevista no Anexo Único desta Instrução Normativa, disponível no sítio da RFB na Internet, no endereço eletrônico <http://rfb.gov.br>, a tradução para a língua portuguesa das alterações do texto das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (Nesh) constantes das Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado (RGI/SH), Seção XI e dos Capítulos 2, 3, 7, 9, 12, 15 a 17, 20 a 22, 25 a 30, 32, 33, 35, 38 a 42, 44, 48, 49, 51, 55, 56, 59, 61, 63 a 65, 69 a 74, 76, 82 a 85, 87, 88, 90, 91 e 94 a 96, aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara a BAIXA DE OFICIO de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS/MS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 95, de 17 de maio de 2012, considerando o que consta no Processo Administrativo nº 17561.720256/2016-50 e com fundamento no parágrafo 2º do Artigo 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art 1 - BAIXA de oficio por INEXISTENCIA DE FATO a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do CNPJ nº 19.074.799/0001-99 do contribuinte JOSÉ ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS 05600599145.

Art 2º. O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ELVIS CAIÇARA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara a BAIXA DE OFICIO de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS/MS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 95, de 17 de maio de 2012, considerando o que consta no Processo Administrativo nº 17561.720255/2016-13 e com fundamento no parágrafo 2º do Artigo 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art 1 - BAIXA de oficio por INEXISTENCIA DE FATO a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do CNPJ nº 17.001.969/0001-80 do contribuinte JOÃO ANTONIO MACHADO MARINHO 46533010182.

Art 2º. O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ELVIS CAIÇARA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 108, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17.5.2012, e considerando a delegação de competência do art. 1º da Portaria DRF/REC nº 279/2014, e ainda o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, no Decreto nº 4.213/2002, e na IN-SRF nº 267/2002, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa USINA IPOJUCA S/A. - CNPJ 10.384.022/0001-56, localizada na Av. Conselheiro Aguiar 1472 Sala 213 - Boa Viagem - Recife(PE), em razão da DIVERSIFICAÇÃO do empreendimento de Fabricação de Açúcar Refinado, na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma do Inciso I do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0227/2007, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da Sudene, e de acordo com o que consta do processo administrativo nº 10480.730223/2014-15.

Art. 2º. Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento Filial - CNPJ 10.384.022/0003-18, localizado no Engenho Conceição Velha, s/n - Ipojuca (PE), limitando-se ao produto e quantidade produzida discriminados no Laudo Constitutivo nº 0227/2007, com período de fruição iniciando em 01/01/2007 e término em 31/12/2016.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º. Ficam excluídas do benefício ora reconhecido outras atividades objeto da empresa em questão. Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0227/2007 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 109, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17.5.2012, e considerando a delegação de competência do art. 1º da Portaria DRF/REC nº 279/2014, e ainda o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, no Decreto nº 4.213/2002, e na IN-SRF nº 267/2002, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa USINA IPOJUCA S/A. - CNPJ 10.384.022/0001-56, localizada na Av. Conselheiro Aguiar 1472 Sala 213 - Boa Viagem - Recife(PE), em razão da DIVERSIFICAÇÃO do empreendimento de Geração de Energia Elétrica, na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma do Inciso I do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0226/2007, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da Sudene, e de acordo com o que consta do processo administrativo nº 10480.730224/2014-51.

Art. 2º. Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento Filial - CNPJ 10.384.022/0003-18, localizado no Engenho Conceição Velha, s/n - Ipojuca (PE), limitando-se ao produto e quantidade produzida discriminados no Laudo Constitutivo nº 0226/2007, com período de fruição iniciando em 01/01/2007 e término em 31/12/2016.

Art. 3º. Ficam excluídas do benefício ora reconhecido outras atividades objetos da empresa em questão. Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0226/2007 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Atualiza marcas comerciais relativo aos Registros Especiais nº 06104/193 e 06104/194.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o processo administrativo nº 10640.721320/2016-91, declara:

Art.1º.- O estabelecimento da empresa DESTOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 20.746.370/0001-80, situado na estrada Faria Lemos acesso a Carangola, 5,5 km, Zona Rural, Faria Lemos, MG, está inscrito no Registro Especial sob o nº 06104/193 e 06104/194, como produtor e engarrafador, conformes Declaratórios Executivos nº 5 e 6, de 15 de junho de 2016, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora - MG.

Art. 2º.- O estabelecimento supra citado está autorizado a produzir, engarrafar e comercializar os produtos abaixo discriminados:

MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECIPIENTE (ml)
1000 MONTES AMBURANA	500
1000 MONTES AMENDOIM	500
1000 MONTES BRUTA	500
1000 MONTES CARVALHO	500
1000 MONTES JEQUITIBÁ ROSA	500
AMAROGUTTA	500 e 1000
B HONEY	750
HONEY HUNTR	750
SPIRAL	700

Art. 3º - A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Anula inscrição de empresa no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ).

A CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA, Estado de Minas Gerais, por delegação de competência constante na Portaria DRF/UBL/65, de 11 de agosto de 2015, combinado com o que dispõe o inciso II do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o processo, 10675.721778/2016-42, declara:

Art. 1º Anulada a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) de Elisa Maria da Silva 01753717680, CNPJ 18.001.642/0001-70, em virtude de vício na inscrição.

Art. 2º Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa empresa a partir de 25/04/2013.

Art. 3º O presente ato terá validade após publicação no Diário Oficial da União.

ROSIMEIRE APARECIDA DA SILVA CASTILHOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 871, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Revoga portaria que menciona

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III do art. 209, e o inciso VI e o § 1º do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 377 e 462 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro) e no art. 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 269, de 19 de abril de 2016, publicada no D.O.U. de 22 de abril de 2016, Seção 1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS VIDAL PONTES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

Declara excluído do Regime Tributário Diferenciado, Simplificado e Favorecido aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) o contribuinte que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012; e da competência expressa no art. 29, § 5° e art. 33 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006; regulamentada pelo art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN n° 94, de 29 de novembro de 2011, publicada no DOU de 1°/12/2012, declara:

Art. 1º Fica excluído do Simples Nacional o contribuinte SOMBREIRO LANCHES LTDA - ME, inscrito no CNPJ nº 31.579.279/0001-33, em virtude de a sociedade ter cometido as infrações previstas no inciso VIII do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, conforme demonstrado em procedimento de fiscalização externa e formalizado na Representação para Exclusão do Simples Nacional, devidamente acostada no processo administrativo nº 15540.720147/2016-55.

Art. 2º A exclusão do Simples Nacional surtirá os efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012, conforme disposto no artigo 29, parágrafo 1º da Lei Complementar nº 123/2006 (Redação dada pela Lei Complementar nº 127 de 2007).

Art. 3º Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias, contados a partir da ciência deste Ato, manifestar a inconformidade, por escrito, nos termos do Decreto nº 70.235, de 7 de março de 1972, e alterações posteriores, relativamente à exclusão do Simples Nacional, à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro/RJ, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

FERNANDO JOSÉ DA ROCHA VELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 93, DE 26 OUTUBRO DE 2016

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme IN RFB 1.634/2016.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, no uso da atribuição prevista no inciso II, do art. 5º da Portaria nº 196, de 27 de dezembro de 2012, publicada no D.O.U de 28/12/2012 e tendo em vista o disposto no art. 81, § 5º da Lei nº 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e no inciso III do art. 37, combinado com inciso II do art. 40, inciso II do art. 42 , ambos da IN RFB Nº 1.634/2016, em razão do exposto na Representação Fiscal lavrada em 25 de outubro de 2016 constante no Processo Administrativo nº 15586.720.539/2016-98, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ nº 11.416.596/0001-21 da empresa PACIFIC IMPORTACÃO, EXPORTACÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, uma vez que a pessoa jurídica não foi localizada no endereço informado no CNPJ.

Art. 2º Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica PACIFIC IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA a partir da data de publicação deste ADE.

ERIVAN LUÍS GARIOLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 814, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os artigos 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, a pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e alterações, e tendo em vista o disposto no § 5° do art. 29 e no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação da Lei Complementar nº 154, de 18 de abril de 2016, bem como, no inciso I do art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011 e alterações, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica, a seguir identificada, devido a fatos relatados na representação fiscal datada de 26 de agosto de 2016, processo n° 12448.726620/2016-78, em virtude de procedimento fiscal para o ano-calendário de 2012 haver verificado receita bruta anual no montante de R$ 10.995.641,88 (dez milhões novecentos e noventa e cinco mil seiscentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos), superior ao limite máximo legal de R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), excedido em mais de 20% no mês de maio de 2012, quando a receita bruta acumulada totalizou R$ 4.462.862,78 (quatro milhões quatrocentos e sessenta e dois mil oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos), conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, art. 3º, inciso II e § 9º; art. 29, inciso I; art. 30, inciso IV, § 1º, inciso IV, alínea a; e na Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011 e alterações, art. 2º, §§ 1º e 2º; art. 73, inciso II, alínea a, item 1; art. 76, inciso I,

Nome Empresarial: INFOCOM ASSESSORIA E INTERMEDIAÇÃO COMERCIAL EIRELI - EPP

Número de inscrição no CNPJ: 02.414.602/0001-10

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de junho de 2012, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, art. 29, inciso I; art. 31, inciso V, alínea a; e na Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011 e alterações, art. 73, inciso II, alínea a, item 1; art. 76, inciso I.

Art. 3º A pessoa jurídica que desejar contestar a sua exclusão do Simples Nacional deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), impugnação dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, art. 109 da Resolução CGSN nº 94, de 2011 e alterações, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Na hipótese de apresentação de impugnação tempestiva, o termo de exclusão somente se tornará efetivo quando a decisão definitiva for desfavorável ao contribuinte, conforme disposto no § 3º do art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 2011 e alterações, observando-se, quanto aos efeitos da exclusão, o disposto no art. 76 da Resolução CGSN nº 94, de 2011 e alterações.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas, com registro cancelado no órgão de registro.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e artigo 3º, inciso IV, Portaria DRF/ATA nº 22, de 04 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2011, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.430/1996, Lei 11.941/2009 e Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º-Baixada a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 54.827.266/0001-31, em nome da empresa PAULO BENTO DE AZEVEDO-ME, na forma disciplinada pelos artigos 80-A e 80-B da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com nova redação dada pelo artigo 30 da Lei nº 11.941 de 27 de dezembro de 2009, inciso IV e parágrafos 1º e 2º do artigo 29 e parágrafo 1º do artigo 33 da IN RFB nº 1634, de 06 de maio de 2016, observando ainda o que consta do processo administrativo nº 10820.720982/2016-25.

Artigo 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LOPES DE SOUZA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Inscreve contribuinte nos registros especiais para estabelecimento que realize operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE EM EXERCÍCIO, DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DEFIS/SPO nº 91, de 24 de Maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2016, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Nº 165 - Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO -UP-08190/01676 para operar com PAPEL IMUNE destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, o estabelecimento da empresa IT MIDIA EDITORA S/A , inscrita no CNPJ sob o número 23.228.942/0001-27, localizado à Praça Professor José Lannes, 40 - 17º andar, sala 174 - São Paulo - CEP 04571-100 , de acordo com os autos do Processo nº 18186.727651/2016-51.

Nº 166 - Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR -IP-08190/00666 para operar com PAPEL IMUNE destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, o estabelecimento da empresa IT MIDIA EDITORA S/A , inscrita no CNPJ sob o número 23.228.942/0001-27, localizado à Praça Professor José Lannes, 40 - 17º andar, sala 174 - São Paulo - CEP 04571-100 , de acordo com os autos do Processo nº 18186.727651/2016-51.

RODRIGO LOPES ARAUJO

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Inscreve contribuinte nos registro especiais para estabelecimento que realize operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE EM EXERCÍCIO, DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria DEFIS/SPO nº91 de 24/05/16 (DOU 30/05/16)., considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Nº 177 - Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO - UP/08190/001677 para operar com PAPEL IMUNE destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, o estabelecimento da empresa RENOVAGRAF TECNOLOGIA GRÁFICA EIRELI inscrita no CNPJ sob o número 14.550.722/0001-24,, localizado na RUA DO ORFANATO, 1205- CEP 03131-010 de acordo com os autos do processo nº 13807.727279/2016-12.

Nº 178 - Inscrito no Registro Especial de GRÁFICA -GP-08190/00615 para operar com PAPEL IMUNE destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, o estabelecimento da empresa RENOVAGRAF TECNOLOGIA GRÁFICA EIRELI inscrita no CNPJ sob o número 14.550.722/0001-24,, localizado na RUA DO ORFANATO, 1205- CEP 03131-010 de acordo com os autos do processo nº 13807.727279/2016-12.

CECILIA CICERA DA PALMA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

Cancela contribuinte no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A CHEFE DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria DEFIS/SPO nº 91, de 24 de maio de 2016 publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2016, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009 e alterações posteriores:

Nº 183 - Cancela, o Registro Especial de USUÁRIO nº 08190/01663, concedido pelo ADE nº 0063/2016 de 16/05/16, publicado no DOU em 07/06/16 - Processo nº 13807.721141/2016-00, para o estabelecimento da empresa JF GAZETA GRÁFICA E EDITORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o número23.682.521/00021-71 com endereço indicado Rua Tomé Rodrigues da Silva, 07-A, Parque Novo Mundo.

CECÍLIA CICERA DA PALMA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 298, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

Declara o restabelecimento de ofício perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 224, inciso III e 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, com fundamento no art. 31, § 3º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/16, declara:

I - ATIVA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com efeitos a partir da publicação deste ADE, a situação cadastral da inscrição nº 12.998.137/0001-66, da empresa TELMA LOPES IMOVEIS LTDA ME, considerando o teor do processo nº 11516.720099/2016-41, em que foi constatada a regularização da situação que motivou a baixa de ofício, observado o § 5º do artigo 31º da Instrução Normativa RFB Nº 1.634, de 06/05/2016.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA EQUIPE ADUANEIRA 3

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Inclui no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

A CHEFE DA EQUIPE ADUANEIRA 3 DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e pelos poderes delegados pela Portaria IRF/CTA nº 158, de 28 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro RODRIGO MUNHOZ DA ROCHA CARREIRO, CPF: 026.283.379-40, processo nº 15165.722093/2016-97.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHELI MITIKO MATSUNAGA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/PEL Nº 36, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

Declara a nulidade da inscrição que menciona junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS - RS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e com fundamento no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1º Anulada, de ofício, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda, a inscrição nº 13.668.618/0001-76, em nome de FERNANDO MANENTI DE SOUZA 63571102053, da jurisdição desta Unidade, por ter sido constatada a ocorrência de vício no ato de inscrição, conforme apurado no processo administrativo nº 11040.721555/2016-12.

Art 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União, tendo eficácia retroativa à data da inscrição anulada.

VLADIMIR TEIXEIRA DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ABAIXO IDENTIFICADO, EM EXERCÍCIO NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/POA nº º 091/2012, publicada no DOU de 16 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e as jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha PAES.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo

dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, situada na Avenida Loureiro da Silva, 445 - Central de Atendimento ao Contribuinte - CAC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAES será definitiva..

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO RENI LINCKE

ANEXO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do

§ 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CPF e CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

114.200.570-49 FELIPE NERI CRUZ

217.687.220-72 LUIZ HENRIQUE PILLA DIAS

223.241.190-72 JOSE ALCEBIADES DE OLIVEIRA JUNIOR

00.102.351/0001-03 EDISON OLIVEIRA CABELEIREIROS LTDA

88.738.943/0001-67 COMERCIO E REPRESENTACOES ALEXANDRE LTDA

89.547.640/0001-20 FORK PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA

90.411.349/0001-09 ENIO S AVILA & CIA LTDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

90.953.647/0001-20 SANCHOTENE FELICE HOTEIS E TURISMO LTDA
92.159.714/0001-65 ANDRADE E FILHO LTDA
94.973.799/0001-46 COMERCIAL DE MOVEIS MACHADO LTDA

BRUNO RENI LINCKE

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 668, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º da Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto na Portaria MEFP nº 547, de 23 de julho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, e na Portaria nº 91, de 24 de abril de 1992, do Ministro de Estado da Agricultura e da Reforma Agrária, resolve

Art. 1º Declarar o valor nominal reajustado dos Títulos da Dívida Agrária, a partir de janeiro de 1989, para o mês de novembro de 2016:

VALOR DE REFERÊNCIA Base maio/92 Cruzeiros	VALOR NOMINAL REAJUSTADO Reais
79.297,75	97,77

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 517, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, com fundamento no inciso VI do artigo 2º e no inciso X do artigo 11, ambos do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, combinado com a deliberação da Diretoria Colegiada da PREVIC, em sua 329ª Sessão Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, a contar de 6 de novembro de 2016, o prazo de que trata a Portaria nº 481, de 6 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 194, de 7 de outubro de 2016, seção 1, página 32, referente à intervenção na CAPAF - Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESDRAS ESNARRIAGA JUNIOR

DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 518, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000273/2016-76, comando nº 420088286 e juntada nº 426620086, resolve:

Art. 1º Aprovar a destinação de reserva especial do Plano Básico de Benefícios - CNPB n° 1980.0004-92, administrado pela Fundação Banco Central de Previdência Privada - CENTRUS, com reversão de valores aos assistidos e ao patrocinador.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE ARIMATEIA PINHEIRO TORRES

PORTARIAS DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "d", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000193/2015-30, comando nº 423921230 e juntada nº 428036279, resolve:

Nº 519 - Art. 1º Aprovar o "2º Termo Aditivo ao Termo de Rescisão do Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefícios III", firmado entre as entidades e as patrocinadoras: Banco Santander (Brasil) S.A., Isban Brasil S.A., Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Produban Serviços de Informática S.A., Universia Brasil S.A., Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., Aymore Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Santander Participações S.A., Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda, Santander Securities Services Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Webcasas S.A., Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e Sanprev - Santander Associação e Previdência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "d", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000196/2015-73, comando nº 423921666 e juntada nº 428035863, resolve:

Nº 520 - Art. 1º Aprovar o "2º Termo Aditivo ao Termo de Rescisão do Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefícios I", firmado entre as entidades e as patrocinadoras: Banco Santander (Brasil) S.A., Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e Sanprev - Santander Associação e Previdência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "d", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000195/2015-29, comando nº 423920924 e juntada nº 428035479, resolve:

Nº 521 - Art. 1º Aprovar o 2º Termo Aditivo ao Termo de Rescisão do Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefícios II, firmado entre as entidades e as patrocinadoras: Banco Santander (Brasil) S.A., Isban Brasil S.A., Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Produban Serviços de Informática S.A., Universia Brasil S.A., Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., Aymore Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Santander Participações S.A., Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda, Santander Securities Services Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Webcasas S.A., Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e Sanprev - Santander Associação e Previdência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 e o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "a" e "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e tendo em vista a Resolução CGPC nº 14, de 1º de outubro de 2004, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 00000.003027/9119-79, comando nº 408676164 e juntada nº 426994973, resolve:

Nº 522 - Art. 1º Aprovar o Regulamento do Plano de Benefícios Sergus CD, administrado pelo SERGUS - Instituto Banese de Seguridade Social.

Art. 2º Inscrever sob o nº 2016.0018-11, no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, o Plano de Benefícios Sergus CD.

Art. 3º Aprovar o Convênio de Adesão do Banese - Banco do Estado de Sergipe S.A., Casse - Caixa de Assistência dos Empregados do Banese e Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda., e o Termo de Adesão do SERGUS - Instituto Banese de Seguridade Social, na condição de patrocinadores do Plano de Benefícios Sergus CD, CNPB nº 2016.0018-11.

Art. 4º Fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para início de funcionamento do referido plano.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

DIRETORIA COLEGIADA

INSTRUÇÃO Nº 34, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre o cadastro e o envio de arquivos eletrônicos com informações de carteiras de fundos de investimentos.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, em sessão realizada em 1o de agosto de 2016, com fundamento no art. 2°, inciso III, da Lei no 12.154, de 23 de dezembro de 2009, no art. 11, inciso VIII, do Anexo I do Decreto n° 7.075, de 26 de janeiro de 2010, decide:

Art. 1° O art. 10 da Instrução MPS/PREVIC n° 02, de 18 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10.....

§ 5° O envio dos arquivos previstos no parágrafo 3o deste artigo deverá ser realizado, a contar de 1o de janeiro de 2017, por meio do sistema STA-Previc, disponível na página eletrônica da Autarquia, e conforme padrão definido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, no formato eXtensible Markup Language - XML, versão 5.0, para os seguintes fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento:

I - fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como fundos de dívida externa;

II - fundos de investimento em participações e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em participações;

III - fundos de investimento imobiliário;

IV - fundos de investimento em empresas emergentes;

V - fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios; e

VI - fundos de investimento constituídos no Brasil que apliquem recursos em ativos emitidos no exterior.

§ 6° O envio, por meio do sistema SICADI, dos arquivos previstos no parágrafo 5o deste artigo fica dispensado a contar de 1o de julho de 2016." (NR)

Art. 2° Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

ESDRAS ESNARRIAGA JUNIOR
Diretor-Superintendente
Substituto

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 404, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

Divulga o resultado da análise de projetos de infraestrutura no setor de irrigação quanto à solicitação de enquadramento ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007 e alterações posteriores, e ainda a Portaria nº 403, de 29 de agosto de 2013, resolve APROVAR a solicitação de enquadramento ao REIDI do projeto de irrigação por gotejamento em área de 250 hectares, que inclui aquisição e instalação de sistema de irrigação por gotejamento, estações de bombeamento com os respectivos conjuntos motobombas, tubulação adutora e obras para a infraestrutura de irrigação, no total de R$ 863.505,33 (oitocentos e sessenta e três mil, quinhentos e cinco reais e trinta e três centavos), com estimativa de desoneração de R$ 52.835,83 (cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais e oitenta e três centavos), referente ao Processo nº 59204.003941/2016-27, localizado no endereço Fazenda Emú, Estrada Municipal Reginópolis/Borborema, s/n, km 13,5, Zona Rural, Reginópolis-SP, CEP: 17.190-000, cujo titular é a empresa Citrosuco S/A Agroindústria, registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com o nº 33.010.786/0117-07, possibilitando ao seu titular, a partir da publicação desta portaria, requerer habilitação ou co-habilitação ao REIDI, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

HELDER BARBALHO

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RESOLUÇÃO Nº 76, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

Aprova a Consulta Prévia da Empresa PCH Jauru S.A. que objetiva a construção de uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica) no Município de Reserva do Cabaçal (MT), com a participação de recursos do FDCO.

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Anexo I ao Decreto n.º 8.277, de 27 de junho de 2014, torna público que, em sessão da 47ª reunião ordinária realizada em 03 de novembro de 2016, a Diretoria Colegiada desta Superintendência, resolveu:

Art. 1º. Aprovar, observando o disposto nos § 3º e § 9º do art. 17 do Anexo ao Decreto n.º 8.067, de 14 de agosto de 2013, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, a Consulta Prévia da empresa PCH Jauru S.A., CNPJ n.º 19.452.261/0001-70, que objetiva a construção de uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica) no município de Reserva do Cabaçal (MT), no valor de até R$ 41.079.324,00 (quarenta e um milhões, setenta e nove mil e trezentos e vinte e quatro reais).

Art. 2º. Atestar que o empreendimento se harmoniza com as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo (Condel) desta Autarquia para aplicação de recursos desse Fundo no exercício de 2016, observado o disposto nas Resoluções Condel/Sudeco nº 38/2015, de 27 de outubro de 2015 e nº. 47/2016, de 26 de abril de 2016, tratando-se de investimento no setor de Infraestrutura: geração de energia por Pequenas Centrais Hidrelétricas, parques eólicos e centrais fotovoltaicas.

Art. 3º. Notificar que a Consulta Prévia, neste ato aprovada, terá um prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data de recebimento da comunicação, segundo § 11 do art. 17 do Anexo ao Decreto n.º 8.067/13.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 4º. Cientificar, de acordo com os § 10 e § 12 do art. 17 do Anexo do Decreto n.º 8.067/13, que a empresa deverá procurar o agente operador de sua preferência para obter a autorização com vistas à elaboração do respectivo projeto.

Art. 5º. Disponibilizar esta Resolução em meio eletrônico para consulta pública, em respeito ao § 15 do art. 17 do Anexo do Decreto n.º 8.067/13.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS NANTES DE OLIVEIRA

RESOLUÇÃO Nº 77, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

Aprova a Consulta Prévia da Empresa PCH Juína S.A. que objetiva a construção de uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica) no Município de Campos de Júlio (MT), com a participação de recursos do FDCO.

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Anexo I ao Decreto n.º 8.277, de 27 de junho de 2014, torna público que, em sessão da 47ª reunião ordinária realizada em 03 de novembro de 2016, a Diretoria Colegiada desta Superintendência, resolveu:

Art. 1º. Aprovar, observando o disposto nos § 3º e § 9º do art. 17 do Anexo ao Decreto n.º 8.067, de 14 de agosto de 2013, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, a Consulta Prévia da empresa PCH Juína S.A, CNPJ n.º 19.448.874/0001-34, que objetiva a construção de uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica) no município de Campos de Júlio (MT), no valor de até R$ 101.616.276,00 (cento e um milhões, seiscentos e dezesseis mil e duzentos e setenta e seis reais).

Art. 2º. Atestar que o empreendimento se harmoniza com as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo (Condel) desta Autarquia para aplicação de recursos desse Fundo no exercício de 2016, observado o disposto nas Resoluções Condel/Sudeco nº 38/2015, de 27 de outubro de 2015 e nº. 47/2016, de 26 de abril de 2016, tratando-se de investimento no setor de Infraestrutura: geração de energia por Pequenas Centrais Hidrelétricas, parques eólicos e centrais fotovoltaicas.

Art. 3º. Notificar que a Consulta Prévia, neste ato aprovada, terá um prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data de recebimento da comunicação, segundo § 11 do art. 17 do Anexo ao Decreto n.º 8.067/13.

Art. 4º. Cientificar, de acordo com os § 10 e § 12 do art. 17 do Anexo do Decreto n.º 8.067/13, que a empresa deverá procurar o agente operador de sua preferência para obter a autorização com vistas à elaboração do respectivo projeto.

Art. 5º. Disponibilizar esta Resolução em meio eletrônico para consulta pública, em respeito ao § 15 do art. 17 do Anexo do Decreto n.º 8.067/13.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS NANTES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 208, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, II do anexo I, do Decreto n.º 8.275, de 27 de junho de 2014 e o art. 10, II do Regimento Interno da SUDAM e a Resolução nº 192 de 07 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º - Condecorar com o "Prêmio de Reconhecimento de Iniciativas Inovadoras 2016" os servidores abaixo:

Tema: Formular e atuar em políticas e planos regionais integrados	
SERVIDOR	INICIATIVA
ALEXANDRE SALGADO LESSA DOS SANTOS	Boletim Amazônia - Indicadores Socioeconômico- Ambientais e Análise Conjuntural da Amazônia Legal
NARDA MARGARETH CARVALHO GOMES DE SOUZA	Consolidação de metodologia para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Estadual Sustentável na Amazônia
RODRIGO PORTUGAL DA COSTA	Incentivos Fiscais concedidos - Relatório de Avaliação 2007-2014
VILMARA FERREIRA SALGADO	Artigo Cientifico - Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia- Diretrizes para o turismo na Amazônia Legal
Tema: Implementar modelo de gestão eficiente e transparente voltado para resultados	
SERVIDOR	INICIATIVA
ANDRE MELO DE MORAIS	Propostas para Redução do Consumo de Energia Elétrica no Complexo Predial da SUDAM
Tema: Promover a integração e expansão econômica	
SERVIDOR	INICIATIVA
BENEDITO BARROS CALDAS	Instalação de um Ponto de Presença do Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão para a Colônia de Pescadores Z-37 Sub Sede Parque Verde na Comunidade Santa Isabel, Município de Curralinho/PA
JULIO GUERRA NETO	Microeixos de Transporte de Cargas e Passageiros na Amazônia
MARCIO BASTOS GUERRA	Cartilha Parlamentar 2016/2017
Tema: Ampliar o aprendizado e crescimento organizacional	
SERVIDOR	INICIATIVA
LUIZ ANTONIO LEAO LISBOA JUNIOR	Sistema de Protocolo

Art. 2º - A condecoração de que trata o art. 1º deverá constar nos assentamentos funcionais dos servidores;
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

Ministério da Justiça e Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 978, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.60342, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por DINORA BOHRER, portadora do CPF nº 820.839.329-00, e retificar a Portaria Ministerial n.º 189 de 31 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 02 de abril de 2015, para declará-la anistiada política, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 03.08.2016 a 26.11.2002, perfazendo um total retroativo de R$ 313.162,67 (trezentos e treze mil, cento e sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 979, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.57452, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por ARNILDO SCHWINGEL, portador do CPF nº 137.218.799-53, e retificar a Portaria Ministerial n.º 210 de 31 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 02 de abril de 2015, para declará-lo anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 14.12.1964 a 31.01.1973, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 980, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária, realizada no dia 29 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.23557, resolve:

Dar provimento parcial ao Recurso interposto por PEDRO PAULO DE ABREU PINHEIRO, portador do CPF nº 324.966.306-97, para complementar a Portaria Ministerial n.º 1243, de 25 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2006, para conceder a contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 09.12.1987 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, inciso III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 981, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.04940, resolve:

Desprover o Recurso interposto por AUGUSTO AECIO MENDES DUARTE, portador do CPF nº 086.787.904-15, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 1.025 de 07 de abril de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2004.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 982, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70580, resolve:

Declarar anistiado político JOÃO IZIDIO DA SILVA, portador do CPF nº 493.520.758-20, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.910,00 (um mil, novecentos e dez reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 28.04.2016 a 02.03.2007, perfazendo um total retroativo de R$ 227.353,67 (duzentos e vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 09.03.1988 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 983, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária, realizada no dia 29 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.27109, resolve:

Desprover o Recurso, e ratificar a condição de anistiado político post mortem de NELSON ANTONIO DE OLIVEIRA, filho de CAROLINA MARIA DE OLIVEIRA, conceder a MATILDE SANDEIRA DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 350.144.407-97, NB 59/045.098.099-5, e a EVA DEODICE FERNANDES MACHADO, portadora do CPF nº 228.152.877-49, NB 59/054.227.451-5, a substituição das pensões por morte de anistiado político, nos mesmos valores que vêm percebendo do INSS, pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 984, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 27 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54672, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de PEDRO MINEIRO FILHO, filho de OLINDINA COSTA, formulado por NAIDES MARIA RODRIGUES MATOS MINEIRO, portadora do CPF nº. 602.322.501-20.

ALEXANDRE DE MORAES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 985, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.71991, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de MOACIR SILVA MARINI, filho de EUNICE SILVA MARINI.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 986, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.02.10595, resolve:

Não conhecer o pedido de Reconsideração interposto por SEVERINO BATISTA CABRAL, portador do CPF nº 068.123.097-53, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 1.712 de 16 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2015.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 987, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária, realizada no dia 29 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.05264, resolve:

Desprover o Recurso interposto por RONALD ESCOBAR, portador do CPF nº 069.434.467-20, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 1883 de 04 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 05 de junho de 2009.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 988, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09364, resolve:

Desprover o Recurso, e indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de REINALDO ANTÔNIO MATANA, filho de COZIRA BORIHONATTO.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 989, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.41140, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JESEMIEL ALVES PEREIRA, portador do CPF nº 076.232.168-72, e ratificar a Portaria Ministerial nº 1.084 de 13 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2005.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 990, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.00398, resolve:

Não conhecer o pedido de Reconsideração interposto por MIGUEL CAVALCANTI NETO, portador do CPF nº 018.719.603-63, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 1360 de 22 de outubro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 991, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09615, resolve:

Desprover o Recurso de HÉLIO FILIN VIERA post mortem, filho de TÉDIA FILIN VIERA, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 992, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.08896, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOÃO MARTINS DE ALMIRON, portador do CPF nº 020.666.539-34, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 993, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53884, resolve:

Desprover o Recurso interposto por NICOLAU RODRIGUES, portador do CPF nº 010.312.279-62, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 994, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.12490, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ARISTIDES QUARESMA GULARTE, portador do CPF nº 385.758.339-87, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 995, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09474, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOSÉ DA COSTA, portador do CPF nº 250.941.499-20, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 1414 de 30 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2010.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 996, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.10053, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ROMÃO DE LARA, filho de ZULMIRA DE LARA, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 997, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54029, resolve:

Desprover o Recurso interposto por LUIZ RIBEIRO ANTUNES, portador do CPF nº 054.528.039-71, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 998, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.02686, resolve:

Não conhecer o pedido de Reconsideração interposto por GILBERTO SA BRITO DOS SANTOS, portador do CPF nº 157.167.590-68, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 1.709 de 16 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2015.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 999, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.49317, resolve:

Não conhecer o pedido de Reconsideração interposto por EVANIRA DOS ANJOS DE ARAGÃO, portadora do CPF nº 532.047.510-15, em nome de ARGOS MESQUITA DE ARAGÃO post mortem, filho de MARIA MESQUITA DE ARAGÃO, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 2707 de 01 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 02 de dezembro de 2011.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.000, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.20305, resolve:

Desprover o Recurso interposto por DIRCEU BRANT DE QUEIROZ, portador do CPF nº 101.895.136-91, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.001, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.12521, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOÃO PORSCH, portador do CPF nº 824.390.369-00, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.002, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.20303, resolve:

Não conhecer o pedido de Reconsideração interposto por GUTEMBERG DA SILVA, portador do CPF nº 070.833.866-68, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 2106 de 24 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2006.

ALEXANDRE DE MORAES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.003, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.40612, resolve:

Desprover o Recurso interposto por MANOEL NAZARENO FERNANDES, portador do CPF nº 028.151.254-04, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 0355 de 08 de março de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 11 de março de 2005.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.004, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.48620, resolve:

Não conhecer o pedido de Reconsideração interposto por RENATO TOLEDO BARROS, portador do CPF nº 528.026.718-04, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 2231 de 29 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 01 de dezembro de 2005.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.005, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.04652, resolve:

Não conhecer o pedido de Reconsideração interposto por DORCAS BERNARDES DO CARMO SANTOS, portadora do CPF nº 455.692.314-04, em nome de JOSÉ BEZERRA DOS SANTOS post mortem, filho de TERESA OLIVEIRA DOS SANTOS, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 2561 de 18 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2008.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.006, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.52035, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de IRINEU FRANCILINO, formulado por IZABEL FERREIRA DA SILVA, portadora do CPF nº 680.640.122-87.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.007, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.60611, resolve:

Declarar anistiado político ANTONIO JANUARIO DA SILVA, portador do CPF nº 246.849.377-04, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.008, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70513, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ELINEDE COSMO MONTEIRO, portadora do CPF nº 639.119.222-72.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.009, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68147, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por RAIMUNDO PEREIRA MONTEIRO, portador do CPF nº 180.068.841-53.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.010, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.59028, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSE ALVES DOS SANTOS, filho de MARTILIANA ALVES DOS SANTOS.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.011, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68190, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIA BALBINA DE SOUZA SILVA, portadora do CPF nº 968.014.251-53.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.012, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64998, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIA SILVA AGUIAR, portadora do CPF nº 568.807.902-91.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.013, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53075, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FRANCISCO DA SILVA SOUSA, portador do CPF nº 098.682.833-53.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.014, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53073, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOÃO MURADA CABRAL, filho de MARIA MURADA CABRAL, formulado por MARIA JOSE DOS SANTOS SILVA, portadora do CPF nº. 345.203.683-91.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.015, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65303, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIA DE LOURDES ALVES DOS SANTOS FARIAS, portadora do CPF nº 299.181.462-49.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.016, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.71757, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ISAIAS SANTANA DE SOUZA, portador do CPF nº 601.358.831-72.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.017, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70982, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por BENEDITO BARBOZA DE OLIVEIRO, portador do CPF nº 153.103.612-00.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.018, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65203, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por RAIMUNDO ALMEIDA, portador do CPF nº 156.476.412-53.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.019, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66650, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ANTONIO MENEZES DOS REIS, filho de ANA CASTRO DE MENEZES.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.020, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão de Turma, realizada no dia 16 de abril de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07776, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANTONIA MENDES DO NASCIMENTO, portadora do CPF nº 046.934.182-34.

ALEXANDRE DE MORAES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.021, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 25ª Sessão de Turma, realizada no dia 15 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.59039, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de DOMINGOS PEREIRA DE BRITO, filho de ALTINA PEREIRA DE BRITO.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.022, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70545, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSIVAL ROSENDO DA SILVA, portador do CPF nº 371.118.251-87.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.023, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68148, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por RAIMUNDA RODRIGUES DA SILVA,portadora do CPF nº 212.186.332-04.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.024, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão de Turma, realizada no dia 16 de abril de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.24999, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por WARNEY JOSE DE FONTENELLE, portador do CPF nº 842.807.607-30.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.025, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.59024, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FAUSTO PEREIRA COSTA, portador do CPF nº 069.337.182-04.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.026, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70696, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA, filho de HELENA FRANCISCA DE JESUS, formulado por NORMA SUELY DOS SANTOS OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 372.118.972-87.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.027, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65504, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSE RIBEIRO DE ALMEIDA, portador do CPF nº 180.617.101-53.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.028, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65156, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOSE TAVEIRA DA SILVA, filho de IZIDORA TAVEIRA DA SILVA, formulado por IRACI GUARIM DOS SANTOS, portadora do CPF nº 661.475.902-78.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.029, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.10996, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIA DAS NEVES SOUZA, portadora do CPF nº 450.651.442-49.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.030, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70350, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOÃO BARROS DE SOUSA, portador do CPF nº 195.821.451-53.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.031, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65149, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ALTO ALVES DE SOUZA, formulado por ANGELITA FERNANDES SOUZA, portadora do CPF nº. 824.549.302-34.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.032, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70514, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por RAIMUNDO LOPES DA SILVA,portador do CPF nº 155.836.352-15.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.033, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72010, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOÃO PEREIRA COSTA, portador do CPF nº 756.129.502-25.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.034, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72754, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FRANCISCA ALVES DA SILVA,portadora do CPF nº 378.815.232-04.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.035, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 16 de fevereiro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09932, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de VERA LUCIA RODRIGUES POMPEU LOUREIRO, filha de MARIA FERREIRA RODRIGUES.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.036, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72052, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIO MATIAS FERREIRA, portador do CPF nº 365.266.222-91.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.037, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72089, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por DALVA DE SOUZA BATISTA, portadora do CPF nº 248.082.882-49.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.038, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 26 de fevereiro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.63067, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ADAO LANES DE ALMEIDA, portador do CPF nº 065.071.070-34.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.039, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 1ª Sessão Plenária, realizada no dia 14 de março de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36747, resolve:

Desprover o Recurso interposto por EDUARDO PORTUGAL LOUREIRO, portador do CPF nº 308.041.678-34, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 1138 de 10 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 11 de junho de 2010.

ALEXANDRE DE MORAES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.040, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.59038, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANTONIO PURCINO DE SOUSA, portador do CPF nº 480.912.512-20.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.041, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.61149, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de RICARDO VIEIRA DA SILVA, filho de PETRONILIA JOAQUINA DE BARÃO, formulado por MARIA MADALENA LOPES DA SILVA,portadora do CPF nº 018.805.661-09.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.042, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64301, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por RAIMUNDO VITAL MENESES,portador do CPF nº 439.883.932-15.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.043, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.61225, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ILDEVAN DA SILVA LEAL, portador do CPF nº 566.296.482-34.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.044, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71613, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ROSILENE FERREIRA DE SOUZA, portadora do CPF nº 740.625.812-72.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.045, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69166, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por IOMAR RIBEIRO ALVES, portador do CPF nº 211.052.511-87.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.046, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53049, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOSÉ DA SILVA SOUZA, filho de MARIA DO CARMO DA SILVA, formulado por ANTONIO CARLOS DA SILVA SOUZA, portador do CPF nº 824.555.462-68.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.047, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65005, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANA LUCIA BERNADO DOS SANTOS, portadora do CPF nº 197.820.982-72.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.048, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68297, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIA LEONARDO DOS SANTOS SILVA, portadora do CPF nº 652.713.512-20.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.049, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71604, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIA DA SILVA SOUSA, portadora do CPF nº 087.257.992-15.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.050, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53094, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de RAIMUNDA FELIX DA SILVA, filha de VEREDIANA FELIX DA SILVA, formulado por RAIMUNDO NONATO FELIX, portador do CPF nº 141.260.282-34.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.051, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de abril de 2013, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.50190, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANA MARIA MONTEIRO DA MOTTA, portadora do CPF nº 258.622.867-72.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.052, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.52050, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CLOVIS MANOEL PEREIRA LIMA, portador do CPF nº 777.782.783-91.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.053, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65104, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de LUIZ AUGUSTO DA SILVA, filho de ANTONIA AUGUSTA DA SILVA.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.054, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68484, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOELICE FERREIRA SILVA, portadora do CPF nº 548.711.311-49.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.055, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70638, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JORGE MARTINS DE MORAIS, portador do CPF nº 328.684.722-49.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.056, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.59030, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JUAREZ PEREIRA SANTANA, portador do CPF nº 155.710.332-15.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.057, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68156, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de HAROLDO DIAS DA COSTA, filho de ANTONIA ALVES DA COSTA.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.058, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº. 2010.01.68020, resolve:

Declarar anistiado político APARECIDO SANVIDOTTI, portador do CPF nº 210.795.108-00, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.01.1967 a 30.06.1975, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.059, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68935, resolve:

Declarar anistiado político NAPOLEÃO JOÃO BALDISSERA, portador do CPF nº 189.588.770-49, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.060, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 27 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.42088, resolve:

Declarar anistiado político HERMANO PENNA, portador do CPF nº 003.273.791-20, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.859,50 (um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 27.05.2016 a 20.04.1999, perfazendo um total retroativo de R$ 413.397,84 (quatrocentos e treze mil, trezentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos), e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 02.01.1969 a 28.08.1979, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.061, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.14468, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político de EDSON TADEU TAVARES, portador do CPF nº 061.400.888-36, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 21.07.1988 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I e III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.062, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.51852, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por MOACYR ARANTES, portador do CPF nº 000.186.271-53, para complementar a Portaria Ministerial n.º 1093, de 02 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2008, para conceder a contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 13.11.1979 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, inciso III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.063, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68615, resolve:

Declarar anistiada política post mortem TRINDADE SANCHEZ DE ARAUJO, filha de ELVIRA GARCIA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.064, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.63651, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político de FRANCISCO DAS CHAGAS GRAÇA DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 032.296.376-15, e conceder a substituição da aposentadoria excepcional de anistiado político, sob NB 58/084.502.576-7, nos mesmos valores que vem percebendo do INSS, pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.065, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73634, resolve:

Declarar anistiada política post mortem JOVELINA OLIVEIRA, filha de JOAQUINA OLIVEIRA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.033,00 (um mil e trinta e três reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 23.05.2016 a 25.02.2009, perfazendo um total retroativo de R$ 97.291,38 (noventa e sete mil, duzentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.066, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54563, resolve:

Desprover o Recurso interposto por WERNER WALBER, portador do CPF nº 106.161.529-49, declará-lo anistiado político, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 27.10.1965 a 31.12.1966, nos termos do artigo 1º, incisos I e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.067, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74183, resolve:

Declarar anistiada política MARILIA BENEVENUTO CHIDICHIMO, portadora do CPF nº 364.979.590-68, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.068, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 67ª Sessão de Turma, realizada no dia 17 de agosto de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.63967, resolve:

Declarar anistiado político LUCAS GONÇALVES, portador do CPF nº 030.301.211-00, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.024,67 (um mil, vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 17.08.2010 a 25.05.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 83.015,35 (oitenta e três mil, quinze reais e trinta e cinco centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.069, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.26829, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político post mortem de OTTON REIS FERNANDES, filho de HEMIA REIS FERNANDES, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.070, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.46395, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JOSÉ DA LUZ, filho de CLOTILDE DE ALMEIDA, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 28.04.2016 a 16.09.1999, perfazendo um total retroativo de R$ 380.130,67 (trezentos e oitenta mil, cento e trinta reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.01.1973 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.071, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64824, resolve:

Declarar anistiado político post mortem DILVO ARAUJO, filho de AURORA BRUFATTO DE ARAUJO, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.072, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 08000.028466/2015-76 (2015.01.75292), resolve:

Declarar anistiado político post mortem SEBASTIÃO GONÇALVES, filho de RAYMUNDA CIRILA DOS SANTOS, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.073, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 08000.032255/2015-38 (2015.01.75348), resolve:

Declarar anistiado político JOSE SANTANA DE CARVALHO, portador do CPF nº 386.655.818-04, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.952,60 (um mil, novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 07.07.2016 a 22.10.2010, perfazendo um total retroativo de R$ 144.817,83 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e dezessete reais e oitenta e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 25.03.1981 a 02.03.1983, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.074, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69022, resolve:

Declarar anistiada política MARIA APARECIDA REZENDE DE PAULA, portadora do CPF nº 311.391.916-91, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.897,20 (um mil, oitocentos e noventa e sete reais e vinte centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.08.2016 a 19.04.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 253.687,26 (duzentos e cinquenta e três mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 08.04.1987 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.075, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.60303, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JUDITE BALENCIEFER UTZIG, portadora do CPF nº 019.232.539-64, declarar anistiado político post mortem HERBERT BALENCIEFER, filho de PAULINA BALENCIEFER, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, dos períodos compreendidos de 24.07.1965 a 04.03.1966 e de 25.03.1968 a 07.12.1968, nos termos do artigo 1º, incisos I e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.076, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73302, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JOSÉ LIMA DA SILVA, filho de MARIA LIMA DA SILVA, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 23.05.2016 a 09.12.2008, perfazendo um total retroativo de R$ 193.766,67 (cento e noventa e três mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 17.02.1968 a 27.08.1986, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.077, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06677, resolve:

Dar provimento ao pedido de Revisão interposto por ADÃO OLIVEIRA DA SILVA, portador do CPF nº 144.281.990-15, e retificar a Portaria Ministerial n.º 1505 de 13 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2006, para ratificar a condição de anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), devendo ser descontados os valores porventura recebidos por força da Portaria Ministerial n.º 1505 de 13 de setembro de 2006, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.078, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36404, resolve:

Dar provimento parcial ao Recurso interposto por MARGARIDA MARIA BARREIRO DE ALMEIDA, portadora do CPF nº 729.623.137-87, para ratificar a condição de anistiado político post mortem de ROBERTO JOSÉ DE SOUZA ALMEIDA, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.079, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.13115, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por MARCIUS DE CARVALHO PEREIRA, portador do CPF nº 186.047.817-49, para complementar a Portaria Ministerial n.º 2837, de 21 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2011, para conceder a contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.08.1973 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, inciso III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.080, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.60483, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JOSÉ CARLOS DOS SANTOS, filho de MARIA DO CARMO PEREIRA DOS SANTOS, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.08.1972 a 31.01.1973, nos termos do artigo 1º, incisos I e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.081, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74142, resolve:

Declarar anistiado político ARNALDO ALVES PORTO, portador do CPF nº 986.964.918-15, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 07.07.2016 a 19.08.2009, perfazendo um total retroativo de R$ 157.549,33 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 27.08.1967 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.082, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária, realizada no dia 29 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia n° 2007.01.56601, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por ANTONIO ALCIDES NARDON, portador do CPF nº 044.627.500-04, para declará-lo anistiado político, reconhecer o direito à promoção à graduação de Cabo, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 3.150,25 (três mil, cento e cinqüenta reais e vinte e cinco centavos), correspondente aos proventos de 3º Sargento, com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 29.04.2016 a 11.01.2002, perfazendo um total retroativo de R$ 585.736,48 (quinhentos e oitenta e cinco mil, setecentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos), nos termos do artigo 1°, incisos I e II, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.083, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão de Turma, realizada no dia 05 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.60849, resolve:

Declarar anistiado político ROBERTO VIEIRA DO NASCIMENTO, portador do CPF nº 335.854.317-04, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.602,00 (dois mil, seiscentos e dois reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 05.07.2016 a 10.03.2003, perfazendo um total retroativo de R$ 450.579,67 (quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 14.06.1967 a 13.06.1977, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.084, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.14282, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político de CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO, portador do CPF nº 098.684.451-91, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.285,85 (um mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 27.04.2016 a 01.10.2014, perfazendo um total de R$ 26.295,63 (vinte e seis mil, duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e três centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.085, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.14490, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 636.962.318-00, para ratificar a condição de anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 3.093,63 (três mil, noventa e três reais e sessenta e três centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.08.2016 a 11.02.1994, perfazendo um total retroativo de R$ 904.061,81 (novecentos e quatro mil, sessenta e um reais e oitenta e um centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VEDADA A REPRODUÇÃO NACIONAL

PORTARIA Nº 1.086, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74196, resolve:

Declarar anistiada política MARIA ANGELINA DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº 094.518.894-34, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 06.07.2016 a 05.09.2009, perfazendo um total retroativo de R$ 177.733,33 (cento e setenta e sete mil, setecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 25.04.1972 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.087, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09496, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por ADEMAR DE SOUZA COSTA, portador do CPF nº 040.086.239-57, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.088, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 27 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70455, resolve:

Declarar anistiado político EVANDRO PADRÃO CARVALHO DE AGUIAR, portador do CPF nº 456.732.256-87, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.809,00 (dois mil, oitocentos e nove reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 27.05.2016 a 29.12.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 343.681,15 (trezentos e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e um reais e quinze centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 27.03.1987 a 01.04.1987, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.089, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69901, resolve:

Declarar anistiado político ROGERIO JOSE DE ARAUJO, portador do CPF nº 539.723.256-49, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.08.2016 a 29.07.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 260.266,67 (duzentos e sessenta mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 06.05.1987 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.090, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.44403, resolve:

Declarar anistiado político post mortem SINEZIO NUNES SANTOS, filho de LAUDELINA FERREIRA DOS SANTOS, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 28.04.2016 a 16.06.1999, perfazendo um total retroativo de R$ 385.850,67 (trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.01.1972 a 01.10.1974, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.091, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64253, resolve:

Declarar anistiado político post mortem CARMELIO CORREA, filho de HONORINA ROSA CORREA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.092, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão de Turma, realizada no dia 05 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.52589, resolve:

Declarar anistiada política post mortem CELIA MARIA FRANCISCO SALA, filha de CELESTINA MARIA FRANCISCO, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.300,60 (um mil, trezentos reais e sessenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 05.07.2016 a 10.11.2000, perfazendo um total retroativo de R$ 264.672,10 (duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e setenta e dois reais e dez centavos), e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 10.06.1970 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.093, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.51446, resolve:

Declarar anistiado político SOCRATES GARCIA DOS SANTOS, portador do CPF nº 252.891.957-34, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 21.06.2016 a 04.07.2000, perfazendo um total retroativo de R$ 415.133,33 (quatrocentos e quinze mil, cento e trinta e três reais e trinta e três centavos), e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 09.10.1975 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.094, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.21339, resolve:

Desprover o Recurso interposto por NEUSA NUNES DA SILVA, portadora do CPF nº 994.948.689-00, declarar anistiado político post mortem ADELCINO NUNES DA SILVA, filho de SERAFINA FURTADO PIRES DA SILVA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.095, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 52ª Sessão de Turma, realizada no dia 05 de agosto de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.46886, resolve:

Declarar anistiada política VANIA AMORETTY ABRANTES, portadora do CPF nº 154.272.850-91, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.096, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº. 2003.02.29201, resolve:

Declarar anistiado político post mortem RODOLPHO DAZZI GRISSI, filho de SUZANA DAZZI GRISSI, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.097, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70734, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JOSÉ CABRAL, filho de HELENA CABRAL DE ALMEIDA, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.760,00 (um mil e setecentos e sessenta reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 08.07.2016 a 24.04.2007, perfazendo um total retroativo de R$ 210.554,67 (duzentos e dez mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 10.04.1964 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.098, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66676, resolve:

Declarar anistiado político post mortem WILTON AMORIM DE MIRANDA, filho de HERMÉ AMORIM DE MIRANDA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 90 (noventa) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.099, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72229, resolve:

Declarar anistiado político CLAUDIO PIMENTEL DE CASTRO, portador do CPF nº 077.443.316-72, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.100, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.46441, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por ADELIR JOSÉ PAVAN, portador do CPF nº 063.809.300-78, para ratificar a condição de anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.265,00 (um mil, duzentos e sessenta e cinco reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 05.08.2016 a 23.09.1999, perfazendo um total retroativo de R$ 277.372,33 (duzentos e setenta e sete mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.101, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.47707, resolve:

Dar provimento parcial ao Recurso interposto por LIDICE PONTES DA SILVA CARNEIRO, portadora do CPF nº 411.919.607-06, para declarar anistiado político post mortem ORLANDO MAGALHÃES PONTES, filho de AMELIA MAGALHÃES PONTES, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.102, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53888, resolve:

Declarar anistiado político ALTAMIRO SANTOS DE SOUZA, portador do CPF nº 492.174.029-15, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.103, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo da Ação Ordinária nº 0013659-90.2004.4.05.8300, da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, bem como o Parecer de Força Executória, de 28 de outubro de 2015, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.14945, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JECONIAS UMBELINO DA SILVA, filho de MARIA AMELIA DA CRUZ, reconhecer o direito à promoção à graduação de 2º Sargento, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 7.282,87 (sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos), correspondente aos proventos de 1º Sargento, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.104, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo da Ação Ordinária nº 0013659-90.2004.4.05.8300, da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, bem como o Parecer de Força Executória, de 28 de outubro de 2015, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.20000, resolve:

Declarar anistiado político WALDECY MARINHO DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 089.445.634-20, reconhecer o direito à promoção à graduação de 2º Sargento, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 7.282,87 (sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos), correspondente aos proventos de 1º Sargento, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.105, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 1ª Sessão de Turma, realizada no dia 14 de março de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69356, resolve:

Declarar anistiado político DEGULE FREITAS CASTRO, portador do CPF nº 694.885.928-34, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.265,00 (um mil, duzentos e sessenta e cinco reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 14.03.2016 a 20.05.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 161.414,00 (cento e sessenta e um mil, quatrocentos e quatorze reais), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 30.01.1969 a 01.02.1972, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.106, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.04818, resolve:

Declarar anistiada política VILMA DIAS FERNANDES, portadora do CPF nº 507.156.907-87, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 27.04.2016 a 22.05.1990, perfazendo um total retroativo de R$ 674.166,67 (seiscentos e setenta e quatro mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 16.02.1987 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.107, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia n° 2008.01.61476, resolve:

Dar provimento ao Recurso, para declarar anistiada política post mortem LOURDES NOGUEIRA EWERS, filha de MARIA DA CONCEIÇÃO NOGUEIRA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.108, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54227, resolve:

Declarar anistiado político ROMULO LOPES BASTO, portador do CPF nº 181.255.067-72, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 4.932,00 (quatro mil, novecentos e trinta e dois reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 28.04.2016 a 23.08.2001, perfazendo um total retroativo de R$ 941.190,00 (novecentos e quarenta e um mil, cento e noventa reais), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 18.02.1988 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.109, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 27 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70018, resolve:

Declarar anistiado político ODILON DA COSTA LIMA, portador do CPF nº 083.300.506-53, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 27.05.2016 a 08.09.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 252.766,67 (duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 13.05.1987 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.110, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão de Turma, realizada no dia 05 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53615, resolve:

Declarar anistiado político post mortem IZAIAS FERREIRA DE LIMA, filho de ADELINA SANTANA DE LIMA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.432,00 (um mil, quatrocentos e trinta e dois reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 05.07.2016 a 08.03.2001, perfazendo um total retroativo de R$ 285.302,13 (duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e dois reais e treze centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.111, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70898, resolve:

Declarar anistiado político post mortem HENRIQUE BANDEIRA DE SOUSA, filho de MARIA BANDEIRA DA SILVA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.112, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão de Turma, realizada no dia 05 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55726, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político de EURIONALDO RAYMUNDO EMBIRUSSU,portador do CPF nº 000.956.302-44, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 05.07.2016 a 05.10.1988, perfazendo um total retroativo de R$ 721.500,00 (setecentos e vinte e um mil e quinhentos reais), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.10.1964 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.113, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74236, resolve:

Declarar anistiado político VIRGILIO JOSE CAVALCANTI, portador do CPF nº 247.753.987-68, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.616,00 (um mil, seiscentos e dezesseis reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 07.07.2016 a 06.10.2009, perfazendo um total retroativo de R$ 141.857,87 (cento e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e sete centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.114, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73169, resolve:

Declarar anistiado político post mortem BARTHOLOMEU TOLEDO, filho de ASCENÇÃO GONÇALVES GARCIA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.115, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53890, resolve:

Declarar anistiado político JOAQUIM ARTUR DE MATOS, portador do CPF nº 006.174.049-76, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.116, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.60300, resolve:

Declarar anistiado político JOSE ALBERTO RECH, portador do CPF nº 036.828.709-20, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.117, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74445, resolve:

Declarar anistiada política MARIA DE FATIMA ARAUJO RAMOS, portadora do CPF nº 877.893.888-00, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.144,90 (um mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 28.04.2016 a 11.11.2009, perfazendo um total retroativo de R$ 96.247,93 (noventa e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e noventa e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 06.05.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.118, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71486, resolve:

Declarar anistiado político post mortem AGENOR SANTOS, filho de MONICA FONSECA DOS SANTOS, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.119, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.04751, resolve:

Desprover o Recurso, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 2.452 de 02 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 06 de setembro de 2004.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.120, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.49972, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOSE CEZAR DA SILVA MARIGHELLA, portador do CPF nº 079.028.085-04, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.121, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.21343, resolve:

Desprover o Recurso interposto por GINOVENCIO CABRAL DE SOUZA, portador do CPF nº 896.861.449-00, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.122, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54566, resolve:

Desprover o Recurso, e indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de IZALTINO PRUDENTE PEREIRA, filho de MARCELINA MOREIRA SUTEL.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.123, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54030, resolve:

Desprover o Recurso, e indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de LOURENÇO RODRIGUES DIAS, filho de MARCOLINA RODRIGUES DIAS.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.124, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09613, resolve:

Desprover o Recurso, e indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOÃO ADÃO NUNES DA SILVA, filho de ANA SERAFINA FURTADO PIRES DA SILVA.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.125, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 01 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67288, resolve:

Declarar anistiada política KIMIKO NAKANO, portadora do CPF nº 637.523.108-63, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.778,00 (dois mil, setecentos e setenta e oito reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 01.04.2016 a 19.05.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 392.438,80 (trezentos e noventa e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 21.03.1967 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.126, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69905,resolve:

Declarar anistiado político CARLOS DA MATTA, portador do CPF nº 216.509.186-15, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 20.06.2016 a 03.08.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 256.966,67 (duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 25.05.1987 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.127, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69982, resolve:

Declarar anistiado político EDSON DA SILVA QUINTANILHA, portador do CPF nº 472.282.297-20, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 20.06.2016 a 05.09.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 254.500,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 25.05.1987 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.128, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária, realizada no dia 29 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.03584, resolve:

Desprover o Recurso de JOÃO GARCIA LOSANO post mortem, filho de MIQUELINA IUMATTI GARCIA, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 2.427 de 27 de agosto de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2004.

ALEXANDRE DE MORAES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.129, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária, realizada no dia 29 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.02068, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JAIME JOSE ARCANJO, portador do CPF nº 453.749.968-00, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 2112 de 24 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2006.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.130, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária, realizada no dia 29 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.02237, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOSE ARRIBAMAR OLIVEIRA SOUSA, portador do CPF nº 016.731.063-15, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 1160 de 05 de maio de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 06 de maio de 2004.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.131, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68538, resolve:

Desprover o Recurso interposto por MARINETE LIMA E SILVA, portadora do CPF nº 613.129.162-49, em nome de ESTEVAM DOS SANTOS LIMA post mortem, filho de MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.132, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.21342, resolve:

Desprover o Recurso, e indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ANTONIO DE LIMA, filho de MARIA LUCINDA CORDOVA PASSOS.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.133, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.10047, resolve:

Desprover o Recurso interposto por IRACI OLIVEIRA DE MORAIS, portadora do CPF nº 006.768.939-61, em nome de ARGEU GONÇALVES DE MORAIS post mortem, filho de FRANCELINA ALMEIDA, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.134, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária, realizada no dia 29 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07056, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOÃO FERREIRA CAMPOS SOBRINHO, portador do CPF nº 110.669.467-87, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 3500 de 02 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 06 de dezembro de 2004.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.135, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.29003, resolve:

Desprover o Recurso interposto por RICARDO PERSIO DE ANDRADE SILVA, portador do CPF nº 264.528.478-72, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.136, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.38676, resolve:

Desprover o Recurso interposto por MARIA CARMINE GASPAROTTO, portadora do CPF nº 191.951.339-68, em nome de AVELINO GASPAROTTO post mortem, filho de ELVIRA GOLIN, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 1816 de 31 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 01 de novembro de 2007.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.137, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.12401, resolve:

Desprover o Recurso interposto por OSCAR DE OLIVEIRA LOBATO, portador do CPF nº 047.443.147-91, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 216, de 8 de março de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2005.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.138, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária, realizada no dia 29 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.05437, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ALTAIR POIARES CORREA, portador do CPF nº 004.924.854-53, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 0736 de 25 de abril de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2005.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.139, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária, realizada no dia 29 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.03527, resolve:

Desprover o Recurso, e indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOSE DE SOUZA SILVA, filho de MARIA BARGAS PEDERCA.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.140, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70303, resolve:

Declarar anistiado político JOAQUIM COELHO DE PAULA, portador do CPF nº 649.942.528-15, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 20.06.2016 a 17.11.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 249.366,67 (duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 03.04.1987 a 03.09.1987, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.141, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.29258, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político post mortem de DELSON PLACIDO TEIXEIRA, filho de DEOLINDA GONÇALVES TEIXEIRA, e conceder a IRANILDE SOARES DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº 174.440.098-99, a substituição da pensão por morte de anistiado político, que recebe do INSS no valor de R$ 3.964,00 (três mil, novecentos e sessenta e quatro reais), sob o NB 59/174.707.168-1, pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 4.637,88 (quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 27.04.2016 a 05.10.1988, perfazendo um total retroativo de R$ 241.462,44 (duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), calculados sobre a diferença de R$ 673,88 (seiscentos e setenta e três reais e oitenta e oito centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.142, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia n° 2013.01.72901, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por SEBASTIÃO GOMES DA SILVA, portador do CPF nº 018.574.011-15, para declará-lo anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.760,00 (um mil e setecentos e sessenta reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 22.06.2016 a 21.10.2008, perfazendo um total retroativo de R$ 175.472,00 (cento e setenta e cinco mil e quatrocentos e setenta e dois reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.143, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09759, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político post mortem de JOÃO BATISTA PILAR, filho de HONORINA FAGUNDES PILAR, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.144, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.23892, resolve:

Declarar anistiado político JOSE ARNILDO BACK, portador do CPF nº 104.501.060-04, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.145, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06512, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político de ADINAMAR SILVA, portador do CPF nº 039.300.252-72, conceder a substituição da aposentadoria excepcional de anistiado político, sob NB 58/109.215.092-4, nos mesmos valores que vem percebendo do INSS, pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 16.10.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.146, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.14538, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ERNESTO STADLER, filho de WALBURGER STADLER, e de ANNA STADLER, filha de ANNA ZENKER, formulado por GLACIR ANA SCHIMANOSKI, portadora do CPF nº 934.270.859-53.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.147, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.51908, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSÉ ANTONIO DA CRUZ, portador do CPF nº 053.097.511-49.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.148, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70530, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CICERO GOMES CORREA, portador do CPF nº 120.117.621-20.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.149, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.59025, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de RAIMUNDO NONATO FERREIRA DOS SANTOS, filho de ROSA LINA DOS SANTOS.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.150, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72848, resolve:

Declarar anistiado político post mortem ATHAIDES DA SILVA TEIXEIRA, filho de ROSA EDUARDINA TEIXEIRA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.151, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55522,resolve:

Declarar anistiado político JOSÉ GERALDO DOS REIS CARNEIRO, portador do CPF nº 609.254.508-04, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.152, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07389,resolve:

Declarar anistiado político post mortem CELESTE VALERIO NETO, filho de EMA MENEGASSI, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 27.04.2016 a 06.05.1997, perfazendo um total retroativo de R$ 986.800,00 (novecentos e oitenta e seis mil e oitocentos reais), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 02.02.1987 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.153, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 01 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67287, resolve:

Declarar anistiada política MARILENA NAKANO, portadora do CPF nº 295.556.638-15, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.778,00 (dois mil, setecentos e setenta e oito reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 01.04.2016 a 19.05.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 392.438,80 (trezentos e noventa e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.154, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº. 2008.01.61968, resolve:

Declarar anistiado político post mortem SIMPLICIO RODRIGUES ROZA, filho de RITTA ANTONIA DE JESUS, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.155, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.39764, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por RICHARD DOMINGUES DULLEY, portador do CPF nº 029.125.207-97, e retificar a Portaria Ministerial n.º 3840 de 29 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2010, para ratificar a condição de anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 05.08.2016 a 28.01.1999, perfazendo um total retroativo de R$ 979.396,67 (novecentos e setenta e nove mil, trezentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), devendo ser descontados os valores porventura recebidos por força da Portaria Ministerial n.º 3840 de 29 de novembro de 2010, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 07.07.1970 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.156, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.35608, resolve:

Desprover o Recurso interposto por SERGIO AUGUSTO DE MORAES, portador do CPF nº 634.758.807-25, ratificar a condição de anistiado político, e conceder a substituição da aposentadoria excepcional de anistiado político, sob NB 58/046.412.037-3, nos mesmos valores que vem percebendo do INSS, pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.157, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.62897, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por ALCIDES RIBEIRO SOARES, portador do CPF nº 032.993.258-68, e retificar a Portaria Ministerial n.º 4153 de 28 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2010, para ratificar a condição de anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 03.08.2016 a 30.01.1997, perfazendo um total retroativo de R$ 492.730,94 (quatrocentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta reais e noventa e quatro centavos), resultante da diferença entre o benefício concedido e o que vem percebendo, no valor de R$ 1.942,69 (um mil, novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.158, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.24529, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por ORLANDO FRANCISCO DE SOUZA,portador do CPF nº 065.025.985-87, para complementar a Portaria Ministerial n.º 1953, de 17 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 18 de junho de 2009, para conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 04.08.2016 a 05.10.1988, perfazendo um total retroativo de R$ 723.666,67 (setecentos e vinte e três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), nos termos do artigo 1º, inciso II, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.159, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº. 2002.01.08077, resolve:

Dar provimento parcial ao Recurso interposto por DIRCE LUCANO FERREIRA, portadora do CPF nº 357.576.408-55, para declarar anistiado político post mortem NORBERTO FERREIRA, filho de PAULA MARIA DE JESUS, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.160, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº. 2006.01.54079, resolve:

Dar provimento parcial ao Recurso interposto por GILBERTO ALVARO GUIMARÃES, portador do CPF nº 118.902.908-15, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.161, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº. 2002.01.09614, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por ARTUR MARTINS ALMIRON, portador do CPF nº 046.478.059-48, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.162, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.40860, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por ELIO RAMIRES GARCIA, portador do CPF nº 883.352.597-04, para ratificar a condição de anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.667,00 (um mil, seiscentos e sessenta e sete reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 05.08.2016 a 12.03.1999, perfazendo um total retroativo de R$ 377.103,18 (trezentos e setenta e sete mil, cento e três reais e dezoito centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 21.07.1965 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.163, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55616, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JUVENAL RIBEIRO DE QUEIROZ FILHO, filho de WANDA COUTINHO DE QUEIROZ, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 3.157,89 (três mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e nove centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 28.04.2016 a 29.11.2001, perfazendo um total retroativo de R$ 591.841,22 (quinhentos e noventa e um mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e dois centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.164, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº. 2003.01.25872, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por ERONDINA MELLO DE ALMEIDA, portadora do CPF nº 064.008.299-89, para declarar anistiado político post mortem JOÃO RODRIGUES DE ALMEIDA, filho de MARIA DE LARA RODRIGUES, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.165, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.02.24837, resolve:

Conhecer o pedido de Revisão interposto por JOSENEIDE IZABEL DOS SANTOS, portadora do CPF nº 395.050.735-34, em nome de JOÃO GOMES DOS SANTOS post mortem, filho de LUZIA FERREIRA DOS SANTOS, para complementar a Portaria Ministerial n.º 0888, de 04 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 05 de maio de 2009, para conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.08.2016 a 05.10.1988, perfazendo um total retroativo de R$ 723.533,33 (setecentos e vinte e três mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), nos termos do artigo 1º, inciso II, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.166, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº. 2004.01.44841, resolve:

Dar provimento parcial ao Recurso interposto por BOAVENTURA NUNES DA SILVA, portador do CPF nº 149.863.020-00, para revogar a Portaria Ministerial n.º 0895, de 13 de maio de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2005, no que tange apenas ao Requerimento de Anistia nº. 2004.01.44841, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.167, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº. 2003.04.18334, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por ISMAEL MENDES DA SILVA, portador do CPF nº 293.580.438-49, para revogar a Portaria Ministerial n.º 1876, de 03 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 06 de outubro de 2008, no que tange apenas ao Requerimento de Anistia nº. 2003.04.18334, para ratificar a condição de anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 04.08.2016 a 05.10.1988, perfazendo um total retroativo de R$ 723.666,67 (setecentos e vinte e três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 15.05.1964 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.168, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55449,resolve:

Declarar anistiado político JOSÉ DA LUZ FILHO, portador do CPF nº 072.800.332-53, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 28.04.2016 a 04.10.2001, perfazendo um total retroativo de R$ 333.314,67 (trezentos e trinta e três mil, trezentos e quatorze reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.01.1973 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.169, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº. 2002.01.11869, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por LUZIA PADILHA BATISTA, portadora do CPF nº 862.517.409-49, para declarar anistiado político post mortem SEBASTIÃO BATISTA, filho de CONCEIÇÃO DE LARA BATISTA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.170, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66583, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JOÃO CÂNDIDO DOS SANTOS, filho de JOVENTINA PEREIRA DOS SANTOS, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 06.07.2016 a 02.03.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 737.333,33 (setecentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.171, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70957, resolve:

Declarar anistiado político post mortem WILSON PEREIRA DA SILVA, filho de ANGELA FRANCISCA PEREIRA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.946,00 (um mil, novecentos e quarenta e seis reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 06.07.2016 a 31.05.2007, perfazendo um total retroativo de R$ 230.114,50 (duzentos e trinta mil, cento e quatorze reais e cinquenta centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.172, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69884, resolve:

Declarar anistiado político post mortem ACILO DOS SANTOS, filho de BENVINDA TOLEDO DOS SANTOS, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.173, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72230,resolve:

Declarar anistiado político post mortem ALCIDES DE SOUZA, filho de AMÉLIA TINOCO DE SOUZA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.174, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72805, resolve:

Declarar anistiada política post mortem MARGARIDA MARIA ALVES, filha de INÁCIA ALEXANDRINA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 06.07.2016 a 26.07.2008, perfazendo um total retroativo de R$ 181.720,00 (cento e oitenta e um mil, setecentos e vinte reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.175, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54245, resolve:

Declarar anistiado político ANTONIO GRELLMANN, portador do CPF nº 425.585.570-68, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.176, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53397,resolve:

Declarar anistiado político ADRIANO DE SOUZA ROLIM, portador do CPF nº 862.528.369-15, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.177, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53841,resolve:

Declarar anistiado político JOÃO OZORIO MELO, portador do CPF nº 009.597.029-03, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.178, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº. 2002.01.06675, resolve:

Dar provimento ao pedido de Revisão interposto por ARSENIO BLATT, portador do CPF nº 081.808.300-04, e retificar a Portaria Ministerial n.º 1537 de 19 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2006, para ratificar a condição de anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), devendo ser descontados os valores porventura recebidos por força da Portaria Ministerial n.º 1537 de 19 de setembro de 2006, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.179, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº. 2003.01.37212, resolve:

Dar provimento parcial ao Recurso interposto por OSVALDINA PASSOS DA FONSECA, portadora do CPF nº 402.497.512-91, para ratificar a condição de anistiado político post mortem deANTÔNIO MARIA BARBOSA DA FONSECA, filho de ARGEMIRA CALADANI TEIXEIRA DA FONSECA, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 07.04.1964 a 10.09.1979, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.180, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70019, resolve:

Declarar anistiado político post mortem MARCUS AURÉLIO DO CARMO, filho de GERALDA GOMES DO NASCIMENTO, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.504,00 (um mil, quinhentos e quatro reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 05.08.2016 a 08.09.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 193.790,40 (cento e noventa e três mil, setecentos e noventa reais e quarenta centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 11.05.1987 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.181, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº. 2002.01.11852, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por ADAIR AMARO, portador do CPF nº 195.332.769-91, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.182, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73664,resolve:

Declarar anistiado político UBIRAJARA SILVEIRA DE MORAES, portador do CPF nº 451.479.908-44, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 06.07.2016 a 25.03.2009, perfazendo um total retroativo de R$ 189.233,33 (cento e oitenta e nove mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 06.10.1964 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.183, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73066,resolve:

Declarar anistiado político post mortem ZILDO PANTOJA NAVECA, filho de CLOTILDE VIEIRA NAVECA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.330,20 (um mil, trezentos e trinta reais e vinte centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 23.05.2016 a 01.07.2008, perfazendo um total retroativo de R$ 136.545,03 (cento e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e três centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.184, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão de Turma, realizada no dia 05 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53823,resolve:

Declarar anistiado político TARCISIO PRACIANO PEREIRA, portador do CPF nº 203.276.093-20, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.774,00 (dois mil, setecentos e setenta e quatro reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 05.07.2016 a 20.04.2001, perfazendo um total retroativo de R$ 548.327,33 (quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e trinta e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.08.1972 a 28.08.1979, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.185, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária, realizada no dia 29 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.42385, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por MARIA JULIA DE OLIVEIRA LOBO, portadora do CPF nº 562.489.468-68, para ratificar a condição de anistiado político post mortem de JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA, filho de JULIA GOMES DA SILVA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.347,00 (um mil, trezentos e quarenta e sete reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 29.04.2016 a 27.04.1999, perfazendo um total retroativo de R$ 297.776,80 (duzentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.186, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão de Turma, realizada no dia 05 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55484, resolve:

Declarar anistiado político JESUS SILVEIRA SAPATA, portador do CPF nº 181.553.160-68, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.187, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.27115, resolve:

Conhecer o pedido de Reconsideração interposto por FRANCISCO GOMES, portador do CPF nº 027.006.538-58, para complementar a Portaria Ministerial n.º 2216, de 06 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 07 de outubro de 2011, para conceder os efeitos financeiros retroativos do período compreendido de 05.10.1988 a 03.07.1998, perfazendo um total retroativo de R$ 175.712,32 (cento e setenta e cinco mil, setecentos e doze reais e trinta e dois centavos), nos termos do artigo 1°, incisos I e II, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.188, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74143, resolve:

Declarar anistiado político post mortem CECÍLIO AFONSO DOS SANTOS, filho de JESUINA MARIA DE JESUS, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 07.07.2016 a 19.08.2009, perfazendo um total retroativo de R$ 157.549,33 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 28.08.1967 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.189, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69013, resolve:

Declarar anistiado político JOSE GONZALEZ DOS SANTOS, portador do CPF nº 243.106.386-00, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 3.289,20 (três mil, duzentos e oitenta e nove reais e vinte centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 20.06.2016 a 19.04.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 434.832,24 (quatrocentos e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 03.04.1987 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.190, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69397, resolve:

Declarar anistiado político JOSE ARLINDO SALGADO DE SOUZA, portador do CPF nº 030.293.791-91, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 4.527,00 (quatro mil, quinhentos e vinte e sete reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 20.06.2016 a 08.06.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 590.320,80 (quinhentos e noventa mil, trezentos e vinte reais e oitenta centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 03.04.1987 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.191, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.22179,resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por MALAQUIAS LUIZ DOS SANTOS, portador do CPF nº 228.028.351-49, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 04.08.2016 a 17.03.1998, perfazendo um total retroativo de R$ 420.669,33 (quatrocentos e vinte mil, seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.192, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.71985, resolve:

Declarar anistiado político post mortem ANTONIO CORREIA DO NASCIMENTO, filho de FLORINDA MARIA DA CONCEIÇÃO, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.193, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.57309,resolve:

Declarar anistiado político CLAUDIO PEREIRA DE ANDRADE, portador do CPF nº 071.953.888-24, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.546,32 (dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 28.04.2016 a 05.10.1988, perfazendo um total retroativo de R$ 912.473,77 (novecentos e doze mil, quatrocentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 20.07.1988 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.194, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia n° 2002.01.09471, resolve:

Dar provimento ao Recurso, para declarar anistiado político post mortem THEOBALDO FRIDOLINO BRUST, filho de OLINDA BRUST, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.195, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06572,resolve:

Ratificar a condição de anistiada política de CECILIA BARBOSA SILVA, portadora do CPF nº 036.258.168-14, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 27.04.2016 a 31.05.1990, perfazendo um total retroativo de R$ 296.398,67 (duzentos e noventa e seis mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 05.06.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.196, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 18ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de julho de 2014, e o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia, datado de 04 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia n° 2012.01.70599, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial n.º 1.930 de 25 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2014, para declarar anistiado político post mortem MARIO FRANCO DE GODOY, filho de AMELIA IGNACIA SIQUEIRA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.894,00 (um mil, oitocentos e noventa e quatro reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 25.07.2014 a 15.03.2007, perfazendo um total retroativo de R$ 181.192,67 (cento e oitenta e um mil, cento e noventa e dois reais e sessenta e sete centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.197, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73760, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JOAQUIM BARROS DE MELO, filho de OSCARLINA BARROS DE MACEDO, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.634,00 (dois mil, seiscentos e trinta e quatro reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 06.07.2016 a 26.03.2009, perfazendo um total retroativo de R$ 249.132,50 (duzentos e quarenta e nove mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.198, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.45747, resolve:

Ratificar a condição de anistiada política de SILVIA REGINA DA SILVA CHALMERS, portadora do CPF nº 199.836.970-68, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.12.1986 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I e III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.199, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Anistia, na 1ª Sessão de Turma, realizada no dia 14 de março de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72325, resolve:

Declarar anistiado político post mortem CARLOS JOAQUIM MAGALHÃES, filho de CARLOTA MAGALHÃES, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.200, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.02715, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político post mortem de AMADO LUIZ BORGES, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.201, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, nos Requerimentos de Anistia nº 2003.21.34780 e 2006.01.54491, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político post mortem de ROBERTO MORENA, filho de CLEMENTINA DONNADI, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.202, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.26335, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político post mortem de ERON RENI GONÇALVES RODRIGUES, filho de OSVALDINA GONÇALVES RODRIGUES, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.203, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.45801, resolve:

Ratificar a condição de anistiada política de ISABEL REGINA MEDINA SAGREDO, portadora do CPF nº 602.195.307-00, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 18.02.1987 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I e III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.204, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.05349, resolve:

Complementar a Portaria Ministerial n.º 1465, de 13 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2006, para conceder a MARIA DO SOCORRO DE CARVALHO VIGEVANI, portadora do CPF nº 014.636.538-08, a contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.12.1968 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, inciso III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.205, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06583, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político de EDSON DIAS, portador do CPF nº 854.687.548-00, determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT que realize a complementação da remuneração no valor de R$ 69,88 (sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos), e determinar ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MPDG o pagamento de efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 28.04.2016 a 12.04.1997, perfazendo um total retroativo de R$ 17.303,45 (dezessete mil, trezentos e três reais e quarenta e cinco centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.206, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.23813, resolve:

Declarar anistiado político post mortem FLORENCIO INACIO FERREIRA, filho de TEREZA SILVA CAMPOS, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.207, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 27 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.38990, resolve:

Declarar anistiado político EVERALDO CRUZ, portador do CPF nº 011.065.890-68, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 12.05.1964 a 31.01.1973, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.208, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.10263, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por RUTH PINHEIRO DOS SANTOS, portador do CPF nº 389.954.099-91, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.209, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.14059, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por ALDO BRESSAN, portador do CPF nº 154.729.810-34, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.210, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09617, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por ORIDES NEVES DE LARA, portador do CPF nº 005.664.879-00, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.211, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09070, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por ADÃO MANOEL DE SOUZA, portador do CPF nº 198.094.179-34, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.212, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09761, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por JOSÉ COLPANI, portador do CPF nº 132.239.500-44, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.213, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.21142, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por DAVID DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 073.607.891-68, para declará-lo anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.635,86 (dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 04.08.2016 a 27.02.1998, perfazendo um total de R$ 631.771,71 (seiscentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e um centavos), e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.07.1988 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.214, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.46109, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por JOSÉ OMAR DA SILVEIRA MORAIS, portador do CPF nº 154.835.847-91, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroa-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tivos da data do julgamento em 04.08.2016 a 27.08.1999, perfazendo um total retroativo de R$ 440.366,67 (quatrocentos e quarenta mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.215, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.13102, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por OSORIO LEANDRO BETINHO VERAS, portador do CPF nº 399.480.568-68, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 03.08.2016 a 23.10.1997, perfazendo um total retroativo de R$ 488.233,33 (quatrocentos e oitenta e oito mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.216, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.47998, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por CIVALDO ANTÔNIO BORGES, portador do CPF nº 181.979.736-87, para declará-lo anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.519,09 (um mil, quinhentos e dezenove reais e nove centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 04.08.2016 a 11.11.1999, perfazendo um total retroativo de R$ 330.478,03 (trezentos e trinta mil, quatrocentos e setenta e oito reais e três centavos), e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 03.08.1973 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.217, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.71987, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por NELIO ALCIDES DE ALMEIDA MENEZES, portador do CPF nº 349.654.327-20.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.218, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64200, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CARLOS ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS, portador do CPF nº 011.795.988-06.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.219, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72840, resolve:

Declarar anistiado político BRAULINO MARTINS DOS SANTOS, portador do CPF nº 074.395.129-87, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 90 (noventa) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.220, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71195, resolve:

Declarar anistiado político ANIVARDO DE SOUZA LEITE, portador do CPF nº 248.402.037-68, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 08.07.2016 a 22.08.2007, perfazendo um total retroativo de R$ 230.900,00 (duzentos e trinta mil e novecentos reais), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 10.04.1967 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.221, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70110, resolve:

Declarar anistiado político post mortem INACIO DE LOYOLA GOMES BUENO, filho de ADELAIDE GOMES BUENO, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.222, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54146, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JOSÉ FRANCISCO DIONISIO, filho de MARIA SOFIA DA CONCEIÇÃO, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 28.04.2016 a 12.06.2001, perfazendo um total retroativo de R$ 340.472,00 (trezentos e quarenta mil e quatrocentos e setenta e dois reais), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 12.04.1972 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.223, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68273, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por SIDNEI OLIVEIRA BASTOS, portador do CPF nº 066.876.100-82.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.224, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06458, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por NILTON OLIVEIRA RICHTER, portador do CPF nº 066.937.417-20.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.225, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64607, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSINO COSTA TORRES, portador do CPF nº 138.134.988-91.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.226, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 27 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.47125, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIA MADALENA DE SOUSA RIBEIRO, portadora do CPF nº 787.801.441-87.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.227, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.12516, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ANTÔNIO ALEXANDRE GOMES, portador do CPF nº 304.574.409-53, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.228, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72547, resolve:

Declarar anistiado político WILSON FRANCISCO MACHADO, portador do CPF nº 109.292.587-20, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.229, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.61173, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSÉ PINHEIRO DA COSTA, portador do CPF nº 191.634.951-04.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.230, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 09 de fevereiro de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53222, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MAURI BENEDITO DOS SANTOS, portador do CPF nº 375.305.427-53.

ALEXANDRE DE MORAES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.231, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73930, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIA FERREIRA DA SILVA, portadora do CPF nº 270.313.142-91.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.232, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72758, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOSÉ DE SOUZA DA SILVA, filho de MARIA CONCEIÇÃO.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.233, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.58801, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de BRUNO SCHNEIDER RITTER, filho de ERNA RITTER.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.234, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72082, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIA MEIRE MATIAS BORGES, portadora do CPF nº 829.893.202-10.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.235, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67185, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JOSE MONTEIRO, filho de FIDELINA BATISTA FERREIRA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.236, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.56633, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político post mortem de ANTONIO CARLOS ELY, filho de ARACY PANTALEÃO ELY, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.237, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68981, resolve:

Declarar anistiado político post mortem RAUL FERRAZ NOGUEIRA, filho de MARIA ALZIRA FERRAZ NOGUEIRA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.881,48 (dois mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 23.05.2016 a 05.04.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 379.683,01 (trezentos e setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e três reais e um centavo), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.238, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73285, resolve:

Declarar anistiado político post mortem PAULO DANIEL, filho de GENY DE ANDRADE DANIEL, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 90 (noventa) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.239, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70113, resolve:

Declarar anistiado político post mortem MANOEL ALBANY THOMAZ, filho de CECY ALBERTINO THOMAZ, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.240, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.16.08911, resolve:

Desprover o Recurso interposto por FRANCISCO ALEXANDRE DE CASTRO FREITAS, portador do CPF nº 098.157.977-94, em nome de FRANCISCO JOSÉ DE FREITAS post mortem, filho de JOSEFA RODRIGUES DE FREITAS, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.241, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.11743, resolve:

Desprover o Recurso, e indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOÃO DE OLIVEIRA, filho de OLINDA DE OLIVEIRA.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.242, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.60337, resolve:

Desprover o Recurso, e indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ERICH KUTZKE, filho de EMA KRAUSE KUTZKE.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.243, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.16204, resolve:

Desprover o Recurso interposto por IRIA DE SOUZA, portadora do CPF nº 605.171.159-72, em nome de DIMAS DE SOUZA LIMA post mortem, filho de EMILIA DE SOUZA ARAÚJO, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.244, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.43018, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOÃO MANOEL DO NASCIMENTO, portador do CPF nº 000.038.592-15, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.245, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07739, resolve:

Desprover o Recurso interposto por MARTA GONZAGA GONÇALVES, portadora do CPF nº 094.369.362-49, em nome de RAYMUNDO WALTEMIR DE ALBUQUERQUE GONÇALVES post mortem, filho de WANDA DE ALBUQUERQUE GONÇALVES, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 1067 de 15 de abril de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2004.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.246, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.21345, resolve:

Desprover o Recurso interposto por IRACI DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº 765.143.159-68, e indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ARLINDO DE OLIVEIRA, filho de FELICIA DE OLIVEIRA.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.247, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.36653, resolve:

Desprover o Recurso interposto por FRANCISCO RODRIGUES SALES, portador do CPF nº 036.993.407-59, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 2.456 de 02 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 06 de setembro de 2004.

ALEXANDRE DE MORAES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.248, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão de Turma, realizada no dia 03 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.43225, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ADEMAR GOMES DE AGUIAR, portador do CPF nº 134.868.107-15.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.249, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.12493, resolve:

Desprover o Recurso interposto por MARCELINO ALVES BINO, portador do CPF nº 149.223.719-15, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.250, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.02.46814, resolve:

Desprover o Recurso interposto por GERSON RAMOS DA SILVA, portador do CPF nº 277.604.057-15, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 2.490 de 19 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 20 de agosto de 2010.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.251, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 05 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.40004, resolve:

Desprover o Recurso interposto por PEDRO VALENTIM DANTAS, portador do CPF nº 058.828.504-87, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 3.162 de 21 de outubro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2004.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.252, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.31614, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOÃO GUILHERME CLARK, portador do CPF nº 039.705.317-72, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.253, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.37385, resolve:

Não conhecer o pedido de Reconsideração interposto por MILTON DURÇO PEREIRA, portador do CPF nº 045.722.547-53, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 1372 de 30 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 01 de julho de 2010.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.254, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.08503, resolve:

Não conhecer o pedido de Reconsideração interposto por JOAQUIM MENDONÇA SOBRINHO, portador do CPF nº 023.382.978-49, e ratificar a Portaria Ministerial nº 4200 de 09 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 2009.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.255, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 02 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.51758, resolve:

Desprover o Recurso interposto por SEVERINO ANTÔNIO DA SILVA, portador do CPF nº 378.375.082-20, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.256, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 04 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.14753, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOSÉ ELEUSO DE ALMEIDA, portador do CPF nº 010.503.111-91, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.257, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2001.02.00783, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ANESIO BONEQUINI, portador do CPF nº 056.442.248-72, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.258, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.21.48576, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político post mortem de ANTONIO PEREIRA DA SILVA FILHO, filho de THEREZA FOLGADO DA SILVA, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.259, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o disposto na Súmula Administrativa nº 2003.07.0013/CA, e o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia, datado de 04 de dezembro de 2008, no Requerimento de Anistia n.º 2007.01.59758, resolve:

Declarar anistiado político VIRGILIO LOPES DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 064.056.576-04, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e na previdência social, do período compreendido de 20.01.1964 a 31.01.1971, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.260, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 03 de agosto de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.39922, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ALBERTO BARBOSA PORTO ALEGRE, portador do CPF nº 334.612.957-87, e indeferir o Requerimento de Anistia.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.261, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53286, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político de JORGE FREDERICO VIEIRA, portador do CPF nº 008.400.689-72, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.262, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73847, resolve:

Declarar anistiado político WALDYR ORTENCIO PUGLIESI, portador do CPF nº 106.425.109-97, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.02.1969 a 31.01.1973, nos termos do artigo 1º, incisos I e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.263, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.50645, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político post mortem de ASSUERO BOTELHO, filho de FLORISBELA ROSA DAS FLORES, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.264, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.28842, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político post mortem de OLAVO VIEIRA DE SOUZA, filho de ELISA VIEIRA DE SOUZA, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.265, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 27 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.62342, resolve:

Declarar anistiado político post mortem COARACY JOSÉ DE SOUZA, filho de HORDALIA DE SOUZA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.266, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73630, resolve:

Declarar anistiado político GRACIANO ALVES DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 525.842.088-49, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.267, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de julho de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.71986, resolve:

Declarar anistiado político post mortem PERICLES RAMOS, filho de MARIA RAMOS, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.268, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.25869, resolve:

Declarar anistiado político ELIZEU ANDRADE DE QUADROS, portador do CPF nº 477.097.669-00, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.269, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 27 de maio de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.60336, resolve:

Declarar anistiado político JOSE CAVALLI, portador do CPF nº 157.804.730-72, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.270, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 28 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2004.02.46796, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político post mortem de MARCIO ZACHARIAS DAS CHAGAS, filho de SEBASTIANA ZACHARIAS DA SILVA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 28.04.2016 a 27.04.1990, perfazendo um total retroativo de R$ 297.469,33 (duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.271, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de abril de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.14002, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político post mortem de OSMAR SANTA HELENA, filho de VIRGINIA SANTA HELENA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.917,18 (um mil, novecentos e dezessete reais e dezoito centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 24.08.2015 a 11.11.1997, perfazendo um total retroativo de R$ 443.220,06 (quatrocentos e quarenta e três mil, duzentos e vinte reais e seis centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n° 2.986, de 10 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 176, de 11 de setembro de 2013, seção 1, página 30, onde se lê: "Terezinha Araújo da Silva...", leia-se: "Terezinha Araújo de Souza..."

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 4 de novembro de 2016

Nº 1.352 - Ato de Concentração n° 08700.004211/2016-10. Requerentes: TAM Linhas Aéreas S.A., Iberia Líneas Aéreas de España, S.A. Operadora, Sociedad Unipersonal e British Airways Plc. Advogados: Barbara Rosenberg, José Inacio F. de A. P. Filho e Vivian Terng. Acolho o Parecer n° 9/2016/CGAA4/SGA1/SG, de 4 de novembro de 2016 e, com fulcro no §1° do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões a esta decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, II, da Lei n° 12.529/11, ofereço impugnação da operação ao Tribunal.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.762, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/66046 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SETA SEGURANÇA EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.642.739/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2183/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.858, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/77524 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: CONCEDER autorização, à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0003-94, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Paraná.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.966, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/52274 - DPF/PDE/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECVIG ACADEMIA DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 07.970.040/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2228/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.034, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/63200 - DPF/PFO/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MZ SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 13.624.934/0001-46, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2235/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.037, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/70585 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VGT - ACADEMIA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 22.892.527/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2212/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.048, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/79370 - DPF/PAT/PB, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MOCO AGROPECUARIA LTDA., CNPJ nº 48.762.892/0001-94 para atuar na Paraíba.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.049, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/78755 - DPF/XAP/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa INVIOLAVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA, CNPJ nº 95.832.986/0001-72, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
30 (trinta) Munições calibre 38
20 (vinte) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.050, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/76568 - DPF/SAG/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROTEFORT EMPRESA DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA , CNPJ nº 05.574.503/0001-94, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Revólveres calibre 38
100 (cem) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.053, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/78408 - DPF/JZO/BA, resolve: CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES MIRANTE DO VALE - EIRELI - EPP , CNPJ nº 06.195.490/0001-05, sediada na Bahia, para adquirir:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
40 (quarenta) Munições calibre 12
40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38
11065 (onze mil e sessenta e cinco) Gramas de pólvora
40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38
3906 (três mil e novecentas e seis) Espoletas calibre .380
3806 (três mil e oitocentos e seis) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.054, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/69312 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa MEGAVIG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 07.103.262/0001-20, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
197 (cento e noventa e sete) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.072, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/46849 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OMEGA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 12.299.197/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 2259/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.074, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/51369 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECURITY- ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 40.928.202/0001-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 2260/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.075, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/53654 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VITAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.648.031/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 2266/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.083, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/66473 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MG-SEG VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 08.687.052/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2209/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.085, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/67695 - DPF/DVS/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA DE VIGILANTES TORRE NORTE LTDA., CNPJ nº 13.075.408/0001-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2178/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.089, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/72596 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAVANA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 08.782.239/0001-72, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2276/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.093, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/76361 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GAMBOA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 08.930.462/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2282/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.096, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/77110 - DPF/MOC/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROTEMINAS ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES ARMADOS LTDA - ME, CNPJ nº 21.762.605/0001-90, sediada em Minas Gerais, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Carabina calibre 38
2 (duas) Espingardas calibre 12
2 (duas) Pistolas calibre .380
6 (seis) Revólveres calibre 38
726 (setecentas e vinte e seis) Munições calibre .380
2376 (duas mil e trezentas e setenta e seis) Munições calibre 12
5576 (cinco mil e quinhentas e setenta e seis) Munições calibre 38
27880 (vinte e sete mil e oitocentas e oitenta) Espoletas calibre 38
5576 (cinco mil e quinhentos e setenta e seis) Estojos calibre 38
8167 (oito mil e cento e sessenta e sete) Gramas de pólvora
27880 (vinte e sete mil e oitocentos e oitenta) Projéteis calibre 38
3630 (três mil e seiscentas e trinta) Espoletas calibre .380
726 (setecentos e vinte e seis) Estojos calibre .380
3630 (três mil e seiscentos e trinta) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.099, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/78776 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa ATENTO SAO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.069.276/0001-02, sediada em São Paulo, para adquirir:
Da empresa cedente DINÂMICA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 68.698.398/0001-15:
55 (cinquenta e cinco) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1026 (uma mil e vinte e seis) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.100, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/79030 - DPF/JNE/CE, resolve: CONCEDER autorização à empresa J ALVES E OLIVEIRA LTDA, CNPJ nº 41.426.966/0003-34, sediada no Ceará, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
15 (quinze) Revólveres calibre 38
270 (duzentas e setenta) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 19 de outubro de 2016

Nº 3.437/2016 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 8851/2013 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, de 12/11/2013
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: GADI EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 05.025.350/0001-26
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 6.667 UFIR, com fulcro no Parecer nº 31236/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 3.453/2016 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 6259/2014 - DPF/JLS/SP, de 19/05/2014
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: ACADEMIA PAULISTA DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ Nº 96.522.974/0001-04
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 583 UFIR, com fulcro no Parecer nº 31249/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 3.454/2016 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 6766/2014 - DPF/JLS/SP, de 27/05/2014
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: ACADEMIA PAULISTA DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ Nº 96.522.974/0001-04
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 583 UFIR, com fulcro no Parecer nº 31251/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 3.455/2016 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 9018/2014 - DPF/JLS/SP, de 23/07/2014
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: ACADEMIA PAULISTA DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ Nº 96.522.974/0001-04
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - aplicação da penalidade de Advertência, com fulcro no Parecer nº 31255/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 3.456/2016 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 9350/2014 - DPF/JLS/SP, de 01/08/2014
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: ACADEMIA PAULISTA DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ Nº 96.522.974/0001-04
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 583 UFIR, com fulcro no Parecer nº 31257/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 3.457/2016 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 9328/2014 - DPF/JLS/SP, de 31/07/2014
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: ACADEMIA PAULISTA DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ Nº 96.522.974/0001-04

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 583 UFIR, com fulcro no Parecer nº 31256/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 3.458/2016 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 9367/2014 - DPF/JLS/SP, de 01/08/2014
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: ACADEMIA PAULISTA DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ Nº 96.522.974/0001-04

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 583 UFIR, com fulcro no Parecer nº 31258/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 3.459/2016 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 9402/2014 - DPF/JLS/SP, de 01/08/2014
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: ACADEMIA PAULISTA DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ Nº 96.522.974/0001-04

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.251 UFIR, com fulcro no Parecer nº 31259/2016-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

LEANDRO DAIELLO COIMBRA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES

PORTARIA Nº 122, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

Descredencia a Empresa Transacácio Transportes - ME da execução dos serviços especializados de escolta "própria".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 25, inciso XI, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, instituído pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça,

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 08.666.011.787/2008-89; resolve:

Art. 1º Descredenciar a Empresa Transacácio Transportes Ltda - ME, credenciada sob o n.º 196, inscrita no CNPJ n.° 08.284.449/0001-30, com sede na Rua Santa Rita, 75, CEP - 88.135-100, Bairro Aririu, Palhoça - Santa Catarina, da execução dos serviços especializados de escolta "Própria" aos veículos transportadores de cargas especiais, por descumprimento dos artigos 18, 27 e 61 do Manual de Procedimentos Operacionais nº 17 da Polícia Rodoviária Federal.

Art. 2º Fica revogada a Portaria CGO nº 71, de 08 de dezembro de 2008, que credenciou a referida empresa.

Art. 3º Tornar sem efeito a Portaria CGO nº 114/2016 de 14/10/2016 publicada no DOU n.º 200 de 18/10/2016 por erro material.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

JOÃO FRANCISCO RIBEIRO DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA BAHIA

PORTARIA Nº 252, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA BAHIA, nomeado pela Portaria MJ nº 977, de 30 de Setembro de 2014, publicada no DOU de 01 de outubro de 2014, usando das atribuições que lhe confere o art. 107 do anexo da Portaria nº 1.375, de 02/08/2007, do Senhor Ministro da Justiça, publicada no D.O.U. de 06/08/2007, CONSIDERANDO os autos do procedimento administrativo de apuração de descumprimento obrigacional nº 08655.007623/2015-13 e o Despacho Decisório nº 69/2016, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de MULTA COMPENSATÓRIA, por inexecução parcial da obrigação, à empresa contratada CEARA DIESEL S/A (CNPJ: 63.388.441/0001-22), com fulcro no item 9.2.4 do Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2014, Contrato nº 27/2014, correspondendo ao montante de R$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIRGILIO DE PAULA TOURINHO
Superintendente da SRPRF/BA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHO DO CHEFE

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:

Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo: 08420.013950/2014-79, JOSÉ MANUEL MATOS LOURO, por falta de interesse e cumprimento de exigência.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 31 de outubro de 2016

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, INDEFIRO o pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da entidade a seguir relacionada, em razão de que a mesma não atendeu ao disposto no art. 6º, § 3º,II, da Lei nº 9.790:

I. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARRAIAL DA'JUDA - ABAA, com sede na cidade de PORTO SEGURO, Estado da Bahia - CGC/CNPJ nº 01.930.310/0001-78 - (Processo MJ nº 08000.046105/2016-92).

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º,III, da Lei nº 9.790:

I. ASSOCIAÇÃO DOS SELECIONADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL - ASMAR, com sede na cidade de SANTA MARIA, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ nº 94.446.465/0001-14 - (Processo MJ nº 08000.046945/2016-55);

II. SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARBORIZAÇÃO URBANA - SBAU, com sede na cidade de CURITIBA, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 68.707.868/0001-60 - (Processo MJ nº 08000.046836/2016-38).

OSCAR APOLONIO DO NASCIMENTO FILHO

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 3 de novembro de 2016

Processo Nº 08012.012385/2010-19. Representante: Virgínia de Araújo Santos di Pierro.Representado: Leisure & Business Centro de Idiomas LTDA. - Wise Up.Objeto: Averiguação Preliminar. Suposta prática abusiva. Demanda Local. Perda de Objeto. Sugestão de arquivamento.

Processo Nº 08012.012801/2010-71. Representante: Procon do Estado de Minas Gerais. Representado: Viação Cometa S.A. Objeto: Averiguação Preliminar. Suposto descumprimento da legislação referente ao Decreto n.° 6.523/2008 - Decreto do SAC. Demanda local. Exaurimento de Finalidade. Sugestão de arquivamento.

Processo Nº 08012.001071/2010-82. Representante: DPDC "ex .officio".Representado: BRP Brasil Bombardier Recreational Products Motores da Amazônia LTDA. Objeto: Processo Administrativo. Não realização de recall de veículos da marca Can-Am, modelo Outlander e Renegade, ano-modelo 2010, equipados com direção dinâmica assistida, nos termos da Lei nº 8.078/90.Ausência de plano de mídia. Multa no valor de R$ 180.997,09 (cento e oitenta mil, novecentos e noventa e sete reais e nove centavos). Exaurimento de finalidade. Sugestão de arquivamento.

Processo Nº 08012.002116/2013-89. Representante: Ministério Público de Minas Gerais. Representado: Etna Comércio de Móveis para Decoração Ltda. Objeto: Averiguação preliminar. Demora na entrega de produtos. Demanda local. Exaurimento de finalidade. Sugestão de Arquivamento.

Processo Nº 08012.000486/2013-81. Representante: Associação Brasileira de Aerossóis e Saneantes Domissanitários -ABAS.Representado: Unilever Brasil.Objeto: Averiguações preliminares. Suposto descumprimento das normas para embalagem de produtos em aerossol. Ausência de regulamentação. Perda de objeto. Sugestão de arquivamento.

Processo Nº 08700.008913/2012-31. Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Representado: Carrefour Comércio e Indústria Ltda (Carrefour Norte/Brasília).Objeto: Averiguação Preliminar. Suposta comercialização de "produto à base de queijo processado com amido e gordura vegetal sabor cheddar" como se fosse "queijo cheddar", pelo Supermercado Carrefour Norte de Brasília/DF. Demanda Local. Exaurimento de finalidade. Sugestão de Arquivamento.

Processo Nº 08012.009258/2010-24. Representante: DPDC ex-officio Representado: SURF TRIP COMERCIAL LTDA. Objeto: Averiguação Preliminar. Suposta publicidade de pulseiras chamadas "bioquânticas". Exaurimento de finalidade. Sugestão de Arquivamento.

Nº 785 - Processo: 08012.004510/2013-51. Ante os indícios de infração ao disposto nos arts. 4º,caput, I e III; 6º, incs. III e IV, 20, 30, 31 e 37, § 1º todos do Código de Defesa do Consumidor, acolho a Nota Técnica elaborada pela Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas (CGCTSA), cujo relatório e fundamentação passam a fazer parte integrante da presente decisão e determino, assim, a instauração de processo administrativo, no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), notificando-se a empresa TIM Celular S.A., para apresentar defesa, na forma do disposto nos artigos 42 e 44 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto nº 7.738, de 28 de maio de 2012. Determino, ainda, a expedição de ofício, nos termos do art. 106 da Lei nº 8.078/90, aos Ministérios Públicos, aos PROCONS Estaduais e Municipais de Capitais e ao Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor, com cópia da presente decisão, para conhecimento e providências que entenderem pertinentes.

ANDRE LUIZ LOPES DOS SANTOS

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL
GERÊNCIA-EXECUTIVA DE PRODUÇÃO E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO

DESPACHOS DA GERENTE-EXECUTIVA

A Gerente da GERÊNCIA-EXECUTIVA SUBSTITUTA DE PRODUÇÃO E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 03, de 19 de abril de 2016, publicada no DOU de 22/04/2016, seção 01, fl. 82, pela Diretora de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, amparada no disposto no inciso XXI do art. 23 da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, c/c o disposto no art. 29, da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e com o disposto no inciso V do art. 28 da RN nº 388, de 25 de novembro de 2015, vem por meio desta DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 33902.457898/2016-55
Ao representante legal da Alcance Saúde LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 06.258.813/0001-62, com último endereço conhecido na ANS à Rua Ébano Pereira, 44, Cj 805 - 8º Andar, Centro, Curitiba - PR, CEP 80140-240, da Representação Nº 004/GEPIN/DIDES2016.
Descrição circunstanciada do fato:
Deixar de enviar à ANS ou enviar, fora do prazo previsto na regulamentação, informação periódica do Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar (SIB/ANS), na(s) seguinte(s) competência(s): out/2015, nov/2015, dez/2015.
Disposição Legal ou Infralegal Infringida: Art. 20 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, e Resolução Normativa nº 295, de maio de 2012.
Prazo e local para a defesa: nesses termos, fica essa operadora cientificada para, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados desta publicação, apresentar defesa quanto ao indício de infração tipificada, bem como cessar a prática infrativa sob pena de aplicação de multa cominatória. A operadora deverá prestar os esclarecimentos necessários para a Gerência-Executiva de Produção e Análise da Informação (GEPIN/DIDES), situada à Avenida Augusto Severo, nº 84 - 2º andar - Glória - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.021-040.
Findo o prazo concedido sem que haja resposta a esta notificação, este processo será encaminhado à Diretoria de Fiscalização em prosseguimento para julgamento e decisão.
PROCESSO 33902.458212/2016-43
Ao representante legal da Dental Saúde Sociedade Simples LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 02.806.968/0001-35, com último endereço conhecido na ANS à Rua 95, Quadra F-13 - Lote 05 - 67, Setor Sul, Goiânia - GO, CEP 74083-100, da Representação Nº 033/GEPIN/DIDES2016.
Descrição circunstanciada do fato:
Deixar de enviar à ANS ou enviar, fora do prazo previsto na regulamentação, informação periódica do Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar (SIB/ANS), na(s) seguinte(s) competência(s): jan/2015, fev/2015, mar/2015.
Disposição Legal ou Infralegal Infringida: Art. 20 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, e Resolução Normativa nº 295, de maio de 2012.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Prazo e local para a defesa: nesses termos, fica essa operadora cientificada para, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados desta publicação, apresentar defesa quanto ao indício de infração tipificada, bem como cessar a prática infrativa sob pena de aplicação de multa cominatória. A operadora deverá prestar os esclarecimentos necessários para a Gerência-Executiva de Produção e Análise da Informação (GEPIN/DIDES), situada à Avenida Augusto Severo, nº 84 - 2º andar - Glória - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.021-040.
Findo o prazo concedido sem que haja resposta a esta notificação, este processo será encaminhado à Diretoria de Fiscalização em prosseguimento para julgamento e decisão.
PROCESSO 33902.458147/2016-56
Ao representante legal da Odontoplanos Planos Odontológicos LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 16.526.992/0001-25, com último endereço conhecido na ANS à Rua Campos Salles, 532, Conj. 44, Centro, Campinas - SP, CEP 13010-081, da Representação Nº 052/GEPIN/DIDES2016.
Descrição circunstanciada do fato:
Deixar de enviar à ANS ou enviar, fora do prazo previsto na regulamentação, informação periódica do Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar (SIB/ANS), na(s) seguinte(s) competência(s): jan/2015, fev/2015, mar/2015, abr/2015, mai/2015, jun/2015, jul/2015, ago/2015, set/2015, out/2015, nov/2015, dez/2015.
Disposição Legal ou Infralegal Infringida: Art. 20 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, e Resolução Normativa nº 295, de maio de 2012.
Prazo e local para a defesa: nesses termos, fica essa operadora cientificada para, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados desta publicação, apresentar defesa quanto ao indício de infração tipificada, bem como cessar a prática infrativa sob pena de aplicação de multa cominatória. A operadora deverá prestar os esclarecimentos necessários para a Gerência-Executiva de Produção e Análise da Informação (GEPIN/DIDES), situada à Avenida Augusto Severo, nº 84 - 2º andar - Glória - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.021-040.
Findo o prazo concedido sem que haja resposta a esta notificação, este processo será encaminhado à Diretoria de Fiscalização em prosseguimento para julgamento e decisão.
PROCESSO 33902.458162/2016-02
Ao representante legal da Plan Med LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.129.438/0001-08, com último endereço conhecido na ANS à Rua Teófilo Otoni, 420, Centro, Sete Lagoas - MG, CEP 35700-007, da Representação Nº 056/GEPIN/DIDES2016.
Descrição circunstanciada do fato:
Deixar de enviar à ANS ou enviar, fora do prazo previsto na regulamentação, informação periódica do Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar (SIB/ANS), na(s) seguinte(s) competência(s): fev/2015, mar/2015, abr/2015, mai/2015, jun/2015, jul/2015, ago/2015, set/2015, out/2015, nov/2015, dez/2015.
Disposição Legal ou Infralegal Infringida: Art. 20 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, e Resolução Normativa nº 295, de maio de 2012.
Prazo e local para a defesa: nesses termos, fica essa operadora cientificada para, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados desta publicação, apresentar defesa quanto ao indício de infração tipificada, bem como cessar a prática infrativa sob pena de aplicação de multa cominatória. A operadora deverá prestar os esclarecimentos necessários para a Gerência-Executiva de Produção e Análise da Informação (GEPIN/DIDES), situada à Avenida Augusto Severo, nº 84 - 2º andar - Glória - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.021-040.
Findo o prazo concedido sem que haja resposta a esta notificação, este processo será encaminhado à Diretoria de Fiscalização em prosseguimento para julgamento e decisão.
PROCESSO 33902.458296/2016-15
Ao representante legal da Sulclínica LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 87.446.993/0001-08, com último endereço conhecido na ANS à Rua General Osório, 456, Centro, Pelotas - RS, CEP 96020-000, da Representação Nº 078/GEPIN/DIDES2016.
Descrição circunstanciada do fato:
Deixar de enviar à ANS ou enviar, fora do prazo previsto na regulamentação, informação periódica do Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar (SIB/ANS), na(s) seguinte(s) competência(s): jan/2015, fev/2015, mar/2015, abr/2015, mai/2015, jun/2015, jul/2015, ago/2015, set/2015, out/2015, nov/2015, dez/2015.
Disposição Legal ou Infralegal Infringida: Art. 20 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, e Resolução Normativa nº 295, de maio de 2012.
Prazo e local para a defesa: nesses termos, fica essa operadora cientificada para, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados desta publicação, apresentar defesa quanto ao indício de infração tipificada, bem como cessar a prática infrativa sob pena de aplicação de multa cominatória. A operadora deverá prestar os esclarecimentos necessários para a Gerência-Executiva de Produção e Análise da Informação (GEPIN/DIDES), situada à Avenida Augusto Severo, nº 84 - 2º andar - Glória - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.021-040.
Findo o prazo concedido sem que haja resposta a esta notificação, este processo será encaminhado à Diretoria de Fiscalização em prosseguimento para julgamento e decisão.
PROCESSO 33902.458320/2016-16
Ao representante legal da Você Implantes LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 68.357.755/0001-81, com último endereço conhecido na ANS à Avenida Nove de Julho, 5345, Conjunto 72, Jardim Paulista, São Paulo - SP, CEP 01407-200, da Representação Nº 088/GEPIN/DIDES2016.
Descrição circunstanciada do fato:
Deixar de enviar à ANS ou enviar, fora do prazo previsto na regulamentação, informação periódica do Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar (SIB/ANS), na(s) seguinte(s) competência(s): mar/2015, abr/2015, mai/2015, ago/2015.
Disposição Legal ou Infralegal Infringida: Art. 20 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, e Resolução Normativa nº 295, de maio de 2012.
Prazo e local para a defesa: nesses termos, fica essa operadora cientificada para, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados desta publicação, apresentar defesa quanto ao indício de infração tipificada, bem como cessar a prática infrativa sob pena de aplicação de multa cominatória. A operadora deverá prestar os esclarecimentos necessários para a Gerência-Executiva de Produção e Análise da Informação (GEPIN/DIDES), situada à Avenida Augusto Severo, nº 84 - 2º andar - Glória - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.021-040.

Findo o prazo concedido sem que haja resposta a esta notificação, este processo será encaminhado à Diretoria de Fiscalização em prosseguimento para julgamento e decisão.

MIRELLA JORDÃO AMORIM

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.094, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da SMS Assistência Médica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em conformidade com o com o § 7º, do art.7º-A da RN nº 186, de 14 de janeiro de 2014, em reunião ordinária, realizada em 19 de outubro de 2016, considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e o Diretor-Presidente da ANS, determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da SMS Assistência Médica Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.754.070/0001-69, registro ANS nº 31.140-5, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na SMS Assistência Médica Ltda. pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da SMS Assistência Médica Ltda. exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da SMS Assistência Médica Ltda. estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considera-se o valor global do boleto em relação a cada um dos beneficiários para efeito de exercício da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.095, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a suspensão da decretação de liquidação extrajudicial da SMS - Assistência Médica Ltda.

O Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 11 da Lei nº 9.961,de 28 de janeiro de 2000, e nos termos do inciso IV do art. 82 e a alínea "c" do inciso II do art. 86 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 197, de 16 de julho de 2009, considerando os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.000783/2015-10, adota, ad referendum da Diretoria Colegiada da ANS, a seguinte Resolução Operacional e na forma do inciso I do art. 82 da RN nº 197, de 16 de julho de 2009, determina a sua publicação:

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 07 de novembro de 2016, o que dispõe o artigo 3º da Resolução Operacional - RO nº 2.073, de 06 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08 de setembro de 2016, que decretou a liquidação extrajudicial da operadora SMS - Assistência Médica Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.754.070/0001-69, registro ANS nº 31.140-5.

Art. 2º Esta Resolução Operacional entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 452ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 21 de setembro, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25789.064868/2014-52	Unimed Paulistana Cooperativa De Trabalho Medico- em liquidação extrajudicial	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.090450/2012-39	Geap Fundação de Seguridade Social	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.006479.2014-62	Unifocus Administradora de benefícios S.A	DIDES	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	12.000,00 (doze mil reais)
25789.099611/2012-50	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIDES	Benefícios de acesso ou cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.089411/2013-70	Unimed Paulistana Cooperativa De Trabalho Medico- em liquidação extrajudicial	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais
25789.011920/2013-97	Unimed Paulistana Cooperativa De Trabalho Medico- em liquidação extrajudicial	DIDES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de contrato - Art. 82 da RN 124/06	80.160,00 (oitenta mil cento e sessenta reais)
25773.012155/2013-00	Unimed Seguros Saúde S.A	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.098715.2014-17	Unimed Paulistana Cooperativa De Trabalho Medico- em liquidação extrajudicial	DIDES	Benefícios de acesso ou cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.018311/2014-57	Hapvida Assistência Médica LTDA	DIDES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de contrato - Art. 82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.234008/2011-24	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais
25772.012340/2013-04	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIDES	Embaraço a Fiscalização	50.000,00 (cinquenta mil reais)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33902.408363/2012-27	Geap Fundação de Seguridade social	DIDES	Alteração do contrato em desacordo com a legislação- Art. 69 da RN 124/06	586.753,13 (quinhentos e oitenta e seis mil setecentos e cinquenta e três reais e treze centavos)
33902.236170/2012-68	Saúde Santa Tereza LTDA	DIDES	Envio de Informações Periódicas- Três infrações ao art.35 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.204779/2012-78	Polymed- Polyclinica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S LTDA	DIDES	Envio de Informações Periódicas-Quatro infrações ao art.35 da RN 124/06	40.000,00 (quarenta mil reais)
33902.629496/2013-16	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIDES	Exonerados e demitidos- Art.84 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.837216/2011-80	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.542353/2013-09	Matermed Assistência Médica LTDA	DIDES	Envio de informações das operadoras e dos prestadores de serviço- Art. 34 da RN 124/06	10.000,00 (dez mil, reais)
33902.411293/2013-75	Associação Policial de Assistência à Saúde de Botucatu	DIDES	Envio de Informações Periódicas- Duas infrações ao art.35 da RN 124/06	20.000,00 (vinte mil reais)
33903.009882/2013-87	Sul América Saúde Companhia de Seguros	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais
25789.058223/2014-81	Unimed Paulistana Cooperativa De Trabalho Medico- em liquidação extrajudicial	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.082372/2013-80	SANAMED- Saúde Santo Antônio	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
2780.003167/2015-16	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.024881/2014-29	Hapvida Assistência Médica LTDA	DIDES	Produto diverso do registrado- Art. 20 da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25783.017965/2014-14	Hapvida Assistência Médica LTDA	DIDES	Rescisão unilateral de contrato individual- Art.82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.024326/2012-35	Excelsior Med S/A	DIGES	Produto Diverso do Registrado - Art. 20 da RN 124/06.	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.124751/2013-39	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25789.058109/2014-51	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.016035/2014-85	Ecole Serviços Médicos Ltda	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.051554/2013-17	Santo André Planos de Assistencia Médica Ltda.	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25782.009145/2013-70	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.088697/2014-57	Bradesco Saúde S/A	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.321654/2014-73	Unimed Norte Capixaba- Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.009520/2013-09	Sul América Seguro Saúde S/A	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.027107/2013-39	Garantia de Saúde Ltda	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.051118/2013-30	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.098871/2011-27	Notre Dame Seguradora S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.048764/2013-10	Mediservice Operadora de Planos de Saúde S/A	DIDES	Exonerados, Demitidos ou Aposentados- Art. 84 da RN 124/06.	30.000,00 (trinta mil reais)
25785.002475/2014-95	Golden Cross Assistencia Internacional de Saúde Ltda	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.031828/2010-09	Unimed de Ribeirao Preto - Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Urgência e Emergência - Art. 79 da RN 124/06.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.033700/2014-03	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual- Art. 78 da RN 124/06.	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.007504/2015-25	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIDES	Redução de Rede Hospitalar- Art. 88 da RN 124/06.	347.974,69 (trezentos e quarenta e sete mil novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos)
25773.009780/2013-66	Geap Autogestão Em Saúde	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.009589/2014-26	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual- Art. 78 da RN 124/06.	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.018720/2011-12	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Restrição da Atividade do Prestador - Art. 42 da RN 124/06	175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)
25773.009845/2014-54	Bradesco Saúde S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.001901/2013-92	Sul América Seguro Saúde S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.021327/2012-28	Amil Saúde Ltda.	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.019951/2011-84	Excelsior Med S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25785.019610/2013-51	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda.	DIDES	Cláusulas de Garantias Legais- Art. 66 da RN 124/06.	188.265,00 (cento e oitenta e oito mil duzentos e sessenta e cinco reais)
25782.004890/2013-22	Unimed de Cianorte - Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, II da RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.055306/2012-56	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIDES	Recontagem de Carência - Arts. 64 e 10, V da RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25789.082843/2013-50	Ecole Serviços Médicos LTDA	DIDES	Exonerados, Demitidos ou Aposentados - Arts. 84 e 10, III da RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
25789.063422/2011-68	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais)
25789.078908/2011-09	Bensaude Plano de Assistência Médica Hospitalar LTDA	DIDES	Mudança de Faixa Etária - Arts. 57 e 10, III da RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25785.013747/2013-00	Caixa de Assistência Sistema Saúde Integral Ssi Saúde	DIDES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, III da RN 124/2006	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
33903.020613/2012-91	Bradesco Saúde S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.001891/2012-93	Casa de Saúde São Bernardo Ltda	DIDES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Coletivo - Arts. 82-A e 10, IV da RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25782.009224/2011-19	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	DIDES	Reajuste de Plano Coletivo - Arts. 61-A e 10, IV da RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25773.018201/2013-76	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.049252/2012-90	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.326508/2012-72	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.015478/2012-47	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.517788/2011-45	Ceam Brasil - Planos de Saúde S.A.	DIDES	Envio de Informações - Arts. 34 e 10, II da RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33902.124421/2010-09	Geap Fundação de Seguridade Social	DIDES	Mecanismo de Regulação - Arts. 71 e 10, V da RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.104670/2014-19	Unimed Paulistana Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Arts. 82 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.057534/2014-22	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.014973/2014-41	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Redução de Rede Hospitalar - Arts. 88, 10, V e 9º, II da RN 124/2006	181.705,26 (cento e oitenta e um mil setecentos e cinco reais e vinte e seis centavos)
25789.068558/2013-26	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Exonerados, Demitidos ou Aposentados; Produto Diverso do Registrado - Arts. 84 c/c 10, V e 20 c/c 5º, II da RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais) e Advertência
33902.269997/2010-96	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Cláusulas de Garantias Legais - Arts. 66, 10, V e 9º, III da RN 124/2006	197.536,88 (cento e noventa e sete mil, quinhentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos)
25789.095516/2013-68	Mediservice Operadora de Planos e Saúde S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.016782/2013-92	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIDES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual; Ingresso de beneficiário em Plano Coletivo - Arts. 82, 20-D e 10, inciso V da RN 124/2006	130.000,00 (cento e trinta mil reais)
25773.011989/2013-90	Unimed Fortaleza - Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.005830 /2013-31	Qualicorp Administradora de Beneficios S.A.	DIDES	Descumprimento Contratual - Art. 78, da RN n° 124/2006.	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.238399/2014-07	Cedplan Saúde Ltda Me	DIDES	Envio de Informações Periódicas - Art. 35, da RN n° 124/2006.	15.000,00 (quinze mil reais)
25789.105342/2014-30	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77, da RN n° 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.005141/ 2015-14	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77, da RN n° 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.019730/2015-07	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77, da RN n° 124/2006.	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.283515 /2014-34	Vórtice - Administradora de Benefícios Ltda	DIDES	Envio de Informações Periódicas - Art. 35, da RN n° 124/2006.	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33902.513852/2013-81	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIDES	Cláusulas de Garantias Legais - Art. 66, da RN n° 124/2006.	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.016591/2014-51	Unimed- Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio De Janeiro	DIDES	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88, da RN n° 124/2006.	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33902.569624/2012-84	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	DIDES	Urgência e Emergência - Art. 79, da RN n° 124/2006.	100.000,00 (cem mil reais)
25789.03108.2013-17	Marítima Saúde Seguros S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77, da RN n° 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.087896/2013-67	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77, da RN n° 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.081668/2013-68	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	DIDES	Mecanismos de Regulação - Art. 71, da RN n° 124/2006.	18.000,00 (dezoito mil reais)
25789.095639/2013-07	Lam Operadora de Planos de Saúde S.C Ltda- Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77, da RN n° 124/2006.	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33902.209405/2012-49	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Descumprimento Contratual - Art. 78, da RN n° 124/2006.	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.025020/2014-16	Amico Saúde Ltda	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77, da RN n° 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.079235/2012-87	Santo André Planos de Saúde e Assistência Médica Ltda	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77, da RN n° 124/2006.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.009579/2014-65	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIDES	Obrigações e Natureza Contratual - Art. 78, da RN n° 124/2006.	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.108946/2014-38	Unimed São José dos Campos Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77, da RN n° 124/2006.	63.360,00 (sessenta e três mil trezentos e sessenta reais)
25782.010754/2013-71	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIDES	Obrigações e Natureza Contratual - Art. 78, da RN n° 124/2006.	60.000,00 (sessenta mil reais)
25785.003534/2011-08	Porto Alegre Clínicas S/S Ltda	DIDES	Contrato coletivo em Desacordo com a Regulamentação - Art. 20-C, da RN n° 124/2006.	38.250,00 (trinta e oito mil duzentos e cinquenta reais)
25782.007574/2013-11	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77, da RN n° 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.018710/2013-60	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda	DIDES	Suspensão ou Rescisão de Contrato - Art. 82-A, da RN n° 124/2006.	88.352,00 (oitenta e oito mil trezentos e cinquenta e dois reais)
25773.001039/2013-57	Unimed Teresina Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77, da RN n° 124/2006.	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
25782.011759/2013-11	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77, da RN n° 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.020421/2014-71	Unimed- Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77, da RN n° 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.089566/2013-14	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.208999/2012-71	Unimed de Araras Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Envio de Informações Periódicas - art. 35 da RN 124/06	180.000,00(cento e oitenta mil reais)
25789.070591/2012-35	HBC Saúde Ltda.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.032546/2013-63	Unimed Seguros Saúde S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.019819/2014-30	Sul América Seguro Saúde S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.009592/2012-88	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.704958/2013-91	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.009529/2013-82	Viva Planos de Saúde Ltda. - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.021386/2013-46	Massa Falida de Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda.	DIGES	Redução de Rede Hospitalar - art. 88 da RN 124/06	123.730,52 (cento e vinte e três mil, setecentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos)
25782.012611/2013-02	Santa Rita Saúde S.A	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.329907/2013-76	Dental-par - Assistência Odontológica Empresarial Ltda.	DIGES	Envio de Informações Periódicas - art. 35 da RN 124/06	10.000,00 (dez mil reais)
25779.002915/2015-74	Massa Falida de Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda.	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25783.022120/2012-71	Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Exonerados, Demitidos ou Aposentados - art. 84 da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33902.420144/2014-88	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.776473/2011-38	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.018589/2013-13	Unimed Natal Soc. Coop. de Trab. Médico	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.367212/2014-73	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.077869/2011-14	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.366133/2014-45	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.019310/2013-14	Fundação Assistencial Dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25780.005093/2013-82	Hapvida Assistência Médica Ltda.	DIGES	Mudança de Faixa Etária - art. 57 da RN 124/06 / Reajuste Acima do Permitido- art. 59 da RN 124/06	90.000,00 (noventa mil reais)
25783.009105/2013-18	Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25779.008359/2015-40	Massa Falida de Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda.	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33902.329904/2013-32	Unimed de Feira de Santana Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Envio de Informações Periódicas - art. 35 da RN 124/06	15.000,00 (quinze mil reais)
25780.002505/2015-94	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.008897/2013-38	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIGES	Adaptação ou Migraçãodos contratos em Desacordo com a legislação- art. 68 da RN 124/06	40.000,00 (quarenta mil reais)
25772.011800/2014-50	Bradesco Saúde S/A	DIDES	Urgência e Emergência - art. 79 da RN 124/06	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25782.013513/2014-65	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.031095/2014-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio De Janeiro	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.101235/2014-32	Unimed de Bauru Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Exonerados, Demitidos ou Aposentados - art. 84 da RN 124/06	18.000,00 (dezoito mil reais)
25789.051728/2013-33	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - art. 82 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.013900/2013-19	Amil Assistência Médica Internacional S.A. (Incorporadora da Excelsior Med S/A)	DIDES	Urgência e Emergência - art. 79 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.476246/2013-77	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.027302/2013-69	Green Line Sistema de Saúde S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.013783/2013-85	Esmale Assistencia Internacional de Saude Ltda.	DIDES	Mudança de Faixa Etária - art. 57 da RN 124/06	27.000,00 (vinte a sete mil reais)
25782.007442/2013-81	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.206487/2012-70	Unimed de Itapeva - Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Envio de Informações Periódicas - art. 35 da RN 124/06	10.000,00 (dez mil reais)
25789.012227/2015-01	Green Line Sistema de Saúde S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25779.030107/2015-05	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.023917/2015-05	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.007745/2014-02	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.212412/2012-28	Operadora de Planos Privados de Assistência à Saude Consaude S/S Ltda	DIDES	Envio de Informações Periódicas - art. 35 da RN 124/06	40.000,00 (quarenta mil reais)
33902.567653/2012-10	Fundação Saúde Itaú	DIDES	Incorreções e Omissões nas Informações - art. 37 da RN 124/06	144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais)
25789.001337/2012-97	Saúde Medicol S/A. - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Envio de Informações das operadoras e dos prestadores de serviços; Incorreções e Omissões nas Informações; e Reajuste de plano coletivo - arts. 34, 37 e 61-A da RN 124/06	Advertência, Advertência e 27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33902.407036/2012-58	Unimed-São Gonçalo - Niterói - Soc.Coop.Serv.Med e Hosp Ltda.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
25783.009624/2013-86	Hapvida Assistencia Medica Ltda.	DIDES	Envio de Informações das operadoras e dos prestadores de Serviços - art. 34 da RN 124/06	25.000,00 (vinte e cinto mil reais)
25789.039983/2011-46	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Alteração do Contrato em desacordo com a Legislação; Reajuste de plano coletivo; Incorreções e Omissões nas Infomações - arts. 69 61-A e 37 da RN 124/06	Advertência e R$ 80.210,00 (oitenta mil duzentos e dez reais)
25789.009956/2014-91	Bradesco Saúde S/A	DIDES	Exonerados, Demitidos ou Aposentados - art. 84 da RN 124/06	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33903.017703/2013-85	Sul America Companhia de Seguro Saúde	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.009202/2013-11	Sul América Serviços De Saúde S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.071705/2011-83	Unimed de Ribeirão Preto - Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Reajuste de plano coletivo - art. 61-A da RN 124/06	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33903.017087/2014-43	Unimed Goiania Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.586099/2013-42	PS Padrão Administradora De Benefícios Ltda	DIPRO	Cláusulas de garantias Legais- art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25782.012490/2013-91	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.410944/2013-18	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.212073/2010-18	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.007422/2014-81	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Urgência e Emergência- art. 79 da RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
25779.014530/2014-79	Sul América Seguro Saúde S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.011533/2013-91	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.034295/2012-71	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIDES	Redução de Rede Hospitalar - art. 88 da RN 124/06	895.515,94 (oitocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quinze reais e noventa e quatro centavos)
25789.089494/2013-05	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.085284/2012-59	Bradesco Saúde S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.011830/2013-36	Pro Salute Serviços Para A Saúde Ltda.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.016553/2014-18	Amico Saúde Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.016698/2013-59	Associaçao dos Funcionarios Publicos do Estado do Rio Grande do Sul	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25783.019606/2012-21	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	DIDES	Mudança de Faixa Etária - art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.337821/2012-36	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.018259/2013-10	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.068743/2014-00	Samed - Serviços de Assistência Médica, Odontológica E Hospitalar S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.221184/2012-87	Sul América Seguro Saúde S/A	DIDES	Cláusulas de garantias Legais- art. 66 da RN 124/06	39.720,00 (trinta e nove mil setecentos e vinte reais)
25773.012113/2012-80	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIDES	Remoção em Urgência e Emergência - art. 80 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25785.009232/2013-05	Sul América Seguro Saúde S/A	DIDES	Reajuste acima do Permitido- art. 59 da RN 124/06	45.180,00 (quarenta e cinco mil cento e oitenta reais)
25783.026771/2013-11	Bradesco Saúde S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.002809/2014-41	Unimed Agreste Meridional - Cooperativa de Trabalho Medico LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33903.001346/2014-14	Petróleo Brasileiro S.A.- Petrobras	DIDES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.499335/2013-91	Sul América Seguro Saúde S/A	DIDES	Cláusulas de garantias Legais- art. 66 da RN 124/06	171.233,68 (cento e setenta e um mil duzentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos),
25789.033603/2012-41	Irmandade Santa Casa Misericordia De São José Dos Campos	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.020127/2015-41	Central Nacional Unimed Cooperativa Central	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.016698/2013-19	Associação Policial De Assistência À Saúde De Ribeirão Preto (Apas)	DIDES	Descumprimento Contratual - Art. 78 RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25789.041020/2013-74	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIDES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Coletivo- Art. 82 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.019165/2013-29	Qualicorp Administradora De Benefícios S.A.	DIDES	Descumprimento Contratual - Art. 78 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.485581/2012-85	Qualicorp Administradora De Benefícios S.A.	DIDES	Descumprimento Contratual - Art. 78 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.236607/2012-63	Unimed Odonto S.A	DIDES	Envio de Informações Periódicas- Art. 35 RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
25782.004884/2013-75	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.407958/2011-84	Instituto Brasileiro De Beneficios Para Cooperativas E Associacoes	DIDES	Reajuste de Plano Coletivo- Art. 61-A RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.180676/2010-43	Caixa De Assistência Dos Funcionários Do Banco Do Brasil - Cassi	DIDES	Descumprimento Contratual - Art. 78 RN 124/06	360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)
33902.767893/2011-23	Dentalshow Assistência Odontológica Ltda	DIDES	Operações Contrárias à Lei- Art. 45 RN 124/06	40.000,00 (quarenta mil reais)
25789.003569/2009-84	Pró-Saúde Planos De Saúde Ltda. - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Alienação de Carteira -Art. 25 RN 124/06	40.000,00 (quarenta mil reais)
33902.226842/2011-46	Unimed-Rio Cooperativa De Trabalho Medico Do Rio De Janeiro	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.198986/2012-86	Unimed Anápolis - Cooperativa De Trabalho Médico	DIDES	Envio de Informações Periódicas- Art. 35 RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25782.000648/2014-61	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa De Médicos	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.031413/2014-51	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.007556/2014-41	Unimed Paulistana Cooperativa De Trabalho Médico	DIDES	Cláusulas de Garantias Legais -Art. 66 RN 124/06	30.060,00 (trinta mil e sessenta reais)
33902.632489/2014-82	Unimed Rio Cooperativa De Trabalho Médico Ltda	DIDES	Ingresso de beneficiário em plano coletivo-Art. 20-d RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.000253/2015-19	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.556757/2011-18	Unimed-Rio Cooperativa De Trabalho Medico Do Rio De Janeiro	DIDES	Cláusulas de Garantias Legais -Art. 66 RN 124/06	126.688,42 (cento e vinte seis mil, seiscentos e oitenta e oito mil reais, e quarenta e dois centavos)
33902.144078/2014-34	Sul América Companhia De Seguro Saúde	DIDES	Reajuste de Plano Coletivo- Art. 61-A RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.351623/2014-47	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.025633/2015-45	Administradora Brasileira De Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25780.009756/2014-19	Unimed-Rio Cooperativa De Trabalho Médico Do Rio De Janeiro	DIDES	Reajuste Acima do Permitido- Art. 59 RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25782.000632/2014-58	Bradesco Saúde S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)
25789.100814/2012-04	Saúde Medicol S/A. - em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art. 82 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.008009/2014-63	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.014810/2010-17	Geap Autogestão em Saúde	DIDES	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.519114/2013-47	Geap Autogestão em Saúde	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.457109/2013-33	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIDES	Cláusulas de Garantias Legais - Art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.107982/2014-84	Cooperativa de Trabalho Médico de Pouso Alegre	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.223652/2012-58	Unimed de Tubarão - Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel	DIDES	Envio de Informações Periódicas - 8 (oito) infrações ao Art. 35 da RN 124/06	120.000,00 (cento e vinte mil reais)
33902.413625/2011-94	Bradesco Saúde S/A	DIDES	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.096820/2011-61	Cooperativa de Trabalho Médico de Pouso Alegre	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.175006/2014-39	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.108093/2014-34	Unimed São Carlos - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.014109/2012-87	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.092568/2013-82	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.018819/2014-67	Vitae Serviços Assistenciais Ltda. - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 da RN 124/06	107.210,53 (cento e sete mil duzentos e dez reais e cinquenta e três centavos)
25779.019865/2014-83	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIDES	Mudança de faixa etária- Art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25773.015179/2012-21	Unimed Natal Soc. Coop. de trab. Médico	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25779.005784/2013-15	Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Reajuste de Plano Coletivo - Art. 61-A da RN 124/06	45.405,00 (quarenta e cinco mil quatrocentos e cinco reais)
25783.007627/2013-85	Bradesco Saúde S/A	DIDES	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.014086/2013-41	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIDES	Mudança de faixa etária- Art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25780.008518/2013-13	Unimed de Belém Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Exonerados, Demitidos e Aposentados - Art. 84 da RN 124/06.	30.000,00 (trinta mil reais)
25782.009213/2011-39	Dental Uni - Cooperativa Odontológica	DIDES	Cláusulas de Garantias Legais - Art. 66 da RN 124/06	191.085,00 (cento e noventa e um mil e oitenta e cinco reais)
25782.010507/2013-75	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 da RN 124/06	76.000,00 (setenta e seis mil reais)
25783.007351/2013-35	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25789.012990/2014-43	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda	DIGES	Reajuste de Plano Coletivo - Art. 61-A da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.012283/2011-12	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.107925/2014-03	Unimed de Sertaozinho - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso II da RN nº 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.295122/2014-73	Unimed Teresópolis Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso III da RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.061796/2013-19	Garantia de Saúde Ltda	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 7º, inciso III e art. 10, inciso II da RN nº 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.037295/2012-22	Bucal Help Assistencia Odontologica Ltda.	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso III da RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.047374/2015-94	Unimed de Bauru Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 7º, inciso III e art. 10, inciso III da RN nº 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.010531/2012-82	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 7º, inciso III e art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.025368/2014-03	Amico Saúde Ltda	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 7º, inciso III e art. 10º, inciso V da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.000658/2014-16	Bradesco Saúde S/A	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 8º, inciso III e art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25789.048650/2013-70	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIGES	Mudança de Faixa Etária - art. 57 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25780.008614/2014-34	Unimed De Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso IV da RN nº 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.026608/2014-89	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico Do Rio De Janeiro	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 7º, inciso III e art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.093578/2012-54	Notre Dame Seguradora S/A	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso IV da RN nº 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.362454/2012-17	Amil Saúde Ltda.	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 8º, inciso III e 10, inciso V da RN nº 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.236258/2012-80	Odontrat Assistencia Odontologica Ltda. - Eireli	DIGES	Envio de Informações Periódicas - art. 35 c/c art. 10, inciso I da RN nº 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
33902.232988/2012-10	Saude - Sistema Assistencial Unificado de Empresas - Sociedade Simples	DIGES	Envio de Informações Periódicas - art. 35 c/c art. 10, inciso III da RN nº 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.079049/2012-48	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIDES	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	120.000,00 (cento e vinte mil reais)
25783.005393/2013-31	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 8º, inciso III c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.067892/2013-47	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIDES	Cláusulas de Garantias Legais - art. 66 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006 da ANS	30.000,00 (trinta mil reais)
25783.005392/2013-97	Allianz Saúde S/A	DIDES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso IV da RN nº 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25780.009038/2014-42	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.070903/2013-76	Geap Autogestão em Saúde	DIDES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 8º, inciso III c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25783.013352/2013-19	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda.	DIDES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 7º, inciso III c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.017287/2013-10	Bradesco Saúde S/A	DIDES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 7º, inciso III c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.058237/2014-02	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de cobertura - conforme art. 77 c/c art. 7º, inciso III c/c art. 8º, inciso III e art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.040349/2012-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIDES	Ingresso de beneficiário em plano coletivo e Preenchimento incompleto de formulário em contratos coletivos - art. 20-D e art. 65-B c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006 da ANS	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
33902.217797/2014-81	Golden Cross Assistencia Internacional de Saúde Ltda	DIDES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 8º, inciso III c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25785.008617/2011-85	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	DIDES	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/2006	Arquivamento
25782.001228/2014-00	Interodonto - Sistema de Saúde Odontológica Ltda	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.004653/2013-61	Bradescco Saúde S.A.	DIDES	Informações devidas a consumidores e Redução de Rede Hospitalar - Arts. 74 e 88 da RN 124/2006	135.300,00 (cento e trinta e cinco mil e trezentos reais)
25783.021886/2012-38	Esmale Assistência Internacional de Saúde LTDA	DIDES	Urgência e Emergência - Art. 79 da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25785.018191/2014-11	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.335398/2012-30	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.088640/2015-13	Bradesco Saúde S.A.	DIDES	Ingresso de consumidor em plano - Art. 62 da RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25789.092872/2014-19	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.006070/2014-96	Unimed Paulistana - Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.005441/2015-12	Administradora Brasileira De Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.414550/2014-10	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.006510/2011-01	Círculo Operário Caxiense	DIDES	Cláusulas de garantias legais - Art. 66 da RN 124/2006	62.401,26 (sessenta e dois mil quatrocentos e um reais e vinte e seis centavos)
33902.802011/2011-83	Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS	DIDES	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.023653/2014-81	Economus Instituto de Seguridade Social	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.023743/2012-61	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIDES	Ingresso de consumidor em plano - Art. 62 da RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.100675/2014-72	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.026576/2014-11	Centro Trasmontano de São Paulo	DIDES	Produto diverso do registrado - Art. 20 da RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33903.012010/2014-87	Unimed Uberaba Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIDES	Urgência e Emergência - Art. 79 da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.204751/2012-31	Unimed de Guarulhos Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Envio de informações periódicas - Art. 35 da RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
25789.098752/2014-17	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Coletivo - Art. 82-A da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.040289/2012-52	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Urgência e Emergência - Art. 79 da RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
33903.349120/2014-10	Unimed Nova Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33902.232873/2012-17	Associação Policial De Assistência À Saúde De Ribeirão Preto (APAS)	DIDES	Envio de informações periódicas - Art. 35 da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.005786/2015-76	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.025688/2014-55	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.019859/2015-98	Associação da Santa Casa Saúde de Ribeirão Preto	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25782.001759/2014-94	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.434538/2012-51	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais - Art. 66 da RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25783.016952/2013-39	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 da RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
33902.318220/2010-62	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual e Acordo Coletivo em Desacordo com a Regulamentação - Art. 78 e 20 - C da RN 124/2006	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25789.041552/2013-10	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Suspensão ou Rescisão de Contrato Individual - Art. 82 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25789.020058/2015-75	Unimed de Bauru Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25782.009473/2013-76	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.027879/2012-64	Sul América Saúde Companhia de Seguros	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.073421/2015-55	Centro Trasmontano de São Paulo	DIPRO	Suspensão ou Rescisão de Contrato Individual - Art. 82 da RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.026601/2014-67	Coopus - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	DIPRO	Exonerados, Demitidos e Aposentados - Art. 84 da RN 124/2006.	18.000,00 (dezoito mil reais)
25783.014455/2012-15	Bradesco Saúde S/A	DIPRO	Exonerados, Demitidos e Aposentados - Art. 84 da RN 124/2006.	30.000,00 (trinta mil reais)
25780.008071/2014-55	Bradesco Saúde S/A	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.002972/2014-33	Hapvida Assistência Médica Ltda.	DIPRO	Remoção em Urgência e Emergência - Art. 80 da RN 124/2006.	30.000,00 (trinta mil reais)
25779.004769/2015-11	Massa Falida de Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda.	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006.	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.016857/2015-66	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.006314/2013-10	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.018233/2013-71	Geap Autogestão em Saúde	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.037878/2013-34	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.058009/2014-24	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.001573/2014-13	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006.	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25783.004873/2014-66	Hapvida Assistência Médica Ltda.	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.099113/2014-79	Serpram-Serv.de Prest.de Assistência Medico-Hospitalar S/A	DIPRO	Benefícios de Acesso ou Cobertura - Art. 77 da RN 124/2006.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.412921/2013-30	Clínica São Gabriel s/s Ltda.	DIPRO	Envio de Informações Periódicas - Art. 35 da RN 124/2006.	5.000,00 (cinco mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor - Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.994, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 47, IX e no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o § 6º do art. 2º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 57, de 17 de novembro de 2009;

considerando a deliberação da Diretoria Colegiada na data 25/10/2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir a petição da empresa Novafarma Indústria Farmacêutica Ltda, CNPJ: 06.629.745/0001-09, Expediente nº 983626/15-8, referente à solicitação de dispensa de registro do insumo farmacêutico ativo ampicilina sódica, fabricado pela empresa North China Pharmaceutical Group Semisyntech, em caráter emergencial ou temporário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS
GERÊNCIA DE COSMÉTICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.942, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Gerente de Cosméticos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.943, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Gerente de Cosméticos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.944, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Gerente de Cosméticos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Cancelar os registros dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA DE SANEANTES

RESOLUÇÃO - RE N° 2.936, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente de Saneantes Substituta no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 918, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIMARA AZEVEDO OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.937, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente de Saneantes Substituta no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 918, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site:

http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIMARA AZEVEDO OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.938, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.939, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.940, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições de Cancelamento de Registro por Transferência de Titularidade e de Transferência de Titularidade relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.941, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos alimentos sob os números de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969 e do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 2º A revalidação abrange as petições que ainda não foram objetos de decisão por parte da Anvisa.

Art. 3º A revalidação automática não se aplica às petições de revalidação de registro protocolados fora do prazo estabelecido nos termos do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 4º As petições revalidadas automaticamente serão analisadas, podendo a Administração indeferir o pedido de revalidação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado ou ratificá-lo, deferindo o pedido de revalidação.

Art. 5º Os produtos com registros revalidados podem ser consultados no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_alimento.asp.

Art. 6º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, sem haver interrupção na regularidade do registro.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RETIFICAÇÕES

Na Resolução RE nº 2.692, de 06 de outubro de 2016 publicada no Diário Oficial da União nº 195, de 10 de outubro de 2016, na Seção 1, pág. 58, e em suplemento, pág. 10,

Onde se lê:

BASF S/A 4.01312-8
FITOESTEROL ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
25351.167852/2016-38 000000000
PLASTICA 0 Dias
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
VEGAPURE
454 Alteração de Fórmula do Produto
Em desacordo com a Legislação vigente

Leia-se:

BASF S/A 4.01312-8
FITOESTEROL ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
25351.364512/2016-07 000000000
PLASTICA 0 Dias
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
VEGAPURE
454 Alteração de Fórmula do Produto
Em desacordo com a Legislação vigente

Na Resolução RE nº 3.434, de 11 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 238, de 14 de dezembro de 2015, na Seção 1, pág. 63, e em suplemento, pág. 85,

Onde se lê:

ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL BELO HORIZONTE/MG
25351.673720/2014-98 6.7229.0004.001-5

Leia-se:

FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
BELO HORIZONTE/MG
25351.673720/2014-98 6.7229.0004.001-5

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.952, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder ao(s) Centro(s), na forma do(s) ANEXO(s), a Certificação em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade conforme identificado no respectivo quadro ANEXO;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.953, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar os registros por declaração de caducidade dos medicamentos específicos e fitoterápicos sob os números de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 7º do art. 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 2º O cancelamento dos registros por declaração de caducidade abrange os registros dos produtos cuja revalidação não tenha sido solicitada no prazo referido no § 6º do artigo 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 3º Para os registros que não tiveram sua caducidade declarada anteriormente, esta resolução declara a caducidade e cancela o registro simultaneamente.

Art. 4º Este procedimento finaliza administrativamente os processos, para aqueles registros que não tiverem manifestação em contrário das empresas detentoras.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.954, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.955, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.956, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.957, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições de registro de medicamento novo conforme relação anexa;

Art. 2° Maiores informações devem ser consultadas no site da Anvisa - www.anvisa.gov.br;

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.988, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições de registro de medicamento novo conforme relação anexa;

Art. 2° Maiores informações devem ser consultadas no site da Anvisa - www.anvisa.gov.br;

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na resolução - RE nº 1.128, de 28 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 82, de 2 de maio de 2016, Seção 1, pág. 48 e Suplemento pág. 22, referente ao processo nº 25351.564730/2013-16.

Onde se lê:

(...)
1.7310.0002.001-1 24 MESES
12 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.7310.0002.002-8 24 MESES
12 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.7310.0002.003-6 24 MESES
12 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.7310.0002.004-4 24 MESES
12 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.7310.0002.005-2 24 MESES
12 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 42
1.7310.0002.006-0 24 MESES
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.7310.0002.007-9 24 MESES
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.7310.0002.008-7 24 MESES
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.7310.0002.009-5 24 MESES
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.7310.0002.010-9 24 MESES
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 42
1.7310.0002.011-7 24 MESES
8 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.7310.0002.012-5 24 MESES
8 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.7310.0002.013-3 24 MESES
8 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.7310.0002.014-1 24 MESES
8 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.7310.0002.015-1 24 MESES
8 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 42
1.7310.0002.016-8 24 MESES
6 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.7310.0002.017-6 24 MESES
6 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.7310.0002.018-4 24 MESES
6 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.7310.0002.019-2 24 MESES
6 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.7310.0002.020-6 24 MESES
6 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 42
1.7310.0002.021-4 24 MESES
4 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.7310.0002.022-2 24 MESES
4 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.7310.0002.023-0 24 MESES
4 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.7310.0002.024-9 24 MESES
4 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.7310.0002.025-7 24 MESES
4 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 42
1.7310.0002.026-5 24 MESES
2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.7310.0002.027-3 24 MESES
2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.7310.0002.028-1 24 MESES
2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.7310.0002.029-1 24 MESES
2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.7310.0002.030-3 24 MESES
2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 42
(...)

Leia-se:

1.7310.0002.001-1 36 MESES
12 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.7310.0002.002-8 36 MESES
12 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.7310.0002.003-6 36 MESES
12 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.7310.0002.004-4 36 MESES
12 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.7310.0002.005-2 36 MESES
12 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 42
1.7310.0002.006-0 36 MESES
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.7310.0002.007-9 36 MESES
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.7310.0002.008-7 36 MESES
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.7310.0002.009-5 36 MESES
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.7310.0002.010-9 36 MESES
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 42
1.7310.0002.011-7 36 MESES
8 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.7310.0002.012-5 36 MESES
8 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.7310.0002.013-3 36 MESES
8 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.7310.0002.014-1 36 MESES
8 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.7310.0002.015-1 36 MESES
8 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 42

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7310.0002.016-8 36 MESES
6 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.7310.0002.017-6 36 MESES
6 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.7310.0002.018-4 36 MESES
6 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.7310.0002.019-2 36 MESES
6 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.7310.0002.020-6 36 MESES
6 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 42
1.7310.0002.021-4 36 MESES
4 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.7310.0002.022-2 36 MESES
4 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.7310.0002.023-0 36 MESES
4 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.7310.0002.024-9 36 MESES
4 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.7310.0002.025-7 36 MESES
4 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 42
1.7310.0002.026-5 36 MESES
2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.7310.0002.027-3 36 MESES
2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.7310.0002.028-1 36 MESES
2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.7310.0002.029-1 36 MESES
2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.7310.0002.030-3 36 MESES
2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 42

Na resolução - RE nº 1.343, de 30 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 82, de 04 de maio de 2015, Seção 1, pág. 90 e Suplemento, pág. 04, referente ao processo 25351.209086/2005-06.

Onde se lê:
COMERCIAL 1.2568.0133.001-0 24 Meses
20 MG/G + 0,5 MG/G + 2,5 MG/G CR DERM CT BG AL X 30G
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.2568.0133.002-9 24 Meses
20 MG/G + 0,5 MG/G + 2,5 MG/G CR DERM CX 100 BG AL X 30
G (EMB HOSP)
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
Leia-se:
COMERCIAL 1.2568.0133.001-0 24 Meses
20 MG/G + 0,64 MG/G + 2,5 MG/G CR DERM CT BG AL X 30G
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.2568.0133.002-9 24 Meses
20 MG/G + 0,64 MG/G + 2,5 MG/G CR DERM CX 100 BG AL X 30G (EMB HOSP)
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO

Na resolução - RE nº 1.916, de 3 de Julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 126, de 6 de Julho de 2015, Seção 1, pág. 51 e Suplemento, pág. 4, referente ao processo 25351.735030/2009-25.

Onde se lê:
1.5423.0175.012-5 24 Meses
0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.013-3 24 Meses
0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.014-1 24 Meses
0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.015-1 24 Meses
0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.016-8 24 Meses
0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 480 (EMB HOSP)
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.017-6 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.018-4 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.019-2 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.020-6 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.021-4 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 480 (EMB HOSP)
Não informado
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
Leia-se:
1.5423.0175.012-5 24 Meses
0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
ZILEPAM
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.013-3 24 Meses
0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
ZILEPAM
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.014-1 24 Meses
0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
ZILEPAM
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.015-1 24 Meses
0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
ZILEPAM
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.016-8 24 Meses
0,5 MG COM CX BL AL PLAS TRANS X 480 (EMB HOSP)
ZILEPAM
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.017-6 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
ZILEPAM
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.018-4 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
ZILEPAM
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.019-2 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
ZILEPAM
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.020-6 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
ZILEPAM
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.
1.5423.0175.021-4 24 Meses
2 MG COM CX BL AL PLAS TRANS X 480 (EMB HOSP)
ZILEPAM
1998 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA
JÁ REGISTRADA NO PAÍS.

Na resolução - RE nº 1.994, de 10 de Julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 131, de 13 de Julho de 2015, Seção 1, pág. 64 e Suplemento, pág. 17, referente ao processo 25351.563863/2011-90.

Onde se lê:
1.5584.0071.013-6 24 Meses
1 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1627 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
1.5584.0071.014-4 24 Meses
0.5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1627 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
Leia-se:
COMERCIAL 1.5584.0071.013-6 24 Meses
1 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
NEOZOLAM
1627 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5584.0071.014-4 24 Meses
0.5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
NEOZOLAM
1627 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

Na resolução - RE nº 2.323, de 14 de Agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 156, de 17 de Agosto de 2015, Seção 1, pág. 40 e Suplemento, pág. 51, referente ao processo 25351.020016/01-16.

Onde se lê:
LABORATÓRIO GLOBO LTDA 1.00535-8
(...)
CLORIDRATO DE AMBROXOL
EXPECTORANTES BALSAMICOS E MUCOLITICO
SPECTOFLUX 25351.020016/01-16 08/2018
Leia-se:
LABORATÓRIO GLOBO LTDA 1.00535-8
(...)
CLORIDRATO DE AMBROXOL
EXPECTORANTES BALSAMICOS E MUCOLITICO
SPECTOFLUX 25351.020016/01-16 05/2018

Na resolução - RE nº 2.631, de 18 de Julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União no. 137, de 21 de Julho de 2014, Seção 1, pág. 64 e Suplemento, pág. 1, referente ao processo 25351.693612/2014-06.

Onde se lê:
MEDLEY INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 1.00181-4
FUMARATO DE CETOTIFENO
OUTROS MEDICAMENTOS ANTIASMATICOS
Referência - ZADITEN 25351.016803/01-27 07/2016
COMERCIAL 1.0181.0355.001-1 24 Meses
0,2 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML+ CP MED
Não informado
10209 GENÉRICO - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
COMERCIAL 1.0181.0355.002-8 24 Meses
0,2 MG/ML XPE CX 24 FR VD AMB X 120 ML+ 24 CP MED
(EMB HOSP)
Não informado
10209 GENÉRICO - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
Leia-se:
MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA 1.08326-7
FUMARATO DE CETOTIFENO
OUTROS MEDICAMENTOS ANTIASMATICOS
Referência - ZADITEN 25351.693612/2014-06 07/2021
COMERCIAL 1.8326.0188.001-8 18 Meses
0,2 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML+ COP
Não informado
10209 GENÉRICO - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
COMERCIAL 1.8326.0188.002-6 18 Meses
0,2 MG/ML XPE CX 24 FR VD AMB X 120 ML+ 24 COP
(EMB HOSP)
Não informado
10209 GENÉRICO - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Na resolução - RE nº 3.031, de 22 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União no. 164, de 26 de agosto de 2013, Seção 1, pág. 44 e Suplemento, pág. 50, referente ao processo 25991.009222/77.

Onde se lê:

SCHERING-PLOUGH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	2599100922277	ANDROXON	0 5 4 9 8 7 11 2 6	fev/18

Leia-se:

SCHERING-PLOUGH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	2599100922277	ANDROXON TESTOCAPS	0 5 4 9 8 7 11 2 6	fev/18

Na resolução - RE nº 3.301, de 29 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União no. 146, de 01 de Agosto de 2011, Seção 1, pág. 69 e Suplemento, pág. 47, referente ao processo 25351.059079/2008-91.

Onde se lê:
NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA LTDA 1.02675-4
ALENDRONATO DE SÓDIO
SUPRESSORES DA REABSORCAO OSSEA
Referência - Fosamax 25351.059079/2008-91 07/2016
Leia-se:
NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA LTDA 1.02675-4
ALENDRONATO DE SÓDIO
SUPRESSORES DA REABSORCAO OSSEA
Referência - Fosamax 25351.059079/2008-91 08/2021

Na Resolução - RE nº 1.115, de 10 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 69, de 13 de abril de 2015, Seção 1, pág. 44 e Suplemento, pág. 01, referente ao processo 25351.151358/2007-25,

Onde se lê:
COMERCIAL 1.1300.1026.007-6 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS INC X 15
Não informado
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
COMERCIAL 1.1300.1026.008-4 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS INC X 20
Não informado
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
COMERCIAL 1.1300.1026.009-2 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
Leia-se:
COMERCIAL 1.1300.1026.007-6 36 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 15
Não informado
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
COMERCIAL 1.1300.1026.008-4 36 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
Não informado
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
COMERCIAL 1.1300.1026.009-2 36 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS

Na Resolução - RE nº 167, de 22 de janeiro 2016, publicada no Diário Oficial da União no. 16, de 25 de janeiro de 2016, Seção 1, pág. 27 e Suplemento, pág. 76, referente ao processo 25351.485060/2005-54,

Onde se lê:
PARACETAMOL
ANALGESICOS NAO NARCOTICOS
Referência - Tylenol 25351.485060/2005-54 06/2021
COMERCIAL 1.1085.0034.001-0 24 Meses
200MG/ ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 15 ML
Paracetamol
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.1085.0034.002-9 24 Meses
200MG/ML SOL OR CX 100 FR PLAS OPC GOT X 15 ML (EMB HOSP)
Paracetamol
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.1085.0034.003-7 24 Meses
200MG/ML SOL OR CX 200 FR PLAS OPC GOT X 15 ML (EMB HOSP)
Paracetamol
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAM E N TO
Leia-se:
PARACETAMOL
ANALGESICOS NAO NARCOTICOS
Referência - Tylenol 25351.485060/2005-54 06/2021
COMERCIAL 1.1085.0034.001-0 24 Meses
200MG/ ML SOL OR CT FR GOT PLAS OPC X 15 ML
Paracetamol
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.1085.0034.002-9 24 Meses
200MG/ML SOL OR CX 100 FR GOT PLAS OPC X 15 ML (EMB HOSP)
Paracetamol
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.1085.0034.003-7 24 Meses
200MG/ML SOL OR CX 200 FR GOT PLAS OPC X 15 ML (EMB HOSP)
Paracetamol
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAM E N TO

Na Resolução - RE nº 1.787, de 19 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 116, de 22 de junho de 2015, Seção 1, pág. 84 e Suplemento, pág. 170, referente ao processo 25351.011857/2003-57,

Onde se lê:
PANTOPRAZOL
ANTIULCEROSOS
Referência - PANTOZOL 25351.011857/2003-57 04/2018
COMERCIAL 1.0181.0432.005-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 7
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.006-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 14
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.007-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 28
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.008-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 140
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.014-1 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 14
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.015-8 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 28
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.016-6 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 140
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.020-4 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 42
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.022-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 42
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
Leia-se:
PANTOPRAZOL
ANTIULCEROSOS
Referência - PANTOZOL 25351.011857/2003-57 04/2018
COMERCIAL 1.0181.0432.005-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 7
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.006-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 14
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.007-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 28
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.008-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 140
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.013-1 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 7
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.014-1 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 14
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.015-8 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 28
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.016-6 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 140
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.020-4 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 42
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
COMERCIAL 1.0181.0432.022-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 42
Não informado
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE

Na Resolução - RE nº 2.201, de 7 de Agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 151, de 10 de Agosto de 2015, Seção 1, pág. 45 e Suplemento, pág. 94, referente ao processo 25351.261692/2015-13,

Onde se lê:
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 1.07817-7
(...)
FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA
GLICOCORTICOIDES SISTEMICOS
PREDSIM 25351.261692/2015-13 02/2018
Leia-se:
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 1.07817-7
(...)
PREDNISOLONA
GLICOCORTICOIDES SISTEMICOS
PREDSIM 25351.261692/2015-13 02/2018

Na Resolução - RE nº 2.296, de 27 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União no. 127, de 07 de julho de 2014, Seção 1, pág. 18 e Suplemento, pág. 01, referente ao processo 25000.028696/98-65,

Onde se lê:
COMERCIAL 1.0038.0039.004-0 24 Meses
750 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 200
Não informado
10198 SIMILAR - ALTERAÇÃO MENOR DE EXCIPIENTE
COMERCIAL 1.0038.0039.005-9 24 Meses
750 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 200
Não informado
10198 SIMILAR - ALTERAÇÃO MENOR DE EXCIPIENTE
Leia-se:
COMERCIAL 1.0038.0039.009-1 24 Meses
750 MG COM CT BL AL PLAS LAR X 20
Não informado
10198 SIMILAR - ALTERAÇÃO MENOR DE EXCIPIENTE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COMERCIAL 1.0038.0039.010-5 24 Meses
750 MG COM CT BL AL PLAS LAR X 200 (EMB MULT)
Não informado
10198 SIMILAR - ALTERAÇÃO MENOR DE EXCIPIENTE

Na Resolução - RE nº 2.703, de 26 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº. 144, de 29 de julho de 2013, Seção 1, pág. 152 e Suplemento, pág. 83, referente ao processo n° 25351.459719/2012-40,
Onde se lê:
(...)
GERMED FARMACEUTICA LTDA 1.00583-3
CLORIDRATO DE DULOXETINA
ANTIDEPRESSIVOS
Referência - CYMBALTA 25351.459719/2012-40 07/2018
COMERCIAL 1.0583.0765.001-1 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 7
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.002-1 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 15
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.003-8 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 30
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.004-6 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 60
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.005-4 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 100 (EMB HOSP)
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.006-2 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 7
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.007-0 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 15
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.008-9 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 30
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM O ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.009-7 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 60
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.010-0 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 100 (EMB HOSP)
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
(...)
Leia-se:
(...)
GERMED FARMACEUTICA LTDA 1.00583-3
CLORIDRATO DE DULOXETINA
ANTIDEPRESSIVOS
Referência - CYMBALTA 25351.459719/2012-40 07/2018
COMERCIAL 1.0583.0765.001-1 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 7
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.002-1 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 15
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.003-8 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 30
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.004-6 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 60
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.005-4 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 100 (EMB HOSP)
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.006-2 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 7
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.007-0 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 15
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.008-9 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 30
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM O ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.009-7 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 60
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.010-0 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 100 (EMB HOSP)
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.011-9 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 14
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.012-7 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 28
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.013-5 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 14
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.0583.0765.014-3 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 28
Não informado
10412 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO, EM CONFORMIDADE
COM ART. 2º DA IN 06/2008
(...)

Na Resolução - RE nº 2.703, de 26 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº. 144, de 29 de julho de 2013, Seção 1, pág. 152 e Suplemento, pág. 83, referente aos processos n° 25351.446792/2012-15 e 25351.453401/2012-88,
Onde se lê:
(...)
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 1.06773-8
CLORIDRATO DE DULOXETINA
ANTIDEPRESSIVOS
Referência - CYMBALTA 25351.446792/2012-15 07/2018
COMERCIAL 1.6773.0388.001-7 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 7
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.002-5 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 15
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.003-3 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 30
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.004-1 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 60
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.005-1 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 100 (EMB HOSP)
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.006-8 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 7
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.007-6 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 15
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.008-4 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 30
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.009-2 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 60
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.010-6 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 100 (EMB HOSP)
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
CLORIDRATO DE DULOXETINA
ANTIDEPRESSIVOS
Referência - CYMBALTA 25351.453401/2012-88 07/2018
COMERCIAL 1.6773.0389.001-2 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 7
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.002-0 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 15
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.003-9 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 30
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.004-7 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 60
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.005-5 24 Meses
30 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 100 (EMB HOSP)
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.006-3 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 7
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.007-1 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 15
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.008-1 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 30
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.009-8 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 60
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.010-1 24 Meses
60 MG CAP GEL LIB RETARD CT BL AL AL X 100 (EMB HOSP)
Não informado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
(...)
Leia-se:
(...)
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 1.06773-8
CLORIDRATO DE DULOXETINA
ANTIDEPRESSIVOS
Referência - CYMBALTA 25351.446792/2012-15 07/2018
COMERCIAL 1.6773.0388.001-7 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 7
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.002-5 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 15
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.003-3 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 30
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.004-1 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 60
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.005-1 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 100 (EMB HOSP)
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.006-8 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 7
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.007-6 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 15
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.008-4 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 30
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.009-2 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 60
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.010-6 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 100 (EMB HOSP)
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.011-4 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 14
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.012-2 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 28
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.013-0 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 14
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
COMERCIAL 1.6773.0388.014-9 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 28
DULORGRAN
10413 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR,
EM CONFORMIDADE COM ART. 2º DA IN 06/2008
CLORIDRATO DE DULOXETINA
ANTIDEPRESSIVOS
Referência - CYMBALTA 25351.453401/2012-88 07/2018
COMERCIAL 1.6773.0389.001-2 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 7
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.002-0 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 15
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.003-9 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 30
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.004-7 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 60
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.005-5 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 100 (EMB HOSP)
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.006-3 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 7
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.007-1 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 15
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.008-1 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 30
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.009-8 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 60
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.010-1 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 100 (EMB HOSP)
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.011-1 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 14
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.012-8 24 Meses
30 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 28
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.013-6 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 14
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0389.014-4 24 Meses
60 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL AL X 28
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
(...)

Na Resolução - RE nº 2.842, de 9 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 195, de 13 de outubro de 2015, Seção 1, pág. 35 e Suplemento, pág. 21, referente ao processo 25351.406627/2009-33,
Onde se lê:
TEMOZOLOMIDA
CITOSTATICOS ALQUILANTES
TEMODAL 25351.406627/2009-33 01/2019
COMERCIAL 1.0171.0194.013-0 24 Meses
100 MG PÓ LIOF INJ CT FA VD INC X 100 ML
TEMODAL
10218 MEDICAMENTO NOVO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE
VALIDADE
COMERCIAL 1.0171.0194.014-9 24 Meses
100 MG PÓ LIOF INJ CT 5 FA VD INC X 100 ML
TEMODAL
10218 MEDICAMENTO NOVO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE
VALIDADE
Leia-se:
TEMOZOLOMIDA
CITOSTATICOS ALQUILANTES
TEMODAL 25351.406627/2009-33 01/2019
COMERCIAL 1.0171.0194.013-0 48 Meses
100 MG PÓ LIOF INJ CT FA VD INC X 100 ML
TEMODAL
10218 MEDICAMENTO NOVO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE
VALIDADE
COMERCIAL 1.0171.0194.014-9 48 Meses
100 MG PÓ LIOF INJ CT 5 FA VD INC X 100 ML
TEMODAL
10218 MEDICAMENTO NOVO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE
VALIDADE

Na Resolução - RE nº 4.906, de 20 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n°. 248, de 23 de dezembro de 2013, Seção 1, pág. 126 e Suplemento, pág. 64, referente ao processo 25351.151358/2007-25,
Onde se lê:
COMERCIAL 1.1300.1026.007-6 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS INC X 15
Não informado
1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO
COMERCIAL 1.1300.1026.008-4 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS INC X 20
Não informado
1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO
COMERCIAL 1.1300.1026.009-2 24 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO
Leia-se:
COMERCIAL 1.1300.1026.007-6 36 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 15
Não informado
1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO
COMERCIAL 1.1300.1026.008-4 36 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
Não informado
1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO
COMERCIAL 1.1300.1026.009-2 36 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO

Na Resolução - RE nº 503, de 13 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 32, de 18 de fevereiro de 2015, Seção 1, pág. 40 e Suplemento, pág. 04, referente ao processo 25351.005603/00-95,
Onde se lê:
SINVASTATINA
ANTILIPEMICOS
CLINFAR 25351.005603/00-95 05/2015
COMERCIAL 1.0089.0254.002-6 18 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 10
Não informado
10211 SIMILAR - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
SINVASTATINA + ÁGUA PURIFICADA
ANTILIPEMICOS
CLINFAR 25351.005603/00-95 05/2015
COMERCIAL 1.0089.0254.004-2 18 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
10211 SIMILAR - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
SINVASTATINA + ÁLCOOL ETÍLICO
ANTILIPEMICOS
CLINFAR 25351.005603/00-95 05/2015
COMERCIAL 1.0089.0254.005-0 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 10
Não informado
10211 SIMILAR - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
COMERCIAL 1.0089.0254.007-7 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
10211 SIMILAR - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
COMERCIAL 1.0089.0254.008-5 18 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 10
Não informado
10211 SIMILAR - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
COMERCIAL 1.0089.0254.009-3 18 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
10211 SIMILAR - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
COMERCIAL 1.0089.0254.010-7 18 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 10
Não informado
10211 SIMILAR - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES
E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
COMERCIAL 1.0089.0254.011-5 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
10211 SIMILAR - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE
COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES
E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
Leia-se:
SINVASTATINA
ANTILIPEMICOS
CLINFAR 25351.005603/00-95 05/2015
COMERCIAL 1.0089.0254.002-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
Não informado
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES
E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
COMERCIAL 1.0089.0254.004-2 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES
E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
COMERCIAL 1.0089.0254.005-0 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
Não informado
10211 SIMILAR - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE
COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES
E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
SINVASTATINA
ANTILIPEMICOS
CLINFAR 25351.005603/00-95 05/5015
COMERCIAL 1.0089.0254.007-7 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
10211 SIMILAR - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE
COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES
E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
SINVASTATINA
ANTILIPEMICOS
CLINFAR 25351.005603/00-95 05/5015
COMERCIAL 1.0089.0254.008-5 18 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
Não informado
10211 SIMILAR - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE
COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES
E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
COMERCIAL 1.0089.0254.009-3 18 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
10211 SIMILAR - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE
COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES
E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
COMERCIAL 1.0089.0254.010-7 18 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
Não informado
10211 SIMILAR - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE
COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES
E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS
COMERCIAL 1.0089.0254.011-5 18 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
10211 SIMILAR - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE
COM
MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES
E MÉ-
TODOS ANALÍTICOS

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.958, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.959, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC N° 121, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 73, de 07 de abril de 2016.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 47, IV aliado ao art. 54, V do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação:

Art.1° O art. 38 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 73, de 07 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 8 de abril de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38. A Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 48, de 06 de outubro 2009 e a Instrução Normativa - IN nº 11, de 06 de outubro de 2009 permanecem vigentes, impreterivelmente, até 31 de janeiro de 2017.

§ 1º Fica facultado às empresas o protocolo de novas petições de mudanças pós-registro nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 48, de 06 de outubro 2009 e da Instrução Normativa nº 11, de 06 de outubro de 2009 ou da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 73, de 07 de abril de 2016.

§ 2º O protocolo de que trata o § 1º deve conter no campo "observações" da folha de rosto de todas as novas petições de mudanças pós-registro as seguintes frases em destaque, conforme o caso:

I - "PETIÇÃO PROTOCOLADA NOS TERMOS DA RDC Nº 48/2009.";

II - "PETIÇÃO PROTOCOLADA NOS TERMOS DA IN. Nº 11/2009."; ou

III - "PETIÇÃO PROTOCOLADA NOS TERMOS DA RDC Nº 73/2016." (NR)

Art.2° Fica revogada a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 120, de 03 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 04 de novembro de 2016.

Art.3° Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC N° 122, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Revoga a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 209, de 14 de julho de 2005.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e IV, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o inciso V, e §§ 1º e 3º do art. 53 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 25 de outubro de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica revogada a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 209, de 14 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 135, seção 1, pág. 110, de 15 de julho de 2005.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC N° 123, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em vinhos.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 25 de outubro de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em vinhos.

Parágrafo único. Para fins desta Resolução, adotam-se as definições e as classificações constantes na Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, no Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014, e nos regulamentos e atos administrativos complementares vigentes estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 2º Os aditivos alimentares autorizados para fabricação de vinhos, suas respectivas funções, limites máximos e condições de uso são aqueles listados no Anexo I desta Resolução.

Art. 3º Os coadjuvantes de tecnologia autorizados para fabricação de vinhos, suas respectivas funções, limites máximos e condições de uso são aqueles listados no Anexo II desta Resolução.

Art. 4º Quando utilizados dois ou mais aditivos alimentares com limite máximo numérico que exerçam a mesma função tecnológica, a soma das quantidades desses aditivos no produto pronto para o consumo não pode ser superior ao maior limite máximo estabelecido para o aditivo permitido em maior quantidade.

§ 1º Se um aditivo for autorizado com limite máximo numérico para um mesmo produto em duas ou mais funções, a quantidade máxima do aditivo a ser utilizada no produto não pode ser superior ao maior limite máximo estabelecido para este aditivo entre as funções para as quais é autorizado.

§ 2º A quantidade de cada aditivo não pode ser superior ao seu limite máximo individual.

Art. 5º Os aditivos alimentares devem atender às especificações mais atuais estabelecidas pelo Joint FAO/WHO Expert Committee on Food Additives - JECFA (Comitê da FAO/OMS de Especialistas em Aditivos Alimentares) ou pelo Food Chemicals Codex - FCC (Código dos Produtos Químicos Alimentícios), conforme estabelece a Portaria nº 540, de 27 de outubro de 1997.

Parágrafo único. Caso o aditivo alimentar não possua especificação nas referências citadas no caput, podem ser adotadas as especificações mais atuais do Codex Enológico Internacional, da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV), sem prejuízo da comprovação de segurança da substância perante a ANVISA.

Art. 6º Os coadjuvantes de tecnologias devem atender às especificações mais atuais do Codex Enológico Internacional da OIV.

Parágrafo único. Caso o coadjuvante de tecnologia não possua especificação no Codex Enológico Internacional, devem ser adotadas as especificações mais atuais estabelecidas pelo JECFA ou pelo FCC.

Art. 7º É permitido o uso de enzimas e de preparações enzimáticas para fabricação de vinhos, incluindo no mosto, desde que atendam à Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 54, de 07 de outubro de 2014, e à Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 53, de 07 de outubro de 2014.

Parágrafo único. A utilização da enzima e da preparação enzimática que trata o caput deve ser realizada de acordo com o Código Internacional de Práticas Enológicas da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) ou com os regulamentos e atos administrativos complementares vigentes estabelecidos pelo MAPA.

Art. 8º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 9º Ficam revogadas as provisões de aditivos alimentares e de coadjuvantes de tecnologia para vinhos, incluindo vinhos compostos e licorosos, constantes na:

I - Resolução CNS/MS nº 04, de 24 de novembro de 1988; e

II - Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 286, de 28 de setembro de 2005.

Art. 10 O art. 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 286, de 28 de setembro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. A previsões referentes a "bebidas alcoólicas em geral" constantes no Anexo desta Resolução não se aplicam aos vinhos".

Art. 11 O caput do art. 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 40, de 13 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica aprovado o uso de ácido tânico e de taninos como coadjuvantes de tecnologia na função e agentes de clarificação/filtração para fabricação e açúcar e bebidas alcoólicas em geral comercializadas no país, exceto o ácido tânico para vinhos, com limite de uso quantum satis (quantidade suficiente para obter o efeito tecnológico desejado, desde que não altere a identidade e genuinidade do alimento)." (NR)

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor após decorridos 12 (doze) meses de sua publicação.

Parágrafo único. Os fabricantes podem se adequar ao disposto nesta Resolução antes do prazo fixado no caput, desde que seja observado seu atendimento integral.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO I

ADITIVOS ALIMENTARES AUTORIZADOS PARA USO EM VINHOS, SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES, LIMITES MÁXIMOS E CONDIÇÕES DE USO

Função	INS	Aditivo	Limite Máximo (g/100ml)	Notas
ACIDULANTE	270	Ácido láctico (L-, D- e DL-)	*quantum satis*	1 e 2
	296	Ácido málico (DL-)	*quantum satis*	1 e 2
	330	Ácido cítrico	*quantum satis*	1, 2, 3 e 4
	334	Ácido tartárico (L(+)-)	0,40	1,2 e 5
ANTIOXIDANTE	220	Dióxido de enxofre, anidrido sulfuroso	0,03	6 e 7
	224	Metabissulfito de potássio		
	228	Bissulfito de potássio		
	300	Ácido ascórbico (L-)	0,03	8
CONSERVADOR	200	Ácido sórbico	0,02	3, 6 e 9
	202	Sorbato de potássio		
	220	Dióxido de enxofre, anidrido sulfuroso	0,03	6 e 7
	224	Metabissulfito de potássio		
	228	Bissulfito de potássio		
	1105	Lisozima	0,05	10
CORANTE	150a	Corante caramelo	*quantum satis*	11
ESTABILIZANTE	353	Ácido metatartárico	0,01	5
	414	Goma arábica, goma acácia	0,03	-
	466	Carboximetilcelulose sódica	0,01	-
REGULADOR DE ACIDEZ	170(i)	Carbonato de cálcio	*quantum satis*	1 e 12
	336(i)	Tartarato monopotássico, tartarato ácido de potássio	0,40	1, 5, 6 e 12
	336(ii)	Tartarato dipotássico, tartarato de potássio		
	501(ii)	Bicarbonato de potássio, carbonato ácido de potássio, hidrogeno carbonato de potássio	*quantum satis*	1 e 12

Notas:

(1) Aditivos com função de acidificação e de desacidificação não podem ser utilizados conjuntamente.

(2) Considera-se que a quantidade de aditivos alimentares acidulantes suficiente para se obter o efeito tecnológico desejado, sem alterar a identidade e genuinidade do produto, é aquela que não resulta em um incremento na acidez do vinho superior a 54 meq/l, o que equivale a 0,4 g/100 ml expresso em ácido tartárico.

(3) Somente no vinho.

(4) O conteúdo máximo de ácido cítrico no vinho naturalmente presente e oriundo da adição do aditivo alimentar não deve ser superior a 0,1 g/100 ml.

(5) Como ácido tartárico.

(6) Sozinhos ou em combinação.

(7) Como SO2 residual.

(8) Como ácido ascórbico.

(9) Como ácido sórbico.

(10) Quando o mosto e o vinho forem tratados com lisozima, a dose acumulada não pode exceder 0,05 g/100 ml.

(11) Somente para vinhos licorosos e compostos.

(12) O vinho desacidificado ou proveniente de mosto desacidificado deve conter no mínimo 100 mg/ 100 ml de ácido tartárico.

ANEXO II

COADJUVANTES DE TECNOLOGIA AUTORIZADOS PARA USO EM VINHOS, SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES, LIMITES MÁXIMOS E CONDIÇÕES DE USO

Função	Nome	Uso autorizado	Notas
AGENTE DE FILTRAÇÃO / CLARIFICAÇÃO	Albumina de ovo	no vinho	-
	Alginato de cálcio	no vinho	1
	Alginato de potássio		
	Alginato de sódio		
	Bentonita	no mosto e no vinho	-
	Carvão ativado	no mosto e no vinho	2
	Caolin	no vinho	-
	Caseína	no mosto e no vinho	-
	Caseinato de potássio	no mosto e no vinho	-
	Celulose	no mosto e no vinho	-
	Citrato de cobre	no vinho	3
	Cloreto de prata	no vinho	4
	Dióxido de silício	no mosto e no vinho	5
	Extrato protéico de levedura	no mosto	6
		no vinho	7
	Ferrocianeto de potássio	no mosto e no vinho	-
	Fitato de cálcio	no mosto e no vinho	-
	Gelatina	no mosto e no vinho	-
	Ictiocola	no vinho	-
	Leite desnatado	no vinho	-
	Proteína de origem vegetal	no mosto e no vinho	-
	Perlita	no mosto e no vinho	-
	Quitina-glucana	no mosto	8
		no vinho	8 e 9
	Quitosana	no mosto	8
		no vinho	8 e 9
	Taninos	no mosto e no vinho	-
	Terra diatomácea	no mosto e no vinho	-
	Sulfato de cobre pentahidratado	no vinho	10
	Tartarato de cálcio	no vinho	11
	Tartarato monopotássico, tartarato ácido de potássio	no vinho	-
	Tartarato dipotássico, tartarato de potássio	no vinho	-
AGENTE DE CONTROLE DE MICRORGANISMOS	Quitosana	no vinho	12
	Dimetildicarbonato	no vinho	13
DETERGENTE	Mono e diglicerídeos do ácido oleico	no mosto	-
FERMENTO BIOLÓGICO	Bactérias lácticas	no mosto	-
		no vinho	-
	Leveduras	no mosto	-
		na segunda fermentação do vinho espumante	-
GÁS PROPELENTE/GÁS PARA EMBALAGENS	Argônio	durante a produção e embalagem do produto	-
	Gás carbônico		-
	Nitrogênio		-
NUTRIENTE PARA LEVEDURAS	Ácidos graxos de cadeia longa	durante a fermentação	-
	Autolisados de leveduras	durante a fermentação	-
	Celulose microcristalina	durante a fermentação	-
	Extrato proteico de leveduras	durante a fermentação	14
	Leveduras inativas	durante a fermentação	-
	Sulfato de amônio	durante a fermentação	15
	Fosfato de diamônio		
	Cloreto de amônio		
	Tiamina	antes ou durante a fermentação	16
		no mosto e no vinho	
RESINAS DE TROCA IÔNICA	Copolímero de estireno - divinilbenzeno sulfonado	no mosto	-
		no vinho	-
	Copolímero de ácido metacrílico - divinilbenzeno	no mosto	-
		no vinho	-

Notas:

(1) Na segunda fermentação do vinho espumante só é permitido o uso de alginato de potássio.

(2) Não pode ser aplicado sucessivamente no mosto e no vinho. A quantidade máxima de carbono seco usada deve ser menor que 0,1 g/100 ml.

(3) Adição máxima permitida de 0,001 g/100 ml.

(4) Adição máxima permitida de 0,001 g/100 ml. O limite máximo de resíduo não pode ser superior a 0,01 mg/100 ml, expresso em prata.

(5) Utilização no mosto, somente quando associado à gelatina.

(6) Adição máxima permitida de 0,03 g/100 ml.

(7) Adição máxima permitida de 0,06 g/100 ml para vinho tinto e 0,03 g/100 ml para vinho branco e rosé.

(8) Adição máxima permitida de 0,1 g/100 ml.

(9) Adição máxima permitida de 0,1 g/100 ml para redução do nível de metais pesados, principalmente ferro, chumbo, cádmio, níquel, cobre e para prevenir turvação por ferro e cobre. Adição máxima permitida de 0,5 g/100 ml para redução de possíveis contaminantes, especialmente ocratoxina A.

(10) Adição máxima permitida de 0,001 g/100 ml.

(11) Adição máxima permitida de 0,2 g/100 ml.

(12) Adição máxima permitida de 0,01 g/100 ml.

(13) Adição máxima permitida de 0,02 g/100 ml, expresso como dimetildicarbonato. O uso do dimetildicarbonato não pode implicar em quantidade de metanol superior à quantidade máxima permitida para vinho pelo MAPA.

(14) Adição máxima permitida de 0,04 g/100 ml.

(15) Na segunda fermentação para vinho espumante é permitido o uso de sulfato de amônio e fosfato de diamônio até 0,03 g/100 ml (expressa como seu sal).

(16) Adição máxima permitida de 0,06 mg/100 ml.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO - RE N° 2.960, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.961, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE N° 2.962, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.963, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento dos estabelecimentos Farmácias e Drogarias, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.964, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.965, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.966, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização Especial das Empresas, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.967, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.968, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.969, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.970, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.971, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.972, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.973, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.974, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.975, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.976, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.977, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.978, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.979, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.980, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, II e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o Art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 15, de 28 de março de 2014;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.981, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes, resolve:

Art. 1º Conceder, à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.982, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, l, § 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 2 de agosto de 2016, e ainda amparado pela Resolução nº 61 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.983, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, l, § 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 2 de agosto de 2016, e ainda amparado pela Resolução nº 61 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.984, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016.(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.985, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.986, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.987, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.989, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.990, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.991, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.992, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.993, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando o art. 28 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando as conclusões dos Laudos de Exames Químico-Toxicológicos nº 02.03.33.102016.0722 e 02.03.33.102016.0743, emitidos pelo Núcleo de Laboratório Forense de Campina Grande, da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba, que não detectaram a presença de substâncias químicas de interesse toxicológico em unidades do lote B 14005 07:00, data de validade 30/03/2017, do produto SUCO SABOR CAJÁ marca MARATÁ, RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Resolução-RE nº 2.877, de 25/10/2016, publicada no D.O.U. nº 206, de 26 de outubro de 2016, Seção 1, fls. 44-45, que determina a interdição cautelar, em todo território nacional, do lote B 14005 07:00, data de validade 30/03/2017, do produto SUCO SABOR CAJÁ, marca MARATÁ, produzido por INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS MARATÁ LTDA, CNPJ 03.861.512/0001-30, situada na Rodovia BR 101, Km 118, s/n, Distrito Industrial Manoel Conde Sobral, Itaporanga d'Ajuda - SE, CEP 49120-000.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 1.674, de 24 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº. 121, de 27 de junho de 2016, Seção I, pág. 29 e em suplemento da Seção 1, pág. 41, referente à certificação da empresa Smith and Nephew Curacao N.V, solicitada pela Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda., CNPJ n.º 44.734.671/0001-51, conforme expedientes nº 0897785/15-2 e 2246633/16-9,

Onde se lê: Endereço:
Industriepark Brievengat, Lot 1-5
País: Curaçao
Leia-se: Endereço:
Industrial Park, Brievengat, Kavel 1-5
País: Curaçao, Antilhas Holandesas

DIRETORIA DE REGULAÇÃO SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.995, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.388, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no DOU de 28 de março de 2008, e suas alterações:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.996, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.388, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no DOU de 28 de março de 2008, e suas alterações:

Art.1º Indeferir as petições relativas a produtos fumígenos derivado do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 2.608, de 23 de setembro de 2016, publicada no DOU nº 185, de 26 de setembro de 2016, Suplemento, pág. 62 e pág. 63,

Onde se lê:
CIA SULAMERICANA DE TABACOS S/A
CNPJ: 01.301.517/0001-83

Marca	Processo	Expediente	Assunto
CLUB ONE (cigarro com filtro) - embalagem maço	25351.325155/2016-54	2241943/16-8	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

Leia-se:
CIA SULAMERICANA DE TABACOS S/A
CNPJ: 01.301.517/0001-83

Marca	Processo	Expediente	Assunto
CLUB ONE (cigarro com filtro) - embalagem box	25351.325155/2016-54	2241943/16-8	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

Onde se lê:
PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 04.041.933/0001-88

Marca	Processo	Expediente	Assunto
BENSON & HEDGES 100 (cigarro com filtro) - embalagens box e maço	25351.138790/2007-21	2183525/16-0	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

Leia-se:
PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 04.041.933/0001-88

Marca	Processo	Expediente	Assunto
BENSON & HEDGES 100 (cigarro com filtro) - embalagem maço	25351.138790/2007-21	2183525/16-0	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

Onde se lê:
QUALITY IN TABACOS INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 11.816.308/0001-26

Marca	Processo	Expediente	Assunto
GIFT (cigarro com filtro) - embalagem maço	25069.336103/2015-90	2263333/16-2	6031 - Aditamento
OFF (cigarro com filtro) - embalagem maço	25069.207538/2014-01	2263351/16-1	6031 - Aditamento

Leia-se:
QUALITY IN TABACOS INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 11.816.308/0001-26

Marca	Processo	Expediente	Assunto
GIFT (cigarro com filtro) - embalagens box e maço	25069.336103/2015-90	2263333/16-2	6031 - Aditamento
OFF (cigarro com filtro) - embalagens box e maço	25069.207538/2014-01	2263351/16-1	6031 - Aditamento

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO- RE N° 2.949, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO- RE N° 2.950, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO- RE N° 2.951, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 528, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

- O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, decide:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos administrativos, registro único para o exercício da medicina, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas indicados na lista constante do Anexo desta Portaria, bem como determinar a expedição das respectivas carteiras de identificação, posto terem atendido a todos os requisitos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.160751/2016-81	TANIA ZAMORA DURAN	3101329	MG	CURRAL DE DENTRO
25000.160928/2016-49	YANIELYS MONGES DURAN	3300574	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.160200/2016-17	YUDISLEY PEREZ PEREZ	4101005	PR	MANOEL RIBAS
25000.159855/2016-42	ZULEIMY COS SAVON	4101007	PR	MANOEL RIBAS
25000.160715/2016-17	JAVIER DAIROVYS PEDROMO CHACON	2100820	MA	DSEI MARANHÃO
25000.160875/2016-66	KIRENIA TISSERT RIVERO	3101310	MG	BARÃO DE COCAIS
25000.160321/2016-69	MAYBILEYBIS LARA MILIAN	3502646	SP	EMBU-GUACU

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria n° 526/SGTES/MS, de 31 de outubro de 2016, publicada no DOU nº 210, de 1º /11/2016, Seção 1, página 88.
Onde se lê

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.160558/2016-40	FAUSTO ROSELLO LEGRA	2600718	PE	BELEM DE MARIA
25000.160686/2016-93	MAYELIN CORREA DIAZ	3502647	SP	LIMEIRA

Leia-se

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.160558/2016-40	FAUSTO ROSELLO LEGRA	2600718	PE	BREJO DA MADRE DE DEUS
25000.160686/2016-93	MAYELIN CORREA DIAZ	3502647	SP	DRACENA

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 210, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.110191/2016-21, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica DE PAULA VILAS BOAS - VISTORIA DE SEGURANÇA AUTOMOBILÍSTICA LTDA - ME , CNPJ nº 08.745.464/0001-39, situada no Município de Diadema - SP, Av. Piraporinha, nº 404, Vila Nogueira, CEP: 09.950-000 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLAVO DE ANDRADE LIMA NETO

PORTARIA Nº 211, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.027503/2015-56, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica IVANILDO F LINS INSPEÇÃO VEICULAR AUTOMOTIVA - ME, CNPJ nº 15.503.823/0001-07, situada no Município de Maceió - AL, Rua T, nº 539, Lot. Canto do Mainá, Quadra 18, Lote 29, CEP: 57.062-971 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLAVO DE ANDRADE LIMA NETO

PORTARIA Nº 212, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.017184/2015-71, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, licença de funcionamento à pessoa jurídica DEMARCHI INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - ME, CNPJ nº 22.114.189/0001-86, situada no Município de São Paulo - SP, Avenida Interlagos, nº 285, Jardim Umuarama, CEP: 04.661-000 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLAVO DE ANDRADE LIMA NETO

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.099, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 27101.000174/1989-22. Interessado: Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Rural Taquari-Jacuí Ltda. - Certaja. Objeto: Revogar, a pedido, a autorização da Pequena Central Hidrelétrica Bom Retiro do Sul, cadastrada sob Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) CGH.PH.RS.027463-1.01, localizada no município de Bom Retiro do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.102, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004284/2013-21. Interessado: Companhia Energética de São Miguel dos Campos S.A. Objeto: Alterar de 30.700 kW para 62.500 kW, a Potência Instalada da Usina Termoelétrica (UTE) Bioflex Caeté, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.AL.031371-8.01,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

localizada no município de São Miguel dos Campos, no estado de Alagoas, outorgada à empresa Companhia Energética de São Miguel dos Campos S.A. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.104, DE 1º DE NOVEMBRO DE2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001442/2016-34. Interessada: Parque Eólico Colina Ltda., Parque Eólico Alto do Bonito Ltda. e do Parque Eólico Boa Vista Ltda. Objeto: (i) Alterar a titularidade da declaração de utilidade pública, objeto da Resolução Autorizativa nº 5.839, de 17 de maio de 2016, acrescendo o Parque Eólico Alto do Bonito Ltda. e o Parque Eólico Boa Vista Ltda. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.105, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002992/2016-71. Interessada: LAJARI Energética S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 138 kV PCH Lajari - SE Ferronorte. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.106, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004469/2016-89. Interessada: Companhia Energética do Maranhão - CEMAR. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Balsas - Riachão. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.107, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nº: 48500.004379/2016-98, Interessado: Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica. Objeto: (i) autorizar a interessada a realizar reforços na seguinte instalação sob sua responsabilidade: Subestação Porto Alegre 6; (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.109, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005003/2002-42. Interessada: São Luiz Energética S.A. Objeto: alterar o prazo de vigência da outorga da PCH Foz do Estrela, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos (CEG) PCH.PH.PR.028998-1.01, localizada no município de Coronel Domingos Soares, no estado do Paraná. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.111, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000233/2016-73. Interessado: Companhia Energética de São Paulo - Cesp. Objeto: Alterar o termo final da concessão da Usina Hidrelétrica Porto Primavera, concedida à Companhia Energética de São Paulo - Cesp, nos termos do Decreto nº 81.689, de 19 de maio de 1978, localizada nos municípios de Anaurilândia, estado do Mato Grosso do Sul, e de Teodoro Sampaio, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.112, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000044/2016-09. Interessado: Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. - Elejor. Objeto: Alterar o termo final da concessão da Usina Hidrelétrica Santa Clara e da Usina Hidrelétrica Fundão, ambas concedidas à Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. - Elejor, nos termos do Decreto s/nº, de 23 de outubro de 2001, localizadas, respectivamente, nos municípios de Candói e Pinhão e de Foz do Jordão e Pinhão, todos no estado do Paraná. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.168, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001088/2016-48. Interessados: Light Serviços de Eletricidade S/A. - Light, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Furnas Centrais Elétricas S/A - Furnas, Light Energia S.A., concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2016 da Light Serviços de Eletricidade S/A. - Light, a vigorar a partir de 07 de novembro de 2016, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 1º de novembro de 2016

Nº 2.868 -O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo 48500.004387/2015-53, decide: (i) conhecer do recurso administrativo interposto pela Eletrosul Centrais Elétricas S/A - ELETROSUL face ao Auto de Infração 059/2016-SFE; e, no mérito, (ii) negar-lhe provimento.

N° 2.870 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004510/2015-36, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU contra o Auto de Infração nº 55, de 20 de julho de 2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou multa em decorrência da análise da ocorrência de perturbação envolvendo a Usina Hidrelétrica - UHE Barra Grande e o sistema de transmissão e distribuição associado e, no mérito, negar-lhe provimento para manter, na íntegra, a multa em R$ 3.342,18 (três mil, trezentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos), a serem recolhidos conforme a legislação.

Nº 2.873 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003420/2014-47, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela CEB Distribuição S.A. - CEB D e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão constante no juízo de reconsideração da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE e, portanto, reduzir a multa imposta pelo Auto de Infração nº 43/2015-SFE, por infrações relacionadas ao descumprimento aos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - Prodist, para R$ 320.865,54 (trezentos e vinte mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), a serem recolhidos conforme a legislação vigente.

N° 2.874 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo no 48000.004055/1994-79, resolve recomendar ao Ministério de Minas e Energia - MME extinguir a concessão da UHE Fumaça, com 8.000 kW de potencia instalada, localizada no município de Alegrete, no estado do Espírito Santo, outorgada à Energest S.A., sob o regime de Serviço Público, bem como o correspondente Contrato de Concessão nº 2/2007, de 12 de novembro de 2007.

Nº 2.886 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005996/2013-68, decide: (i) conhecer e, no mérito, negar provimento ao requerimento formulado pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE de alteração temporária dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs atrelados a UTE Candiota III (código CEG: UTE.CM.RS.029767-4.01) provenientes do Leilão nº 02/2005 - ANEEL; e (ii) autorizar o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, excepcionalmente antes de 120 (cento e vinte) meses de operação comercial da UTE Candiota III, a desconsiderar as indisponibilidades da Usina, relativas à modernização ou reforma definitiva, verificadas no período de 36 (trinta e seis) meses a partir da publicação deste Despacho, limitadas a 8.760 (oito mil, setecentos e sessenta) horas, nos termos da alínea b) do Anexo I c/c o inciso III, do art. 2º da Resolução Normativa nº 614, de 3 de junho de 2014.

Nº 2.888 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000233/2016-73, decide aprovar a minuta de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 3/2004-ANEEL-CESP, de 12 de novembro de 2004, que visa formalizar a alteração do termo final da concessão da UHE Porto Primavera, concedida à Companhia Energética de São Paulo - Cesp.

Nº 2.889 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000044/2016-09, decide aprovar a minuta de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 125/2001-ANEEL, de 25 de outubro de 2001, que visa formalizar a alteração do termo final da concessão da UHE Santa Clara e da UHE Fundão, ambas concedidas à Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. - Elejor, nos termos do Decreto s/nº, de 23 de outubro de 2001.

Nº 2.897 - O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001088/2016-48, decide indeferir o pleito de suspensão do Reajuste Tarifário Anual de 2016 da Light Serviços de Eletricidade S.A. - Light em decorrência do pedido de assinatura do termo aditivo e antecipação do reposicionamento tarifário.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÕES

Na íntegra da Resolução Homologatória n. 2.157, de 18 de outubro de 2016, cujo resumo foi publicado no D.O. n. 203, de 21 de outubro de 2016, Seção 1, página 31, v. 153, constante do Processo n. 48500.001103/2016-58, excluir a linha associada a modalidade convencional do subgrupo A4 da Tabela 1 do Anexo e substituir a Tabela 13 do Anexo, que foram disponibilizadas no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Na íntegra da Resolução Homologatória n. 2.164, de 25 de outubro de 2016, cujo resumo foi publicado no D.O. n. 207, de 27 de outubro de 2016, Seção 1, página 52, v. 153, constante do Processo n. 48500.00002682/2016-56, substituir as tabelas 1, 2, 5 e 6, que foram disponibilizadas no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de novembro de 2016

Nº 2.911 Processo nº 48500.003069/2015-75. Interessado: Enervix - Energias do Espírito Santo Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Pedra Mulata, com 9.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.ES.034212-2.01, localizada no rio Jucu, integrante da sub-bacia 56, na bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no município de Viana, no estado do Espírito Santo. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 4 de novembro de 2016

Nº 2.914. Processo nº 48500.005622/2008-85. Interessado: Enel Green Power Cabeça de Boi S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir de 5 de novembro de 2016. Usina: PCH Cabeça de Boi. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 15.000 kW cada uma, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada. Localização: Municípios de Alta Floresta e Nova Monte Verde, estado de Mato Grosso. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 1º de novembro de 2016

N° 2.883 - A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, por força do disposto na Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o que consta da Lei nº 9.427, de 26 e setembro de 1996, da Resolução Homologatória nº 1.650, de 5 de novembro de 2013, e da Nota Técnica nº 356/2016-SGT/ANEEL (SICNet nº 48581.003054/2016-00), decide: (i) acatar o recurso da LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A.- LIGHT, de 8 de setembro de 2016, protocolado sob SIC nº 48513.021394/2016-00, face ao disposto no Despacho nº 2.284, de 25 de agosto de 2016; (ii) revogar os Despachos nºs 2.231 e 2.284, de 22 de agosto de 2016 e 25 de agosto de 2016 respectivamente; (iii)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

determinar à LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A.- LIGHT que registre contabilmente, como Obrigações Especiais, em observância às regras contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, o montante de R$ 142.951.380,29, referente ao período de novembro de 2013 a outubro de 2014, e o montante de R$ 215.261.028,87, referente ao período de novembro de 2014 a outubro de 2015; e (ii) este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

TICIANA FREITAS DE SOUSA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA Nº 373, DE 4 DE NOVEMBRBO DE 2016

A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP), no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso II, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998 e na Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, e com base na Resolução de Diretoria nº 882 de 27 de outubro de 2015 resolve:

Art. 1º Fica instituída a Gestão da Estratégia no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com o objetivo de formular, implementar e monitorar a estratégia.

Parágrafo único. A função de gerir e monitorar a estratégia da ANP será desempenhada pela Secretaria Executiva (SEC) por meio da Coordenação de Gestão da Estratégia (CGE) e contará com o apoio das demais Unidades Organizacionais (UORGs) da Agência.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria considera-se:

I.Agenda Estratégica - documento composto pelos objetivos estratégicos, seus indicadores e metas e os projetos estratégicos, que representa o plano da ANP para que a sua estratégia seja alcançada;

II.Carteira de projetos estratégicos - conjunto de projetos que são gerenciados para o alcance dos objetivos estratégicos da Agência;

III.Formulação da Estratégia - processo de construção da estratégia e dos seus elementos: objetivos estratégicos, indicadores da estratégia, carteira de projetos estratégicos, missão, visão e valores;

IV.Gestão da Estratégia - conjunto de práticas gerenciais direcionadas ao alcance de resultados, contemplando as fases de:

a)elaboração;

b)execução;

c)monitoramento; e

d)reformulação da estratégia institucional.

V.Horizonte de Planejamento - período de tempo referencial para a discussão e definição da estratégia da ANP, que, na Agência, é de quatro anos;

VI.Indicadores da estratégia - instrumento de medição que afere o desempenho da ANP no Alcance dos objetivos estratégicos;

VII.Interlocutor de Desempenho Estratégico - servidor indicado pelo gestor da UORG, responsável pela medição dos indicadores relacionados à sua unidade organizacional e encaminhamento dos resultados para a SEC;

VIII.Mapa Estratégico - representação gráfica da estratégia da ANP para um período específico de quatro anos, composta por objetivos estratégicos, valores, visão e missão.

IX.Metas - nível de desempenho desejado para cada um dos indicadores da estratégia;

X.Objetivos Estratégicos - Resultados que a ANP espera alcançar nos próximos anos, conforme apresentado no Mapa Estratégico da Agência;

XI.Projeto Estratégico - projeto diretamente relacionado aos objetivos estratégicos da ANP, capaz de promover incremento de desempenho e melhoria de resultados da Agência em direção ao cumprimento da missão e ao alcance da sua visão de futuro;

XII.Reunião de Análise da Estratégia (RAE) - reunião de avaliação da capacidade da ANP de executar a sua estratégia e discussão de possíveis medidas para melhorar o seu desempenho, feita com base nos desempenhos de cada objetivo estratégico, na carteira de projetos estratégicos e em informações oriundas da gestão dos processos organizacionais;

XIII.Seminário da estratégia - oficinas para discussão, construção e revisão do planejamento estratégico da ANP para um determinado Horizonte de Planejamento. Contam com a participação da diretoria colegiada da ANP, dos gestores das unidades organizacionais e dos chefes de escritórios regionais;

XIV.UORG - Unidade Organizacional.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Seção I

Das fases da Gestão da Estratégia

Art. 3° A fase de elaboração da estratégia contempla a discussão e definição dos objetivos estratégicos, dos indicadores da estratégia e de suas metas, bem como dos projetos estratégicos da ANP.

§ 1° As discussões para a definição desses elementos devem acontecer durante os Seminários da Estratégia.

§ 2° Os objetivos estratégicos devem ser capazes de refletir os principais desafios a serem enfrentados pela ANP ao longo do horizonte de planejamento de quatro anos.

§ 3° Os indicadores da estratégia devem ser capazes de medir o desempenho da Agência no alcance dos seus objetivos estratégicos:

I.A construção dos indicadores da estratégia deve ser feita de forma integrada entre a SEC e as UORGs vinculadas aos objetivos estratégicos definidos pela ANP.

II.Os indicadores poderão ser reformulados ou substituídos ao longo das fases de execução e monitoramento, a depender da sua viabilidade, custo de medição e aderência ao Objetivo Estratégico que se pretende medir.

§ 4° As metas para cada um dos indicadores da estratégia devem ser definidas pela Diretoria Colegiada da ANP e acordadas com as UORGs responsáveis pelo seu alcance.

§ 5° Devem ser definidas metas para cada um dos quatro anos do Horizonte de Planejamento.

§ 6° As metas podem ser revistas a cada ano, ajustando o resultado esperado à capacidade de entrega da Agência.

§ 7° Os Projetos Estratégicos devem viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos e seguir a metodologia de Gestão de Projetos instituída pelo Escritório de Gestão de Projetos (EGP).

§ 8° A Carteira de Projetos Estratégicos reúne as principais ações empreendidas pela ANP voltadas para o alcance da sua estratégia.

§ 9° A Carteira de Projetos Estratégicos será gerida pelo Escritório de Gestão de Projetos (EGP), conforme disposto na Portaria ANP n° 245/2015.

Art. 4° A fase de execução da estratégia representa o esforço empreendido pela ANP com vistas ao alcance dos seus objetivos estratégicos e contempla a execução dos Projetos Estratégicos vinculados à estratégia institucional.

Art. 5° A fase de monitoramento da estratégia se dá por meio da análise dos resultados obtidos com a medição dos indicadores da estratégia e pelo monitoramento da carteira de projetos estratégicos, além das informações oriundas da gestão dos processos organizacionais.

§ 1° A Coordenação de Gestão da Estratégia (CGE), vinculada à Secretaria Executiva (SEC), realizará a consolidação dos resultados dos indicadores da estratégia, analisando os seus desempenhos de maneira cruzada, observando a meta definida para cada um deles.

§ 2° Os resultados das análises feitas pela CGE serão apresentados aos gestores das UORGs relacionadas aos Objetivos Estratégicos analisados com o objetivo de discutir os desempenhos e propor melhorias, caso necessário.

§ 3° As análises e as propostas de melhoria serão consolidadas no Relatório de Análise da Estratégia.

Art. 6° As análises de desempenho e as propostas de melhoria serão consolidadas no Relatório de Análise da Estratégia e apresentadas à Diretoria Colegiada da ANP na Reunião de Análise da Estratégia (RAE).

§ 1° A RAE tem por objetivo discutir, de forma integrada e compartilhada, os resultados obtidos pela Agência no cumprimento da sua estratégia, além de possíveis medidas para melhorar o desempenho da ANP.

I.Na RAE são discutidas ações que podem afetar:

a)a carteira de projetos estratégicos, adicionando ou retirando um projeto da sua composição;

b)os indicadores da estratégia, que podem ser adicionados, removidos ou reformulados;

c)as metas, podendo ser ajustadas conforme os resultados obtidos com a medição dos indicadores;

d)os processos organizacionais, que podem ser impactados, por exemplo, por uma ação corretiva;

e)a estratégia da ANP, justificada por correções de rumo frente aos novos desafios impostos pelos cenários internos e externos à Agência.

§ 2° Devem participar da RAE a Diretoria Colegiada da Agência e os gestores das unidades organizacionais envolvidas com os Objetivos Estratégicos da ANP.

Art. 7° A fase de reformulação da estratégia deverá ocorrer ao final de cada Horizonte de Planejamento.

Parágrafo único. Ajustes na estratégia podem ocorrer a qualquer tempo, desde que, justificados pela dificuldade em tornar tangível e mensurável um determinado Objetivo Estratégico ou por mudanças nos cenários internos e externos que exijam outra abordagem de atuação da ANP.

Art. 8° O planejamento de cada uma das Unidades Organizacionais da ANP deverá ser guiado pela estratégia institucional, devendo alinhar as suas principais ações ao Planejamento Estratégico da Agência, em coerência com os Objetivos Estratégicos dispostos no Mapa Estratégico.

Parágrafo Único. Instrumentos de planejamento tais como, Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), Agenda Regulatória, Plano Anual de Capacitação e Proposta Orçamentária, devem refletir a estratégia institucional definida para a Agência.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 9° Compete à Diretoria Colegiada da ANP:

I.Aprovar a estratégia e os objetivos estratégicos com base na análise dos indicadores da estratégia dos exercícios anteriores e na análise dos ambientes interno e externo;

II.Aprovar os indicadores e metas estratégicas propostas;

III.Aprovar os Projetos Estratégicos;

IV.Viabilizar a alocação dos recursos necessários para o cumprimento dos Objetivos Estratégicos;

V.Dar diretrizes para a Gestão da Estratégia e aprovar propostas de melhoria discutidas na RAE;

VI.Acompanhar o desempenho estratégico;

VII.Promover o engajamento das UORGs na execução da estratégia;

Art. 10 Compete à Secretaria Executiva (SEC), por meio da Coordenação de Gestão da Estratégia (CGE):

I.Conduzir o processo de formulação da Estratégia da ANP;

II.Monitorar e consolidar os resultados medidos pelos indicadores da estratégia;

III.Comunicar periodicamente para a Diretoria Colegiada os resultados consolidados dos indicadores da estratégia da ANP;

IV.Realizar análises de ambiente interno e externo da ANP em articulação com as demais UORGs;

V.Promover a revisão periódica da Estratégia da ANP em conjunto com a Diretoria Colegiada e gestores das UORGs;

VI.Coordenar o funcionamento do EGP e orientar o planejamento de suas atividades com vistas ao alinhamento com a gestão da estratégia;

VII.Elaborar o Mapa Estratégico da ANP em conjunto com a Diretoria Colegiada e gestores das UORGs da Agência;

VIII.Propor indicadores e metas estratégicas, bem como acompanhar e prestar apoio metodológico às unidades organizacionais da ANP na construção de planos de providências para medição do desempenho;

IX.Propor metodologias e melhores práticas para a gestão da estratégia;

X.Avaliar o impacto da Carteira de Projetos Estratégicos no desempenho dos Objetivos Estratégicos da Agência;

XI.Elaborar o Relatório de Análise da Estratégia e apresentá-lo à Diretoria Colegiada da ANP;

XII.Promover a Reunião de Análise da Estratégia (RAE);

XIII.Consolidar, divulgar e monitorar a execução das propostas de melhoria provenientes das discussões ocorridas na RAE;

XIV.Assegurar o alinhamento da gestão da estratégia e da gestão operacional, coordenando o processo de desdobramento da estratégia e apoiando as unidades organizacionais da ANP na sua realização;

XV.Apoiar o processo de elaboração da proposta orçamentária, orientando sobre as prioridades do Planejamento Estratégico.

Art. 11 Compete aos gestores das Unidades Organizacionais (UORGs):

I.Participar da elaboração da estratégia da ANP;

II.Designar servidor responsável pela interlocução com a SEC para as medições dos indicadores da estratégia;

III.Propor à SEC indicadores e metas estratégicas;

IV.Viabilizar, quando necessário, plano de providências para tornar possível, confiável e ágil a medição dos indicadores;

V.Alinhar o planejamento das ações da sua UORG com o planejamento estratégico institucional da ANP;

VI.Promover e disseminar a cultura de planejamento na equipe da sua UORG;

VII.Assegurar a execução dos Projetos Estratégicos no âmbito da sua UORG.

Art. 12 Compete aos Interlocutores de Desempenho Estratégico:

I.Propor ao gestor da UORG indicadores da estratégia;

II.Elaborar plano de providências cabíveis para medição dos indicadores estratégicos;

III.Coletar dados necessários para medir os indicadores da estratégia;

IV.Medir os resultados dos indicadores vinculados à sua UORG;

V.Manter atualizadas as informações dos indicadores estratégicos, conforme padrões preconizados pela SEC;

Art. 13 Compete aos servidores integrantes das equipes dos projetos estratégicos ou processos organizacionais priorizados:

I.Executar os projetos constantes na carteira de projetos estratégicos da ANP em conformidade com a metodologia de gestão de projetos da Agência, de modo a garantir a contribuição do projeto para o incremento de desempenho dos objetivos estratégicos da ANP;

II.Executar os processos organizacionais priorizados, em conformidade com a metodologia de gestão de processos da ANP, no sentido de sincronizar as atividades para criar sinergia e alcançar resultados que apoiem o alcance da estratégia institucional;

III.Monitorar e avaliar a execução dos projetos estratégicos e dos processos priorizados, de modo a sugerir ajustes e melhorias voltadas ao alcance dos objetivos estratégicos;

IV.Participar das discussões, análises e propostas relativas a definição, medição de indicadores e metas, conforme agenda a ser definida pelo gestor da UORG, com base em entendimentos mantidos com o interlocutor de gestão estratégica.

V.Contribuir, no âmbito de sua atuação, para a disseminação da uma cultura institucional alinhada com a Missão, a Visão, os Valores, os Objetivos do Planejamento Estratégico e a metodologia utilizada.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. As dúvidas suscitadas na aplicação do disposto nessa Portaria serão apreciadas pela Secretaria Executiva e resolvidas pela Diretoria Colegiada.

Art. 15. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

PORTARIA Nº 374, DE 4 DE NOVEMBRBO DE 2016

A DIRETORA-GERAL da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no uso de suas atribuições legais e com base na Resolução de Diretoria n° 892, de 27 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1° Fica revogada a Resolução CNP n.º 1, de 18.1.1956, do extinto Conselho Nacional do Petróleo (CNP).

Art. 2° Ficam revogadas as seguintes Portarias do extinto Conselho Nacional do Petróleo (CNP): Portaria CNP n.º 178, de 26.10.1976; Portaria CNP-DIRAB n.º 207, de 25.11.1985; Portaria CNP n.º 195, de 7.12.1988; e Portaria CNP-DIFIS n.º 74, de 28.6.1989.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º. Ficam revogadas as seguintes Portarias do extinto Departamento Nacional de Combustíveis (DNC): Portaria DNC n.º 4, de 21.1.1991; Portaria DNC n.º 5, de 28.1.1991; Portaria DNC n.º 12, de 14.3.1991; Portaria DNC n.º 20, de 4.10.1991; Portaria DNC n.º 27, de 7.11.1991; Portaria DNC n.º 1, de 15.1.1992; Portaria DNC n.º 2, de 15.1.1992; Portaria DNC n.º 3, de 15.1.1992; Portaria DNC n.º 12, de 10.6.1992; Portaria DNC n.º 19, de 9.9.1992; Portaria DNC n.º 4, de 11.3.1993; Portaria DNC n.º 12, de 16.6.1993; Portaria DNC n.º 13, de 16.6.1993; Portaria DNC n.º 17, de 26.7.1993; Portaria DNC n.º 18, de 26.7.1993; Portaria DNC n.º 21, de 10.8.1993; Portaria DNC n.º 22, de 11.8.1993; Portaria DNC n.º 26, de 9.11.1993; Portaria DNC n.º 27, de 30.11.1993; Portaria DNC n.º 2, de 14.1.1994; Portaria DNC n.º 14, de 13.4.1994; Portaria DNC n.º 17, de 25.4.1994; Portaria DNC n.º 28, de 1º.7.1994; Portaria DNC n.º 31, de 14.7.1994; Portaria DNC n.º 32, de 26.7.1994; Portaria DNC n.º 33, de 26.7.1994; Portaria DNC n.º 34, de 3.8.1994; Portaria DNC n.º 35, de 22.9.1994; Portaria DNC n.º 36, de 26.9.1994; Portaria DNC n.º 44, de 16.11.1994; Portaria DNC n.º 6, de 8.1.1995; Portaria DNC n.º 5, de 17.1.1995; Portaria DNC n.º 9, de 31.3.1995; Portaria DNC n.º 10, de 31.3.1995; Portaria DNC n.º 11, de 31.3.1995; Portaria DNC n.º 14, de 17.5.1995; Portaria DNC n.º 16, de 5.6.1995; Portaria DNC n.º 20, de 27.6.1995; Portaria DNC n.º 21, de 27.6.1995; Portaria DNC n.º 25, de 11.7.1995; Portaria DNC n.º 27, de 1º.9.1995; Portaria DNC n.º 28, de 27.9.1995; Portaria DNC n.º 29, de 4.10.1995; Portaria DNC n.º 30, de 11.10.1995; Portaria DNC n.º 2, de 2.2.1996; Portaria DNC n.º 3, de 2.2.1996; Portaria DNC n.º 8, de 18.3.1996; Portaria DNC n.º 15, de 10.5.1996; Portaria DNC n.º 24, de 29.7.1996; Portaria DNC n.º 29, de 20.9.1996; Portaria DNC n.º 30, de 8.11.1996; Portaria DNC n.º 31, de 21.11.1996; Portaria DNC n.º 32, de 21.11.1996; Portaria DNC n.º 33, de 25.11.1996; Portaria DNC n.º 34, de 29.11.1996; Portaria DNC n.º 35, de 5.12.1996; Portaria DNC n.º 7, de 19.3.1997; Portaria DNC n.º 8, de 19.3.1997; Portaria DNC n.º 12, de 3.4.1997; Portaria DNC n.º 16, de 30.4.1997; Portaria DNC n.º 27, de 30.6.1997; e Portaria DNC n.º 29, de 29.7.1997.

Art. 4° Ficam revogadas as seguintes Portarias do extinto Ministério da Infraestrutura (Minfra): Portaria MINFRA n.º 139, de 8.7.1991; e Portaria MINFRA n.º 14, de 4.2.1992.

Art. 5º. Fica revogada a Portaria ANP n.º 115, de 25.7.2001.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 46, de 1º de outubro de 2016, publicada no DOU de 3 de novembro de 2016, Seção 1, pág. 51, na data, onde se lê: Resolução nº 46, de 1º de outubro de 2016, leia-se: Resolução nº 46, de 1º de novembro de 2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 41/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
844.111/2011-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.-OF. N°280/2016
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
840.014/1983-INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA- Fonte Palmares Marca Indaiá embalagens de 20 L- MACEIÓ/AL
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
844.096/2015-NARO TRANSPORTES E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME-Registro de Licença N°019/2016 de 20/10/2016-Vencimento em 15/07/2025
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
844.180/2012-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.
844.181/2012-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
844.010/2016-PRINE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA EPP
844.038/2016-SILVIO PAIVA & FILHOS LTDA
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
844.030/2016-ANTONIO FEITOSA DE ARAUJO
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
844.144/2011-ERIVALDO BATISTA DOS SANTOS- Registro de Licença N°:27/2012 - Vencimento em 15/12/2017
844.145/2011-ERIVALDO BATISTA DOS SANTOS- Registro de Licença N°:11/2012 - Vencimento em 15/12/2017
844.146/2011-ERIVALDO BATISTA DOS SANTOS- Registro de Licença N°:28/2012 - Vencimento em 15/12/2017
844.130/2014-ATALAIA MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Registro de Licença N°:004/2015 - Vencimento em 23/05/2019
Autorizo o aditamento de substância mineral(770)
844.118/2013-ARMANDO LIMA ME-cascalho-Registro de Licença N°039/2013, DOU de 05/12/2013
844.132/2013-J DE S VIEIRA & CIA LTDA-Cascalho-Registro de Licença N°003/2014, DOU de 07/03/2014
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
844.161/2013-LPEREIRA & CIA LTDA
Autoriza redução de área(1207)
844.019/2011-MARIA JOSÉ DÂMASO DA FONSECA-Área reduzida de 42,33 para 41,39

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 169/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
866.578/2016-RODOLFO FAVRETTO LOFFI
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
866.292/2016-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA
866.378/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.
866.407/2016-ADEMIR BERALDI
866.440/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.
866.504/2016-MARIOZINHO DE PAULA CAMARGO
866.511/2016-ANTONIO EDEGAR FRANCK
866.513/2016-MIGUEL ANGELO BASSI ZACARKIM
866.538/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
866.541/2016-WALTER JOSÉ DE OLIVEIRA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
866.669/1989-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A
867.051/2011-VALDIR RUELIS
867.131/2012-MAURÍCIO VIDEIRA MACEDO
867.132/2012-MAURÍCIO VIDEIRA MACEDO
867.133/2012-MAURÍCIO VIDEIRA MACEDO
867.134/2012-MAURÍCIO VIDEIRA MACEDO
866.399/2014-MARCOS ALVES DE CAMPOS
866.179/2015-VALDECI DE OLIVEIRA COSTA
866.464/2015-VALDECI DE OLIVEIRA COSTA
866.494/2015-R.P. MINERAÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA
866.523/2015-VALDIR RUELIS
866.552/2015-JOSE FRANCISCO RAMPELOTO DE MORAES
866.555/2015-COOPEAREIA COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA
866.015/2016-TEC TÔNICAS MINERAÇÕES LTDA
866.155/2016-PLANICIE MINERAÇÃO LTDA
866.165/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.
866.307/2016-MINERADORA TAPAJOS LTDA.
866.369/2016-MINERAÇÃO COLOMBITA COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP.
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
866.669/2003-FLÁVIO DE MEDEIROS BOCAYUVA BULCÃO
866.152/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
866.153/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
866.155/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
866.163/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
866.165/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
866.166/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
866.872/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
866.723/2015-L.A. OLIVEIRA & CIA LTDA ME
866.053/2016-PEDRO AUGUSTO MURA
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
867.138/2007-ARROSSENSAL AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL S/A
867.139/2007-ARROSSENSAL AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL S/A
867.140/2007-ARROSSENSAL AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL S/A
867.203/2007-ARROSSENSAL AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL S/A
867.204/2007-ARROSSENSAL AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL S/A
866.462/2008-MINERAÇÃO VALE DO JURUENA LTDA EPP
867.360/2010-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
866.726/2012-CAPIXABA EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME -Alvará N°15684/2015
866.970/2013-CAPIXABA EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME -Alvará N°16405/2015
867.054/2014-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°16426/2015
867.055/2014-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°16427/2015
866.064/2015-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE -Alvará N°17176/2015
866.149/2015-CMGM MINERAÇÃO LTDA. -Alvará N°17182/2015
866.158/2015-CMGM MINERAÇÃO LTDA. -Alvará N°17185/2015
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
866.005/1983-MANEY MINERAÇÃO CASA DE PEDRA LTDA-OF. N°834/2016-DFAM
866.006/1983-MANEY MINERAÇÃO CASA DE PEDRA LTDA-OF. N°833/2016-DFAM
866.005/1989-MORRINHO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°825/2016-DFAM
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Homologa desistência do requerimento de PLG(613)
866.115/2012-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
867.035/2011-CMGM MINERAÇÃO LTDA.

MARCIO CORREIA DE AMORIM

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 612/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
830.033/2007-ALVORADA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA-CARAÍ/MG, PADRE PARAÍSO/MG - Guia n° 146/2016-6.240 toneladas/ano-Granito (revestimento)- Validade:11/02/2020 ou PL
830.334/2012-CAIO MARIO GENEROSO BARROSO EIRELI ME-CARMÉSIA/MG - Guia n° 153/2016-47.560 toneladas/ano-Areia- Validade:04/07/2020
831.294/2014-PEDRO ANTONIO SALUMI-AGUANIL/MG - Guia n° 162/2016-3.168 toneladas/ano-Granito- Validade:06/04/2017
831.740/2014-IARA REGINA DOS SANTOS VIEIRA BRAS ME-RIO PARDO DE MINAS/MG, SANTO ANTÔNIO DO RETIRO/MG - Guia n° 154/2016-4.000 toneladas/ano-Quartzo (Industrial)- Validade:30/01/2018
832.442/2014-IRACI DOS SANTOS-LAGOA DA PRATA/MG, SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG - Guia n° 161/2016-48.000 toneladas/ano-Areia- Validade:12/03/2017
833.368/2014-IMPÉRIO MINERAÇÃO & TRANSPORTE EIRELI ME-DIAMANTINA/MG - Guia n° 164/2016-16.000 toneladas/ano-Quartzito- Validade:16/09/2020

RELAÇÃO Nº 613/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
832.429/2014-BRS MADEIRAS E TRANSPORTES LTDA. ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.194/2010-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.-OF. N°2033/2016-DGTM
832.655/2012-DIOVANI NORONHA DE FARIA ME-OF. N°2032/2016-DGTM
830.863/2015-DIEYSON ONOFRE DA SILVA-OF. N°2030/2016-DGTM
832.348/2015-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°2065/2016-DGTM
832.764/2015-ELZA CHIARADIA DA SILVA-OF. N°2036/2016-DGTM
832.907/2015-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-OF. N°2064/2016-DGTM
832.937/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2034/2016-DGTM,MG Iron Consultoria
832.938/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2034/2016-DGTM,MG Iron Consultoria
832.939/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2034/2016-DGTM,MG Iron Consultoria
832.940/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2034/2016-DGTM,MG Iron Consultoria
832.941/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2034/2016-DGTM,MG Iron Consultoria
832.942/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2034/2016-DGTM,MG Iron Consultoria
832.948/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2034/2016-DGTM,MG Iron Consultoria
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
833.015/2014-MARIA DA CONCEIÇÃO MIRANDA
Indefere pedido de reconsideração(181)
832.664/2014-JOSÉ RAMALHO GANDRA
830.290/2015-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
830.804/2015-JUVENIL VICENTE DA SILVA
831.568/2015-LD TRANSPORTADORA & LOCADORA LTDA
832.047/2015-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
833.237/2015-MINERAR LTDA EPP- OF. N° 1990/2016-DGTM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nega provimento a defesa apresentada(242)
832.742/2013-ANA PAULA DE SOUZA BRESSAN GONÇALVES ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.155/2009-TRA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°321/2016-ERPM
831.156/2009-TRA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°320/2016-ERPM
831.795/2009-ANGRABLOCKS - ANGRAMAR BLOCOS LTDA-OF. N°322/2016-ERPM
833.482/2010-CERÂMICA ARAGUAIA LTDA-OF. N°114/2016-ERPM
832.017/2012-SIMONE HEMERLY SAVIGNON-OF. N°313/2016-ERPM
833.959/2012-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°319/2016-ERPM
833.960/2012-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°316/2016-ERPM
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
832.742/2013-ANA PAULA DE SOUZA BRESSAN GONÇALVES ME-Alvará N°2122/2015
Declara a caducidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)(650)
831.133/2000-FERNANDO ZIVOLO JÚNIOR
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.846/2002-PEDRO HIPÓLITO AFONSO DE CAMPOS-OF. N°311/2016-ERPM
831.157/2009-TRA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°323/2016-ERPM
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
830.858/1983-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°224/2016-ERPC
831.073/1984-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°228/2016-ERPC
831.330/1999-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°226/2016-ERPC
932.931/2012-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°227/2016-ERPC
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.817/1984-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°2057/2016-DGTM
834.287/1996-JOSÉ LELIS DE CASTRO-FI-OF. N°2028/2016-DGTM
831.069/1999-AREIAL RIO MINAS LTDA-OF. N°1975/2016-DGTM
832.347/2004-RICARDO GUIMARÃES COSTA ME-OF. N°1985/2016-DGTM
833.066/2004-CESAR JOSÉ CEOLIN-OF. N°1982/2016-DGTM
830.819/2009-MAURÍCIO ESPESCHIT ARANTES-OF. N°2040/2016-DGTM
831.677/2009-HELBERT BITTENCOURT DE MOURA CAMPOS ME-OF. N°1842/2016-DGTM
832.748/2009-CLAUDIA TALYTA SCHITTINE SOARES DE FREITAS ME-OF. N°2037/2016-DGTM
833.999/2012-DIOVANI NORONHA DE FARIA ME-OF. N°2008/2016-DGTM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
834.287/1996-JOSÉ LELIS DE CASTRO-FI- Registro de Licença N°:956/1998 - Vencimento em 15/07/2036
832.347/2004-RICARDO GUIMARÃES COSTA ME- Registro de Licença N°:2602/2005 - Vencimento em 12/05/2019
833.066/2004-CESAR JOSÉ CEOLIN- Registro de Licença N°:2590/2005 - Vencimento em 07/08/2018
831.677/2009-HELBERT BITTENCOURT DE MOURA CAMPOS ME- Registro de Licença N°:3885/2012 - Vencimento em 10/05/2020
833.999/2012-DIOVANI NORONHA DE FARIA ME- Registro de Licença N°:4359/2015 - Vencimento em 12/09/2017
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
832.866/2007-Gledsmar Alves de Carvalho - ME- AI N°02/2016-SUPRIN/DGTM/DNPM/MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.156/2012-MAURO ANTONIO FERNANDES CPF16130294620-OF. N°312/2016-ERPM
832.076/2013-V.M.I. MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°2055/2016-DGTM
831.369/2015-TRANSCARVOEIRO LTDA-OF. N°2056/2016-DGTM
832.443/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-OF. N°2037/2016-DGTM
830.261/2016-ANTONIO NEPOMUCENO NETO ME-OF. N°2039/2016-DGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
832.256/2013-JOÃO JOSÉ SANTANA TEIXEIRA-OF. N°2051/2016-DGTM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
830.477/2016-CERÂMICA BURITIS LTDA.-OF. N°2054/2016-DGTM

RELAÇÃO Nº 616/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
833.042/2015-COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-OF. N°2029/2016-DGTM
833.108/2015-FERTIMAX FERTILIZANTES ORGANICOS LTDA-OF. N°2031/2016-DGTM
833.247/2015-OLIMPIA MARIA DE PAULA-OF. N°2063/2016-DGTM
833.257/2015-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2035/2016-DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Não conhece requerimento protocolizado(270)
830.841/2013-SANTOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA ME
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
011.507/1942-AMG MINERAÇÃO S.A.- AI N° 1415 1416 1417 1418 1419 1420 1421 1422 1423 1424 1425 1426 1427 1428 1429 1430 1431 1432 1433 e1434/2016-MG
000.339/1943-AMG MINERAÇÃO S.A.- AI N° 1255 1256 1257 1258 1259 1260 1261 1262 1263 1264 1265 1266 1267 1268 1269 1270 1271 1272 1273 e 1274/2016-MG
003.761/1943-AMG MINERAÇÃO S.A.- AI N° 1275 1276 1277 1278 1279 1280 1281 1282 1283 1284 1285 1286 1287 1288 1289 1290 1291 1292 1293 e 1294/2016-MG
004.681/1954-AMG MINERAÇÃO S.A.- AI N° 1355 1356 1357 1358 1359 1360 1361 1362 1363 1364 1365 1366 1367 1368 1369 1370 1371 1372 1373 e 1374/2016-MG
005.452/1957-AMG MINERAÇÃO S.A.- AI N° 1335 1336 1337 1338 1339 1340 1341 1342 1343 1344 1345 1346 1347 1348 1349 1350 1351 1352 1352 e 1354/2016-MG
004.985/1959-AMG MINERAÇÃO S.A.- AI N° 1435 1436 1437 1438 1439 1440 1441 1442 1443 1444 1445 1446 1447 1448 1449 1450 1451 1452 1453 e 1454/2016-MG
006.532/1962-AMG MINERAÇÃO S.A.- AI N° 1375 1376 1377 1378 1379 1380 1381 1382 1383 1384 1385 1386 1387 1388 1389 1390 1391 1392 1393 1394/2016-MG
006.127/1966-AMG MINERAÇÃO S.A.- AI N° 1295 1296 1297 1298 1299 1300 1301 1302 1303 1304 1305 1306 1307 1308 1309 1310 1311 1312 1313 e 1314/2016-MG
006.205/1966-AMG MINERAÇÃO S.A.- AI N° 1235 1236 1237 1238 1239 1240 1241 1242 1243 1244 1245 1246 1247 1248 1249 1250 1251 1252 1253 e 1254/2016-MG
004.859/1967-AMG MINERAÇÃO S.A.- AI N° 1315 1316 1317 1318 1319 1320 1321 1322 1323 1324 1325 1326 1327 1328 1329 1330 1331 1332 1333 e 1334/2016-MG
007.084/1967-AMG MINERAÇÃO S.A.- AI N° 1395 1396 1397 1398 1399 1400 1401 1402 1403 1404 1405 1406 1407 1408 1409 1410 1411 1412 1413 e 1414/2016-MG
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
930.193/1982-VALE S A- AI Nº 01 02 03 04 e 07/2016-MG
Nega provimento a defesa apresentada(476)
930.193/1982-VALE S A
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
830.218/2009-JOÃO EVANGELISTA DA SILVA - PLG Nº 004/2011 de 05/09/2011- Vencimento em 29/09/2021
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
834.276/2006-CERÂMICA AZTECA LTDA - EPP-OF. N°2053/2016-DGTM
834.703/2008-AREIAS BEIRA RIO LTDA-OF. N°2038/2016-DGTM
834.854/2008-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA REGIÃO DE COROMANDEL-OF. N°2058/2016-DGTM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
830.810/1999-JONAS PINTO COSTA- Registro de Licença N°:1400/2000 - Vencimento em Indeterminado
832.300/1999-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA- Registro de Licença N°:1437/2000 - Vencimento em 01/07/2018
832.930/2002-CERÂMICA AZTECA LTDA - EPP- Registro de Licença N°:3032/2007 - Vencimento em 07/07/2018
831.629/2003-EXTRAÇÃO DE AREIA E ARGILA PADRE LIBERIO LTDA- Registro de Licença N°:2120/2003 - Vencimento em 03/10/2019
832.247/2005-CARLOS RENATO RIBEIRO FRAGA- Registro de Licença N°:3211/2008 - Vencimento em 19/08/2019
834.164/2006-CERÂMICA MECASA LTDA- Registro de Licença N°:3027/2007 - Vencimento em 05/02/2018
831.761/2007-AREIÃO REZENDE LTDA- Registro de Licença N°:3154/2007 - Vencimento em 28/04/2019
834.067/2007-AREIÃO GONTIJO LTDA- Registro de Licença N°:3290/2008 - Vencimento em 06/01/2019
834.706/2007-CERÂMICA CARMELITANA LTDA- Registro de Licença N°:3527/2010 - Vencimento em Indeterminado
835.053/2007-MINEIRA INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA- Registro de Licença N°:3428/2009 - Vencimento em 20/06/2018
834.202/2008-EXTRAÇÃO DE AREIA SÃO GERALDO LTDA- Registro de Licença N°:3567/2010 - Vencimento em 30/12/2016
831.305/2009-MINEIRA INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA- Registro de Licença N°:3560/2010 - Vencimento em 08/04/2018
830.172/2010-CERÂMICA CARMELITANA LTDA- Registro de Licença N°:4410/2015 - Vencimento em 07/07/2018
832.543/2010-CASCALHEIRA MORRO ALTO LTDA- Registro de Licença N°:3812/2012 - Vencimento em 01/02/2018
833.032/2010-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA- Registro de Licença N°:4073/2013 - Vencimento em 22/08/2018
833.429/2010-JOSÉ EUZÉBIO DIAS JUNIOR - ME- Registro de Licença N°:3735/2012 - Vencimento em Indeterminado
830.778/2011-CERÂMICA BONSUCESSO LTDA - EPP- Registro de Licença N°:4039/2013 - Vencimento em 23/06/2018
833.688/2011-PATRÍCIA RESENDE THEODORO DA SILVA CAETANO- Registro de Licença N°:4035/2013 - Vencimento em Indeterminado
834.856/2011-CERÂMICA BONSUCESSO LTDA - EPP- Registro de Licença N°:4137/2014 - Vencimento em 23/06/2018
832.527/2012-JOSÉ MARCOS EUGÊNIO ME- Registro de Licença N°:4131/2014 - Vencimento em 28/03/2020
832.622/2012-ADILSON TOMÁS DE FREITAS ME- Registro de Licença N°:4382/2015 - Vencimento em 21/05/2020
832.707/2012-CASCALHEIRA ESPERANÇA LTDA.- Registro de Licença N°:4061/2015 - Vencimento em 18/06/2020
832.822/2012-CERÂMICA AZTECA LTDA - EPP- Registro de Licença N°:4170/2014 - Vencimento em 01/07/2018
833.329/2012-PORTO DE AREIA ROCHA LTDA- Registro de Licença N°:4177/2014 - Vencimento em Indeterminado
830.796/2013-CS CERÂMICA SALINAS TOP LTDA ME- Registro de Licença N°:4218/2014 - Vencimento em 19/05/2021
830.921/2013-JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA- Registro de Licença N°:4203/2014 - Vencimento em 04/07/2017
831.672/2013-AREIAS SANTA QUITÉRIA LTDA EPP- Registro de Licença N°:4694/2016 - Vencimento em 25/05/2019
832.075/2013-V.M.I. MINERAÇÃO LTDA ME- Registro de Licença N°:4435/2015 - Vencimento em 27/06/2019
832.602/2013-L E A MINERAÇÃO LTDA EPP- Registro de Licença N°:4424/2015 - Vencimento em 23/06/2018
832.608/2013-JD AREIAS LTDA ME- Registro de Licença N°:4211/2014 - Vencimento em 08/06/2017
833.333/2013-CERAMICA CARMELO LTDA- Registro de Licença N°:4626/2016 - Vencimento em 07/07/2018
833.362/2013-SILVA EMPREENDIMENTOS DE EXTRAÇÃO LTDA ME- Registro de Licença N°:4154/2014 - Vencimento em 31/12/2016
832.068/2014-ARLINDO NUNES GUIMARÃES NETO EIRELI ME- Registro de Licença N°:4525/2015 - Vencimento em 27/06/2020
832.543/2014-PORTO DE AREIA SÂO SEBASTIÂO- Registro de Licença N°:4355/2015 - Vencimento em 16/06/2018

RELAÇÃO Nº 623/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
830.202/2013-OTACÍLIO DA CUNHA PEREIRA

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 146/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
850.391/2007-VOTORANTIM METAIS S.A- Área de 9.903,65 para 8.378,88-Bauxita
850.298/2010-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- Área de 8.701,22 para 8.391,92-Bauxita
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
850.305/2012-J D VIANA EPP
Fica sobrestada a decisão sobre o relatório de pesquisa(320)
850.514/2004-ARAGUAIA NÍQUEL MINERAÇÃO LTDA.-Minério de Níquel- Prazo de 03(três) anos
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
850.512/2003-TRIAS BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°9.866/2013
850.511/2013-DC MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°9.865/2013
850.513/2013-DC MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°9.867/2013
850.514/2013-DC MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°9.868/2013
850.515/2013-DC MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°9.869/2013
850.516/2013-DC MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°9.870/2013
850.517/2013-DC MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°9.871/2013
850.518/2013-DC MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°9.872/2013
850.519/2013-DC MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°9.873/2013
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
850.848/2009-MARLENE SOARES TAVARES - AI N°519/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
850.295/2003-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°3.412/2016 - DNPM/PA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

850.397/2003-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°3.416/2016 - DNPM/PA
850.781/2005-PALMYRA RECURSOS NATURAIS EXPLORAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°3.421/2016 - DNPM/PA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
803.504/1971-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-OF. N°3.418/2016 - DNPM/PA
803.508/1971-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-OF. N°3.415/2016 - DNPM/PA
850.004/1988-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°3.409/2016
850.290/2003-TRANSPORTES MAGALHÃES LTDA-OF. N°3.414/2016 - DNPM/PA
850.295/2003-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°3.413/2016 - DNPM/PA
850.397/2003-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°3.417/2016 - DNPM/PA
850.173/2005-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°3.410/2016
850.781/2005-PALMYRA RECURSOS NATURAIS EXPLORAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°3.408/2016 - DNPM/PA
850.862/2008-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°3.411/2016
851.089/2008-CALBRAX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°3.407/2016 - DNPM/PA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
850.011/1991-ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA.-OF. N°3.359/2016 - Superintendência do DNPM/PA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.287/2016-CLAUDIO ATILIO MORTARI
850.479/2016-EDIVALDO MIGUEL DA SILVA
850.510/2016-LEONICE SOUZA DA SILVA
850.514/2016-JESSICA SILVA DA CRUZ
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
850.587/2016-JOSÉ SANDES FERREIRA FILHO
850.645/2016-MÁRIO LUCIO FAHD
850.670/2016-PINHEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CERÂMICA LTDA.
850.708/2016-MARIA BETANIA DE NAZARETH CAL VINAGRE

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 219/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.037/2012-SETEP CONSTRUÇÕES S.A.-OF. N°5357/2016
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
815.262/2012-BETA MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA-SÃO JOSÉ DO CERRITO/SC - Guia n° 105/2016-50.000t-Brita (Basalto)- Validade:24/10/2017
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
815.888/2010-EDMAR JOÃO GALLI- Alvará n°1107/2010 - Cessionário: TRANSGALLI LTDA EPP- CNPJ 00753243/0001-09
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.885/2010-ANTONIO MENDES CORREA-AI N°1485/2016
815.774/2012-SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA-AI N°1500/2016
815.340/2013-RENATO LASTA-AI N°1492/2016
815.366/2013-SIMONE ZAGUINI DA TRINDADE-AI N°1475/2016
815.467/2013-VALDECIR MARCOS REBELATTO-AI N°1476/2016
815.489/2013-A. MENDES TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA-AI N°1483/2016
815.684/2013-ANGELINO ESTEVÃO PATRÍCIO ME-AI N°1478/2016
815.738/2013-RICARDO BET-AI N°1472/2016
815.763/2013-ACQUALEVE - APROVEITAMENTO DE RECURSOS NATURAIS LTDA-AI N°1484/2016
815.767/2013-RICARDO GARBELOTO TEIXEIRA-AI N°1473/2016
815.824/2013-VEGETAL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICÊUTICOS E NUTRACÊUTICOS LT-AI N°1479/2016
815.859/2013-RAVLEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE QUARTZO LTDA-AI N°1474/2016
815.891/2013-AIRTON BERNARDO ROVEDA-AI N°1477/2016
815.892/2013-WIANNEY SANDER GRASSI MARAVAI-AI N°1480/2016
815.903/2013-ADEMIR JUVENCIO DA SILVA EPP-AI N°1481/2016
815.930/2013-BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-AI N°1486/2016
815.986/2013-BRITAGEM E PAVIMENTADORA BARRACÃO LTDA-AI N°1487/2016
815.987/2013-SABINO MANOEL BINHOTTI-AI N°1482/2016
816.033/2013-ADELAR SCHNEIDER-AI N°1488/2016
816.061/2013-BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-AI N°1489/2016
816.084/2013-PAULO RENATO CAVALCANTI DE SIQUEIRA-AI N°1490/2016
816.103/2013-JOSE SEVERIANO DA SILVA-AI N°1491/2016
815.048/2014-BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-AI N°1493/2016
815.051/2014-GENEBRA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA-AI N°1494/2016
815.053/2014-AREAL PRATA LTDA ME-AI N°1495/2016
815.055/2014-CERÂMICA PEREIRA LTDA-AI N°1496/2016
815.058/2014-MICROMIL - MICRONIZAÇÃO E MOAGEM LTDA.-AI N°1497/2016
815.082/2014-WANDERLEI ADEMAR WINTER-AI N°1498/2016
815.093/2014-ILARIO BATISTA DAL PIZZOL-AI N°1499/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.425/2004-MINERADORA PORTO LTDA ME-OF. N°5355/2016
815.002/2009-MINERADORA PORTO LTDA ME-OF. N°5355/2016
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.171/2004-CERÂMICA TAIÓ LTDA. EPP-TAIÓ/SC - Guia n° 102/2016-16.500toneladas/ano-Saibro (siltito/argilito)- Validade:21/10/2017
815.583/2004-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-SÃO JOÃO BATISTA/SC - Guia n° 104/2016-20.000t-Areia- Validade:25/10/2017
815.623/2004-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-NAVEGANTES/SC - Guia n° 103/2016-20.000-toneladas/ano-Areia(Agregado)- Validade:20/03/2017
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
815.298/2000-AGUA MINERAL SERRA DO TABULEIRO LTDA- Fonte: Tabuleiro - Embalagem: Água Mineral Natural Imperatriz 10 litros- SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
815.049/1999-ON INVESTIMENTOS E PESQUISAS LTDA EPP- AI N° 1580/2016 e 1581/2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
805.135/1975-HIDROMINERAL TERMAL DE ARMAZÉM LTDA.-OF. N°5354/2016
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.019/1992-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°5344/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
815.560/2016-ADEMIR PESSOA CARDOSO ME

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Substituto

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 556, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração do Plano de Ação do INSS referente ao exercício de 2017.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011; e
Resolução nº 70/INSS/PRES, de 6 de outubro de 2009.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando:

a. o Plano Plurianual da União para o Quadriênio 2016-2019 e o Mapa Estratégico da Previdência Social para o mesmo período;

b. os princípios e políticas de gestão contidos na Carta de Princípios de Gestão e Governança do INSS;

c. o que dispõe a Carta de Serviços do INSS e o compromisso do Instituto em prestar serviços de excelência ao cidadão;

d. as competências gerenciais mapeadas;

e. o aprimoramento dos métodos de planejamento e a continuidade do processo de aprendizagem iniciado nos Planos de Ação dos exercícios anteriores; e

f. a construção coletiva das ações descentralizadas, indicadores e premissas, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes, as premissas e a metodologia para elaboração do Plano de Ação do INSS referente ao exercício de 2017, em especial para as ações descentralizadas, conforme Anexo.

§ 1º O Plano de Ação será composto por um conjunto de ações centralizadas e projetos estruturantes, definidos e monitorados pela Administração Central, e por ações descentralizadas, com metas mensais estabelecidas pelas unidades descentralizadas de todos os níveis institucionais, nos termos dos arts. 3º, 4º e 5º.

§ 2º A elaboração do Plano de Ação 2017, em sua definição de metas para as ações descentralizadas tem caráter participativo e descentralizado, com envolvimento dos servidores de todos os níveis gerenciais da Instituição: Administração Central, Superintendências-Regionais - SR, Gerências-Executivas - GEX, e Agências da Previdência Social - APS.

§ 3º Caberá aos Gerentes-Executivos e aos Gerentes de APS a disseminação da metodologia do Plano de Ação.

Art. 2º As ações descentralizadas e respectivos indicadores de desempenho que comporão o Plano de Ação 2017 estão estabelecidas no Quadro I do Anexo desta Resolução.

Parágrafo único. Os indicadores de desempenho que compõem o Plano citado no caput são ferramentas de acompanhamento e gestão dos processos de trabalho, pretendendo o alcance dos objetivos estratégicos institucionais e não serão utilizados para aferições diversas das previstas no Plano de Ação.

Art. 3º No âmbito das APS, as metas mensais serão propostas no sistema do Plano de Ação, pelo seu respectivo Gerente e, em caso de ausência justificada, por seu substituto, sempre com a efetiva participação de todos os servidores da unidade, observando-se as premissas, referenciais e o cronograma definidos nos itens 1 e 2 do Anexo.

Art. 4º No âmbito das GEX as metas mensais serão obtidas da seguinte forma:

I - as metas em que o indicador seja aferido na APS serão consolidadas a partir dos valores propostos pelas Agências vinculadas; e

II - as metas em que o indicador seja aferido na GEX serão propostas conforme fluxo contido no art. 3º desta Resolução.

Art. 5º No âmbito das SR as metas mensais serão obtidas da seguinte forma:

I - as metas em que o indicador seja aferido na APS ou GEX serão consolidadas a partir dos valores propostos por estas unidades vinculadas, conforme nível de abrangência do indicador; e

II - as metas em que o indicador seja aferido na SR serão propostas conforme fluxo contido no art. 3º desta Resolução.

Art. 6º Os desafios nacionais serão consolidados a partir das metas das APS ou GEX, conforme nível de abrangência do indicador.

Art. 7º Após realizadas discussões com a equipe, observadas as premissas e referenciais, a proposição das metas das APS, GEX e SR deverá ser registrada no endereço eletrônico http://www-planoacao, módulo do gestor.

§ 1º As APS que iniciaram seu efetivo funcionamento a partir de 31 de julho de 2016, seguirão cronograma específico de proposição de metas definido pela Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica - CGPGE.

§ 2º Na criação de GEX ou modificação da sua zona de circunscrição, as metas serão consolidadas pela CGPGE, com base nas metas das APS vinculadas.

Art. 8º Para proposição das metas, bem como para verificação e alinhamento previstos pelo ciclo do PDCA (Planejar - Executar - Verificar - Agir), a APS deverá realizar reunião mensal, com a presença de toda equipe, cabendo à Instituição viabilizar e aos gestores incentivar a participação e efetiva realização.

§ 1º As APS, em conjunto com a respectiva GEX, deverão definir antecipadamente as datas das reuniões, efetuando o devido cadastramento no Sistema de Agendamento Eletrônico, com inclusão de eventualidade e antecipação dos agendamentos já marcados para a data.

§ 2º A data definida para a reunião de proposição de metas deverá observar o período especificado no item 2 do Anexo.

Art. 9º A homologação das metas ocorrerá em ambiente eletrônico (http://www-planoacao), observando-se o prazo e a metodologia estabelecidos no item 2 do Anexo, e deverá ser norteada pela eficácia e razoabilidade.

Parágrafo único. Os responsáveis pelas Ações Estratégicas constantes do Plano de Ação 2017 devem mobilizar esforços e recursos para o cumprimento das metas previstas, observados os princípios da eficiência, da eficácia e da efetividade, cabendo ao:

I - Gerente-Executivo: homologar as metas propostas pelas APS de sua abrangência até o dia 15 de dezembro de 2016;

II - Superintendente-Regional: homologar as metas propostas e consolidadas pelas GEX de sua abrangência até o dia 16 de dezembro de 2016; e

III - Presidente: homologar as metas das SR até o dia 16 de dezembro de 2016.

Art. 10. As metas propostas serão pactuadas por meio de Termo de Compromisso de Resultados, assinado pelo gestor da unidade e pelo gestor do nível institucional imediatamente superior.

§ 1° A assinatura caracteriza a responsabilidade solidária entre os gestores das unidades e os de níveis superiores a alcançarem os resultados ali pactuados, cabendo a estes fornecerem os meios necessários para concretização das ações cabíveis.

§ 2º Após assinatura do Termo de Compromisso de Resultados Nacional, pelo Presidente e pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, o Gerente-Executivo deverá imprimir quatro vias do Termo de cada APS, coletar as assinaturas, encaminhar uma via ao Gerente da APS e duas à sua respectiva SR, aos cuidados da Equipe de Planejamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 11. Compete à CGPGE adotar os procedimentos necessários para a execução do disposto nesta Resolução.

Art. 12. O Anexo desta Resolução será publicado em Boletim de Serviço e suas atualizações e posteriores alterações poderão ser objeto de Despacho Decisório por parte da CGPGE.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO DE MELO GADELHA

DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

DESPACHOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 14/2016
PROCESSO Nº 35000.001376/2016-91. INTERESSADO: Robinson Flavio Dias Nemeth e Outros ASSUNTO: Trata-se de contratação de eventos para 07 (sete) servidores lotados no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS/CGLCO, na Capacitação Denominada XXI Congresso Internacional del CLAD no período de 08 a 11/11/2016, na Cidade de Santiago/Chile. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, do artigo 25, Lei nº 8.666/93. MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 014/2016. DECISÃO: 1. APROVO a contratação por Inexigibilidade de Licitação e AUTORIZO a despesa no valor global estimado de R$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) em favor do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD.

GILVANEIRE CAVALCANTI BELTRÃO
Coordenadora - Geral de Licitações e Contratos

Ratifico o ato acima com base nas atribuições a mim delegadas através do artigo 54, inciso I, do Regimento Interno do INSS, aprovado pela PT/MPS nº 296, de 9/11/2009, e nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/1993, com alterações posteriores.

JOSÉ ORLANDO RIBEIRO CARDOSO
Diretor de Orçamento, Finanças e Logística

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 482, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o parágrafo 3º do art.4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto no item V-1 do Termo de Referência do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), anexo à Portaria n.º 391, de 25 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar a substituição de bolsista do Projeto "Implantação de um laboratório de bioprospecção e avaliação de segurança, toxicológica por métodos alternativos ao uso de animais de produtos oriundos da biodiversidade", selecionado no âmbito do Edital 01/2016 - INMETRO/SUFRAMA, como Projeto Estruturante para o Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, e recomendada por Comitê Consultivo do Pronametro, pelo período de 7 (sete) meses, a contar do dia 11 de outubro de 2016, conforme tabela a seguir.

Bolsistas Cancelados	Candidato aprovado para substituição	Balsa Recomendada
Diana Maruja Sangama Mozombite	Thayane Rita Borges de Faria	DCT-5A 100%

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 483, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o parágrafo 3º do art.4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto no item V-1 do Termo de Referência do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), anexo à Portaria n.º 391, de 25 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º - Aprovar a outorga de bolsas aos alunos selecionados para o curso de Mestrado Profissional em Metrologia, Qualidade e Tecnologia, pela Comissão de Seleção, através do Edital nº 008, de 30 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 189, de 02 de outubro de 2015, conforme tabela abaixo:

Candidatos Aprovados	Modalidade de Bolsa Concedida
1. Josemar Vinicius Maiworm Abreu Silva	DCT-7A 100%
2. Letícia Mariano Ribeiro de Souza	DCT-7A 100%
3. Letícia Moreira Dias	DCT-7A 100%
4. Mariana de Paula Ribeiro Costa	DCT-7A 100%
5. Muriel Mesquita Carlos	DCT-7A 100%
6. Raquel Monteiro Souza	DCT-7A 100%

Art. 2º - As bolsas terão duração de até 12 (doze) meses, admitindo-se, no máximo, 01 renovação por igual período;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 484, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o parágrafo 3º do art.4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto no item V-1 do Termo de Referência do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), anexo à Portaria n.º 391, de 25 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º - Aprovar a Renovação de Bolsas outorgadas por esta Autarquia através do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Pronametro, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 01 de novembro de 2016, conforme tabelas a seguir.

Editais Faperj nº 24/2012 e Prometro/CNPq nº 08/2012

Bolsistas Recomendados	Modalidade	UP
Cláudio Vieira Barboza	DCT-4A 100%	Dimci
Luci Pirmez	DCT-2B 40%	Dimci

Edital 1/2012

Bolsistas Recomendados	Modalidade	UP
José Julio Pinheiro dos Santos Junior	DCT-3A 100%	Dimci
Maria de Fátima de Brito Cyrillo	DCT-3B 100%	Dimci

Edital 1/2013 1ª Fase

Bolsistas Recomendados	Modalidade	UP
Alex Pablo Ferreira Barbosa	DCT-3A 100%	Dimci
Cassiano Rabelo e Silva	DCT-3A 100%	Dimci

Edital 1/2013 2ª Fase

Bolsistas Recomendados	Modalidade	UP
Antony de Paula Barbosa	DCT-3A 100%	Dimav

Edital 1/2014 1ª Fase

Bolsistas Recomendados	Modalidade	UP
Carlos Alberto Senna	DCT-3C 100%	Dimci

Edital 1/2014 2ª Fase

Bolsistas Recomendados	Modalidade	UP
Ana Catalina Palacios Osorio	DCT-3B 100%	Dimci
Bernardo Onagar Yepez Santiseban	DCT-3B 100%	Dimav
Edna Rita dos Santos Pacheco	DCT-3A 100%	Dimci
Eving da Silva	DCT-4B 100%	Dimci

Edital 1/2014 3ª Fase

Bolsistas Recomendados	Modalidade	UP
Douglas de Almeida Garcia	DCT-6B 100%	Dimci
Ivo Antônio Azara de Oliveira	DCT-3A 100%	Dimci
José Lafaiete Palles Ramos Junior	DCT-6B 100%	Dimav
Priscila Grion de Miranda	DCT-6B 100%	Dimav
Raquel Ferreira da Costa Correa	DCT-6B 100%	Dimav
Renan De Souza Teixeira	DCT-3C 100%	Dimci

Edital 3/2014 1ª Fase

Bolsistas Recomendados	Modalidade	UP
Cláudio Cupolillo Mauro	DCT-3A 100%	Dimci

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

PORTARIA Nº 19, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DO INMETRO/SURGO, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe conferem o art. 118 do Anexo da Portaria Inmetro nº 165 de 2 de abril de 2013, publicada no DOU em 4 de abril de 2013 e Portaria nº 219 de 30 de agosto de 2016 do Ministério de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, publicado no DOU em 31 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam procedidas as Verificações Metrológicas nos taxímetros instalados nos veículos do Serviço de Transporte Individual de Passageiros ou Bens (TAXI) em Goiânia e Aparecida de Goiânia no Estado de Goiás, no período de 16 de novembro a 09 de dezembro de 2016.

Art. 2º Para as verificações metrológicas os permissionários de táxis ou seus prepostos deverão comparecer ao box do INMETRO montado à Rua do Progresso, lateral ao Condomínio Jardins Verona, tendo como acesso a Avenida Diógenes Dolival Sampaio, Goiânia - GO, das 08 h 30 min às 11 h 30 min, e das 13 h 30 min às 16 h 30 min, munidos de seus veículos com os taxímetro e respectiva documentação veicular, seus documentos pessoais, o último certificado de verificação e a Guia de Recolhimento da União (GRU) referente à tarifa de 2016 devidamente paga.

Art. 3º A verificação dos taxímetros ocorrerá por ordem de chegada, sendo o atendimento realizado por média de 120 veículos por dia, respeitando o dia designado para cada número de permissão, conforme tabela abaixo:

DATA DA VERIFICAÇÃO	PERMISSÕES
16/11/2016	001 a 120
17/11/2016	121 a 240
18/11/2016	240 a 360
21/11/2016	361 a 480
22/11/2016	481 a 600
23/11/2016	601 a 720
24/11/2016	721 a 840
25/11/2016	841 a 960
28/11/2016	961 a 1080
29/11/2016	1081 a 1200
30/11/2016	1201 a 1320
01/12/2016	1321 a 1440
02/12/2016	1441 a 1560
05/12/2016	1561 a 1680
06/12/2016	1681 a 1800
07/12/2016	1801 a 1920
08/12/2016	1921 a 2000
09/12/2016	Taxímetro - Aparecida de Goiânia

Art. 4º A Guia de Recolhimento da União (GRU) para realização da Verificação deve ser retirada antecipadamente por agendamento e somente no Portal de Serviços do Inmetro - PSIE, no endereço eletrônico http://serviços.inmetro.rs.gov.br.

Art. 5º As oficinas permissionárias deverão disponibilizar um técnico no local em que se ocorrerá a verificação, a fim de agilizar o procedimento, caso seja necessário realizar um eventual ajuste no taxímetro.

Art. 6º As oficinas permissionárias deverão prestar contas dos serviços executados, para tal deverá acessar no Portal de Serviços do Inmetro - PSIE, no endereço eletrônico http://serviços.inmetro.rs.gov.br, realizando os devidos registros, caso não cumpram suas obrigações perante o INMETRO, ficarão sujeitas às penalidades legais, podendo ter, inclusive, seu registro cancelado.

Art. 7º Os taxímetros que não forem verificados por qualquer pretexto na data estabelecida estarão sujeitos às penalidades legais.

Art. 8º Para verificação, os taxímetros deverão estar fixados na parte central do painel do veículo, ficando vedada a fixação no vidro, bem como em outros locais que dificultem a sua identificação, está determinação visa proporcionar uma perfeita visualização pelo usuário dos valores a serem pagos, como também facilitar a identificação das marcas de verificação e lacres inseridos pelo INMETRO.

Art. 11º O certificado de verificação referente 2017 será emitido no momento da verificação, caso não haja irregularidades.

Art. 12º O não cumprimento ao disposto no Art. 1º, ou não justificados, sujeitam aos infratores às penalidades na forma da lei.

Art. 13º Revogam-se as disposições contrárias.

ANDRÉ LUIZ ABRÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 486, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Artigo 12, inciso III e os termos do Parecer Técnico do Projeto nº 128/2016 - SPR/CGPRI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa CALLIDUS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PLACAS E COMPONENTES DE INFORMÁTICA LTDA. (CNPJ: 08.258.870/0001-77), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 128/2016 - SPR/CGPRI, para produção de PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA) (Código SUFRAMA nº 0361), para o gozo dos incentivos previstos no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei n° 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante do Art. 1° desta Por-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

taria, será obtida mediante a aplicação da fórmula do parágrafo 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei Nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 3º ESTABELECER para os produtos constantes do Art. 1° desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	44,538,780	53,103,930	69,686,060

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1° desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial nº 213, de 20 de novembro de 2006 e Portaria Interministerial nº 18, de 28 de janeiro de 2014;

II o investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) , no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do produto constante do Art. 1° desta Portaria, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações;

III o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

IV a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TREBECCA MARTINS GARCIA

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 965, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 05/10/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 232, de 8 de julho de 2016, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 05/10/2016.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.009941/2016-64
Proponente: Federação de Taekwondo Olímpico do Distrito Federal - FTO/DF
Título: Copa do Brasil de Tae Kwon do
Registro: 02DF156612016
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 03.611.002/0001-05
Cidade: Taguatinga UF: DF
Valor aprovado para captação: R$ 215.625,10
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3475 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 33777-3
Período de Captação até: 20/11/2016
2 - Processo: 58000.004698/2016-98
Proponente: Fundação Tênis
Título: Tênis e Cidadania Porto Alegre
Registro: 02RS003742007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.022.246/0001-88
Cidade: Porto Alegre UF: RS 1.152.229,44
Valor aprovado para captação: R$
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3256 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18210-9
Período de Captação até: 31/10/2017

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58701.004218/2015-19

No Diário Oficial da União nº 246, de 24 de dezembro de 2016, na Seção 1, página 379 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 830/2015, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 581.094,90, leia-se: Valor aprovado para captação: R$ 581.101,12.

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27/04/2009, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, torna público que, no período de 1º a 31/10/2016, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Abelmiro Quintino da Silva, rio São Francisco, Município de Belém do São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Adrião Ferreira Barbosa, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação, dessedentação animal.

Aerto Castro de Oliveira, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/Minas Gerais, irrigação.

Afrânio Valadares de Abreu, rio São Francisco, Município de Abaeté/Minas Gerais, irrigação, dessedentação animal.

Airton Shiguekazu Arikita, rio São Marcos, Município de Cristalina/Goiás, irrigação, alteração.

Alan Kardec Martins Barbiero, rio Grande, Município de Miracema do Tocantins/Tocantins, aquicultura.

Alan Rodrigues Dalmasio, rio Cotaxé ou Braço Norte do Rio São Mateus, Município de Nova Venécia/Espírito Santo, irrigação.

Alexandre Augusto de Vasconcellos Valadares, rio São Francisco, Município de Buritizeiro/Minas Gerais, irrigação.

Alisson Resende Macedo e Outros, rio Paranaíba, Município de Rio Paranaíba/Minas Gerais, irrigação.

Ana Patricia Santos da Silva, açude Goitá, Município de Pau D´Alho/Pernambuco, aquicultura.

Anibal Castro de Oliveira, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/Minas Gerais, irrigação.

Antonio Barros Barbosa, rio Pardo, Município de Taiobeiras/Minas Gerais, barramento.

Antônio Cícero dos Santos, rio Pau Alto, Município de Mucuri/Bahia, irrigação.

Antônio Gonçalves Sobrinho, ribeirão do Roncador, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Antônio Júnior dos Santos, rio São Francisco, Município de Abaré/Bahia, irrigação.

Antônio Rezende Sampaio Filho, Reservatório da UHE Serra da Mesa, Município Uruaçu/Goiás, aquicultura.

Areal e Material de Construção São Jorge Ltda, rio Doce, Município de Galiléia/Minas Gerais, mineração.

Areal Rio Doce Ltda, rio Doce, Municípios de Governador Valadares e Alpercata/Minas Gerais, mineração.

Areia Três Lagoas Ltda, rio Paraná, Município de Três Lagoas/Mato Grosso do Sul, mineração.

Athos Bonifácio Gomes, rio José Pedro, Município de Conceição de Ipanema/Minas Gerais, irrigação.

Beatriz Aparecida Moreira de Campos, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação.

Belmicássio Quintino de Sá, rio São Francisco, Município de Belém do São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Bom Futuro Agrícola Ltda, rio Rocandor, Município de Campo Verde/Mato Grosso, dessedentação animal.

Brasil Forte Participações Ltda, rio Mogi Guaçu, Município de Jacutinga/Minas Gerais, termelétrica, alteração.

Carlos Antônio da Silva Filho, rio São Bartolomeu, Município de Luziânia/Goiás, irrigação, preventiva.

Cássio Fernando Cunha, rio Grande, Município de Sacramento/Minas Gerais, uso doméstico e aquicultura.

Cerradinho Bioenergia S.A., rio da Prata, Município de Chapadão do Céu/Goiás, irrigação, indústria, alteração.

Cia Positiva de Energia, rio Jequitinhonha, Município de Grão Mogol/Minas Gerais, termelétrica, transferência.

Ciagro Agricultura e Pecuária Ltda., rio Uruguai, Município de Itaqui/Rio Grande do Sul, irrigação, transferência.

Claudineia Ribeiro da Silva - Me, rio Sapucaí-Mirim, Município de Pouso Alegre/Minas Gerais, mineração, alteração, renovação.

Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD, rio Madeira, Município de Porto Velho/Rondônia, esgotamento sanitário, preventiva.

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, Açude Passagem das Traíras, Município de São José do Seridó/Rio Grande do Norte, abastecimento público.

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, Açude Martelo, município de São Mamede/Paraíba, abastecimento público.

Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, rio Parnaíba, Municípios de Coelho Neto, Parnarama e Magalhães de Almeida/Maranhão, esgotamento sanitário, preventiva.

Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, Reservatório da UHE Boa Esperança, Município de Nova Iorque/Maranhão, esgotamento sanitário, preventiva.

Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, rio Parnaíba, Municípios de União, Uruçuí e Luzilândia/Piauí, esgotamento sanitário, preventiva.

Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, rio Ipanema, Município de Batalha/Alagoas, esgotamento sanitário.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, rio Pomba, município de Santa Barbara do Tugúrio/Minas Gerais, abastecimento público.

Cooperativa dos Piscicultores do Lago Serra da Mesa - COOPERPESCA, Reservatório da UHE Serra da Mesa, Município Uruaçu/Goiás, aquicultura.

Copel Geração e Transmissão S.A., Reservatório da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia), Municípios de Bituruna e Pinhão/Paraná, aproveitamento hidrelétrico.

Corina Lima Santos, rio São Francisco, Município de Sobradinho/Bahia, irrigação, alteração.

Cosme de Rezende, Reservatório da UHE de Paulo Afonso IV, Município de Paulo Afonso/Bahia, irrigação.

Cristiano Pereira dos Santos, rio Jequitinhonha, Município de Almenara/Minas Gerais, irrigação.

Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S/A, rio Parnaíba, Município de Teresina/Piauí, indústria, alteração.

Dagoberto Cardoso Basto, rio Jequitinhonha, Município de Itaobim/Minas Gerais, irrigação.

Dario Pisani Nardi, ribeirão Samambaia, Município de Cristalina/Goiás, irrigação, renovação.

Dennis Braz Gonçalves, rio Carangola, Município de Natividade/Rio de Janeiro, irrigação.

Duke Energy Geração Paranapanema S.A., rio Paranapanema, Município de Piraju/São Paulo, esgotamento sanitário.

Eduardo Miranda Campos, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/Minas Gerais, irrigação.

Edvaldo Antônio Lopes, Município de Niquelândia/Goiás, aquicultura.

Emília Cândida Dourado Guedes, rio Carinhanha, Município de Montalvânia/Minas Gerais, irrigação.

Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - Embasa, rio Pau Alto, Município de Nova Viçosa/Bahia, abastecimento público.

Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - Embasa, rio São Francisco, Açude Ceraíma, Município de Guanambi/Bahia, abastecimento público, alteração.

Erasmo César de Lima, Reservatório da UHE Apolônio Sales/Moxotó, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Euvaldo Ferraz de Castro, barragem de Anagé, rio Gavião, Município de Anagé/Bahia, irrigação, renovação.

Felipe Almeida Arnaldo, rio São Francisco, Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Filipi Oliveira Almeida, rio das Antas, Município de Bueno Brandão/Minas Gerais, aquicultura.

Francisco Américo dos Santos Gonçalves, Reservatório da UHE Furnas, Município de Três Pontas/Minas Gerais, aquicultura.

Francisco Dimas Rodrigues-Me, rio Preto, Município de Valença/Rio de Janeiro, mineração.

Frigol S.A., rio Xingu, Município de São Félix do Xingu/Pará, indústria, alteração.

Frigorífico São Francisco Ltda, rio Cricaré ou Braço Sul do rio São Mateus, Município de Barra de São Francisco/Espírito Santo, indústria.

Frutirenda - Fruticultura Irrigado Renda S.A, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Furnas Centrais Elétricas S.A. Reservatório da UHE Furnas, Município de São José da Barra/Minas Gerais, aproveitamento hidrelétrico.

Furnas Centrais Elétricas S.A, Reservatório da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho/Estreito, Município de Pedregulho/São Paulo, aproveitamento hidrelétrico.

Furnas Centrais Elétricas S.A, Reservatório da UHE Marimbondo, Município de Fronteira/Minas Gerais, aproveitamento hidrelétrico.

Furnas Centrais Elétricas S.A, Reservatório da UHE Porto Colômbia, Município de Planura/Minas Gerais, aproveitamento hidrelétrico.

Gildo Geraldo Filho-Me, rio Canoas, Município de Mococa/São Paulo, mineração.

Giovane Rodrigues Pereira, rio São Mateus, Município de São Mateus/Espírito Santo, irrigação.

Gustavo Nogueira Guimarães, Ribeirão do Cristal, Município de Cristalina/Goiás, irrigação.

Helder Hofig, rio São Marcos, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Higor Gustavo de Mendonça, Reservatório da UHE Três Marias, Município de Caiçara/Três Marias, irrigação.

Horizontes Energia S.A, CGH Machado Mineiro, Município de Águas Vermelhas/Minas Gerais, aproveitamento hidrelétrico.

Isaias Pio da Silveira, Reservatório da UHE Furnas, Município de Divisa Nova/Minas Gerais, irrigação.

Ivanilde de Oliveira Gomes, rio São Francisco, Município de Matias Cardoso/Minas Gerais, irrigação.

Jacson Scherre, rio José Pedro, Município de Mutum/Minas Gerais, irrigação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Jefferson Araújo Silva, rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Jhenifer Araújo Silva, rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação.

João Antônio dos Santos, rio São Francisco, Município de Abaré/Bahia, irrigação.

João Olímpio de França, rio São Francisco, município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Joaquim Antonio Pereira, Reservatório da UHE Ilha Solteira, Município de Santa Clara do Oeste/São Paulo, aquicultura.

José Antônio Cremasco, rio Camanducaia, Município de Amparo/São Paulo, mineração.

José Carlos de Sena Dantas, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

José Ednaldo Aires Bezerra, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação, renovação.

José Eustáquio da Cunha Peixoto, rio Jequitinhonha, Município de Jacinto/Minas Gerais, irrigação.

José Ferraz Ribeiro, rio Pardo, Município de Ribeirão do Largo/Bahia, irrigação.

José Reis Brandão, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

José Roberto Tavares, rio Grande, Município de Sacramento/Minas Gerais, aquicultura.

Josil de Barros Carneiro, rio Doce, Município de Baixo Guandu/Espírito Santo, irrigação.

Joveniano Pereira da Silva, rio São Francisco, Município de Matias Cardoso/Minas Gerais, irrigação.

Júlio Marafon, rio Parnaíba, município de Caxias/Maranhão, irrigação, transferência, preventiva.

Kleber da Cunha Peixoto, rio Jequitinhonha, Município de Salto da Divisa/Minas Gerais, irrigação.

Las Palmas Fruticola Ltda, rio Mucuri, Município de Nova Viçosa/Bahia, irrigação, transferência.

Leonardo Rodrigues da Rocha, rio Pardo, Município de Indaiabira/Minas Gerais, irrigação, transferência.

Leone Machado Homem - ME, rio Sapucaí-Mirim, Município de Cachoeira de Minas/Minas Gerais, mineração, alteração.

Lourival Candido, Ribeirão do Cristal, Município de Cristalina/Goiás, irrigação.

Luiz Henrique de Almeida Penha, Reservatório da UHE de Furnas, município de Alfenas/Minas Gerais, irrigação.

Marafon e Marafon Ltda-Me, rio Parnaíba, município de Caxias/Maranhão, irrigação, preventiva.

Marcio José Gomes, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas/Minas Gerais, irrigação.

Marcos Antônio de Melo Costa, rio Paraíba, Município de Capela/Alagoas, irrigação.

Maria Odete da Silva Freitas, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Maria Venícia dos Santos, rio São Francisco, Município de Abaré/Bahia, irrigação.

Marinho Scalzer, rio Cotaxé ou Braço Norte do Rio São Mateus, Município de Nova Venécia/Espírito Santo, irrigação.

Matheus Gonçalves dos Santos Faleiro, rio Pardo, Município de Itambé/Bahia, irrigação.

Minas Perola Ltda, rio Doce, Município de Galileia/Minas Gerais, mineração, transferência.

Mineração Irmãos Duro na Queda Ltda., rio Sapucaí, Município de São Sebastião da Bela Vista/Minas Gerais, mineração, alteração, renovação.

Mineração Minas Sul Ltda., rio Sapucaí-Mirim, Município de Cachoeira de Minas/Minas Gerais, mineração, alteração.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Chavantes, Município de Barão de Antonina/São Paulo, aquicultura, preventiva.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Rosana, Município de Euclides da Cunha Paulista/São Paulo, aquicultura, preventiva.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Armando A. Laydner/Jurumirim, Município de Paranapanema/São Paulo, aquicultura, preventiva.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Apolônio Sales/Moxotó, Município de Glória/Bahia, aquicultura, preventiva.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Segredo, Município de Mangueirinha/Paraná, aquicultura, preventiva.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Euclides da Cunha, Município de São José do Rio Pardo/São Paulo, aquicultura, preventiva.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Volta Grande, Município de Água Comprida/São Paulo, aquicultura, preventiva.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Boa Esperança, Município de Guadalupe/Piauí, aquicultura, preventiva.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Serra da Mesa, Municípios de Campinaçu, Uruaçu, Niquelândia e Santa Rita do Novo Destino/Goiás, aquicultura.

Myrtos Geração de Energia S.A., rio Jequitinhonha, Município de Grão Mongol/Minas Gerais, termelétrica, alteração.

Myrtos Geração de Energia S.A., rio Jequitinhonha, Município de Grão Mogol/Minas Gerais, termelétrica.

Nativas Energia Sacramento II Ltda, CGH Alagoa 2, rio Aiuruoca, município de Alagoa/Minas Gerais, aproveitamento hidrelétrico.

Nativas Energia Sacramento III Ltda, CGH Alagoa 3, rio Aiuruoca, município de Alagoa/Minas Gerais, aproveitamento hidrelétrico.

Nilton Cesar Ortigoso, rio Pardo, Município de Guaíra/São Paulo, irrigação.

Noé da Silva Sá, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Norsa Refrigerantes Ltda, rio Cuiabá, Município de Várzea Grande/Mato Grosso, indústria, alteração.

Nova Luz Lda-Me, rio Camanducaia ou da Guardinha, Município de Camanducaia/Minas Gerais, indústria e afins.

Oriston Mendes dos Santos, rio Pardo, Município de Águas Vermelhas/Minas Gerais, irrigação.

Ovídio Domingos Neto, Reservatório da UHE de Três Marias, rio São Francisco, Município de Felixlândia/Minas Gerais, irrigação.

Paulo de Castro Barreto, Reservatório da UHE Serra da Mesa, Município Campinaçu/Goiás, aquicultura.

Paulo Matias da Silva - ME, Córrego das Areias, Município de Arceburgo/Minas Gerais, irrigação.

Pedro Antônio Batista Luiz, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/Minas Gerais, irrigação.

Porto de Areia Jauzinho Ltda-Me, rio pardo, Município de Salto Grande/São Paulo, mineração.

Porto de Areia Santa Rita Ltda-Me, rio Pardo, Município de Caldas/Minas Gerais, mineração, renovação.

Prefeitura Municipal de Joca Marques, rio Parnaíba, Município de Joca Marques/Piauí, abastecimento público, preventiva.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio, Reservatório da UHE de Rosana, rio Paranapanema, município de Teodoro Sampaio/São Paulo, outros usos.

Raízen Energia S/A, rio Grande, Município de Igarapava/São Paulo, indústria, alteração.

Raniere Ramon Castro Barros, Reservatório da UHE de Sobradinho, rio São Francisco, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Raul Rodrigues de Freitas, rio Jequitinhonha, Município de Itaobim/Minas Gerais, irrigação.

Renan Lustosa de Carvalho, rio São Francisco, Município de Belém do São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Renato Amaral, Lagoa Mirim, Município de Santa Vitória do Palmar/Rio Grande do Sul, irrigação, renovação.

Rogério Afonso Nogueira, rio José Pedro, Município de Conceição de Ipanema/Minas Gerais, irrigação.

Ronaldo Marias Pena, rio pardo, Município de Indaiabira/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Rui José da Mata, rio José Pedro, Município de Ipanema/Minas Gerais, irrigação.

Samuel Lima Silva Miguelópolis Me, rio Grande, Municípios de Uberaba e Frutal/Minas Gerais e Miguelópolis/São Paulo, mineração, alteração.

Sérgio Catani Baticioto, Córrego das Areias, Município de Mococa/São Paulo, irrigação.

Sostenes Lima de Alencar, rio São Francisco, Município de Sobradinho/Bahia, irrigação, alteração.

Stanley Roan Marques, rio Camanducaia ou da Guardinha, Município de Camanducaia/Minas Gerais, indústria e afins.

Takashi Kavavata, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Tânia Maria Ribeiro, rio São Francisco, Município de Belém do São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Techmann Agropecuária Ltda, rio Uruguai, Município de São Borja/Rio Grande do Sul, irrigação, renovação.

Thiago da Silva Ferreira, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Thiago Santana Maia, rio Doce, Município de Rio Casca/Minas Gerais, mineração.

Tinoco e Lima Participações e Empreendimentos Ltda, rio Carangola, Município de Natividade/Rio de Janeiro, irrigação, abastecimento público.

Universal Mineração Ltda-Me, rio Cricaré ou Braço Sul do rio São Mateus, Município de Barra de São Francisco/Espírito Santo, indústria e afins, transferência.

Valdelice da Silva Moura Soares, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Washington Conga Moutinho, rio Pardo, Município de Indaiabira/Minas Gerais, irrigação, transferência.

Weslei Gonçalves Chaves, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/Minas Gerais, irrigação.

Willys Nunes Conceição, Reservatório da UHE Sobradinho, rio São Francisco, Município Sobradinho/Bahia, irrigação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério do Planejamento,Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 333, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Interino, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso I, e § 1º, do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016)

R$ 1,00

	Órgão	PAC			Despesas Obrigatórias	Emendas Individuais	Demais Despesas Discricionárias	Total
		Emendas de Bancada Estadual	Demais	Total				
	II - LIMITES ATÉ DEZEMBRO							
25000	Ministério da Fazenda						113.408.847	113.408.847
	TOTAL ATÉ DEZEMBRO	0	0	0	0	0	113.408.847	113.408.847

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 257, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 23 e 31 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 05310.000571/2007-49, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Estado de Rondônia do imóvel de domínio da União com área de 14.417,00 m², constituído por terreno e galpões da antiga Central de Incubação de Rondônia - CITRON, localizado na Avenida Farquar, confluência com a Rua Padre Moretti, nº 3.450, Bairro Pedrinhas, Setor nº 8, Quadra nº 33, Lote nº 355, Município de Porto Velho, naquele Estado, parte da Matrícula nº 1060 do Cartório do 1º Serviço Registral, Livro nº 2 da Comarca de Porto Velho-RO.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º se destina ao funcionamento de órgãos públicos estaduais.

Art. 3º O encargo de que trata o artigo 2º será permanente e resolutivo, revertendo, automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por acessões e benfeitorias realizadas, se não for cumprida a finalidade da doação, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa ou se houver inadimplemento de quaisquer cláusulas contratuais.

Art. 4º Ficará o donatário responsável pela averbação dos acessórios no Cartório de Registro de Imóveis competente, bem como pelo registro do contrato para fins de desmembramento da área ora autorizada em doação da matrícula do imóvel maior da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

PORTARIA Nº 266, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 56 do Regimento Interno da SPU, aprovado pela Portaria GM/MP nº 152, de 5 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Abrir consulta pública com vistas a coletar contribuições ao texto do Termo de Adesão de Gestão de Praias, previsto no art. 14, da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015.

Art. 2º A minuta do termo está disponível para contribuições na página http://www.participa.br/consulta-publica-para-definicao-do-termo-de-adesao-da-gestao-de-praias/consulta-publica-termo-de-adesao-de-gestao-de-praias.

Parágrafo único. Acesso rápido poderá ser feito inclusive por smartphones em https://goo.gl/ZOyWPD.

Art. 3º A consulta pública será encerrada em 4 de dezembro de 2016.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

PORTARIA Nº 269, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO no uso de suas atribuições, e com fundamento no disposto no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2016, e no art. 30 do Anexo I ao Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Portal de Atendimento da Secretaria do Patrimônio da União, denominado e-SPU, canal de relacionamento com a sociedade para acesso aos serviços da Secretaria, disponível no endereço eletrônico http://e-spu.planejamento.gov.br.

Parágrafo único. O e-SPU tem como objetivos fundamentais:

I - facilitar o acesso do cidadão às instâncias administrativas;

II - simplificar os serviços prestados e melhorar a sua qualidade;

III - conferir maior transparência aos atos de gestão e fomentar o controle social da administração pública; e

IV - racionalizar métodos e procedimentos de controle e elevar a capacidade de gestão dos imóveis da União.

Art. 2º Os serviços disponibilizados no e-SPU poderão ser acessados:

I - diretamente pelo interessado, no endereço eletrônico do portal; ou

II - mediante atendimento presencial, nas unidades de atendimento ao público da Secretaria do Patrimônio da União.

§ 1º As unidades de atendimento da Secretaria do Patrimônio da União deverão orientar o público na utilização do e-SPU, preenchendo requerimentos ou emitindo certidões, e outros documentos, quando solicitado pelo interessado.

§ 2º No caso de atendimento presencial, o atendente da Secretaria do Patrimônio da União deverá fazer o registro do pleito no e-SPU.

§ 3º No caso de indisponibilidade do sistema, o atendente deverá receber a solicitação dos serviços em meio físico, para posterior registro no e-SPU.

Art. 3º Os requerimentos disponibilizados no e-SPU deverão ser instruídos com a documentação relacionada no respectivo formulário eletrônico.

§ 1º A Secretaria do Patrimônio da União poderá, a seu critério e conforme legislação pertinente, solicitar ao interessado a complementação da documentação apresentada.

§ 2º O interessado será notificado quanto às pendências eventualmente existentes:

I - exclusivamente por correio eletrônico, quando pessoa jurídica; e

II - por correio eletrônico ou por telefone, quando pessoa física.

§ 3º A notificação será encaminhada à conta de correio eletrônico informada pelo interessado e, quando realizada por telefone, deverá ser certificada nos autos pelo servidor responsável.

§ 4º O requerimento cujas pendências não forem resolvidas no prazo de sessenta dias será arquivado sem análise de mérito, dando-se ciência do arquivamento ao requerente.

Art. 4º Antes da tomada de decisão, a Secretaria do Patrimônio da União poderá exigir, a seu critério, a exibição do original de documento digitalizado e a comprovação da identidade do interessado.

Parágrafo único. A identidade do interessado poderá ser comprovada por comparecimento pessoal do interessado ou procurador, na unidade de atendimento da Secretaria do Patrimônio da União, ou suprida com o envio do requerimento assinado, com firma reconhecida.

Art. 5º As Superintendências do Patrimônio da União terão o prazo de 60 (sessenta dias) para cumprirem o estabelecido nesta Portaria, admitindo-se, durante esse período, a inserção direta dos requerimentos no Sistema Eletrônico de Informações do Ministério do Planejamento - SEI/MP, sem a necessidade de posterior registro no e-SPU.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria SPU/MP nº 154, de 12 de agosto de 2009.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 28, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999 e a Portaria SPU/MP 404 de 28 de dezembro de 2012, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04972.004602/2016-75, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita, ao Município de Governador Celso Ramos, CNPJ 82.892.373/0001-89, de espaço aquático com 515,73m², na Praia da Fazenda da Armação, cidade de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à construção do trapiche que requer obras imediatas de segurança e espaço para atracação, buscando a melhoria das condições de trabalho e da geração de renda dos pescadores no município, bem como para atender melhor os turistas e garantir a qualidade de vida da população, com destinação de uso público.

Art. 3º O prazo da cessão de uso será de 20 (vinte) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato de cessão.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explicita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o outorgado cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de Uso Gratuito.

Art. 6º Fica o outorgado cessionário obrigado a manter no imóvel, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS JOSÉ BAUER

PORTARIA Nº 31, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999 e a Portaria SPU/MP 404 de 28 de dezembro de 2012, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04972.206514/2015-25, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita, ao Município de Florianópolis, CNPJ 82.892.282/0001-43, de 5.506,45m² de área aquática e 365,28m² de área terrestre, totalizando 5.871,73m², na Praia do João Paulo, Bairro João Paulo, cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à construção de um trapiche, com destinação de uso público.

Art. 3º O prazo da cessão de uso será de 20 (vinte) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato de cessão.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explicita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o outorgado cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de Uso Gratuito.

Art. 6º Fica o outorgado cessionário obrigado a manter no imóvel, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS JOSÉ BAUER

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 4 de novembro de 2016

Processo n. 46222.007039/2016-10

Acolho a manifestação da Consultoria Jurídica, consubstanciada no PARECER N. 00641/2016/CONJUR-MTE/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO N. 05091/2016/CONJUR-MTE/CGU/AGU e, com fundamento no que consta nos autos do Processo Administrativo Disciplinar 46222.007678/2005-22, decido:

CONHECER do pedido de revisão apresentado pelo ex-servidor JOSÉ RIBAMAR LIRA DE OLIVEIRA, para, no mérito, INDEFERI-LO, em face da ausência de fatos novos que infirmem a punição imposta.

Remetam-se os autos à Corregedoria Seccional deste Ministério, para ciência e providências de sua competência.

Processo nº 47909.000195/2012-70

Acolho a manifestação da Consultoria Jurídica, consubstanciada no PARECER N. 00335/2016/CONJUR-MTE/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO N. 02237/2016/CONJUR-MTE/CGU/AGU e, com fundamento no que consta do Processo n. 47909.000195/2012-70, decido:

NÃO-CONHECER do recurso hierárquico apresentado pelo ex-servidor JOSÉ ERNESTO GALBIATTI e, em consequência, MANTER a decisão recorrida, por seus jurídicos e próprios fundamentos.

Processo n. 46215.024070/2015-23

Acolho a manifestação da Consultoria Jurídica, consubstanciada no PARECER N. 00607/2016/CONJUR-MTE/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO N. 05094/2016/CONJUR-MTE/CGU/AGU e, com fundamento no que consta no Processo nº 46215.024070/2015-23, compete ao Presidente da República instaurar e julgar processos disciplinares e aplicar as penalidades cabíveis, em desfavor de dirigente máximo de Autarquia ou Fundação Pública, pela eventual prática de atos irregulares no exercício das atribuições do cargo.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1.141, de 23 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 185, de 26 de setembro de 2016, Seção 1, páginas 109 a 111.

ONDE SE LÊ:

2. Direcionador Estratégico - Eficácia na proteção do trabalho

2.1. Objetivo Estratégica - Fortalecer a democratização nas relações do trabalho

2.1.1. Administração Central

Ação estratégica

Projeto de Gestão da Informação da Secretaria de Relações do Trabalho

Meta

80%

LEIA-SE:

2. Direcionador Estratégico - Eficácia na proteção do trabalho

2.1. Objetivo Estratégica - Fortalecer a democratização nas relações do trabalho

2.1.1. Administração Central

Ação estratégica

Projeto de Gestão da Informação da Secretaria de Relações do Trabalho

Meta

68%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 26 de outubro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve arquivar o ato administrativo publicado no DOU de 15/04/2016, nº. 72, Seção 1, p. 249, que arquivou o pedido de registro sindical 46203.003947/2012-39; e, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46203.003947/2012-39
Entidade	Sindicato dos trabalhadores em regime celetista da educação e atividade afins do estado do Amapá/AP
CNPJ	15.740.677/0001-33
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Amapá

Categoria Profissional: São representados pelo Sindicato os trabalhadores regidos pelo regime celetista que desempenham atividades relacionadas direta e indiretamente com o desenvolvimento do ramo educacional, tendo por base territorial o Estado do Amapá. Correspondem à categoria para fins de representação profissional: professores, serventes, merendeiras, cozinheiras, agentes de portaria, auxiliares de disciplina, atendentes, auxiliar administrativo, pedagogo, recepcionista, bibliotecário, telefonista, auxiliar de secretaria, serviços gerais e demais funções assemelhadas.

Em 27 de outubro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve DEFERIR o pedido de alteração estatutária formulado pelo Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (CNPJ 04.436.010/0001-25), para representar a categoria da indústria de aparelhos e componentes elétricos e eletrônicos, na base territorial estadual, no estado do Amazonas, nos termos da Portaria 326/20133.

Em 31 de outubro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho, tendo em vista a decisão liminar exarada no Processo Judicial 1006703-85.2016.45.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal da SJDF, que determinou a análise do recurso administrativo 46000.002257/2016-72, no uso de suas atribuições legais e com fundamento previsto no art. 53, da Lei 9.784/1999, resolve anular a NT 428/2016/CGRT/SRT/MTE, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2016, Seção 1, n.° 65, pg. 75, com base na NT 315/2016/GAB/SRT/MT e no poder de autotutela da administração pública; e, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de sindicato, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada a primeira publicação de registro ao SINDGUARDAS/SE - Sindicato de Guardas Municipais do Estado do Sergipe, CNPJ 12.808.434/0001-00, Processo 46221.004288/2012-30, para representar a categoria Profissional constituída pelos Guardas Municipais, com abrangência estadual em Sergipe, ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007, e Portaria 326/2013, publicada no DOU em 11 de março de 2013.

Em 1º de novembro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve anular o ato administrativo publicado no DOU n.º 236, do dia 05 de dezembro de 2014, seção 1, pág. 132, que arquivou o pedido de registro sindical 46207.004341/2014-42; e, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46207.004341/2014-42
Entidade	Federação dos Trabalhadores Autônomos de Cargas na Região Sudeste do Brasil- FETAC
CNPJ	19.648.734/0001-00
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Espírito Santo
Categoria Econômica	Categoria Econômica dos Transportadores Autônomos De Cargas

Em 3 de novembro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve RETIRAR a anotação do cadastro do SEEC-ABCD - SINDICATO DOS EMP. EM EDIF. E COND. RES. E COM. DO ABCD, CNPJ 67.180.729/0001-68, Processo 46000.016721/2002-11, publicada no DOU nº. 193, Seção 1, p. 67, retomando a representação da categoria dos Empregados em Edifícios e Condomínios Residenciais e Comerciais (Zeladores, Porteiros, Cabineiros, Vigias, Faxineiros, Serventes e Outros), no município de Mauá, no estado de São Paulo.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 323/2016/GAB/SRT/MTb, em prosseguimento ao cumprimento de decisão judicial, processo 0000179-50.2016.5.10.0007, procedente da 7ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região com adoção da seguinte medida: ANULAR a publicação do Diário Oficial da União - D.O.U - Seção I pág. 46 nº 152, que ARQUIVOU o Pedido de Registro Sindical, e PUBLICAR o Pedido de Registro Sindical referente ao SINAPESE - Sindicato dos Atletas Profissionais de Futebol do Estado de Sergipe, Processo 46221.000124/2013-14, CNPJ 13.735.631/0001-09, para representar a Categoria dos Atletas Profissionais de Futebol do Estado de Sergipe, com abrangência Estadual e base territorial no estado do Sergipe. Ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007, e da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento previsto no art. 53 da Lei 9.784/99 e na NT 322/2016/GAB/SRT/MTb, resolve anular a NT 60/2016/GAB/SRT/MTb; DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Profissionais da Área Instrumental do Governo - SIPAIG, para representar a categoria dos servidores públicos da Carreira dos Profissionais da Área Instrumental do Governo do Estado do Mato Grosso, composta pelos Técnicos da Área Instrumental do Governo, Agentes da Área Instrumental do Governo, Auxiliares da Área Instrumental do Governo, com base territorial no Estado do Mato Grosso, CNPJ 22.174.173/0001-69, processo administrativo 46211.003874/2015-29, com base no art. 25, I da Portaria 326/13; ANOTAR o SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS DE PRIMAVERA DO LESTE - SINSPP - LESTE, 05.145.182/0001-02, processo administrativo 46210.001882/2007-31; Sindicato Servidores Públicos Municipais Campo Novo do Parecis, CNPJ 08.844.586/0001-82, processo 46210.003359/2007-49; SISPUMA - Sindicato dos Servidores Públicos municipais de Aripuanã - MT, CNPJ 08.860.235/0001-65, processo 46210.001724/2008-61; SSP/GTÃ - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guarantã do Norte MT, CNPJ 11.283.104/0001-77, processo 46210.001753/2010-48; SISPCAMP - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Campo Verde; SINSEP - Sindicato dos Servidores Publicos Municipais de Nova Ubiratã, CNPJ 12.9876378/0001-00, processo 46210.000388/2011-35; SISPUMNB - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Bandeirantes, CNPJ 10.392.446/0001-62, processo 46210.006727/2010-14; SINSERPM-LRV - SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE, CNPJ 12.913.366/0001-30, processo administrativo 46210.000389/2011-80; SISPUMCONF - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Confresa/MT, CNPJ 09.569.108/0001-74, processo 46210.000245/2011-23; SISPUMSFA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Félix do Araguaia, CNPJ 14.315.783/0001-07, Processo 46210.002094/2011-48; SSPMC-MT - Sindicato Servidores Públicos Municipais de Canarana - MT, CNPJ 12.448.572/0001-17, processo 46210.000736/2011-74; SISPUMSC - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Carmem - MT, CNPJ 13.605.742/0001-92, processo 46210.000140/2012-55; SISPUMJ - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juscimeira - MT; SIMS - Sindicato dos Servidores Públicos Municipal de Sapezal-MT, CNPJ 06.120.815/0001-90, Processo 46210.001029/2012-86, para que excluam da sua representatividade para representar a categoria dos servidores públicos da Carreira dos Profissionais da Área Instrumental, comporta pelos Técnicos da Área Instrumental do Governo, Agentes da Área Instrumental do Governo, Auxiliares da Área Instrumental do Governo, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria 326/2013 e com base na NOTA TÉCNICA 321/2016/GAB/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical (RES) ao SINDSEP - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caucaia, Processo 46205.006429/2012-57, CNPJ 01.122.527/0001-51, para representar a categoria Profissional dos servidores dos Públicos Municipais de Caucaia - CE, com abrangência municipal, no município de Caucaia, no estado do Ceará/CE.

Em cumprimento à Decisão Judicial, Processo 718-22.2016.5.10.0005, procedente da 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46258.003446/2015-60
Entidade	Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Presidente Prudente e Região SINDICAM-PP
CNPJ	57.320.772/0001-28
Abrangência	Intermunicipal
Categoria Econômica	dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens

Base Territorial: São Paulo: Adamantina, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Dracena, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Flórida Paulista, Iepê, Indiana, Inúbia Paulista, Irapuru, João Ramalho, Junqueirópolis, Lucélia, Marabá Paulista, Mariápolis, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Monte Castelo, Nantes, Narandiba, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Pirapozinho, Pracinha, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Quatá, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sagres, Salmourão, Sandovalina, Santa Mercedes, Santo Anastácio, Santo Expedito, São João do Pau D'alho, Taciba, Tarabai, Teodoro Sampaio e Tupi Paulista

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46218.011418/2015-92
Entidade	SINDCAERS - Sindicato dos Condutores de Ambulância do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ	22.053.197/0001-60
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Rio Grande do Sul
Categoria Profissional	Profissional Diferenciada dos Condutores de Ambulância, nos termos do art. 28 da Lei n° 12.998 de 18 de junho de 2014

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 642, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando os termos do Memorando nº 2006/2016/DEPTRA/SEGES/MTPA, de 31 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo estabelecido no art. 3º da Portaria nº 436, publicada no DOU de 05/09/2016, que constituiu o Grupo de Trabalho com vistas a analisar e apresentar conclusões sobre pedido apresentado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o qual começou a contar da data de vigência da Portaria nº 2.884, de 04 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO FORTES MELRO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO

PORTARIA Nº 2.991, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O GERENTE DE OPERAÇÕES DE EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO - 121, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 3.378/SPO, de 20 de dezembro de 2013, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e nas Leis nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta do processo nº 00065.505120/2016-10, resolve:

Art. 1º Suspender cautelarmente o Certificado de Empresa de Transporte Aéreo (Certificado ETA) nº 2013-12-OXCA-01-00, emitido em 6 de dezembro de 2013, em favor da sociedade empresária COLT TRANSPORTE AÉREO S.A., determinada nos termos da decisão comunicada à interessada em 1º de novembro de 2016, por meio do FOP 121 nº 001/2016/GCTA/SPO/ANAC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

GERÊNCIA TÉCNICADE FATORES HUMANOS

PORTARIAS DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 670/SPO, de 19 de março de 2015, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 2.977 - Revalidar, até 5 de novembro de 2019, o credenciamento do médico LUIZ DE ALMEIDA DEMENATO, CRM-SP 31460, MC 31, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Av. Engenheiro Armando Arruda Pereira, nº 377, Jabaquara, São Paulo/SP para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª e 4ª classes. Processo nº 00065.017153/2016-15.

Nº 2.978 - Revalidar, até 5 de novembro de 2019, o credenciamento do médico PAULO DE ALMEIDA PAULO DEMENATO, CRM-SP 41367, MC 36, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Av. Engenheiro Armando Arruda Pereira, nº 377, Jabaquara, São Paulo/SP para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª e 4ª classes. Processo nº 00065.017154/2016-51.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

SAVIO VALVIESSE DA MOTTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.047, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.005542/2016-38 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa F. Andreis Neto - EPP, CNPJ nº 12.127.886/0001-18, com sede na Av. Arthur de Abreu, nº 29, 3º Andar, Conjunto 9, Sala 2, Centro Histórico, Paranaguá-PR, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação na navegação de apoio portuário exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.363-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.048, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.003112/2016-81 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar o empresário individual W. Aroucha - ME, CNPJ nº 05.489.216/0001-86, com sede à rua Joaquim Andrade, nº 97, Centro, Novo Aripuanã - AM, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços de transporte misto, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Região Hidrográfica Amazônica, entre os municípios de Manaus/AM e Porto Velho/RO, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.364-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.049, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.007477/2016-85, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de habilitação do projeto proposto pela empresa ITAPOÁ TERMINAIS PORTUÁRIOS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 01.317.277/0001-05, relativamente à ampliação do Terminal de Uso Privado - TUP, denominado Porto Itapoá, localizado na Av. Beira Mar 05, nº 2.900, bairro Figueira do Pontal - Itapoá/SC, outorgado por meio do Contrato de Adesão nº 031/2014-SEP/PR, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Lei nº 11.488, de 2007, na medida em que foram atendidos os requisitos constantes da Portaria nº 124/2013-SEP/PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.051, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.003242/2016-14, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Convalidar o ato praticado pela Autoridade Portuária, sem a aplicação de qualquer penalidade, relativamente à desincorporação patrimonial do bem pertencente à União, sob a guarda e responsabilidade do Porto do Recife S/A, de acordo com o Parecer Técnico de Vistoria, de 15/01/2016, consubstanciado no denominado "Posto de Guarda - Guarita Sul.

Art. 2º Determinar à Autoridade Portuária Porto do Recife S/A para que submeta à aprovação desta Agência o correspondente "Plano de Aplicação" dos recursos advindos da demolição do bem.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, para que, em articulação com a Unidade Regional do Recife - URERE, desta Agência, acompanhe o cumprimento acerca do ora deliberado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.055, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.008817/2016-95 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada à empresa T & G Navegação Offshore Ltda., CNPJ nº 21.939.743/0001-00, por meio do Termo de Autorização nº 1.238-ANTAQ e Resolução nº 4.401-ANTAQ, ambos de 9 de outubro de 2015, para operar como empresa brasileira de navegação - EBN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.056, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.009954/2016-47 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada à empresa Marno Serviços Técnicos Submarinos Ltda., CNPJ nº 16.217.606/0001-13, por meio do Termo de Autorização nº 312-ANTAQ e da Resolução nº 708-ANTAQ, ambos de 18 de janeiro de 2007, para operar como empresa brasileira de navegação - EBN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.057, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002319/2016-39 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Transnorte Transportes Aquaviários Ltda., CNPJ nº 90.959.149/0001-95, com sede na rua Dr. Álvaro Costa, Fundos, nº 226, bairro Centro, São José do Norte-RS, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de travessia em faixa de fronteira, Região Hidrográfica Atlântico Sul, Lagoa dos Patos, entre os municípios de Rio Grande-RS e São José do Norte-RS, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.365-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.058, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000176/2015-41 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Giro Navegação Ltda., CNPJ nº 15.249.449/0001-65, com sede na travessa Braga 101, A, sala 1, Barreto, Niterói, RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.366-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.059, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.005705/2016-82 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar a microempreendedora individual Sudomelia Pereira dos Santos 33214808400, CNPJ nº 24.404.763/0001-66, com sede na Av. Ferreira de Novaes nº 1.215, Centro, Pão de Açúcar-AL, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de travessia interestadual, na Região Hidrográfica do São Francisco, sobre o Rio São Francisco, entre o município de Pão de Açúcar - AL e a localidade de Niterói (Porto da Folha - SE), na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.367-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.060, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.004182/2016-57 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa I. Martins Costa & Cia Ltda. - ME, CNPJ nº 10.139.658/0001-32, com sede na rua I nº 338, Conj. Hiléia I, Redenção, Manaus, AM, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.368-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.061, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.007109/2016-37 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Nethunoz8 Serviços Marítimos e Ambientais Ltda. - EPP, CNPJ nº 18.386.115/0001-21, com sede na Rua Dom Gerardo, nº 63, Centro, Rio de Janeiro-RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.369-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.062, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta dos processos nºs 50300.000196/2003 e 50300.005602/2016-12 e tendo em vista o que foi deliberado na 412ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 118-ANTAQ, de 24 de junho de 2004, de titularidade da empresa Galáxia Marítima S.A., CNPJ nº 05.104.067/0001-90, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em decorrência de renúncia à autorização outorgada para prestação de serviços de transporte na navegação de apoio portuário, restando mantida a autorização para operar como EBN na modalidade de Apoio Marítimo.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 5.063, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001321/2009-61, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Reabrir o prazo fixado no Aviso de Audiência Pública nº 05/2016-ANTAQ, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 30 de setembro de 2016, de forma a possibilitar aos interessados o envio de contribuições para o aprimoramento da proposta de Norma que estabelece os novos procedimentos e critérios para a reversibilidade de bens nos Portos Organizados, incluindo a incorporação e desincorporação de bens da União sob a guarda e responsabilidade das administrações portuárias e seus arrendatários, até o dia 21 de novembro de 2016.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições do Aviso de Audiência Pública nº 05/2016-ANTAQ.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.064, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001590/2014-95, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração do contrato de adesão a ser firmado entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPAC, na qualidade de Poder Concedente, e a empresa ITAIPAVA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 27.078.567/0001-37, visando a exploração de instalação portuária na modalidade de Estação de Transbordo de Cargas - ETC, em área de 87.000,00m² (oitenta e sete mil metros quadrados), localizada no município de Manaus/AM, destinada à movimentação e armazenagem de granel sólido e carga geral, valendo-se do modal aquaviário, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815 e o Decreto nº 8.033, de 2013, bem como o disposto no Instrumento Convocatório de Anúncio Público nº 08/2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.065, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001151/2015-63, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração do contrato de adesão a ser firmado entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPAC, na qualidade de Poder Concedente, e a empresa F. H. de Oliveira Peixoto - EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 15.809.486/0001-80, visando a construção e exploração de instalação portuária na modalidade de Estação de Transbordo de Cargas - ETC, localizada no município de Porto Velho/RO, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815 e o Decreto nº 8.033, de 2013, bem como o disposto no Instrumento Convocatório de Anúncio Público nº 026/2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.068, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50301.002356/2015-56, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Julgar subsistente o Auto de Infração nº 1855-4, lavrado em 25/11/2015, em desfavor do Município de Armação dos Búzios, CNPJ nº 01.616.717/0001-02, eis que comprovadas a materialidade e autoria da infração capitulada no art. 36, XV, da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014, ressalvado o erro material do enquadramento da conduta infracional do interessado, que não inclui o art. 32, XXXVIII, da referida norma, o qual, contudo, não resultou em prejuízo à defesa da interessada.

Art. 2º Deferir a celebração de termo de ajustamento de conduta (TAC) que estabeleça o prazo de até 6 (seis) meses para o Município regularizar, perante a ANTAQ e o poder concedente, no bojo do processo nº 50300.010016/2016-90, de outorga, a exploração da instalação portuária identificada como Cais do Centro de Armação dos Búzios, como Instalação Portuária de Turismo (IPTur) de Apoio, nos termos da alínea "c" do inciso VI do art. 2º da Norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) que elabore a proposta do TAC de que trata o item anterior, cujo descumprimento pelo Município de Armação dos Búzios implicará o retorno dos presentes autos ao Diretor Relator, para as providências, nos termos do que estabelece a norma aprovada pela Resolução nº 3.259, e demais medidas cabíveis ao caso.

Art. 4º Determinar à SFC que proceda à verificação da existência de outras operações realizadas pelo imputado - Município de Armação dos Búzios - que não apenas aquela única ocorrida em 18/11/2015, objeto do Auto de Infração nº 1855-4, que tenham configurado ou possam configurar infração da ordem econômica, para fins de comunicação aos organismos federais de controle e de defesa econômica, nos termos do art. 31 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 5º Suspender a medida de interdição na via administrativa, durante o período de realização do TAC, sem que isso implique, no entanto, autorização para descumprimento de decisão judicial no âmbito da Medida Cautelar Inominada nº 0005163-912015.8.19.00.78.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.069, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000414/2016-06, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 412ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA (Revisão 3), com a inserção dos ajustes promovidos pela Superintendência de Outorgas - SOG, desta Agência, de modo a recomendar ao Poder Concedente a prorrogação ordinária do Contrato de Arrendamento nº 96/001/00, de 16 de abril de 1996, celebrado entre a Hermasa Navegação da Amazonia S/A e a Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia - SOPH, Autoridade Portuária do porto de Porto Velho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de novembro de 2016

Nº 26 - Processo nº 50314.001629/2015-12. Penalizada: Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG, CNPJ nº 01.039.203/0001-54. Objeto e Fundamento Legal: conhecer o recurso interposto, dada a sua tempestividade, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 250.000,00; pelo cometimento da infração capitulada no inciso XLI, do art. 32 da Norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 06/02/2014.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO DO GERENTE
Em 30 de outubro de 2016

Nº 109 - Processo nº 50305.002103/2015-42. Empresa Penalizada: Newton Wanderley Salomão - ME, CNPJ nº 13.058.947/0001-03. Objeto e Fundamento Legal: conhecer o recurso interposto, dada a sua tempestividade, e no mérito, dar-lhe provimento parcial, reformando a aplicação da penalidade de multa pecuniária para o valor total de R$ 2.935,31; pela prática das infrações tipificadas nos incisos II, IX, IV, XV, XXIII, VI e XXVII, do art. 20 da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ, de 23/11/2007.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 88, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Vincular à prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas, concedido à Ferrovia Transnordestina Logística S.A - FTL, os vagões PEC 607593-2 e HND 601726-6.

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade ao disposto na Deliberação nº 158/2010, alterada pela Deliberação nº 178/2016, e no que consta no Processo nº 50525.003655/2016-64, resolve:

Art. 1º Vincular 02 (dois) vagões registrados como PEC 607593-2 e HND 601726-6, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas concedido à Ferrovia Transnordestina Logística S.A - FTL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIAS DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.387443/2015-26, resolve:

Nº 89 - Art. 1º Retificar a Portaria SUFER n° 50, de 16 de agosto de 2016, a qual trata da autorização da ampliação do Pátio de Calambau, localizado no km 125+882 ao km 126+717,3, no município de Luziânia/GO, integrante do Corredor Centro Sudeste, sob responsabilidade da Concessionária Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA, alterando seu quadro anexo, de modo que onde se lê "Lançamentos Contábeis", leia-se "Quitação da obra".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.387444/2015-71, resolve:

Nº 90 - Art. 1º Retificar a Portaria SUFER n° 51, de 16 de agosto de 2016, a qual trata da autorização da ampliação do Pátio de Jardinópolis, localizado no km 316+175,9 ao km 315+747, no município de Jardinópolis/SP, integrante do Corredor Centro Sudeste, sob responsabilidade da concessionária Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA, alterando seu quadro anexo, de modo que onde se lê "Lançamentos Contábeis", leia-se "Quitação da obra".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.387445/2015-15, resolve:

Nº 91 - Art. 1º Retificar a Portaria SUFER n° 52, de 16 de agosto de 2016, a qual trata da autorização da ampliação do Pátio de Mato Seco, localizado no km 357+954 ao km 358+512, município de Mogi Guaçu/SP, integrante do Corredor Centro Sudeste, sob responsabilidade da concessionária Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA, alterando seu quadro anexo, de modo que onde se lê "Lançamentos Contábeis", leia-se "Quitação da obra".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.387450/2015-28, resolve:

Nº 92 - Art. 1º Retificar a Portaria SUFER n° 53, de 16 de agosto de 2016, a qual trata da autorização da ampliação do Pátio de Palestina, localizado no km 553+907,6 ao km 553+460, município de Uberaba/MG, integrante do Corredor Centro Sudeste, sob responsabilidade da concessionária Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA, alterando seu quadro anexo, de modo que onde se lê "Lançamentos Contábeis", leia-se "Quitação da obra".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.387438/2015-13, resolve:

Nº 93 - Art. 1º Retificar a Portaria SUFER n° 54, de 16 de agosto de 2016, a qual trata da autorização da ampliação do Pátio de Pirapitinga, localizado no km 48+390 ao km 49+240, município de Cumari/GO, integrante do Corredor Centro Sudeste, sob responsabilidade da concessionária Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA, alterando seu quadro anexo, de modo que onde se lê "Lançamentos Contábeis", leia-se "Quitação da obra".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.387440/2015-92, resolve:

Nº 94 - Art. 1º Retificar o quadro anexado à Portaria SUFER n° 55, de 16 de agosto de 2016, a qual trata da autorização da ampliação do Pátio de Uberaba, localizado no km 475+771,855 ao km 475+239, município de Uberaba/MG, integrante do Corredor Centro Sudeste, sob responsabilidade da Concessionária Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA, alterando seu quadro anexo, de modo que onde se lê "Lançamentos Contábeis", leia-se "Quitação da obra".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA Nº 2016/26
REUNIÃO ORDINÁRIA RESERVADA
REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2016

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na Sede Social da Empresa, na Estrada Parque Aeroporto, Setor de Concessionárias e Locadoras, Lote 5, Edifício Sede, em Brasília - DF, realizou-se reunião ordinária reservada do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero (CNPJ/MF nº 00.352.294/0001-10; NIRE nº 53500000356), sob a presidência de Fabiana Todesco, encontrando-se presentes os Conselheiros Antônio Claret de Oliveira, Carlos Vuyk de Aquino, Célio Alberto Barros de Lima, João Manoel da Cruz Simões e Paulo Henrique Possas. O Conselho de Administração, considerando a renúncia do Sr. Marçal Rodrigues Goulart da Diretoria de Gestão Operacional e Navegação Aérea, aprovou "a) o remanejamento do Diretor João Márcio Jordão da Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente para a Diretoria de Gestão Operacional e Navegação Aérea; e b) a eleição do Sr. Rogério Amado Barzellay, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 521040, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 239.507.901-44, residente na Rua T5 521, quadra 130, lote 1/2, apartamento 2602 - Setor Bueno, CEP: 74230-042, em Goiânia/GO, para a Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente, completando o mandato 2016/2019 - Voto nº 017/PR/2016-R, de 14.10.2016." Sendo este o único assunto a tratar, eu, ass.) Regina Maria Santos Rodrigues, Secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos Conselheiros. Ass.) Fabiana Todesco, Antônio Claret de Oliveira, Carlos Vuyk de Aquino, Célio Alberto Barros de Lima, João Manoel da Cruz Simões e Paulo Henrique Possas. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO (Livro nº 013, páginas nºs 075 e 076)." Certidão: Registrado na Junta Comercial do Distrito Federal em 01/11/2016, sob o nº 20160861802, Protocolo: 16/086180-2, de 24/10/2016. NIRE - 53500000356.

REGINA MARIA SANTOS RODRIGUES
Secretária

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 957, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o art. 6º do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014, a decisão do Conselho Superior do Ministério Público Federal, na 3ª Sessão Extraordinária de 2014, realizada em 22 de abril de 2014 e na 8ª Sessão Extraordinária de 2016, realizada em 04 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Distribuir 52 (Cinquenta e dois) ofícios do Ministério Público Federal conforme Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Publicar de forma consolidada a distribuição de ofícios do Ministério Público Federal, conforme o quadro seguinte.

UNIDADE	Nº DE OFÍCIOS	TOTAL
I - PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA	74	74
II - PROCURADORIAS REGIONAIS DA REPÚBLICA		
1ª Região	50	
2ª Região	47	
3ª Região	56	
4ª Região	44	
5ª Região	22	219
III - PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS		
ACRE	05	
Rio Branco		
Cruzeiro do Sul	01	06
ALAGOAS	12	
Maceió/União dos Palmares		
Arapiraca/Santana do Ipanema	04	16
AMAPÁ	06	
Macapá		
Laranjal do Jari	01	
Oiapoque	01	08
AMAZONAS	14	
Manaus		
Tabatinga	02	
Tefé	02	18
BAHIA		
Salvador	20	
Alagoinhas	01	
Barreiras	02	
Bom Jesus da Lapa	01	
Campo Formoso	01	
Eunápolis	01	
Feira de Santana	03	
Guanambi	02	
Ilhéus/Itabuna	03	
Irecê	01	
Jequié	02	
Paulo Afonso	02	
Vitória da Conquista	02	
Teixeira de Freitas	01	42
CEARÁ		
Fortaleza/Maracanaú	17	
Crateús/Tauá	01	
Itapipoca	01	
Juazeiro do Norte/Iguatu	03	
Limoeiro do Norte/Quixadá	02	
Sobral	02	26
DISTRITO FEDERAL		
Brasília	30	30
ESPÍRITO SANTO		
Vitória/Serra	13	
Cachoeiro do Itapemirim	02	
Colatina	01	
Linhares	01	
São Mateus	02	19
GOIÁS		
Goiânia/Aparecida de Goiânia	17	
Anápolis /Uruaçu	03	
Itumbiara	01	
Luziânia/Formosa	02	
Rio Verde/Jataí	02	25
MARANHÃO		
São Luís	13	
Bacabal	01	
Balsas	01	
Caxias	02	
Imperatriz	03	20
MATO GROSSO		
Cuiabá/Diamantino	12	
Barra do Garças	02	
Cáceres	03	
Juína	02	
Rondonópolis	02	
Sinop	02	23
MATO GROSSO DO SUL		
Campo Grande	10	
Corumbá	02	
Coxim	01	
Dourados	03	
Naviraí	02	
Ponta Porã/Bela Vista	03	
Três Lagoas	02	23
MINAS GERAIS		
Belo Horizonte	28	
Divinópolis	02	
Governador Valadares	02	
Ipatinga	02	
Ituiutaba	01	
Janaúba	01	
Juiz de Fora	03	
Montes Claros	03	
Manhuaçu/Muriaé	02	
Paracatu/Unaí	01	
Patos de Minas	02	
Passos/São Sebastião do Paraíso	02	
Pouso Alegre	02	
São João Del Rei/Lavras	02	
Sete Lagoas	02	
Teófilo Otoni	02	
Uberaba	02	
Uberlândia	03	
Varginha	01	
Viçosa/Ponte Nova	01	64
PARÁ		
Belém/Castanhal	12	
Altamira	04	
Itaituba	02	
Marabá	03	
Paragominas	01	
Redenção	02	
Santarém	03	
Tucuruí	02	29
PARAÍBA		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

João Pessoa	10	
Campina Grande	03	
Guarabira	01	
Monteiro	01	
Patos	02	
Sousa	02	19
PARANÁ		
Curitiba	21	
Apucarana	01	
Campo Mourão	01	
Cascavel/Toledo	03	
Foz do Iguaçu	09	
Francisco Beltrão	01	
Guaíra	02	
Guarapuava	02	
Jacarezinho	01	
Londrina	05	
Maringá	04	
Paranaguá	02	
Paranavaí	01	
Pato Branco	01	
Ponta Grossa	02	
Umuarama	02	
União da Vitória	01	59
PERNAMBUCO		
Recife	17	
Cabo de Santo Agostinho	02	
Caruaru	02	
Garanhuns/Arcoverde	02	
Goiana	01	
Petrolina/Juazeiro	03	
Salgueiro/Ouricuri	02	
Serra Talhada	01	30
PIAUÍ		
Teresina	10	
Corrente	01	
Floriano	01	
Parnaíba	01	
Picos	01	
São Raimundo Nonato	01	15
RIO DE JANEIRO		
Rio de Janeiro	51	
Angra dos Reis	02	
Campos dos Goytacazes	03	
Itaperuna	02	
Macaé	02	
Niterói	05	
Nova Friburgo	02	
Petrópolis/Três Rios	03	
Resende	02	
São Gonçalo/Itaboraí/Magé	04	
São João de Meriti/Nova Iguaçu/Duque de Caxias	06	
São Pedro D' Aldeia	02	
Teresópolis	01	
Volta Redonda/Barra do Piraí	04	89
RIO GRANDE DO NORTE		
Natal	12	
Assú	01	
Caicó	01	
Ceará-Mirim	01	
Mossoró	02	
Pau dos Ferros	01	18
RIO GRANDE DO SUL		
Porto Alegre	26	
Bagé	01	
Bento Gonçalves	02	
Cachoeira do Sul	01	
Canoas	02	
Capão da Canoa	01	
Caxias do Sul	03	
Cruz Alta	01	
Erechim	02	
Lajeado	01	
Novo Hamburgo	03	
Palmeira das Missões	01	
Passo Fundo/Carazinho	04	
Pelotas	02	
Rio Grande	02	
Santa Cruz do Sul	01	
Santa Maria/Santiago	03	
Santa Rosa	01	
Santana do Livramento	02	
Santo Ângelo	02	
Uruguaiana	02	63
RONDÔNIA		
Porto Velho	07	
Guajará-Mirim	02	
Ji-Paraná	03	
Vilhena	02	14
RORAIMA		
Boa Vista	07	07
SANTA CATARINA		
Florianópolis	12	
Blumenau	04	
Caçador	01	
Chapecó	02	
Concórdia	01	
Criciúma	03	
Itajaí/Brusque	04	
Jaraguá do Sul	01	
Joaçaba	01	
Joinville	05	
Lages	01	
Mafra	01	
Rio do Sul	01	
São Miguel do Oeste	02	
Tubarão/Laguna	02	41
SÃO PAULO		
São Paulo	47	
Andradina	01	
Araçatuba	02	
Araraquara	02	
Assis	01	
Barretos	01	
Bauru/Avaré/Botucatu	04	
Bragança Paulista	01	
Campinas	09	
Caraguatatuba	02	
Franca	02	
Guaratinguetá/Cruzeiro	02	
Guarulhos/Mogi das Cruzes	09	
Itapeva	01	
Jales	02	
Jaú	01	
Jundiaí	01	
Marília/Tupã/Lins	04	
Osasco	03	
Ourinhos	01	
Piracicaba/Americana	03	
Presidente Prudente	03	
Registro	01	
Ribeirão Preto	05	
Santos	08	
São Bernardo do Campo/Santo André/Mauá	04	
São Carlos	02	
São João da Boa Vista	01	
São José do Rio Preto/Catanduva	05	
São José dos Campos	03	
Sorocaba	03	
Taubaté	01	135
SERGIPE		
Aracaju/Estância/Itabaiana	11	
Lagarto	01	
Propriá	01	13
TOCANTINS		
Palmas	08	
Araguaína	02	
Gurupi	01	11
Total		863
QUADRO EFETIVO DE OFÍCIOS		1.156

Art. 3º O ofício de expansão distribuído à Procuradoria da República no Município de Campo Mourão foi redistribuído temporariamente à Procuradoria da República no Município de Guarapuava, conforme decisão do Conselho Superior do Ministério Público Federal ocorrida na 8º Sessão Ordinária, em 4 de outubro de 2016.

Art. 4º O ofício distribuído à Procuradoria da República em Município poderá ser deslocado provisoriamente para outra unidade indicada pelo Procurador-Chefe respectivo, após validação do Procurador-Geral da República, até que sobrevenha a efetiva instalação da unidade administrativa.

Art. 5º Por força do disposto no artigo 270 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e do artigo 10 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014, atualmente existem 9 (nove) ofícios de Procuradores Regionais da República distribuídos nas Procuradorias da República de 1ª Instância.

Parágrafo único. Na hipótese de vacância de ofício do Procurador Regional da República de que trata o caput, será redistribuído um ofício à Procuradoria Regional da República e um ofício, em caráter excepcional, à unidade de lotação do membro.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

ANEXO I

UF	UNIDADE	QUANTITATIVO
AL	Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares	1
AL	Procuradoria da República no Município de Arapiraca/Santana do Ipanema	1
AM	Procuradoria da República no Estado do Amazonas	2
AP	Procuradoria da República no Município de Laranjal do Jari	1
AP	Procuradoria da República no Município de Oiapoque	1
BA	Procuradoria da República no Município de Bom Jesus da Lapa	1
BA	Procuradoria da República no Município de Jequié	1
BA	Procuradoria da República no Município de Paulo Afonso	1
CE	Procuradoria da República no Estado do Ceará/Maracanaú	1
GO	Procuradoria da República no Município de Anápolis/Uruaçu	1
GO	Procuradoria da República no Município de Itumbiara	1
MA	Procuradoria da República no Estado do Maranhão	1
MA	Procuradoria da República no Município de Imperatriz	1
MG	Procuradoria da República no Município de Ituiutaba	1
MG	Procuradoria da República no Município de Janaúba	1
MG	Procuradoria da República no Município de Manhuaçu/Muriaé	1
MG	Procuradoria da República no Município de Teófilo Otoni	1
MT	Procuradoria da República no Município de Juína	1
PA	Procuradoria da República no Município de Altamira	1
PA	Procuradoria da República no Município de Itaituba	1
PA	Procuradoria da República no Município de Marabá	1
PA	Procuradoria da República no Município de Tucuruí	1
PA	Procuradoria da República no Estado do Pará/Castanhal	1
PB	Procuradoria da República no Município de Guarabira	1

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PB	Procuradoria da República no Estado de Paraíba	1
PE	Procuradoria da República no Município de Cabo de Santo Agostinho/Palmares	1
PE	Procuradoria da República no Município de Goiana	1
PE	Procuradoria da República no Município de Salgueiro/Ouricuri	1
PI	Procuradoria da República no Município de Corrente	1
PI	Procuradoria da República no Município de São Raimundo Nonato	1
PI	Procuradoria da República no Estado do Piauí	1
PR	Procuradoria da República no Município de Guarapuava*	1
RJ	Procuradoria da República no Município de Itaperuna	1
RJ	Procuradoria da República no Município de Macaé	1
RJ	Procuradoria da República no Município de Volta Redonda/Barra do Piraí	1
RN	Procuradoria da República no Município de Ceará-Mirim	1
RN	Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte	1
RO	Procuradoria da República no Município de Guajará-Mirim	1
RO	Procuradoria da República no Município de Vilhena	1
RR	Procuradoria da República no Estado de Roraima	1
RS	Procuradoria da República no Município de Palmeira das Missões	1
SC	Procuradoria da República no Município de Itajaí/Brusque	1
SE	Procuradoria da República no Município de Lagarto	1
SE	Procuradoria da República no Município de Propriá	1
SP	Procuradoria da República no Município de Andradina	1
SP	Procuradoria da República no Município de Campinas	1
SP	Procuradoria da República no Município de Marília/Tupã/Lins	1
SP	Procuradoria da República no Município de Osasco	1
SP	Procuradoria da República no Município de Registro	1
SP	Procuradoria da República no Município de São Carlos	1
SP	Procuradoria da República no Município de São José do Rio Preto/Catanduva	1
TOTAL		52

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

NOTÍCIA DE FATO 31-57.2016.1701
EMENTA. NÃO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE DADOS DETALHADOS OU SUPORTE PROBATÓRIO MÍNIMO. MATÉRIA ADMINISTRATIVA. ARQUIVAMENTO.

Feito instaurado a partir de notícia relativa ao não pagamento de indenização a militar. Ausência de dados detalhados ou de suporte probatório mínimo. Matéria eminentemente administrativa, sem reflexos criminais. Arquivamento determinado pelo PGJM.

Brasília/DF, 10 de outubro de 2016.
JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

NOTÍCIA DE FATO 164-81.2016.1105
EMENTA. SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PROCESSO SELETIVO. DESIGNAÇÃO PARA O DESTACAMENTO DE SEGURANÇA EM EMBAIXADAS DO BRASIL. ALEGAÇÕES DE BURLA NOS REQUISITOS DE ESCOLHA. SUPOSTO FAVORECIMENTO A MILITARES POR TRABALHAREM DIRETAMENTE COM OFICIAIS-GENERAIS. MATÉRIA ADMINISTRATIVA. IRRESIGNAÇÃO QUANTO À INTERPRETAÇÃO DE NORMAS INTERNAS DA MARINHA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE CRIME MILITAR. ARQUIVAMENTO.

Notícia de supostas irregularidades no processo de seleção de militares para participar do Curso Especial para o Destacamento de Segurança em Embaixadas do Brasil e posterior designação para servir no DstSEB. Alegações de favorecimento de militares que, embora não tenham atingido a pontuação necessária, teriam sido escolhidos em razão do fato de trabalharem diretamente com oficiais-generais. Matéria administrativa. Irresignação do noticiante para com a interpretação conferida pela Marinha a normas internas sobre a seleção de militares para o Destacamento de Segurança em Embaixadas. Competência da Justiça Federal para dirimir a controvérsia. Ausência de indícios de crime militar. Arquivamento determinado pelo PGJM.

Brasília/DF, 10 de outubro de 2016.
JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

NOTÍCIA DE FATO 174-73.2016.1106
EMENTA. NOTÍCIA ANÔNIMA. USO DE VIATURA COM FINALIDADE SUPOSTAMENTE PARTICULAR. AUSÊNCIA DE COMPORTAMENTO CRIMINOSO. UTILIZAÇÃO DO VEÍCULO PARA COMPARECIMENTO EM AUDIÊNCIA. AÇÃO JUDICIAL MOVIDA POR MILITAR. ARQUIVAMENTO.

Notícia anônima de uso de viatura com finalidade supostamente particular. Comparecimento do oficial-general em audiência judicial relativa a ação movida por militar. Ausência de comportamento delituoso a ser apurado. Arquivamento determinado pelo PGJM.

Brasília/DF, 10 de outubro de 2016.
JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

IPM 100-64.2016.7.01.0101
EMENTA. IPM. MOVIMENTAÇÃO INDEVIDA DE CONTA DE PENSIONISTA FALECIDA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE COMPORTAMENTO CRIMINOSO. POSSIBILIDADE DE SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA NO ÂMBITO CÍVEL.

ARQUIVAMENTO.

IPM instaurado para apurar a movimentação indevida de conta de pensionista falecida. Pedido de arquivamento sob o fundamento de possibilidade de aplicação do princípio da bagatela. Discordância da autoridade judiciária. Deliberação da CCR no sentido do oferecimento de denúncia. Ausência de indícios de comportamento delituoso. Constatação do óbito pouco tempo após o evento. Batimento realizado pela Marinha. Valores alegadamente utilizados para pagar despesas da pensionista. Possibilidade de solução da controvérsia no âmbito cível, com o ajuizamento de ação própria. Arquivamento determinado pelo PGJM.

Brasília/DF, 14 de outubro de 2016.
JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 140-46.2016.7.01.0101
EMENTA. IPM. SAQUE IRREGULAR DE PENSÃO APÓS FALECIMENTO DE BENEFICIÁRIA. COMUNICAÇÃO DO ÓBITO PELO INVESTIGADO. ASSINATURA DE TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. AUSÊNCIA DE DOLO. ARQUIVAMENTO.

Inquérito Policial Militar instaurado para apurar a suposta prática de estelionato por parte de filho de beneficiária de pensão militar, o qual teria efetuado saques em conta bancária após o falecimento de sua genitora. Pedido de arquivamento rejeitado pela autoridade judiciária. Comunicação do óbito à autoridade militar e assinatura de termo de confissão de dívida. Ausência de dolo na conduta do indiciado. Arquivamento determinado pelo PGJM, em consonância com deliberação unânime da CCR/MPM.

Brasília/DF, 14 de outubro de 2016.
JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA Nº 611, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

ICP n.º 08190.112965/16-98

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Primeira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que é direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, a existência de possíveis falhas no serviço de manutenção dos veículos prestados pela montadora Ssangyong, no Distrito Federal, notadamente no que concerne na ausência de peças de reposição em estoque nas redes autorizadas da marca, em infringência ao art. 32 do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO o decurso de prazo de tramitação desde Procedimento Preparatório e a necessidade de adoção de outras diligências e medidas investigatórias para melhor apuração dos fatos; resolve,

com suporte nas Leis Federais nºs 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, instaurar

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 1° Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto determina-se:

a) autue-se e registre-se esta Portaria;

b) encaminhe-se cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;

c) comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível do MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

PAULO ROBERTO BINICHESKI
Promotor de Justiça

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE DEFESA DOS DIRETOS DIFUSOS

PORTARIA Nº 25, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

A 2ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Diretos Difusos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve instaurar Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.212276/16-18 que tem como interessados a Administração Regional de Vicente Pires e Maria Nazaré Carvalho - EPP, a fim de apurar possível lesão ao Erário.

LIZ-ELAINNE DE SILVÉRIO E OLIVEIRA MENDES
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 610, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

ICP n.º 08190.112966/16-51

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Primeira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público informações sobre possíveis irregularidades por parte da TAM Linhas Aéreas S.A., em razão de suposta cobrança abusiva quando do reembolso de milhas resgatadas após cancelamento de passagens;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve,

com suporte nas Leis Federais n.ºs 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto determina-se:

1. Autue-se e registre-se esta Portaria;

2. Encaminhe-se cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. Comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

PAULO ROBERTO BINICHESKI
Promotor de Justiça

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

EXTRATO DE PAUTA
SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO, PREVISTA PARA 09/11/2016, ÀS 14H30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

022.871/2009-6
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre
Responsável: Andreia Maria Costa Santos
Representação legal: não há

023.400/2011-0
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Recorrente: Haroldo Barbosa Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: Deana da Conceição (OAB/DF 13.317) e outros, representando Haroldo Barbosa Filho

Ministro BENJAMIN ZYMLER

017.061/2005-2
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: Neudo Ribeiro Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: Marcelo Bruno Gentil Campos (OAB/RR 333-A) e outros, representando Neudo Ribeiro Campos; Diogo de Mendonça Melim (OAB/DF 35188) e outros, representando Wellington Lins de Albuquerque

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministro AUGUSTO NARDES

018.745/2016-4
Natureza: Representação
Representante: Lions Serviços Inteligentes Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: André Puppin Macedo (OAB/DF 12004) e outros, representando Lions Serviços Inteligentes Ltda-me

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

010.627/2013-8
Natureza: Monitoramento
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal; Departamento Penitenciário Nacional; Governo do Estado de Goiás
Responsável: Edemundo Dias de Oliveira Filho
Representação legal: Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366)

031.379/2011-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: 12º Batalhão de Suprimento, Comando do Exército
Responsáveis: Djalma Alves Cabral Filho; Edimar Nogueira Pereira; Francisco Nilton de Souza Junior; Gelson Coutinho dos Santos; Henrique dos Santos Botelho; Manoel Marques Filho; Osvaldo Venancio Cortez; Sérgio Paulo de Oliveira
Representação legal: Bárbara Dias Cabral (OAB/AM 7565), representando Djalma Alves Cabral Filho; Antonio de Pádua Aguiar (OAB/DF 29057), representando Manoel Marques Filho; Fernando Cezar Vernalha Guimaraes (OAB/PR 20738) e outros, representando Marcos Jose Zier; Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124668), representando José Adriano Tófoli, Francivaldo da Costa Gomes, Joelson Freitas de Jesus, Ilidio Jose Quintas Fernandes e Carlos Alberto Teixeira Ramos; Daniel Brunno de Melo e Sousa (OAB/PB 14278), representando Peterson Fileto Marinho; Dagmo Varela da Cunha, representando Francisco Nilton de Souza Junior e Jose Luiz Viana Bom Jardim da Silva; Cezar Augusto Skilhan Teixeira (OAB/RS 70046), representando Osmar Ribeiro Júnior; Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12250), representando Erick Correa Balduino de Lima

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

013.031/2014-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: não há

016.154/2016-9
Natureza: Representação
Representante: Sindicato dos Policiais Federais em Mato Grosso
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional/MT
Representação legal: Bruno Sá Freire Martins (OAB/MT 7362) e Francielle da Silva França (OAB/MT 21.230)

023.612/2016-9
Natureza: Representação
Representante: MFC Avaliação e Gestão de Ativos Ltda. - EPP
Órgãos/Entidades/Unidades: Companhia Energética de Alagoas; Eletrobrás Distribuição Piauí e Companhia de Eletricidade do Acre
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

025.621/2006-2
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Responsável: Ajácio Gomes Wanderley
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

011.302/2009-3
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Ailton Rosas Vivas
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ
Representação legal: Francisco de Assis Pessanha Filho (OAB/RJ 108.631) e outros, representando Ailton Rosas Vivas

017.894/2015-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Araripina/PE
Responsáveis: Cybele Lima Batista Arraes; Elisiane Alves de Carvalho; Eudes Costa de Holanda Junior; Hailton José Marques de Lima; Instituto Nacional de Tecnologia, Educação e Cultura - Inetec; José Adriano Brito dos Santos; Luiz Wilson Ulisses Sampaio; Luzia de Melo Felício; Luíza Francelino de Lima Sátiro; Nilva Porto Guilherme; Paulo Bruno Gonçalves Barros Leal; Raquel Barroso da Silveira; Ricardo Marcio Estanislau Pires - ME; Tradeware Serviços e Locações de Bens Ltda.; Wilson Xavier Sampaio Filho
Representação legal: não há

020.958/2013-7
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

024.025/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Resource Americana Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto de Tecnologia em Fármacos - MS
Representação legal: Andressa Lima Santoro (OAB/DF 32.694) e outros, representando Sonda Procwork

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

014.470/2015-2
Natureza: Monitoramento.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte.
Responsáveis: Alcino Reis Rocha, Alexandre Leonardo da Costa Silva, Cláudia Regina Bonalume, João Ghizoni, Maristela Medeiros das Neves Gonçalves, Newton Koji Uchida.
Representação legal: não há.

021.928/2014-2
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Representação legal: não há

025.228/2016-1
Natureza: Solicitação
Solicitante: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

020.128/2015-0
Natureza: Representação
Representante: Senado Federal
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Boa Vista/RR e Caixa Econômica Federal
Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e outros, representando Caixa Econômica Federal

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministra ANA ARRAES

003.193/2001-7
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Wigberto Ferreira Tartuce
Órgãos/Entidades/Unidades: Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal
Representação legal: Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando o recorrente
Interessado em sustentação oral:
- Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), em nome de WIGBERTO FERREIRA TARTUCE

009.212/2011-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Vinícius Leitão Machado, Humberto Ivar Araújo Coutinho, Alexandre Henrique Pereira da Silva, Arnaldo Benvindo Macedo Lima e Neuzelina Compasso da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Caxias/MA
Representação legal: Sofia Rodrigues Silvestre Guedes (OAB/DF 27.635) e outros
Interessado em sustentação oral:
- **Victor Matheus Scholze de Oliveira (OAB/DF 39.503),** em nome de HUMBERTO IVAR DE ARAÚJO COUTINHO

034.010/2011-4
Natureza: Pedido de Reexame (Auditoria)
Recorrentes: Fernando Martins Pereira da Silva e Henrique Duque de Miranda Chaves Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: Marilda de Paula Silveira (OAB/DF 33.954) e outros
Interessada em sustentação oral:
- Marilda de Paula Silveira (OAB/DF 33.954), em nome de ENRIQUE DUQUE DE MIRANDA CHAVES FILHO

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministra ANA ARRAES

015.601/2009-0
Natureza: Pedido de Reexame (Levantamento)
Recorrentes: Construtora Artec Ltda., Fahma Planejamento e Engenharia Ltda. e Construtora Gautama Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Distrito Federal.
Representação legal: Lincoln Magalhães da Rocha (OAB/DF 17.122)
Revisor: Ministro Raimundo Carreiro (17/2014)

Ministro BRUNO DANTAS

011.359/2009-6
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: José Edmar Brito Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Infraestrutura do Estado do Tocantins
Representação legal: Daniel Ayres Kalume Reis (OAB/DF 17.107), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros; Emmanuel Guedes Ferreira (OAB/DF 21.393); Gabriel Hernandez Coimbra de Brito (OAB/RS 71.530) e outro; Eduardo Han (OAB/DF 11.714) e outro.
Revisor: Ministro Benjamin Zymler (6/2016)

Ministro VITAL DO RÊGO

023.274/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Eduardo Tarcísio Brito Targino; Especifarma Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares; Hospfar Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda.; José Carlos Cativo Gedeão; Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho; Unicom Produtos Hospitalares Ltda. e Wagner de Barros Campos
Representação legal: Lincoln Magalhães da Rocha (OAB/DF 24.089); Marcus Vinicius Rosas (OAB/RJ 98.028); Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098) e Joel de Menezes Niebhur (OAB/SC 12.639)
1º Revisor: Ministro Benjamin Zymler (32/2014)
1º Revisor: Ministro Benjamin Zymler (8/2015)
2º Revisor: Ministro Bruno Dantas (24/2015)

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro BRUNO DANTAS

018.917/2013-5
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Recorrentes: Ministério Público Federal; Miécio Oscar Uchôa Cavalcanti Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: João Batista de Almeida (OAB/DF 2.067-A/S)
Revisor: Ministro Benjamin Zymler (3/2016)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

001.133/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Gurinhém/PB
Responsáveis: Claudino César Freire; Prestacon Prestadora de Serviços Construções Ltda. - ME; Robério Saraiva Grangeiro
Representação legal: Irio Dantas da Nóbrega (OAB/PB 10.025)

006.189/2011-3
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Joaquim de Freitas Ruiz
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Iracema/RR
Representação legal: Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885); Carlos Ney Oliveira Amaral (OAB/RR 200-A), representando Nataniel Machado; Warner Velasque Ribeiro (OAB/RR 288A), representando Soneto Construções Ltda

010.595/2016-3
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
Responsáveis: Marcelo Carrilho Pessoa; Marcos Arraes de Alencar; Romulo Maciel Fillho
Representação legal: Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo (OAB/SP 123916) e outros, representando Consórcio Biotec

017.387/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Militar
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Naval Marcílio Dias
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

009.489/2016-9
Natureza: Representação
Representante: Paulini Construções Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vera/MT
Responsáveis: Arlindo José Vogel; Joedson Amaral de Oliveira; José Guilherme de Amorim; Nilso José Vigolo; Pablo Junior Gonçales; Rhaíssa Estevão
Representação legal: não há

013.068/2016-4
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsável: Jose da Silva Tiago
Representação legal: Gustavo Marinho de Carvalho, (OAB/SP 246.900), e outros, representando Faixa Sinalização Viária Ltda.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

030.584/2014-0
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Fundação Nacional de Saúde; Ministério das Cidades; Município de Icó/CE e Município de Jaguaribe/CE.
Responsáveis: Carlos Alberto Julião da Cunha; Construtora Queiroz e Holanda Ltda. - ME; Francisco Diógenes Neto; Jose Jaime Bezerra Rodrigues Júnior; José Abner Nogueira Diógenes Pinheiro; Max Fabiane Macário Avelino; WM Construções Ltda.
Representação legal: Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas (OAB/PE 31.920), representando o Ministério das Cidades

034.896/2015-5
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Advocacia-Geral da União; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Responsáveis: Cristiano Rocha Heckert; Marcelo Daniel Pagotti; Secretaria de Tecnologia da Informação
Representação legal: não há

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

008.219/2016-8
Natureza: Representação
Representante: Barbosa de Sá, Marra e Alencastro Advogados Associados S/S
Órgão/Entidade/Unidade: Ativos S.A. Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Representação legal: Cínthia Tufaile (OAB/DF 38.555); Carolina Alencar Teixeira (OAB/DF 45.705) e outros, representando Ativos S.A. Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

012.171/2003-5
Natureza: Recursos de Reconsideração (Tomada de Contas)
Recorrentes: Volume Construções e Participações Ltda., José Vitor Pereira e Carlos Scherr
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Cardiologia
Representação legal: José Henrique Barbosa Moreira Lima Neto (OAB/RJ 83.795); Marcelo Beltrão da Fonseca (OAB/SP 186.461-A)

013.629/2016-6
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Casa Civil da Presidência da República
Representação legal: não há

020.036/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Luiz Fernando Maia (OAB/SP 67.217)
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Gestora de Ativos
Representação legal: Rayana Oliveira Castro e Silva (OAB/DF 49.183); Daniel Rodrigues Alves (OAB/DF 1.999) e outros

026.724/2012-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgãos/Entidades/Unidades: Comando da Marinha e Ministério da Defesa
Representação legal: não há

046.823/2012-3
Natureza: Prestação de Contas
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Sesi no Distrito Federal
Exercício: 21011
Responsáveis: Adonias dos Reis Santiago; Albano Esteves de Abreu; Antonio Rocha da Silva; Frederico Guelber Correa; Joao Ferreira dos Santos; Joao de Lima Cordeiro Filho; Jose Carlos Moreira de Luca; José de Ribamar Rodrigues Nogueira; Mauro Vendramini; Ney Francisco Lacerda Travassos; Paulo Sérgio Pereira; Roberto Mauricio Moraes; Rodolfo Peres Torelly; Suely Maria Silva
Representação legal: Anthony Fernando Moraes Santos (OAB/MT 17.209-E) e outros, representando Antonio Rocha da Silva; Getúlio Humberto Barbosa de Sá (OAB/DF 12.224), Inácio Bento de Loyola Alencastro (OAB/DF 15.083), Thadeu Gimenez de Alencastro (OAB/DF 31.021), Lucy Maragon Barbosa (OAB/DF 35.658), Emily Ariane Silva Souza (OAB/DF 35.658), Jorge Costa de Oliveira Neto (OAB/DF 41.242), Walladson Andrade de Sousa (OAB/DF 12.286), Rafael Alencastro Moll (OAB/DF 38.887), representando Departamento Regional do Sesi no Distrito Federal, Antonio Rocha da Silva e Adonias dos Reis Santiago

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

001.576/2014-3
Natureza: Embargos de Declaração (Pedido de Reexame)
Embargante: Gerardo de Freitas Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: não há

013.131/2005-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas)
Recorrente: Carlos Gomes Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: Herman Barbosa (OAB/DF 10.001), Lise Reis Batista de Albuquerque (OAB/DF 25.998) e outros

014.014/2009-1
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S. A.
Responsáveis: Fernando Luiz Prado de Moura e Eugênio Dezen
Representação legal: Renato Otto Kloss (OAB/RJ 117.110) e Rodrigo Alexander Calazans Macedo (OAB/RJ 123.041)

017.053/2015-3
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras S/A., Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, Ministério de Minas e Energia , Agência Nacional de Energia Elétrica e Empresa de Pesquisas Energéticas
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

010.022/2012-0
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Liberalino Ribeiro de Almeida Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu/PA
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Ana Carolina Mazoni (OAB/DF 31.606) e outros, representando Liberalino Ribeiro de Almeida Neto.

013.777/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal / Seção Judiciária do Estado do Acre
Responsáveis: Albuquerque Engenharia Importação e Exportação Ltda., Jayme Jesus Soeiro Filho, Luiz Otávio Campello Montezuma e Pedro Francisco da Silva
Representação Legal: Rudi Meira Cassel (OAB/DF 22.256), Jean Paulo Ruzzarin (OAB/DF 21.006) e Thales Rocha Bordignon (OAB/AC 2.160)

014.284/2013-8
Natureza: Revisão de Ofício (Aposentadoria)
Interessada: Izolete da Silva Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

016.919/2004-5
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Alter Alves Ferraz, substituído por seus herdeiros Tânia Borges Ferraz, Ana Maria Borges Ferraz de Melo, Carlos Augusto Borges Ferraz, Ivana Maria Cristina Borges Ferraz e Maria Cristina Borges Ferraz
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: Maria Abadia Pereira de Souza Aguiar (OAB/MT 2.906) e Carlos Roberto de Aguiar (OAB/MT 5.668)

018.425/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério do Turismo e Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais.
Responsáveis: Arthur Lopes Filho, Charles Lotfi e Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais
Representação legal: Thiago Bulhões Vianna de Cerqueira Leite (OAB/MG 85146) e outros, representando Arthur Lopes Filho e Charles Lotfi; Vinicius Dornellas Lott (OAB/MG 157.308) e outros, representando a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais

023.291/2015-0
Natureza: Administrativo
Interessado: Robens Silveira Nogueira
Representação legal: não há

024.385/2016-6
Natureza: Representação
Representante: Rio Mar Serviços de Segurança Empresarial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: Martha H. Moreira dos Santos, (OAB/PA 12.812)

028.315/2016-2
Natureza: Solicitação
Solicitante: Ministério de Estado da Transparência, Fiscalização e Controle
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

004.507/2015-0
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessada: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações
Representação legal: Mariana Félix Gonçalves de Mateus e outros, representando Agência Nacional de Telecomunicações

009.867/2013-9
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Maristela Aparecida Toledo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: Álvaro Carvalho Galvão Gomes de Mattos (OAB/RJ 158.946) e outros, representando Maristela Aparecida Toledo

023.837/2016-0
Natureza: Representação
Representantes: IT Alimentos Ltda.; Luger Multisserviços Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul
Representação legal: Alexandre Spezia (OAB/DF 20.555) e outros, representando IT Alimentos Ltda.; Felipe Brey Gomes, representando Luger Multisserviços Eireli; Tarso Lincoln Ferreira da Cunha, representando Cunha Locação Serviços e Construtora Ltda

Ministro VITAL DO RÊGO

014.955/2012-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Paracambi/RJ
Responsáveis: Adriana Nocchi dos Santos; Ana Paula Gaspar Pontes; Anamaria Carvalho Schneider; André Luiz Ceciliano; Anna Maria Guimarães Salgado; Eliane Ribeiro de Almeida; Fabiana Augusta Sanfilippo Cascardo; Fernando Augusto Cordeiro de Carvalho Filho; Glauber Bragança de Miranda; Irinaldo Cabral da Silva; Jairo Langoni Carvalho; Lea Regina Santos do Rego Barros; Leonardo Jacques da Costa Braga; Manoel Cezar Nobre dos Santos; Marcio Antonio Oliveira; Osmar Machado dos Santos Junior; Pedro Paulo Pires Robaço; Prefeitura Municipal de Paracambi RJ; Robert Antonio Ramiarina; Tarciso Goncalves Pessoa; Wagner Muniz Rocha e Wagner de Jesus Martins
Representação legal: Arthur Vieira de Lima e Adriana Peclat Santos (OAB/RJ 179.097)

015.696/2011-1
Natureza: Pedido de Reexame (Levantamento)
Recorrentes: Eurídice Maria Nóbrega e Silva Vidigal e Telmo Macedo Fontoura
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Maranhão
Representação legal: Helio Saul Mileski (OAB/RS 11.178); Matheus da Rocha Monte (OAB/MA 9.155); Daniele Meireles Doberstein de Magalhães (OAB/DF 41.997) e outros

033.800/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/Centro
Responsáveis: Francisco Guimarães Nascimento; Givandete Bezerra dos Santos; José Antônio Mantovani; Maria Lucia Lemos de Souza e Nedis Campos Yasbek
Representação legal: não há

033.940/2015-0
Natureza: Pedido de Reexame (Desestatização)
Recorrente: Agência Nacional de Energia Elétrica
Representação legal: Eduardo Estêvão Ferreira Ramalho

035.297/2012-3
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Eudes Costa de Holanda Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Administração do Ceará
Representação legal: Clóvis Alexandre de Arraes Alencar (OAB/CE 10.559) e outros

041.557/2012-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Maranhão
Responsáveis: Francisco Augusto Pereira Desideri; Gerardo de Freitas Fernandes; José Ribamar Tavares; Maurício Hasenclever Borges; Planurb Planejamento e Construcoes Ltda e Wolney Wagner de Siqueira
Representação legal: David Levistone da Silva e Souza Júnior (OAB/GO 29.271); David Levistone da Silva e Souza (OAB/GO 11.750); André Guimarães Cantarino (OAB/MG 116.021); Frederico Gomes Dares (OAB/MG 119.889); Lucas de Castro Bregunci (OAB/MG 126.040) e Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (OAB/PE 14.265)

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

008.286/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Peigon Produções Culturais Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: Fabrício Correa de Aquino (OAB/DF 18.486) e Augusto Gomes Pereira (OAB/DF 31.291), representando Peigon Produções Culturais Ltda.; e Dalmo Rogério Souza de Albuquerque (OAB/DF 10.010), Raphael Rabelo Cunha Melo (OAB/DF 21.429); Roseli Dias Valentin (OAB/DF 24.068), e outros à peça 43, representando Premier Eventos Ltda.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

019.348/2014-2
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
Responsáveis: Bank Log do Brasil Ltda. e Sétima do Brasil Ltda.
Representação Legal: Leonardo Barbosa Rocha (OAB/GO 20.876); Valter Nogueira da Silva e outros, representando Sétima do Brasil Ltda.; Willer Reggys Vilela e Silva e outros, representando Bank Log., e Carlos Fernando Correia da Costa e outros, representando Indústrias Nucleares do Brasil S.A.

026.298/2015-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Comitê Olímpico Brasileiro
Representação legal: não há

046.095/2012-8
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE; Caixa Econômica Federal; Ministério do Turismo
Responsáveis: Geraldo Bandeira Accioly; Francisco Humberto de Carvalho Júnior
Representação legal: Rafael Klautau Borba Costa (OAB/DF 38871) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Alanna Castelo Branco Alencar (OAB/CE 6854) e outros, representando Geraldo Bandeira Accioly e Francisco Humberto de Carvalho Júnior

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

012.062/2014-6
Natureza: Embargos de Declaração (Representação)
Embargante: Employ Comércio e Serviço - EIRELI - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: 31º Grupo de Artilharia de Campanha - Escola
Representação Legal: Dennys Portugal Ribeiro, (OAB/RJ 117.610)

020.031/2016-5

Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Fundação Espírito Santo Turismo e Eventos; Associação Brasileira de Agentes de Viagens do Espírito Santo; Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Espírito Santo; Instituto Capixaba de Pesquisa; Município de Vitória/ES
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

010.546/2009-4
Natureza: Levantamento
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsáveis: Abb Ltda.; Ademar Kiyoshi Itakussu; Agnello A. Simões de Almeida; Alexandre Siqueira; Antonio Lourival Marques de Oliveira; Armando Silva Almeida; Asley Monteiro de Barros; Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.; Bueno Engenharia e Construção Ltda.; Camargo Corrêa Equipamentos e Sistemas S.A.; Carlos Roberto Ertel; CBC Indústrias Pesadas S.A.; Cegelec; Chicago Engenharia, Const. e Com. Ltda.; Cid Mello Maciel; Clarice Regina Czarnik Coelho Martins; Cláudio Roberto Lima do Rego; Clóvis de Almeida Júnior; Conenge Construções e Engenharia Ltda.; Confab Industrial S.A.; Confab Montagens Ltda.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS Ltda.; Construtora Passarelli Ltda.; Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Consórcio ABB/Cegelec/MHA; Consórcio Camargo Correa/Weg/Sênior; Consórcio CBC/MIP; Consórcio Conenge/Elco; Consórcio Conpar; Consórcio Interpar; Consórcio Montcalm/Slovenské Enegetické Strojárne; Consórcio Passarelli/Gel; Consórcio Skanska/Engevix; Consórcio Vwsb/Enfil; Contreras Engenharia e Construções Ltda.; César Arantes Sobral; David Eduardo Bastos de Sousa; Denise Barros Souto; Edgar Yoshio Kuwabara; Eduardo Luiz Silvério Guardalbem; Elco Engenharia de Obras Ltda.; Emerson de Souza Telles; Enfil S.A. Controle Ambiental; Estefano Lapkousky Neto; Fabio de Moura Villela; Fabrício dos Santos Benazzi; Fernando Almeida Biato; Francisco Fernandes Filho; George Wilson Melco; Gerson Baggio; Goetze Lobato Engenharia Ltda.; Grazziella Muziol Morosko Granemann; Guilherme Saber de Assis; Ilson Paulo Castelo de Barros; Ivan Llia Baltoski; James Hahnemann; Jaraguá Eng. e Inst. Industriais S.A.; Jefferson de Alencar Ponciano Ramos; Jorge Assis da Cruz; José Airton de Oliveira; José Filipe Silveira; José Francisco Martins; José Paulo Assis; José Ricardo Ribeiro da Silva; José Sérgio Gabrielli de Azevedo; João Bosco Santini Pereira; João Carlos Loss; Júlio Hedilberto Ludwig Júnior; Luis Alberto Spagnolo; Luiz Alberto Martins de Miranda; Luiz Alberto de Oliveira Miranda; Luiz Antônio Scavazza; Marcello Lima Galvão; Marcelo Joecil da Rosa; Marco Tullio Jennings; Maria Carmela Nadai de Almeida; Maria Emilia Guimarães Lovato Santos; Maurício de Freitas Costa; Mendes Junior Trading e Engenharia S.A.; MHA Engenharia Ltda.; MIP Engenharia S.A.; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.; Mário Márcio Castrillon de Aquino; Nayef Jamil El Borni Zeina; Nilson Ferreira Duarte; Normatel Engenharia Ltda.; Paulo César Messina Fragoso; Paulo Ruiz; Pedro José Barusco Filho; Petrobras S.A.; Reginaldo Miras Bueno; Renato de Souza Duque; Reynaldo do Nascimento Pereira; Ricardo Zorron Cavalcanti; Rodrigo Avelino Mesquita dos Santos; Rodrigo Ricetti Cochoa; Rogério Ferreira de Araújo; Rogério Ferreira de Araújo; Rosa Akie Stankewitz; Rosecléa Kasczeszen; Sandoval Dias Aragão; Setal Óleo & Gás S.A.; Silvio Linhares Filho; Sérgio de Araújo Costa; Sérgio dos Santos Arantes; Sênior Engenharia e Serviços Ltda.; Tadeu Elieser Bezerra Freitas; Tarcisio Secioso de Sá; Tarcisio Taraszkiewicz; UTC Engenharia S.A.; VWS Brasil Ltda. - Veólia; Vinicius Felipe May; Vinicius de Souza Melo; Waldemir Correa Terra Júnior; Weg Equipamentos Elétricos S.A. e Willians Marlon de Jesus
Representação legal: Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015), Thiago Senna Leônidas Gomes (OAB/DF 34.269), Maria Angela Hebisz Catani (OAB/SP 131.763), Vitor Nunes Lima (OAB/SP 328.041), Eduardo Luiz Ferreira Araújo de Souza (OAB/RJ 140.563), Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Wiliam Simoes Cerqueira (OAB/SP 243.780), Rodrigo Centeno Suzano (OAB/SP 202.286), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Anapaula Catani Brodella Nichols (OAB/SP 87.362), Adriano Daleffe (OAB/PR 20.619), Natasha Pereira Wiedmann (OAB/DF 38.544), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Polyanna Ferreira Silva Vilanova (OAB/DF 19.273), Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Ésio Costa Júnior, Antonio Carneiro Maia Neto (OAB/RJ 138.278), Jean Guilherme Arnoud Deon (OAB/DF 44.764) e outros

016.063/2016-3
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte
Responsável: Leonardo Carneiro Monteiro Picciani
Representação legal: não há

019.608/2016-0
Natureza: Consulta
Consulente: Superintendência Estadual do Ibama no Estado do Ceará
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

027.987/2015-9
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual no Amazonas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Responsável: Mário Lúcio da Silva Reis
Representação legal: não há

031.081/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Urucurituba/AM
Responsável: Sildovério Almeida Tundis
Representação legal: não há

036.031/2012-7
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Distrito Federal
Responsáveis: Aguinaldo Lelis; Heberth Gualberto de Souza; Paulo Severo Fraga Rios; Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal; ACJ Construções e Incorporações S.A. e Mendes Junior Trading e Engenharia S.A.
Representação legal: Marcus Vinícius Labre Lemos de Freitas (OAB/GO 14.282) e outros, representando ACJ Construções e Incorporações S.A.; Paulo Roberto Machado Cunha (OAB/DF 13.635) e outros, representando Aguinaldo Lelis e Maria Elizabeth Martins da Costa (OAB/MG 32.434) e outros, representando Mendes Junior Trading e Engenharia S.A.

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

019.677/2013-8
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades
Responsável: Inês da Silva Magalhães
Representação legal: Rodrigo Numeriano Duborcq Dantas (OAB/DF 31.920)

Em 4 de novembro de 2016
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DE PAUTA
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA RESERVADA DE PLENÁRIO, PREVISTA PARA 09/11/2016, ÀS 14H30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

003.951/2016-2
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

026.414/2016-3
Natureza: Administrativo
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

027.728/2007-6
Natureza: Denúncia
Representação legal: Isadora Gonçalves Fonseca e outros; Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762) e outros; Armenio de Oliveira dos Santos (OAB/RS 48458)

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

023.284/2010-2
Natureza: Denúncia
Representação legal: Roberto Postiglione de Assis Ferreira Junior (OAB/DF 1.949A); Daniela Borges Freitas (OAB/GO 33.841)

031.884/2014-8
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

021.794/2016-2
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

026.867/2016-8
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

033.547/2015-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

023.913/2016-9
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministra ANA ARRAES

022.995/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Representação legal: Edson Amâncio de Sá (OAB/MG 67.684) e Lauro de Tassis Cabral (OAB/MG 66.350)

Em 4 de novembro de 2016
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

1ª CÂMARA

ATA Nº 38, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016
(SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Primeira Câmara, em Substituição: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 15 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença do Ministro Benjamin Zymler, dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas) e Weder de Oliveira e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado. Ausentes, em férias, o Ministro José Múcio Monteiro e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti e, em missão oficial, o Ministro Bruno Dantas

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata n.º 37, referente à Sessão realizada em 18 de outubro de 2016.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-003.960/2015-3, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- TC-014.413/2016-7, TC-014.418/2016-9, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- TC-002.357/2014-3, TC-005.702/2013-5, TC-008.658/2013-7, TC-012.687/2016-2, TC-012.688/2016-9, TC-014.299/2012-7, TC-015.196/2013-5, TC-017.377/2015-3, TC-019.028/2016-4, TC-019.030/2016-9, TC-019.040/2016-4, TC-023.624/2013-2, TC-023.771/2016-0, TC-024.712/2016-7, TC-024.700/2016-8, TC-027.117/2013-8, TC-027.512/2016-9, TC-027.517/2016-0, TC-028.089/2016-2, TC-028.090/2016-0, TC-028.091/2016-7, TC-028.126/2016-5, TC-028.140/2016-8, TC-028.659/2016-3, TC-028.719/2016-6, TC-028.736/2016-8 e TC-032.956/2014-2, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro; e

- TC-028.864/2016-6, TC-028.888/2016-2, TC-029.769/2015-9, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 6554 a 6661.

RELAÇÃO Nº 34/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 6554/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.491/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caronni Trindade Camargo (909.538.191-91); Johnata da Cruz Matos (000.555.083-16); Reginaldo da Silva Ferreira (635.175.741-04); Renata Souza Martins (070.998.456-16); Ronnie Tercio Dias de Mendonça (040.844.124-06); Suene Dias de Sousa (727.335.191-15)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6555/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal constantes deste processo, e fazer a determinação relacionada no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.070/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Tiago Ferreira Bittencourt (025.752.025-23); Wedson Gomes de França (246.141.903-59)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao órgão de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 6556/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.718/2016-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Julio Pereira da Cunha (262.972.487-53)
1.2. Órgão/Entidade: Imprensa Nacional
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6557/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.731/2016-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Celestina Pereira da Silva Miranda (576.252.475-20)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6558/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92; arts. 143, inciso II, e 260, § 5º do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão relacionado no item 1.1, e em considerar prejudicado por perda de objeto o ato de concessão referente ao instituidor José Pinto de Azevedo (335.833.587-91), tendo em vista que seus efeitos financeiros se exauriram antes de seu processamento pela Corte, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.190/2016-4 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Adalgisa Rodrigues Mota (865.910.107-34)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6559/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno e com o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão relacionado no item 1.1; e em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato relacionado no item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.272/2016-4 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessada: Noêmia Santos de Almeida Silva (939.678.029-49)
1.2. Interessado: Accacio Silva (102.435.939-53)
1.3. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6560/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno e com o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão relacionado no item 1.1; e em prejudicado, por perda de objeto, o ato relacionado no item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.273/2016-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessada: Marina Messias da Silva (106.180.817-39)
1.2. Interessado: Adhemar Vicente da Silva (110.409.047-34)
1.3. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6561/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno e com o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão relacionados no item 1.1; e em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato relacionado no item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.291/2016-9 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Aurino Luiz da Silva (018.713.514-21); Maria Freire da Silva (875.469.734-49)
1.2. Interessado: Antonio Luiz da Silva (039.512.004-72)
1.3. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6562/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.701/2016-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Augusto Cesar Lobato Posada (347.246.217-53); Fernando Menezes Botelho (496.060.507-34); Gabriel de Souza Costa (594.709.417-72)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6563/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.716/2016-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Flávio Luiz Giacomazzi (154.673.099-00); Francisco Abdoral Rocha Coelho (181.115.487-53); Francisco Cavalcante dos Santos (058.880.003-10)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6564/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.719/2016-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: José Augusto Bahia da Silva (059.017.663-34); José Carlos Cardoso (105.159.417-00); José Cleto dos Santos (348.119.157-04)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6565/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.161/2016-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Artur Pereira de Castro (086.314.332-68); Carlos Magalhães da Silva (605.102.937-00); Carlos Magno da Silva (083.220.662-87); Carlos Mendes Leite (663.006.737-15); Carlos de Assis Nascimento (157.385.315-15); Celso Elly da Silva Vollaro (591.630.547-87); Celso Paula Gomes (592.111.807-91); Cícero Vieira Neto (278.335.774-72); Durval da Silva (553.278.857-04); Ednaldo Belo Pereira (533.949.257-53)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6566/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.270/2016-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Ginaldo José de Lemos (278.323.504-82); Hilton Ribeiro Trescatte (604.282.287-04); Honório Cantanheide Neto (033.802.117-53); Isaías Ribeiro Lima (630.650.297-15); Isaías Veríssimo dos Santos (611.188.507-34); Ivo dos Santos (185.880.935-53); Izelia Volpato da Rocha (609.699.627-20); Jacinto Pinto da Cruz (200.937.051-15); Jairo Arruda Gurgel (058.684.327-20); João Carlos Bentes do Nascimento (585.833.007-04)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6567/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.273/2016-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: José de Arimatéia Pinto (002.505.893-20); José Carlos Vilhena (506.981.687-04); José Carolino Filho (164.431.873-34); José Edivaldo Lima Macêdo (104.347.552-49); José Edson Mendes (060.817.707-53); José Eduardo Moreira da Silva (253.597.620-04); José Eduardo Santos (668.467.817-49); José Evaristo da Silva (715.533.397-20); José Fernandes Soares (018.532.104-63); José Ferreira dos Santos (004.133.645-34)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6568/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.278/2016-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Manoel Luiz de Carvalho Neto (200.226.894-00); Marco Antonio Ferreira de Paula (604.976.457-34); Marcos Antonio Soares da Rocha (607.790.717-00); Marcos Antonio de Oliveira (600.887.297-53); Marcos Cabral de Gouveia (194.323.484-15); Margareth Regina Santos Sá Freire de Souza (583.173.177-49); Maria Aparecida do Nascimento (609.452.497-72); Maria da Glória Baptista de Mello (741.110.867-72); Maria de Fátima de Lima Freire dos Santos (522.732.457-34); Márcia Regina Gonzalez (598.511.717-00)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6569/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.282/2016-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Raizaura Brito Pauferro (103.780.062-15); Reginaldo Marques Sant'anna (585.667.407-34); Reginaldo Souza Cruz (551.540.777-68); Reginaldo Tertulino da Silva (198.208.445-68); Renato Filgueiras de Moraes Filho (548.524.637-00); Renato de Souza (714.748.207-78); Ricardo Arruda dos Santos (596.651.737-15); Ricardo Jafe Teixeira de Moura (596.652.387-87); Riomar Barbosa (200.937.991-87); Roberes Vieira de Melo (194.298.944-04)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6570/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.287/2016-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Valéria de Andrade Costa (511.621.137-15); Valério de Souza (659.689.487-87); Vicente Rodrigues de Souza (605.037.007-97); Vitor Souza da Silva (159.429.535-20); Wagner da Silveira Castro (582.383.797-68); Waldacy Quirino Dantas Baptista (607.754.837-53); Wanderlei Gomes da Silva (592.596.127-72); Wanderley Araujo de Sousa (722.261.297-15); Washington Luiz Silva Lima (598.357.297-00); Wilson Nazareth de Sá Filho (601.223.747-20)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6571/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, "a", do Regimento Interno, em julgar as contas de Ângela Pinto de Carvalho e Ruyvaldo Correia Sales, regulares com ressalva, dando-lhes quitação, adotar a seguinte medida e fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer emitido nos autos:

1. Processo TC-022.515/2013-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)
1.1. Responsáveis: Bruno Moreira de Carvalho (690.481.852-20); Osvaldo Veiga (040.383.982-34); Ruyvaldo Correia Sales (115.089.812-72); Ângela Pinto de Carvalho (203.093.092-04)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Rondônia1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).
1.6. Representação legal: não há.
1.7.1. Medida: dar ciência ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Rondônia (NEMS/RO) acerca das seguintes impropriedades/irregularidades observadas na apreciação das presentes contas:
1.7.1.1. subitem 2.1.1.1 - ausência de providências quanto à manutenção preventiva da sede Unidade Jurisdicionada, bem como ausência de inciativas com vistas à obtenção de local adequado ao funcionamento da Unidade, em razão da precariedade e insalubridade da atual sede;
1.7.1.2. subitem 2.1.1.2 - ausência de avaliação do imóvel (sede da UJ) para comprovação da compatibilidade dos alugueis pagos com os valores praticados no mercado, tendo contrariado orientações da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde;
1.7.1.3. subitem 5.1.2.1 - descumprimento dos prazos previstos no art. 7º da IN/TCU nº 55/2007 para fins de registro dos atos de pessoal no SISAC;
1.7.1.4. subitem 5.2.1.1 - servidores com parcela de devolução ao erário interrompida ou com prazo e/ou valor alterados.
1.7.2. Determinar ao NEMS/RO que acompanhe detidamente as ações judiciais interpostas pelos servidores afetados pelo Acordão 2.161/2005-P, informando, no Relatório de Gestão, com o detalhamento que o caso requer (números dos processos, beneficiários, planos econômicos abrangidos, estágio atualizado dos processos, etc), o andamento dos processos judiciais, fazendo cessar os pagamentos, tão logo verificada a conclusão das ações em favor da União, com vistas ao fiel cumprimento da deliberação do Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 6572/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à representante e ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/MA:

1. Processo TC-023.453/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Cequipel Indústria de Móveis e Comércio de Equipamentos Gerais Ltda. (00.325.400/0007-62)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Luís - MA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 27/2016 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 6573/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.578/2015-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adilson dos Santos (131.260.837-49)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Órgãos Extintos - Depex/SE/MP
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas que disponibilize no SISAC, no prazo de 30 (trinta) dias, o ato de aposentadoria do inativo Moacir Souto Maior (CPF 014.987.032-91) para apreciação pelo Tribunal, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa-TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 6574/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, exceto o ato relativo a Maria José do Nascimento e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.580/2014-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria José Generoso Justo (014.357.558-98); Maria José do Nascimento (637.532.008-91); Marinalva de Oliveira Freire (012.798.258-20); Marisa Argentina da Silva Nalywajko (008.167.418-08); Mauricio Oliveira de Paula Leite Camargo (833.369.238-91)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que realize diligência junto ao órgão de origem para que seja enviada a cópia da documentação que embasou o reconhecimento da contagem ponderada de 1 ano, 8 meses e 5 dias, a título de atividade insalubre, no ato da inativa Maria José do Nascimento.

ACÓRDÃO Nº 6575/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.177/2007-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Moacir Souto Maior (014.987.032-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6576/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 6º, do Regimento Interno, em efetuar as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.739/2009-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: João Carlos Waltrich (064.967.179-15); João Carlos Waltrich (064.967.179-15); Maria D' Aparecida Cordeiro (171.511.049-87); Maria D'aparecida Cordeiro (171.511.049-87); Marilu Silveira (155.769.909-78)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. à Universidade Federal do Paraná, para que:
1.7.1.1. nos termos do inciso II do art. 250 do RITCU, instaure, no prazo de 15 (quinze) dias, processo administrativo com vistas à exclusão da vantagem denominada URP dos proventos do inativo João Carlos Waltrich (064.967.179-15), bem como ao ressarcimento dos valores indevidamente recebidos desde a ciência do Acórdão 5.364/2009-1ª Câmara, que julgou ilegal o ato de aposentadoria do interessado, franqueando seu direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme decidido no Mandado de Segurança nº 5012087-12.2014.4.04.7000 da 2ª Vara Federal de Curitiba-PR;
1.7.1.2. emita e disponibilize no SISAC, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de aposentadoria em favor do inativo João Carlos Waltrich (064.967.179-15), escoimado da irregularidade verificada no Acórdão 5.364/2009-1ª Câmara, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;
1.7.2. à Sefip, para que:
1.7.2.1. monitore o cumprimento do item 1.7.1, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;
1.7.2.2. dê ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado e ao interessado, encaminhando-lhes cópia da manifestação que lhe serviu de fundamento.

ACÓRDÃO Nº 6577/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.505/2012-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Wilon Evelin Soares (003.058.713-15); Manoel Messias de Medeiros (041.759.643-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Teresina/PI
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6578/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.387/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lucia Maria Rosa de Oliveira (113.497.271-72); Maria Ilene Bispo de Oliveira (221.254.691-20); Sebastiana Nunes Barbosa (151.806.701-87); Terezinha Eliana Gomes (116.484.141-68); Veneranda Pires Teixeira de Freitas (145.562.781-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6579/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.481/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hamilton de Sá Dantas (004.064.304-20)
1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6580/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.489/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edvaldo Gomes dos Santos (545.979.278-91)
1.2. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6581/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno e na forma prevista no Acórdão 2100/2010-TCU-Plenário, em atribuir, no sistema Sisac, a chancela de "exclusão por duplicidade" nos atos de concessão a seguir relacionados e determinar o arquivamento do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.491/2016-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Miriam Costa Rebollo Camera (679.559.328-20)
1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6582/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.495/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Cristina Rocha (327.592.909-72)
1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6583/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da maioridade ou do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.016/2016-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elisio Ferreira de Castro (245.799.636-87); Izabel Maria Pereira de Barros Mendes (006.553.388-70)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6584/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.088/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Cecicila Mendonça de Souza (444.470.784-49)
1.2. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6585/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.253/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Anamaria Reys Resende (238.575.951-91)
1.2. Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6586/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.621/2014-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Pires de Souza (370.728.467-00)
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6587/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.379/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joaquim Antonio Castro Aguiar (029.378.677-15)
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6588/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, considerando que os atos submetidos ao exame do Tribunal não estão mais dando ensejo a pagamentos irregulares, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno e art. 6º, § 1º, da Resolução TCU nº 206, de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

24/10/2007, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar as seguintes determinações:

1. Processo TC-025.068/2009-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmelina Magalhães Fantoni (082.698.406-10); José Roberto Salles de Paula (002.725.906-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. à SEFIP, para que efetue as correções devidas no Sistema SISAC;
1.7.2. à Universidade Federal de Minas Gerais para que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote as medidas necessárias para assegurar a absorção da rubrica assegurada por força de decisão judicial (Mandado de Segurança 2003.38.00.00020924-5) pelas leis supervenientes que instituíram novas estruturas remuneratórias relativamente ao cargo ocupado pela interessada Carmelina Magalhães Fantoni (082.698.406-10) após o trânsito em julgado da sentença, conforme metodologia prevista no Acórdão nº 2.161/2005-Plenário;
1.7.3. dê-se ciência da presente deliberação aos interessados.

ACÓRDÃO Nº 6589/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.477/2016-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Luiza Crespo (101.810.418-63); Elias Silva (370.978.737-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6590/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.560/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antônio Augusto Cesar (563.542.908-49)
1.2. Órgão: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6591/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.590/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mauricio de Paula Cardoso (280.661.898-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6592/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da reversão do interessado à atividade, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar as seguintes determinações:

1. Processo TC-026.775/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edgard de Almeida Castanheira (339.580.177-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. à Sefip, para que oriente o órgão jurisdicionado no sentido de que o bônus de 17% sobre o tempo de serviço de magistrado, membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, somente pode ocorrer na hipótese de a aposentadoria ter por fundamento as normas do art. 8º da EC 20/1998 ou do art. 2º da EC 41/2003, não incidindo quando o ato de aposentadoria for editado com base no art. 3º da EC 47/2005;
1.7.2. ao Ministério Público Federal, para que emita pelo Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, se já não o fez, o ato de cancelamento de concessão da aposentadoria de Edgard de Almeida Castanheira (339.580.177-20), nos termos do art. 3º da Instrução Normativa-TCU n. 55/2007, ante a ocorrência da reversão à atividade do referido servidor.

ACÓRDÃO Nº 6593/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, considerando que o ato submetido ao exame do Tribunal não está mais dando ensejo a pagamentos irregulares, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno e art. 6º, § 1º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar as seguintes determinações:

1. Processo TC-027.579/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rogério Tadeu Romano (398.621.517-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações: à Sefip, para que:
1.7.1. oriente o órgão jurisdicionado no sentido de que o bônus de 17% sobre o tempo de serviço de magistrado, membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, somente pode ocorrer na hipótese de a aposentadoria ter por fundamento as normas do art. 8º da EC 20/1998 ou do art. 2º da EC 41/2003, não incidindo quando o ato de aposentadoria for editado com base no art. 3º da EC 47/2005;
1.7.2. proceda às anotações devidas no Sistema Sisac.

ACÓRDÃO Nº 6594/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.935/2016-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Saulo Araújo Deusdará (076.063.031-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6595/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-027.964/2016-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Guilherme Gusmão Guedes (095.671.514-15)
1.2. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que proceda à imediata autuação e dê prioridade ao exame da pensão civil instituída por Guilherme Gusmão Guedes em favor de ANGELA DE FÁTIMA SOARES GUEDES, cadastrada no Sisac sob o número de controle 20783019-05-2016-000002-6, confrontando-a com a aposentadoria do ex-servidor e aferindo, em particular, a correção da parcela de "*quintos*" incluída nos proventos, haja vista sua aparente desconformidade - à luz das informações lançadas no quadro "*Discriminação dos Tempos em Funções Comissionadas*" (peça 2, p. 4, deste processo) - com as regras de incorporação pertinentes (cf. Decisão 925/1999-Plenário).

ACÓRDÃO Nº 6596/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.502/2010-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sebastião Moreira Ferreira da Silva (010.246.206-20)
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6597/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-031.875/2014-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Benedicta Dias Pereira (198.196.506-82)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que proceda às anotações devidas no Sistema Sisac no tocante ao percentual atribuído a título de GATS à interessada.

ACÓRDÃO Nº 6598/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.883/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Loni Braga de Souza (161.082.990-53)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Novo Hamburgo/RS - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6599/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar as determinações adiante especificadas:

1. Processo TC-016.165/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Silva Barbosa (638.662.182-49); Patrícia da Marta Botelho Fagundes Marques (049.612.446-35); Rachel Matos Walter (023.507.730-51)
1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7. Determinações: à Sefip, para que:

1.7.1. alerte o órgão jurisdicionado no sentido de que as disposições da Lei 8.112/1990, alterada pela Lei 9.527/1997, no que concerne a prazos para posse e entrada em exercício, não contêm previsão de suspensão em razão de recesso ou férias forenses (cf. Acórdão nº 7.989/2013-1ªCâmara);

1.7.2. oriente o órgão jurisdicionado no sentido de que observe, com rigor, os prazos estabelecidos em seus editais de concursos públicos, visto que, após a fluência dos prazos de validade inicialmente estabelecidos no edital, não mais poderá a Administração prorrogar o prazo de vigência por igual período (cf. Acórdão nº 5.966/2009-2ª Câmara);

1.7.3. proceda ao destaque do ato emitido em favor de Marcelo Antonio Cesca (030.930.929-81), a fim de que seja trazido aos autos cópia do inteiro teor do processo administrativo que resultou na admissão do interessado no cargo de Juiz Federal Substituto da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF, notadamente no que se refere ao exame de sanidade física e mental de que cuida o art. 78 da LOMAN.

ACÓRDÃO Nº 6600/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.211/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Lacerda Pinheiro (124.257.747-50); Jaqueline Massola (222.230.778-38); Natalia Ferraz Granja (336.387.888-57); Rafael Miranda Torres (057.188.267-65)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:
1.7.1.1. faça publicar no Diário Oficial da União as portarias de nomeação dos servidores Bruno Lacerda Pinheiro, Jaqueline Massola, Natalia Ferraz Granja e Rafael Miranda Torres, em observância ao princípio constitucional da publicidade e ao Acórdão 1296/2011-Plenário;
1.7.1.2. o prazo para posse é contado a partir do dia da publicação da portaria de nomeação no Diário Oficial da União, conforme estipulado no §1º do art. 13 da Lei 8.112/1990.

ACÓRDÃO Nº 6601/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.510/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Romildo Luiz Langamer (327.350.061-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6602/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.511/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luciana Saramago Hess (034.331.437-14)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6603/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.521/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Claudia Grass Paz do Nascimento (012.127.580-99); Rodrigo de Jesus Louzeiro Melo (010.468.063-60)
1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6604/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.522/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago Goes Cavalcanti de Araújo (058.979.014-57)
1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6605/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que o ato de admissão adiante relacionado encerra inconsistência ou omissão que impossibilita a aferição de sua legalidade pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar sua apreciação prejudicada por inépcia, bem como em fazer as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.149/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Tatiane Diniz da Silva (909.103.971-04)
1.2. Órgão: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar ao Ministério Público Federal que, relativamente à interessada acima identificada, cadastre novo ato de admissão no sistema Sisac, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, encaminhando-o a esta Corte, via Controle Interno, escoimado da falha apontada nos autos (nomeação posterior à validade do concurso) ou com o detalhamento da situação específica da servidora, mediante o preenchimento do campo "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", caso tal falha não possa ser saneada.
1.7.2. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação acima.
1.7.3. Dar ciência à unidade de origem de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do art. 58, inciso II, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 6606/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.135/2015-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Mari Margarete Machado Martins (617.320.368-53)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Órgãos Extintos - Depex/SE/MP
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6607/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.152/2010-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Antonio Ferreira (456.398.689-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6608/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.194/2015-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Celia de Lima Camargo (722.164.767-49)
1.2. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos - Depex/SE/MP
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6609/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.439/2013-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jamile Santos Souza (839.642.825-53); Milena dos Santos Souza (839.642.665-15); Thamiles Santos Souza (839.642.745-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. orientar o Ministério das Comunicações a incluir, nos atos de concessão de pensão civil, todos os beneficiários que estiverem recebendo o benefício previdenciário na data da vigência do ato e não apenas aqueles que se habilitaram tardiamente, de modo a evidenciar a distribuição das respectivas cotas-partes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 6610/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.615/2012-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Lurdes Isabel Bisotto (456.182.910-53); Lurdes Isabel Bisotto (456.182.910-53); Maria Therezinha Tenuto (257.860.597-15)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Caxias do Sul/RS - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6611/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU 2006/2007, em julgar prejudicado os atos de pensão civil emitidos em favor de Aida Carvalho Rodrigues (273.199.037-68), Aneida Revoredo de Oliveira Firmo (014.705.097-92), Aurora de Oliveira Correa (805.966.147-72), Jurandyr Jose Alves (670.498.187-04), Maria Ferreira da Costa (670.624.747-20) e Vitoria Barros Furtado (635.369.357-53), tendo em vista que os efeitos financeiros dos referidos atos de concessão se exauriram antes de seu processamento pela Corte, e considerar legais para fins de registro os demais atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar as determinações adiante especificadas

1. Processo TC-025.717/2011-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alcidea Medeiros de Castro (025.811.897-03); Anselmo David Antunes (149.721.317-72); Carlos Eduardo Silva da Costa (051.799.507-75); Celi Ferraz Porto (014.397.037-28); Cirlene Cyro Vasconcellos (932.605.397-00); Concheta de Moura Camillo (009.523.777-13); Daise Martins Guimaraes (753.220.807-91); Dalva Peres Nunes (100.020.407-35); Edith Morlin Torres (021.777.717-14); Efigenia Braga dos Santos (902.910.507-00); Eldila Barreto Leite Toia (053.988.237-28); Eliana Silva da Costa (836.701.737-49); Erenita Erotildes dos Santos Barrozo (602.226.707-20); Florisa Lustosa Bitencourt (035.458.427-89); Gilcelio Vidal dos Santos (036.686.497-15); Heledirce Ferreira de Souza (882.484.457-04); Iracema Gonçalves Valbão (021.667.027-67); Isaura Maria Moreto Silva (825.532.467-49); Judith Maria Moreira de Anchieta (829.515.437-00); Jurema Magalhães da Silva (103.376.667-41); Lea Dias dos Santos (468.485.927-49); Lindalva Chrysostomo da Silva (867.868.497-68); Lucy Prado Dias (599.524.667-49); Marcio Luiz Silva da Costa (042.501.197-69); Maria Helena Varella (053.447.497-75); Maria Jose Moura do Prado (878.151.097-72); Maria Lidia Santos (398.717.547-87); Maria de Lourdes Pereira (405.631.037-87); Mariza Soares de Andrade (704.152.777-87); Marta Maria da Silva de Oliveira (010.773.157-67); Mateus Virgolino dos Santos (202.585.857-49); Nair Cordeiro da Silva (003.873.157-64); Neide Gomes Vianna (350.131.337-34); Neuza Loureiro de Resende (763.430.737-87); Orlando Soares Pinto (363.613.057-91); Osmarina Jose Vieira (068.634.857-53); Simone Silva da Costa (044.615.527-64); Sonia Regina Ferreira Vital (548.690.057-00); Suely Clerc da Silva Dantas (935.224.527-04); Therezinha de Jesus Desgranges (019.901.367-53); Vilsa Moreira Pereira (024.370.137-33); Zelia Serra Ferreira (975.130.677-91)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/Norte

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações: à Sefip, para que:

1.7.1. promova o destaque dos atos em que figuram como instituidores os ex-servidores Martins Frazão de Vasconcelos (603.603.307-97) e Nilton Barros da Silva (126.450.281-87), para confirmar junto à Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/Norte se eram ex-celetistas ou estatutários à data de suas aposentadorias, conforme sugerido pelo órgão ministerial;

1.7.2. promova o destaque do ato em que figura como instituidora a servidora Elza de Oliveira (038.173.347-53), para que seja verificada a legitimidade da concessão do benefício, notadamente a condição de beneficiário de Flavio Medeiros (024.817.727-33), assim como a relação jurídica havida entre eles;

1.7.3. dê conhecimento ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário que a beneficiária do programa Bolsa Família, Simone Silva da Costa (NIS: 12566227561), é pensionista do ex-servidor civil Norival Pio da Costa (126.025.237-04) junto à Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/Norte, a fim de que seja verificado se a interessada atende aos requisitos previstos na Lei n.º 10.836/2004 para permanência no programa, adotando-se as providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 6612/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da maioridade ou do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.591/2016-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria Lina Azambuja Rodrigues da Silva (001.705.530-00); Martha Pacheco Silveira Martins (007.027.306-53); Mary Alice Espinheira D' Oliveira Porto (019.963.205-72); Paulo Roberto de Oliveira Santos (023.691.842-72); Raimundo Modesto de Carvalho (004.483.201-00)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Órgãos Extintos - Depex/SE/MP

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6613/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de beneficiário do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.748/2016-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Francisco das Chagas Val (012.055.103-97)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6614/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.189/2014-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria José Tavares Viana (163.867.873-15)

1.2. Órgão: Ministério das Comunicações (extinto)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6615/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas e dar quitação ao(s) responsável(eis), e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.629/2014-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Ana Maria Moraes Rebouças (357.907.505-59) e Ednesio Oliveira de Jesus (175.649.055-49)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. recomendar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia (NE/MS/BA) que:

1.7.1.1. institua um conjunto de indicadores de gestão para aferir o seu desempenho institucional, que permitam ao gestor monitorar as diversas ações a cargo da unidade e a adoção tempestiva das providências necessárias à correção de eventuais desvios em relação aos resultados esperados;

1.7.1.2. aprimore os controles internos administrativos aplicáveis à gestão de pessoas e adote medidas para assegurar o treinamento e capacitação dos agentes envolvidos;

1.7.1.3. elabore indicadores gerenciais sobre recursos humanos;

1.7.1.4. aprimore as rotinas de atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União, em especial para apurar eventuais situações de acumulação irregular de cargos;

1.7.1.5. faça gestões junto ao órgão central no sentido de atualizar o GESCON, de modo que o sistema atenda às demandas desse órgão regional;

1.7.1.6. faça gestões junto ao órgão central no sentido de minorar a carência de pessoal técnico-especializado para o acompanhamento físico dos convênios sob a sua supervisão;

1.7.1.7. adote medidas para incrementar o número de fiscalizações físicas dos objetos dos convênios, das quais devem constar os respectivos registros fotográficos do objeto fiscalizado;

1.7.1.8. encaminhe ao Tribunal de Contas da União, de forma tempestiva, os processos de tomada de contas especial;

1.7.1.9. mantenha rotina de constante atualização do rol de responsáveis da unidade no Siafi;

1.7.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia (NE/MS/BA) que:

1.7.2.1. faça constar explicitamente no Relatório de Gestão do próximo exercício as ações adotadas para sanear as seguintes pendências quanto às recomendações emitidas pela CGU-BA:

1.7.2.1.1. não comprovação do atendimento integral de deliberações do Tribunal de Contas da União (Acórdão 1029/2009-TCU-Primeira Câmara, Acórdão 1032/2009-TCU-Primeira Câmara, Acórdão 3136/2009-TCU-Segunda Câmara, e Acórdão 3076/2009-TCU-Primeira Câmara) relativas a processos de pensão civil ("*Item 1.1.4.1 - Constatação 007 - Divergência de informações do Órgão com relação às recomendações do TCU e não demonstração de atendimento dessas recomendações*" do Relatório de Auditoria Anual de Contas 244107/2010);

1.7.2.1.2. ausência de ressarcimento por parte de dois servidores que receberam valores indevidos, segundo informado no Ofício/DIGAD/NE/MS-BA n° 119, de 06/05/2014 ("*Item 1.1.4.3 - Constatação 009 - Servidores recebendo pagamentos de aposentadoria integral apesar da aposentadoria ser com proventos proporcional*" do Relatório de Auditoria Anual de Contas 244107/2010);

1.7.2.2. atualize os laudos periciais que dão suporte ao pagamento de adicionais de insalubridade, periculosidade ou penosidade ("*Item 1.1.5.1 - Constatação 011 - Pagamentos de adicional de insalubridade sustentados por laudos periciais desatualizados*" do Relatório de Auditoria Anual de Contas 244107/2010);

1.7.2.3. adote medidas para realizar a avaliação do imóvel sede do NEMS/BA ("*Item 1.1.9.1 - informação - Imóvel com data de avaliação vencida*" do Relatório de Auditoria 201313156/2013, de 9/1/2014);

1.7.3. enviar cópia desta deliberação, juntamente com a instrução da unidade técnica, à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia e à Controladoria Geral da União no Estado da Bahia;

1.7.4. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 6616/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em julgar regulares com ressalva as contas de Luís Antônio Camargo de Melo (589.044.257-00); Eduardo Antunes Parmeggiani (291.828.240-53); Sandra Cristina de Araújo (376.088.511-04); Cleverson Lautert Cruz (882.695.900-53); e Claudia Nassif Jaber (290.107.211-91), dando-lhe(s) quitação, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos (peças 22 a 25), nos termos abaixo:

1. Processo TC-022.260/2013-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Claudia Nassif Jaber (290.107.211-91); Cleverson Lautert Cruz (882.695.900-53); Eduardo Antunes Parmeggiani (291.828.240-53); Luís Antônio Camargo de Melo (589.044.257-00); Sandra Cristina de Araújo (376.088.511-04)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Representação legal: Adrieno Reginaldo Silva e outros, representando Secretaria de Administração do MPF - MPU.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. recomendar ao Ministério Público do Trabalho (MPT), com fundamento no art. 250, III, do RITCU, que:

1.7.1.1. crie mecanismos que garantam a efetividade do Comitê Estratégico de TI, especialmente quanto à designação de representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para sua composição e quanto ao monitoramento regular do seu funcionamento;

1.7.1.2. promova ações para que a auditoria interna apoie a avaliação da TI;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7.1.3. monitore os indicadores e metas de TI;

1.7.1.4. implante formalmente o procedimento de inventário de ativos de informação;

1.7.1.5. implemente critérios de classificação das informações a fim de que elas possam ter tratamento diferenciado em termos de seu valor, requisitos legais, grau de sensibilidade, grau de criticidade e necessidade de compartilhamento;

1.7.1.6. implemente procedimento de análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade;

1.7.1.7. implemente processo de gestão de incidentes de serviços de tecnologia da informação;

1.7.2. dar ciência ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e à Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin-MPU) de que:

1.7.2.1. o processo de prestação de contas do Ministério Público do Trabalho, relativo ao exercício de 2012, apresentou rol de responsáveis em desacordo com o art. 10 da IN TCU 63/2010, uma vez que o dirigente máximo da unidade não foi corretamente arrolado, sendo que falhas na composição do rol de responsáveis têm sido recorrentes nos processos de contas anuais do órgão;

1.7.2.2. nos processos anuais de contas somente devem ser incluídos responsáveis não previstos no art. 10 da IN TCU 63/2010 na hipótese de conluio com responsável arrolado, por atos previstos nas alíneas "b", "c" ou "d" do inc. III do art. 16 da Lei 8.443/1992;

1.7.2.3. na hipótese de a unidade de controle interno identificar irregularidades ou impropriedades cometidas por responsáveis que não possuem as naturezas de responsabilidades do art. 10 da IN TCU 63/2010 devem ser adotadas as medidas do § 3º do art. 6º da DN TCU 124/2012;

1.7.3. encaminhar, com fulcro no § 1º do art. 4º da Portaria Segecex 13/2016 c/c subitem 27.2 da Portaria Segecex 12/2016, cópia das peças 2, 6, 7, 16 (documentos não digitalizados) e 18 do presente processo para a Secex-RJ, para que tome as providências que entender pertinentes;

1.7.4. dar ciência da presente deliberação aos responsáveis, remetendo-lhes cópia da instrução inserta à peça 22; e

1.7.5. arquivar estes autos, após as comunicações e demais ações processuais, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

ACÓRDÃO Nº 6617/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, alínea 'a', e 169, inciso V do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-022.950/2013-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsável: Eduardo Ricardo Gradilone Neto (811.870.848-91) e Sergio Franca Danese (CPF 238.613.981-68)

1.2. Órgão/Entidade: Subsecretaria-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.7.1. julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis, dando-lhes quitação;

1.7.2. dar ciência à Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores (Ciset/MRE) sobre as seguintes impropriedades apuradas na elaboração das contas da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, subordinada à Secretaria-Geral de Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores (SGEB/SG/MRE):

1.7.2.1. ausência de informações relativas à avaliação da gestão de compras e contratações, nos termos do item 8, anexo IV, da DN-TCU 124/2012;

1.7.2.2. ausência de informações relativas à avaliação da gestão de Tecnologia da Informação (TI), nos termos do item 11, anexo IV, da DN-TCU 124/2012;

1.7.2.3. ausência de evidências adequadas e suficientes para se chegar a razoável convencimento da realidade dos fatos e na comunicação de seus achados com clareza, convicção e assertividade. Assim, parte das constatações restou inconclusa e sem o devido encaminhamento, caracterizando-se desatendimento ao disposto na Seção III (Normas relativas à Execução do Trabalho no Sistema de Controle Interno - SCI) e na Seção VI (Normas relativas à Forma de Comunicação), ambas do Capítulo VII (Normas Fundamentais do SCI) da Instrução Normativa SFC 1/2001;

1.7.3. dar ciência à Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores (SGEB/MRE) de que o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2012 foi omisso sobre:

1.7.3.1. os recursos humanos da unidade, tendo deixado de atender ao disposto no Anexo II, Parte A, item 6 da DN-TCU 119/2012 e na Portaria-TCU 150/2012;

1.7.3.2. a gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento, tendo deixado de atender ao disposto no Anexo II, Parte A, item 8, da DN-TCU 119/2012 e na Portaria- TCU 150/2012;

1.7.4. dar ciência à Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior e à Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores do teor deste acórdão, encaminhando-lhes cópia da instrução à peça 13;

1.7.5. arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 6618/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula deste Tribunal, em incluir no subitem 3.2 do Acórdão 1709/2015-TCU-1ª Câmara, prolatado na sessão de 24/3/2015, inserido na Ata 8/2015-Primeira Câmara, bem como no subitem 1.1 do Acórdão 2156/2015-TCU-1ª Câmara, prolatado na sessão de 28/4/2015, inserido na Ata 12/2015-Primeira Câmara, os nomes dos responsáveis Francisco Fransui Andrade Duarte (CPF 350.570.174-20) e Mauro Ferreira Machado (CPF 755.228.706-30), apenados com multa e cujas contas foram julgadas irregulares, mantendo-se inalterados os demais termos dos acórdãos ora retificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.463/2011-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Abadio dos Reis Silva Leite (405.968.426-00); Anivaldo Franco de Paula (951.832.056-04); Carla Alessandra de Oliveira Nascimento (731.855.666-53); Celia Aparecida Almeida Estevam (562.039.936-20); Deborah Freitas Assunção Chamahum (452.534.986-72); Eduardo Frederico Sotero da Costa (095.648.086-18); Elaine Donata Ciabotti (517.437.526-87); Euripedes Ronaldo Ananias Ferreira (255.419.436-04); Francisco Fransui Andrade Duarte (350.570.174-20); Heraldo Marcus Rosi Cruvinel (373.246.596-91); Humberto Ferreira Silva Mineu (325.801.423-04); Identidade Preservada (211.690.806-00); Inamara Gomes de Araujo Leal (743.674.126-87); Juvenal Caetano de Barcelos (528.534.036-53); Marco Antonio Maciel Pereira (416.250.991-34); Marlucia da Silva (553.469.016-04); Mauro Ferreira Machado (755.228.706-30); Murilo de Deus Bernardes (429.916.926-34); Paulo Vitorio Biulchi (252.094.340-87); Pedro Margatto da Fonseca (661.042.386-53); Roberto Gil Rodrigues Almeida (485.107.186-87); Rodrigo Afonso Leitão (719.618.286-34)

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6619/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nestes autos, em:

a) com fundamento nos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, todos da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 1º, I; 208 e 214, II, do Regimento Interno do TCU, julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis a seguir relacionados e dar-lhes quitação, em decorrência da não utilização de informações obtidas pela Avaliação Externa do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) como subsídio para a verificação da ocorrência de irregularidades e a adoção de medidas sancionatórias:

a.1) Sr. Hêider Aurélio Pinto (CPF nº 011.681.476-46), Diretor do Departamento de Atenção Básica (período de 1º/1 a 10/4/2014);

a.2) Sr. Eduardo Alves Melo (CPF nº 966.302.725-87), Diretor do Departamento de Atenção Básica (período de 6/5 a 31/12/2014); e

a.3) Sr. Allan Nuno Alves de Sousa (CPF nº 853.064.011-04), Diretor Substituto do Departamento de Atenção Básica (período de 1º/1 a 31/12/2014);

b) com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 1º, I; 207 e 214, I, do Regimento Interno do TCU, julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena; e

c) fazer as determinações abaixo indicadas.

1. Processo TC nº 030.901/2015-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Allan Nuno Alves de Sousa (CPF nº 853.064.011-04); Aparecida Linhares Pimenta (CPF nº 363.932.316-53); Brunno Ferreira Carrijo (CPF nº 957.779.461-00); Cleusa Rodrigues da Silveira Bernardo (CPF nº 131.849.541-53); Dario Frederico Pasche (CPF nº 394.698.670-68); Eduardo Alves Melo (CPF nº 966.302.725-87); Elaine Maria Giannotti (CPF nº 130.204.668-30); Fausto Pereira dos Santos (CPF nº 341.674.631-72); Helvecio Miranda Magalhães Junior (CPF nº 561.966.446-53); Hêider Aurélio Pinto (CPF nº 011.681.476-46); Josafa Santos (CPF nº 222.715.541-87); Jose Carlos de Moraes (CPF nº 063.959.908-70); João Marcelo Ramalho Alves (CPF nº 657.063.905-68); Leda Lucia Couto de Vasconcelos (CPF nº 150.249.545-72); Luiz Carlos Carvalho Studart da Fonseca (CPF nº 385.261.237-34); Maria Inez Pordeus Gadelha (CPF nº 072.761.094-53); Maria do Carmo (CPF nº 327.817.926-91); Sueli Moreira Rodrigues (CPF nº 329.727.501-44); Sônia Regina de Freitas Capellão (CPF nº 796.161.437-00) e Thereza de Lamare Franco Netto (CPF nº 713.674.897-68).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, com fundamento no art. 208, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, os esclarecimentos necessários, referentes ao exercício 2014:

1.7.1.1. para demonstrar a correlação entre a meta física da ação orçamentária 20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família e os recursos aplicados em cada plano orçamentário, de modo a evidenciar como se mensurou a referida meta física realizada;

1.7.1.2. para esclarecer as causas do insucesso na execução financeira das ações orçamentárias 8.535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, 6.175 - Saúde da Mulher e 6.233 - Implantação e Implementação de Políticas de Atenção à Saúde Mental; e

1.7.1.3. para esclarecer as causas do insucesso na execução física e financeira da ação orçamentária 7.833 - Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia e 8.933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar;

1.7.2. determinar à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, com fundamento no art. 208, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, informações sobre os resultados físicos e financeiros da ação 12L4 - Implantação, construção e ampliação das UPAs, relativos ao exercício financeiro de 2014. Considerando que esses resultados devem estar relacionados diretamente aos recursos disponibilizados para a execução física no exercício a que se referirem, não podem ser informados resultados cumulativos, exceto se o relatório deixar claro a que exercício se refere cada resultado alcançado;

1.7.3. recomendar ao Ministério da Saúde que avalie a conveniência de estabelecer normas contendo os requisitos mínimas para colocar em prática as restrições à entrega de recursos previstas no parágrafo único do art. 22 da Lei Completar nº 141, de 2012, informando, nas próximas contas, as providências adotadas;

1.7.4. recomendar à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde que revise a metodologia para passar a somente considerar "serviço estruturado" como meta cumprida da ação 8581 (Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde) a partir da efetiva construção e estruturação das unidades básicas de saúde, de forma a evitar distorções e descompassos entre a execução financeira e o cumprimento da meta física, informando, nas próximas contas, as providências adotadas; e

1.7.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como da instrução da unidade técnica, ao Ministério da Saúde, à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde e à Coordenação-Geral de Auditoria na área de Saúde da Secretaria Federal de Controle Interno.

ACÓRDÃO Nº 6620/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, em julgar regulares as contas dos Srs. Eduardo Jorge de Oliveira Motta (CPF 223.426.564-91), Sergio Antônio Coelho (CPF 235.919.276-00), Domingos Romeu Andreatta (CPF 030.548.069-36), Herbert Drummond (CPF 110.346.966-53), Irani Braga Ramos (CPF 089.359.668-00), Juarez Fiel Alves (CPF 090.596.791-72), Francisca Lucileide de Carvalho (CPF 508.408.431-00), Maria Lúcia Barillo Ribeiro (CPF 221.218.111-68), Robésio Maciel de Sena (CPF 264.976.386-87), Miguel Ivan Lacerda de Oliveira (CPF 438.248.031-00) e Libiane Gonçalves Campos (CPF 029.826.876-07), dando-lhes quitação plena; com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, em julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Elmo Vaz Bastos de Matos (CPF: 404.658.965-53) e do Sr. José Solon O. Braga Filho (CPF: 324.600.821-34), em razão das falhas apontadas na instrução de peça 11, dando-lhes quitação; em dar ciência desta deliberação à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); e em arquivar este processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.023/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Domingos Romeu Andreatta (030.548.069-36); Eduardo Jorge de Oliveira Motta (223.426.564-91); Elmo Vaz Bastos de Matos (404.658.965-53); Francisca Lucileide de Carvalho (508.408.431-00); Herbert Drummond (110.346.966-53); Irani Braga Ramos (089.359.668-00); José Solon O Braga Filho (324.600.821-34); Juarez Fiel Alves (090.596.791-72); Libiane Gonçalves Campos (029.826.876-07); Maria Lucia Barillo Ribeiro (221.218.111-68); Miguel Ivan Lacerda de Oliveira (438.248.031-00); Robésio Maciel de Sena (264.976.386-87); Sergio Antonio Coelho (235.919.276-00)

1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 6621/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.585/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Airton Nogueira Pereira Junior (614.247.147-53); Instituto Brasileiro de Ciências e Direito do Turismo - Ibcdtur (05.621.140/0001-09); Rui Aurélio de Lacerda Badaró (213.985.848-43); Álvaro Sérgio Cavaggioni (079.501.508-90)
1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.6. Representação legal: Roberto Botelho (239.728/OAB-SP), representando Rui Aurélio de Lacerda Badaró e Instituto Brasileiro de Ciências e Direito do Turismo - Ibcdtur.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. apostilar o Acórdão 6.195/2016-1ª Câmara nos seguintes termos:
Onde se lê:
"9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);"
Leia-se:
"9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);"
1.7.2. dar ciência aos responsáveis do teor deste acórdão.

ACÓRDÃO Nº 6622/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade com fundamento com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) excluir da relação processual o Instituto de Estudos e Pesquisa dos Trabalhadores no Setor Energético - IEPE e o seu ex-Presidente, Senhor Airton Ghiberti;
b) julgar regulares as contas do Senhor Luís Antônio Paulino, dando-lhe quitação plena;
c) julgar regulares com ressalva as contas do Senhor Walter Barelli, tendo em vista o descumprimento do art. 30, § 1.º, da IN/STN n.º 1/1997, dando-lhe quitação; e
d) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso III do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-002.169/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Airton Ghiberti (756.063.138-04); Instituto de Estudos e Pesquisa dos Trabalhadores no Setor Energético - IEPE (00.093.759/0001-66); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Walter Barelli (008.056.888-20)
1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
1.6. Representação legal: Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Airton Ghiberti, Luís Antônio Paulino e Walter Barelli.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6623/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 6223/2015 - Primeira Câmara, prolatado na Sessão de 13/10/2015, Ata nº 35/2015, relativamente ao subitem 9.2, onde se lê *"atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento"*; leia-se *"atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento"*; mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.344/2014-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Ong Fonte (Frente Organizada Para Tematica Etnica) (06.154.729/0001-07); Valeria Cristina de Oliveira Alves (058.881.968-94)
1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6624/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 6.300/2016-1ª Câmara, para fins de correção de inexatidão material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, nos seguintes termos:

Onde se lê:

"3.1. Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (00.461.251/0001-22);"
"8. Representação legal: ...Luana Tauinah Rodrigues de Mendonça, OAB/DF 28.949;"

Leia-se:

"3.1. Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (37.115.367/0001-60);"
"8. Representação legal: ... Luana Tainah Rodrigues de Mendonça, OAB/DF 28.949;"

1. Processo TC-003.935/2012-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai (33.564.543/0001-90); Suleima Fraiha Pegado (049.019.592-04)
1.2. Recorrentes: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai (33.564.543/0001-90); Suleima Fraiha Pegado (049.019.592-04)
1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).
1.8. Representação legal: Patrícia Gabriela Ribeiro Cabral (19.014/OAB-PA), Fernando de Moraes Vaz (5773/OAB-PA) e outros, representando Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai; Luana Tainah Rodrigues de Mendonça (28.949/OAB-DF) e outros, representando Suleima Fraiha Pegado.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6625/2016 - TCU - 1ª Câmara

Vistos, relacionados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em desfavor do Sr. Amadeu Luiz Conti, na condição de coordenador de projeto, e do Instituto de Ação Cultural e Ecológica, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos a título de apoio financeiro para a implantação do projeto do governo federal intitulado "Casa Brasil";

Considerando que, de acordo com a Unidade Técnica, o Sr. Amadeu Luiz Conti faleceu no dia 18/3/2015, portanto em data anterior à prolação do Acórdão 7134/2015 - 1ª Câmara, que lhe aplicou a multa capitulada no art. 57 da Lei 8.443/1992 (10/11/2015);

Considerando que, em razão disso, a multa aplicada ao aludido responsável pelo TCU não deve subsistir, consoante jurisprudência pacífica dessa Corte de Contas (Acórdãos 270/2011 - Plenário, 619/2010 - Plenário, 1021/2011 - Plenário, 5632/2015 - 1ª Câmara);

Considerando, ainda, parecer do Ministério Público nos autos, no sentido de que seja revisto de ofício a mencionada deliberação, nos termos consignados na instrução da unidade técnica (peça 45);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 3º, § 2º, da Resolução TCU nº 178/2005, com redação dada pela Resolução TCU nº 235/2010, tornar insubsistente a multa aplicada ao Sr. Amadeu Luiz Conti, por meio do subitem 9.4 do Acórdão 7134/2015 - 1ª Câmara, prolatado na sessão de 10/11/2015, inserido na Ata nº 39/2015, em razão de seu falecimento antes do trânsito em julgado do acórdão condenatório:

1. Processo TC-013.112/2014-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Amadeu Luiz Conti (851.200.818-00); Instituto Ação Cultural e Ecológica (04.974.784/0001-00)
1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6626/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara¸ ACORDAM por unanimidade, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.745/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Francisco Luis dos Santos (815.836.999-53)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande - PR
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6627/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade com fundamento no art. 208 do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.220/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Associação Paranaense da Industria Textil e do Vestuário - Vestpar (05.320.375/0001-52); Valdir Antonio Scalon (072.450.099-53)
1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná; Ministério do Turismo (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Dar ciência ao Ministério do Turismo que a ausência dos elementos comprobatórios componentes da prestação de contas de convênio, identificada na análise inicial do presente processo, contraria o disposto no art. 5º, §1º, inciso I e art. 10, §1º, alínea "a" da IN TCU 71/2012;
1.7.2. Dar ciência à Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento) que as ocorrências apontadas no Acórdão-TCU 5062/2015-2ª Câmara foram identificadas no âmbito do convênio Siafi 510060, firmado pelo Ministério do Turismo; e
1.7.3. Dar ciência deste Acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério do Turismo, à Procuradoria da República no Município de Maringá e ao Sr. Valdir Antônio Scalon.

ACÓRDÃO Nº 6628/2016 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que os embargos de declaração visam a correção de obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida, nos termos do art. 34 da Lei nº 8.443, de 1992;
Considerando que o recorrente se limita a rediscutir o mérito decidido no processo, sequer apontando a ocorrência de um dos vícios supramencionados;
Considerando que a jurisprudência pacífica deste Tribunal de Contas é no sentido de que os embargos de declaração não devem ser utilizados com a indevida finalidade de instaurar nova discussão sobre controvérsia já apreciada por esta Corte;
Considerando, portanto, que o responsável busca a reforma do acórdão combatido utilizando-se de instrumento processual inadequado à espécie;
Considerando que se tratam de embargos de declaração em embargos de declaração que estão sendo utilizados não como instrumento processual, para aclarar eventuais vícios de inteligibilidade do acórdão vergastado, mas como expediente para diferir e alterar a execução do julgado;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Israel de Almeida Mendonça (CPF 000.637.465-49) (peça 69), por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 34 da Lei nº 8.443, de 1992, e em fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões):

1. Processo TC-019.369/2013-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Israel de Almeida Mendonça (000.637.465-49); José Alves de Araújo (033.250.835-87)
1.2. Recorrente: Israel de Almeida Mendonça (000.637.465-49)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itapitanga - BA
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).
1.8. Representação legal: André Pedreira Philigret Baptista (25539/OAB-BA) e outros, representando Israel de Almeida Mendonça.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.9.1. informar ao responsável que novo expediente de embargos de declaração com intuito protelatório será recebido como mera petição e não terá efeito suspensivo.

ACÓRDÃO Nº 6629/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação à Fundação de Amparo ao Ensino e Pesquisa, ante o recolhimento integral do débito que lhe foi aplicado no Acórdão 4779/2016-1ªCâmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
Quitação relativa ao subitem 9.1 do Acórdão 4779/2016, proferido pela Primeira Câmara, em Sessão de 19/7/2016, conforme Ata 25/2016 - Primeira Câmara.

Fundação de Amparo ao Ensino e Pesquisa:

Valor histórico do débito (R$)	Data da ocorrência
2.483,74 (débito)	6.12.1999
20.525,12 (débito)	10.1.2000
Valor do recolhimento (R$)	Data da ocorrência
5.007,45 (crédito)	22.2.2000
63.760,20 (crédito)	22.8.2016
64.241,03 (crédito)	22.9.2016

1. Processo TC-032.701/2014-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Fundação de Amparo Ao Ensino e Pesquisa (46.004.883/0001-09); Glauco Augusto de Paula Caurin (133.317.188-90); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Walter Barelli (008.056.888-20)
1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.6. Representação legal: Amauri Gobbo (208.731/OAB-SP), representando Glauco Augusto de Paula Caurin; Roseli dos Santos Ferraz Veras (77.563/OAB-SP) e outros, representando Fundação de Amparo Ao Ensino e Pesquisa.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6630/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, e 47 da Lei n.º 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso V, alínea g, do Regimento Interno, em converter o processo em tomada de contas especial, e promover as citações propostas pelas Unidade Técnica:

1. Processo TC-042.025/2012-5 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Responsável: Carlos José Ponciano da Silva (557.168.657-04)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Pará
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6631/2016 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de acompanhamento constituído em obediência ao comando contido no item 9.1 do Acórdão 2.649/2012 (TC 008.157/2012-0), por meio do qual o Plenário deste Tribunal determinou a constituição de processos específicos para análise de cada uma das irregularidades praticadas nos contratos e licitações objeto da "Operação Galiléia";
Considerando que o processo tem por escopo específico a apuração de irregularidades praticadas por agentes públicos e privados no curso da Concorrência 04/2005, referente a serviços de dragagem de aprofundamento da cota 11 DHN nos berços internos dos píeres 2 e 3 do porto vila do Conde/PA;
Considerando que os pareceres constantes dos autos, bem como aqueles constantes do processo TC 008.157/2012-0 não apontam a existência de dano ao erário na execução do contrato decorrente da Concorrência 04/2005;
Considerando que o transcurso do tempo já superou o prazo de prescrição decenal de eventual punição aos gestores, pela ausência de qualquer notificação aos responsáveis; e
Considerando a proposta uniforme da unidade técnica pelo arquivamento dos presentes autos;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, XXIX, 143, inciso V, alínea "a", 169, II, do Regimento Interno/TCU, em arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-042.027/2012-8 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Responsáveis: Carlos José Ponciano da Silva (557.168.657-04); Edna de Almeida Pinehiro Pires (124.086.382-91); Maria de Fátima Peixoto Carvalho (064.145.322-15); Maurício Vidal da Silva Lima (426.975.222-04)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Pará
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6632/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara (do Plenário), ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o inciso V do art. 169 do Regimento Interno, em fazer as seguintes determinações e ordenar o arquivamento do processo a seguir relacionado, por ter atingido sua finalidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.670/2014-5 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - AP
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1.considerar justificadamente não cumprida a determinação do subitem 1.7.1.1 do Acórdão 1.637/2014-Plenário, ante à documentação e os fatos apresentados pelos gestores, sem imposição de sanção aos responsáveis;
1.6.2.recomendar, com fundamento no art. 250, inciso III, à Gerencia Executiva de Governo no Amapá que, caso se conclua pela ocorrência de dano ao erário na execução do Contrato de Repasse 0265.041-87/2008, adote as seguintes medidas, antes da instauração do processo de tomada de contas especial
1.6.2.1. promova a individualização das condutas daqueles que deram causa ao dano causado, nos termos da IN-TCU 71/2012;
1.6.2.2. verifique se o percentual executado da obra possui serventia e se houve atingimento dos objetivos do Contrato de Repasse 0265.041-87/2008, considerando a ampla jurisprudência desta Corte no sentido de que a absoluta imprestabilidade de obra parcialmente executada acarreta imputação de débito no valor integral do repasse (Acórdãos 3.479/2009-1ª Câmara, 2.323/2009-1ª Câmara, 2.856/2008-2ª Câmara e Acórdão 3.194/2008-2ª Câmara, 2.581/2014-Plenário, 1.577/2014-2ª Câmara);
1.6.3.comunique a esta Corte de Contas, após a expiração do prazo de vigência do Contrato de Repasse 0265.041-87/2008, a situação da obra da ponte sobre o Rio Jari, bem como as providências adotadas pela Gerência Executiva de Governo da Caixa Econômica Federal no Amapá com vistas a verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais avençados.

ACÓRDÃO Nº 6633/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea *e*, e 183, inciso I, alínea *d*, do Regimento Interno, em conceder o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, à Fundação Universidade de Brasília, para o cumprimento das determinações contidas no item 9.4 do Acórdão 2.829/2016-TCU-Primeira Câmara;

1. Processo TC-029.112/2016-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6634/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da representação, e determinar o seu arquivamento, dando-se ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.933/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote providências com vistas à apreciação das prestações de contas dos recursos repassados ao Município de São Gonçalo/RJ no âmbito do PNAE relativas aos exercícios de 2013 e 2014, instaurando, se for o caso, a competente tomada de contas especial, nos termos do art. 8º da Lei 8.443/1992 c/c o disposto na IN/TCU 71/2012, informando este Tribunal, ao final do referido prazo, sobre as providências adotadas;
1.6.2. encaminhar ao FNDE e aos representantes cópia desta deliberação, acompanhada dos pareceres que a fundamentam.

ACÓRDÃO Nº 6635/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-018.564/2016-0 (Pedido de reexame em representação)
1.1. Recorrente: Confederação dos Profissionais Contábeis do Brasil (03.657.657/0001-14)
1.2. Interessado: Confederação dos Profissionais Contábeis do Brasil (03.657.657/0001-14)
1.3. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Contabilidade
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:

VISTOS e relacionados estes autos de pedido de reexame interposto em face do Acórdão 4.910/2016-1ª Câmara, mediante o qual não foi conhecida representação interposta pela Confederação dos Profissionais Contábeis do Brasil em razão de possíveis irregularidades relacionadas à celebração de Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Federação Internacional de Contadores (IFAC),

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que o denunciante/representante não é considerado, automaticamente, parte processual,

Considerando que cabe ao interessado demonstrar, na peça recursal, em preliminar, o seu interesse em intervir no processo (art. 282 do Regimento Interno do TCU);

Considerando que a recorrente não figura como parte da relação jurídica impugnada e não demonstra em que medida seus interesses ou direitos são afetados pela decisão recorrida;

Considerando que o mero inconformismo com o entendimento adotado por esta Corte não caracteriza sucumbência recursal;

Considerando que não existe para o denunciante/representante, a não ser que admitido como interessado, prerrogativa de comparecer aos autos para a defesa de seus pontos de vista,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, ante o acolhimento pelo Relator dos pareceres constantes dos autos e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso IV, alínea 'b', e 286 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. não conhecer do presente recurso;

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente.

ACÓRDÃO Nº 6636/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso II, 237, inciso III, do Regimento Interno e art. 106, § 3º, I, da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-018.995/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (92.518.737/0001-19)

1.2. Interessado: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (92.518.737/0001-19)

1.3. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

1.8.2. considerando não haver alto risco, materialidade ou relevância nos fatos noticiados na representação, encaminhar cópia deste acórdão e das instruções às peças 2-4 ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, seu órgão de controle interno e à Procuradoria Regional da União na 4ª Região para adoção de providências de suas alçadas;

1.8.3.arquivar o processo.

ACÓRDÃO Nº 6637/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente, julgando prejudicado o pedido de medida cautelar, e determinar o seu arquivamento, dando ciência ao representante e ao órgão jurisdicionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.156/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Justiça Federal - Seção Judiciária/ES - TRF-2

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 8/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 6638/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.441/2014-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Zwinglio de Andrade Costa (077.202.114-72).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6639/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de alteração de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.662/2014-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Guilhermina de Santana Jorge (369.851.397-87).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6640/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.100/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Isabela Neves de Souza Carreiro (084.960.467-29); Isabella dos Anjos Bezerra Batista (015.961.351-58); Katia Gonçalves Sousa (998.521.281-91); Raquel Barroso de Oliveira Borges (012.149.621-06).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura - MinC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6641/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas do responsável a seguir indicado regulares com ressalva e dar-lhe quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de prestar a seguinte informação ao Ministério da Justiça e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para a adoção das medidas que entenderem pertinentes, e de encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da Peça de n. 13 do presente feito, ao Ministério da Justiça, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.952/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Interessado: Ministério da Justiça - MJ.

1.2. Responsável: Jandelson Gouveia da Silva (401.268.204-06), ex-Prefeito.

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Escada/PE.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.7. Representação legal: Bernardo de Lima Barbosa Filho (24201/OAB-PE) e outros, representando Jandelson Gouveia da Silva.

1.8. Informação:

1.8.1. ao Ministério da Justiça e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que o valor de R$ 8.836,11 (oito mil, oitocentos e trinta e seis reais e onze centavos), referente ao Convênio n. 14/2006 (Siafi n. 573.991), foi recolhido indevidamente aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em 24/9/2009, uma vez que deveria ter sido devolvido ao Tesouro Nacional.

ACÓRDÃO Nº 6642/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea c, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Alexandre Magno Medeiros Alencar (244.547.703-44) e pelo Sr. Fausto Pereira dos Santos (341.674.631-72) e em fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer emitido pela Secex/CE:

1. Processo TC-007.408/2015-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Carlomano Gomes Marques, Deputado Estadual.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pacatuba/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: Raimundo Augusto Fernandes Neto (6615/OAB-CE) e outros, representando Prefeitura Municipal de Pacatuba/CE.

1.7. Determinações:

1.7.1. à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde - SAS/MS que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência desta deliberação:

1.7.1.1. realize nova inspeção *in loco* nas obras de construção da Unidade de Pronto Atendimento, na localidade do Conjunto Jereissati III no Município de Pacatuba/CE, habilitados por meio da Portaria MS n. 1.344/2012, a fim de examinar o cumprimento do objeto, visto que no estágio em que o empreendimento se encontrava, de obra inacabada, não se vislumbra a possibilidade de que aquele venha proporcionar qualquer benefício à comunidade, constituindo-se em total desperdício de recursos públicos:

1.7.1.2. adote medidas efetivas junto à prefeitura municipal com vistas a assegurar que, dentro deste prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a aludida obra seja concluída, considerando ainda que esta Secretaria de Atenção à Saúde vem descumprindo as determinações desta Corte proferidas no âmbito do Acórdão n. 1.426/2015 - Plenário e no Acórdão n. 8.539/2015 - 2ª Câmara, o que pode acarretar sansões aos atuais gestores;

1.7.1.3. caso as obras não sejam concluídas ao final deste prazo, tome as medidas administrativas necessárias a recompor o Erário do dano causado pela não conclusão do empreendimento e instaure, se for o caso, a competente tomada de contas especial;

1.7.1.4. encaminhe a esta Corte de Contas, ao final do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o resultado de todas as medidas tomadas;

1.7.2. à Prefeitura Municipal de Pacatuba/CE que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência desta deliberação:

1.7.2.1. conclua, se ainda não o fez, e encaminhe os resultados do Processo Administrativo instaurado pela Secretaria de Saúde do Município, por meio da Portaria n. 51/2016, para apurar a responsabilidade da Construtora Comar na execução do contrato da Concorrência Pública n. 1/2012 - SMS para realizar a construção da UPA na localidade do Conjunto Jereissati III;

1.7.2.2. tome as medidas necessárias com vistas a concluir, dentro deste mesmo prazo, as obras de construção da Unidade de Pronto Atendimento, sob pena de ser instaurada a devida tomada de contas especial, para efeito de devolução total dos recursos repassados pelo Ministério da Saúde, ante ao não alcance social do objeto;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7.2.3. encaminhe a esta Corte de Contas, ao final do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o resultado de todas as medidas tomadas.

ACÓRDÃO Nº 6643/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VI, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à Agência Nacional de Águas - ANA, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da SecexAmb:

1. Processo TC-007.609/2013-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Águas - ANA.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 32/2016 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 6644/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos (peças 3 e 5), ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato em questão, por perda de objeto decorrente da reversão da aposentadoria da interessada.

1. Processo TC-027.876/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Antonia Helenizia de Sousa Firmino (296.196.963-87).

1.2. Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6645/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-027.888/2016-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Arcanjo Brasil de Matos (030.793.762-34); Terezinha Rego da Silva Loureiro (099.876.812-04); Terezinha Rego da Silva Loureiro (099.876.812-04); Terezinha Rego da Silva Loureiro (099.876.812-04).

1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6646/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos (peças 5 e 6), ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, motivado pelo falecimento do beneficiário.

1. Processo TC-027.926/2016-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Gaspar Nobre (011.793.814-91).

1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6647/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, motivado pelo falecimento do beneficiário.

1. Processo TC-027.933/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Braulio Cruz (050.262.537-68).

1.2. Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6648/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 6º, do RI/TCU, no art. 3º, § 6º e § 7º, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, fazendo-se a determinação sugerida.

1. Processo TC-024.151/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aurimar Mendonça de Oliveira (593.973.497-91); Charlie Antoni Domingos (046.439.183-06); Fábio Villela de Oliveira (878.394.077-49); Jose Aquiles Linares Colmenárez (157.991.137-48); Letícia Barbosa (854.033.017-20).

1.2. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar ao Ministério do Trabalho que, no prazo de 15 (quinze) dias, submeta a este Tribunal, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas.

ACÓRDÃO Nº 6649/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 6º, do RI/TCU, no art. 3º, § 6º e § 7º, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, fazendo-se a determinação sugerida.

1. Processo TC-024.152/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paulo Bernardo Soutosa (414.320.967-53); Renan Barbosa Amorim (050.012.744-19); Ricardo Luiz Amazonas Paixão (369.571.197-34); Sergio Silveira Gonçalves Pinto (562.292.590-87).

1.2. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar ao Ministério do Trabalho que, no prazo de 15 (quinze) dias, submeta a este Tribunal, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas.

ACÓRDÃO Nº 6650/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 6º, do RI/TCU, no art. 3º, § 6º e § 7º, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, fazendo-se a determinação sugerida.

1. Processo TC-024.521/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Leopoldo Augusto Melo Montenegro Júnior (615.334.402-04).

1.2. Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar à Superintendência da Zona Franca de Manaus que, no prazo de 15 (quinze) dias, submeta a este Tribunal, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre da falha apontada.

ACÓRDÃO Nº 6651/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 6º, do RI/TCU, no art. 3º, § 6º e § 7º, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, fazendo-se a determinação sugerida.

1. Processo TC-028.088/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Danubia dos Passos Barbosa (045.993.944-08); Raysa Faria de Melo (018.632.751-00)

1.2. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar ao Ministério do Trabalho que, no prazo de 15 (quinze) dias, submeta a este Tribunal, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas.

ACÓRDÃO Nº 6652/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos (peças 3 e 5), ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil (peça 2) a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento da beneficiária.

1. Processo TC-027.650/2016-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Hilda Saint Just (845.512.161-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6653/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento do beneficiário.

1. Processo TC-027.681/2016-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Francisco José Tavares Militão (932.024.743-91).
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6654/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos (peças 4 e 5), ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência da exclusão da beneficiária, no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), por motivo de falecimento.

1. Processo TC-027.710/2016-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Adelce Groia Paulino (973.546.518-34).
1.2. Entidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6655/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, em decorrência de situação que implica a cessação de efeitos financeiros.

1. Processo TC-027.726/2016-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cosme Ferreira Chaves (247.175.337-04); Jean Antoine Dumay Rotondaro (052.926.257-60); Lauricelia Japetequara Almeida de Souza (053.884.977-04); Luis Eduardo de Almeida (053.884.987-86); Maria de Lourdes da Silva (086.219.337-05); Nilza Maria de Souza (778.241.997-20); Sergio Antonio Rotondaro (405.665.017-91); Sergio Dumay Rotondaro (052.926.237-17); Vilma Raposo Ferreira (019.904.977-72).
1.2. Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6656/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de reforma a seguir relacionado, por perda de objeto, motivado pelo falecimento do beneficiário.

1. Processo TC-012.942/2012-0 (REFORMA)
1.1. Interessado: Onissis Dias Ribeiro (059.662.567-72).
1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal (MD/CA).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6657/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade instrutiva e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar o acórdão 5826/2012-TCU-1ª Câmara, de modo que onde se lê, "Item 8. Advogado constituído nos autos: Joel de Souza Neiva Júnior (OAB/BA 21.118), procuração à peça 36 - pág. 4 e Thianelo Araújo (OAB/BA 21.540)", leia-se "Item 8. Advogados constituídos nos autos: Caio Fernando Magalhães da Silva (OAB/BA 32.279), Clara Fernanda Magalhães da Silva (OAB/BA 27.477) e Joel de Souza Neiva Júnior (OAB/BA 21.118)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-023.580/2009-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apenso: 028.355/2007-6 (REPRESENTAÇÃO).
1.2. Responsáveis: Joel de Souza Neiva (024.905.955-04); Luciano Dias Magalhães (165.534.465-04); Silvio Bispo da Silva (035.938.275-49).
1.3. Entidade: município de Conceição do Almeida/BA.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Sexec-BA).
1.7. Representação legal: Clara Fernanda Magalhães da Silva (OAB/BA 27.477) e outros, representando Silvio Bispo da Silva e Luciano Dias Magalhães; Joel de Souza Neiva Junior (OAB/BA 21.118), representando Joel de Souza Neiva.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6658/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 7), ao representante, fazendo-se as determinações sugeridas nos autos.

1. Processo TC-004.943/2016-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL - 4ª Vara do Trabalho em Maceió/AL.
1.2. Entidade: Administração Regional do Sesc no Estado de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Alagoas (Secex-AL).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. enviar cópia deste processo ao Sesc/AL e à unidade regional do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria da União, em Alagoas (CGU/AL), para que, em caso da efetivação do pagamento da multa aplicada pela Justiça do Trabalho no âmbito do processo 0001150-63.2014.5.19.0004, adotem as providências cabíveis ao caso para apurar a responsabilidade pelo ato que resultou na sanção judicial e para o devido ressarcimento, na forma prevista na Instrução Normativa TCU 71/2012;
1.7.2. determinar ao Sesc/AL que faça menção nos próximos relatórios de gestão acerca do andamento do processo judicial, bem como quanto às medidas determinadas no item anterior, se for o caso;

ACÓRDÃO Nº 6659/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, "a", ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 32), ao representante e ao Governo do Estado do Acre - Secretaria de Estado da Gestão Administrativa (SGA), Secretaria Adjunta de Compras e Licitações (Selic) e Secretaria de Estado da Saúde (Sesacre) -, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.798/2015-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Omnimed Ltda. (04.469.133/0001-62).
1.2. Órgão/Entidade: entidades/órgãos do Governo do Estado do Acre.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Secex-AM).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar ciência ao Governo do Estado do Acre - Secretaria de Estado da Gestão Administrativa (SGA), Secretaria Adjunta de Compras e Licitações (Selic) e Secretaria de Estado da Saúde (Sesacre) sobre a seguinte impropriedade: necessidade de se observar o Decreto 5.973/2010, do Acre, e a jurisprudência do TCU (acórdãos 2584/2010, 2221/2012 e 915/2015, todos do Plenário) quando se utilizar recursos federais oriundo de transferências voluntárias da União.

ACÓRDÃO Nº 6660/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente , encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 25), ao representante, ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais de Minas Gerais (Core-MG) e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

1. Processo TC-021.175/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Samantha de Almeida Ferreira (047.206.846-61).
1.2. Entidade: Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.6. Representação legal: Paulo de Tarso do Nascimento (OAB/MG 58.969) e outros, representando Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Minas Gerais.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6661/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, "a", ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente , encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 54), ao representante e ao Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci).

1. Processo TC-024.361/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: IComunicação Integrada - Eireli (05.033.844/0001-52).
1.2. Entidade: Conselho Federal de Corretores de Imóveis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Samuel França Torres dos Santos e outros, representando Conselho Federal de Corretores de Imóveis.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 6662 a 6696, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 6662/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.192/2013-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Pensão Civil)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Filipe Moura de Lima (008.762.384-60); Maria do Livramento Moura de Lima (133.223.204-30); Marilia Gabriela Moura de Lima (008.762.374-99)
3.2. Recorrente: Maria do Livramento Moura de Lima (133.223.204-30).
4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:
8.1. Marcos dos Anjos Pires Bezerra (3994/OAB-PB) e outros, representando Maria do Livramento Moura de Lima.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 2.479/2016-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro à pensão civil instituída por Enoc Bezerra de Lima, em face da inclusão nos proventos de parcela alusiva a plano econômico já integrada à estrutura remuneratória ordinária do cargo de origem do instituidor,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar a ele provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Paraíba e à recorrente.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6662-38/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6663/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.607/2016-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Aposentadoria)
3. Interessado: Cândido Moraes Pinto Filho (023.724.875-15).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos contra o Acórdão 4.611/2016-1ª Câmara, alusivo à aposentadoria do Sr. Cândido Moraes Pinto Filho,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração apresentados por Cândido Moraes Pinto Filho para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6663-38/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6664/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.857/2012-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Nilce Potrich (298.424.920-87).
4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - NOVO HAMBURGO/RS - INSS/MPS.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido no âmbito da Gerência Executiva do INSS - NOVO HAMBURGO/RS - INSS/MPS em favor de Nilce Potrich,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92 e art. 262, § 2º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Nilce Potrich (298.424.920-87) e a ele negar registro;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;
9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS - NOVO HAMBURGO/RS - INSS/MPS que adote as seguintes providências:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.3.3. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do presente acórdão;
9.3.4. oriente a interessada que poderá optar entre retornar à atividade ou recolher de forma indenizada a contribuição relativa ao tempo rural;
9.4. determinar à SEFIP que:
9.4.1. oriente o órgão jurisdicionado no sentido de que poderá ser editado novo ato de aposentadoria em favor da interessada, desde que escoimado da irregularidade verificada nos presentes autos, o qual deverá ser submetido a novo julgamento por esta Corte de Contas, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU;
9.4.2. monitore o cumprimento das determinações constantes do subitem 9.3 acima, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;
9.5. dê-se ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6664-38/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6665/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.487/2016-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Weliton Militão dos Santos (241.314.156-15).
4. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela Justiça Federal da 1ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Weliton Militão dos Santos, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Justiça Federal da 1ª Região que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. emita e cadastre no sistema Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato inicial de aposentadoria em favor do Sr. Weliton Militão dos Santos, escoimado da irregularidade apontada nestes autos, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;
9.3.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Weliton Militão dos Santos, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o Sr. Weliton Militão dos Santos teve ciência desta deliberação;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. quando do exame do novo ato de aposentadoria do Sr. Weliton Militão dos Santos, verifique a exação do tempo de serviço averbado em favor do interessado, requerendo, para tanto, cópia da documentação pertinente ao órgão de origem;
9.4.2. monitore o cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6665-38/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6666/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.490/2016-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Elizabeth Leão (354.938.361-49).
4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP em favor de Elizabeth Leão,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse de Elizabeth Leão (354.938.361-49), negando-se o correspondente registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. oriente o órgão jurisdicionado no sentido de que poderá ser editado novo ato de aposentadoria em favor da interessada, desde que escoimado da irregularidade verificada nos presentes autos, o qual deverá ser submetido a novo julgamento por esta Corte de Contas, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU;
9.4.2. monitore o cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3 acima.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6666-38/16-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6667/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.474/2012-4
1.1. Apensos: 025.673/2015-7; 025.674/2015-3; 025.675/2015-0
2. Grupo I - Classe I - Recurso de reconsideração (em Tomada de contas especial)
3. Recorrente/Interessado:
3.1. Recorrente: Rosário Conte Galate Neto (007.569.972-91)
3.2. Interessado: Raimundo S. Elgaly - ME (04.370.755/0001-39)
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: Procurador-geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Advogado constituído nos autos: Thayla Galate Gomes (OAB/AM 7.954) e outros

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Rosário Conte Galate Neto contra o Acórdão 3.940/2014-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do RITCU, conhecer do presente recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar sem efeito o subitem 9.2 do Acórdão 3.940/2014-1ª Câmara, nos termos do disposto no art. 281 do RITCU, de modo a afastar as multas individuais impostas aos responsáveis ante a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva;

9.3. manter inalterados os demais termos do acórdão recorrido; e

9.4. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentaram, ao recorrente, à empresa Raimundo S. Elgaly - ME (04.370.755/0001-39), à Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6667-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6668/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.175/2016-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Arnaldo Cavalcante Cerqueira (034.625.874-04).

4. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos - DEPEX/SE/MP.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria sob a responsabilidade do Departamento de Órgãos Extintos (DEPEX/SE/MP),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse de Arnaldo Cavalcante Cerqueira, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Departamento de Órgãos Extintos (DEPEX/SE/MP) que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Arnaldo Cavalcante Cerqueira, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6668-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6669/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.318/2009-6

2. Grupo I - Classe I - Recurso de reconsideração (em Prestação de contas)

3. Responsáveis/Interessados/Recorrente:

3.1. Responsáveis: Adalva Alves Monteiro (023.009.664-68); Bento dos Santos da Silva Neto (043.957.783-72); Faustino Aragão Câmara (023.502.113-04); Fábio Luís Trinca (053.902.988-29); Libania Maria Bittencourt de Souza (704.553.173-72); Lourival Ferreira Brasil (189.104.245-91); Marcia Tereza Correia Ribeiro (304.324.643-87); Maria Eufrásia Campos (012.233.053-68); Marlon Marques Aguiar (331.056.503-34); Orlando Colavolpe (002.406.565-04); Roberto Coelho da Silva (067.126.224-68); Rocimary Câmara de Melo da Silva (460.685.623-87); Severiano Antônio do Nascimento (094.505.133-68); Sônia Solange Parga da Silva (252.017.433-15); e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão (06.994.560/0001-95)

3.2. Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)

3.3. Recorrente: Adalva Alves Monteiro (023.009.664-68)

4. Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Maranhão - Sescoop/MA

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Procurador-geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Advogado constituído nos autos: Alexandre Benevides Cabral (OAB-DF 33.492), Paulo Roberto Galli Chuery (OAB-DF 20.449), Valdenio Nogueira Caminha (OAB-MA 5.835) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Adalva Alves Monteiro, ex-presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Maranhão (Sescoop/MA), contra o Acórdão 2.293/2014-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 c/c art. 285 do RITCU, conhecer do presente recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. conferir às tabelas de débito imputado a Adalva Alves Monteiro, em solidariedade com Rocimary Câmara de Melo da Silva, descritas na segunda parte do subitem 9.2 do Acórdão 2.293/2014-1ª Câmara, a seguinte configuração:

Valor (R$)	Data da Ocorrência	D/C
50,00	21/02/2008	D
49,90	03/03/2008	D
49,90	03/04/2008	D
49,90	05/05/2008	D
3.878,59	19/09/2008	D
136,18	24/09/2008	D
11,18	02/10/2008	D
11.635,77	03/10/2008	D
1.608,25	06/10/2008	D
7.228,80	16/10/2008	D
136,18	27/10/2008	D
3.614,10	31/10/2008	D
64,30	03/11/2008	D
1.750,00	07/11/2008	D
135,65	26/11/2008	D
100,00	04/12/2008	D
100,00	10/12/2008	D
4.086,14	17/12/2008	D
500,00	19/12/2008	D
67,00	23/12/2008	D
1.440,00	29/04/2010	C

9.3. alterar o subitem 9.3 do Acórdão 2.293/2014-1ª Câmara para reduzir as multas aplicadas a Adalva Alves Monteiro e a Rocimary Câmara de Melo da Silva de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para R$ 8.000,00 (oito mil reais), com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de quinze dias para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, a línea "a", do RITCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. manter inalterados os demais termos do acórdão recorrido; e

9.5. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentaram, à recorrente, à Rocimary Câmara de Melo da Silva (460.685.623-87), ao Sescoop Nacional, ao Sescoop/MA, ao Ministério do Trabalho e Emprego, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão e aos demais interessados.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6669-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6670/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.687/2013-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: - Tomada de contas especial

3. Responsáveis: José Abelardo Guimarães Camarinha (382.337.548-20); Prefeitura Municipal de Marília - SP (44.477.909/0001-00).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Marília - SP.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em razão da não-comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados no bojo do Programa Nacional de Alimentação Escolar à Creche,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. com fundamento nos art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU, arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6670-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6671/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.258/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Núbia Cozzolino (445.041.367-91).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Magé - RJ.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Caixa Econômica Federal em razão de irregularidades na documentação exigida para a prestação de contas do Contrato de Repasse 161.442-29/2003 (Siafi 498502),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com base no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, declarar a revelia da Sra. Núbia Cozzolino (445.041.367-91);

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Núbia Cozzolino (445.041.367-91), com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, dessa mesma lei, e condená-la ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
R$ 59.764,02	17/5/2007

9.3. aplicar à Sra. Núbia Cozzolino a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, sob pena de cobrança judicial do valor atualizado monetariamente, na forma da legislação em vigor, desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6671-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6672/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.190/2014-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Manuel da Silva Resende (004.843.181-87); Maria das Mercês Vieira da Filgueira (225.337.611-68).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos inicial e de alteração de aposentadoria aos servidores do Ministério da Saúde Manuel da Silva Resende e Maria das Mercês Vieira da Filgueira,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92, art. 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 1º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Manuel da Silva Resende (004.843.181-87) e Maria das Mercês Vieira da Filgueira (225.337.611-68), determinando-se o correspondente registro;

9.2. determinar à unidade jurisdicionada que proceda às anotações devidas nos assentamentos funcionais dos interessados;

9.3. determinar à Sefip que efetue as devidas correções no Sistema Sisac.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6672-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6673/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.417/2014-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em representação

3. Recorrentes: Conselho Regional de Corretores de Imóveis 17ª Região (RN) e Waldemir Bezerra de Figueiredo (CPF: 074.992.304-06)

4. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis 17ª Região (RN).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

8. Representação legal: Leonardo Sales Xavier (OAB/RN 5.577)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos em face do Acórdão 905/2016 - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes pedido de reexame para, no mérito:

9.1.1. negar provimento ao recurso interposto pelo sr. Waldemir Bezerra de Figueiredo;

9.1.2. dar provimento parcial ao recurso interposto pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis 17ª Região (RN), de forma a inserir o seguinte subitem no Acórdão 905/2016-1ª Câmara:

"9.4.3. nas situações em que os empregados estejam a gozar de estabilidade provisória, nos termos da legislação pertinente, o prazo de que trata o subitem anterior somente começará a fluir após o término dessa estabilidade;"

9.2. dar ciência aos recorrentes do teor desta deliberação.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6673-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6674/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.749/2013-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Rosinaldo dos Santos Cordeiro (209.639.634-49).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no inciso II do art. 39 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legal a concessão de aposentadoria a Rosinaldo dos Santos Cordeiro e determinar o registro do ato de peça 8 (número de controle 10802533-04-2009-000199-7);

9.2. dar ciência desta deliberação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6674-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6675/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.239/2013-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados: Ana Maria Rodrigues (418.470.327-53); Ana Maria de Lima da Silva (362.262.707-72); Angela Maria dos Santos Carmo (416.595.207-97); Angela Maria dos Santos Carmo (416.595.207-97); Carlos Sant'anna (117.401.917-49); Celso Murad (049.616.257-87); Ceny Sibalto Santana (972.221.787-91).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadorias deferidas pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Espírito Santo,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Ana Maria Rodrigues, Ana Maria de Lima da Silva, Angela Maria dos Santos Carmo (inicial e alteração), Carlos Sant'anna e Ceny Sibalto Santana, ordenando seu registro;

9.2. considerar ilegal o ato de alteração de aposentadoria de Celso Murad, recusando seu registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado cujo ato foi considerado ilegal, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Espírito Santo que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Celso Murad, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o Sr. Celso Murad teve ciência desta deliberação;

9.5. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, esclarecer ao órgão de origem que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos;

9.6. determinar à Sefip que:

9.6.1. providencie a correção, no sistema Sisac, consoante disposto no art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007, dos atos números de controle 10802584-04-2008-000110-1 e 10802584-04-2010-000021-0, referentes à inativa ANGELA MARIA DOS SANTOS CARMO, compatibilizando as informações lançadas nos campos alusivos a tempo de serviço, fundamentação legal, proporcionalidade e vencimentos com aquelas efetivamente constantes das respectivas portarias e do sistema Siape, conforme indicado nas peças 18 (despacho) e 21 (resposta à diligência);

9.6.2. monitore o cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.4.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6675-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6676/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.955/2010-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria (Acompanhamento)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Silvio Sandri (006.283.799-00); Suelir Julia Alves (674.752.809-34); Tanaro Pereira Bez (179.821.209-97); Tania Maria Gomes do Amaral (030.109.969-34); Tania Vanessa Nothen Mascarello (158.157.220-49); Terezinha Chiocca (294.848.719-68); Terezinha Jandira Ramos (618.259.139-00); Valdir Joao da Cunha (289.965.699-68); Vania Lucia Coutinho Rabelo (511.083.139-49); Vera Maria Ribeiro Nogueira (419.751.708-49); Veronica Rocha dos Santos (417.779.999-87); Vidomar Leopoldo Carlos (029.742.409-25); Volnei Ivo Carlin (007.894.459-72); Walmor Orlando Pierre (155.313.099-53); Wilson Arcanjo da Silva (145.090.839-04); Wilson Valgas dos Santos (004.161.779-72); Zelia Zenft Fraga Machado (245.961.759-34); Zilda Casimira da Costa (711.719.599-15)

3.2. Responsáveis: Suelir Julia Alves (674.752.809-34); Tania Maria Gomes do Amaral (030.109.969-34); Terezinha Chiocca (294.848.719-68); Terezinha Jandira Ramos (618.259.139-00); Valdir Joao da Cunha (289.965.699-68); Vera Maria Ribeiro Nogueira (419.751.708-49); Veronica Rocha dos Santos (417.779.999-87); Vidomar Leopoldo Carlos (029.742.409-25); Walmor Orlando Pierre (155.313.099-53); Wilson Arcanjo da Silva (145.090.839-04); Zelia Zenft Fraga Machado (245.961.759-34); Zilda Casimira da Costa (711.719.599-15).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: Guilherme Belém Querne (OAB/SC nº 12.605) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia o acompanhamento das determinações contidas no Acórdão nº 8.686/2011-2ª Câmara, com a redação dada pelo Acórdão nº 2.499/2013-2ª Câmara, reiteradas pelo Acórdão nº 662/2016-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 40 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 241, 243 e 250, inciso II, do Regimento Interno, em efetuar as determinações adiante especificadas, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. rejeitar as razões de justicativa apresentadas e aplicar individualmente à Srª. Rita de Cássia Knabben (298.612.689-87), Diretora titular do Departamento de Administração de Pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, a pena de multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.2.1. no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a instauração do processo administrativo competente, apure os valores recebidos indevidamente pelos interessados a título da parcela referente à URV de 3,17% e horas extras judiciais conforme subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão nº 662/2016-1ª Câmara, procedendo-se à reposição ao erário dos valores recebidos em descumprimento ao Acórdão nº 8.686/2011-2ª Câmara, com a redação dada pelo Acórdão nº 2.499/2013-2ª Câmara, conforme disposto no enunciado nº 106 da Súmula desta Corte de Contas;

9.2.2. instaure a competente tomada de contas especial no sentido de que seja reconhecida a responsabilidade solidária da Srª. Rita de Cássia Knabben (298.612.689-87), Diretora titular do Departamento de Administração de Pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em relação aos valores pagos em desacordo com o Acórdão nº 662/2016-1ª Câmara;

9.2.3. promova, caso não comprovado o tempestivo recolhimento, o desconto integral ou parcelado da multa estipulada no subitem 9.1 deste Acórdão sobre os vencimentos da responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

9.2.4. emita e disponibilize no SISAC, no prazo de 30 (trinta) dias, novos atos de aposentadoria em favor dos inativos tratados nestes autos que tiveram seus atos considerados ilegais, escoimados das irregularidades apuradas no Acórdão 8.686/2011-2ª Câmara, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.3. determinar à Sefip que:

9.3.1. reitere as determinações constantes dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão nº 662/2016-1ª Câmara;

9.3.2. realize o monitoramento das determinações constantes da presente deliberação, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da multa referida no subitem 9.1, caso não recolhida tempestivamente pela responsável e inviabilizado o desconto em folha da dívida;

9.5. dar ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado, à gestora responsável Rita de Cássia Knabben (298.612.689-87) e aos interessados, encaminhando-lhes cópia do inteiro teor da presente deliberação.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6676-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6677/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-005.414/2014-8.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alfredo Américo Gadelha (074.676.132-53) e Rhomer de Souza Lima (074.825.312-20).

4. Entidade: Município de Bonfim/RR.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/RR.

8. Representantes legais: Henrique Keisuke Sadamatsu, OAB/RR 208-A; Bruno Ulisses da Silva Carneiro, OAB/DF 27.236 e OAB/GO 36.492A; Tiago Machado da Silva, OAB/DF 45.310.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pela Caixa Econômica Federal - Caixa contra os Srs. Alfredo Américo Gadelha (Gestão 2001 a 2004) e Rhomer de Souza Lima (Gestão 2005 a 2008), ex-Prefeitos de Bonfim/RR, em vista da frustração dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse 109.690-44/2000, firmado entre Caixa e o Município de Bonfim/RR.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da presente relação jurídico-processual o Sr. Rhomer de Souza Lima;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Alfredo Américo Gadelha, condenando-o ao pagamento do valor de R$ 135.189,15 (cento e trinta cinco mil, cento e oitenta e nove reais e quinze centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 13/03/2001, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar a multa do art. 57 da Lei 8.443/1992 ao Sr. Alfredo Américo Gadelha, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, informando ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Roraima, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das providências que julgar cabíveis, e ao Incra e à Caixa, para ciência.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6677-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6678/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-010.658/2014-9.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Sr. Marco José Guilherme de Pontes (089.566.264-72).

4. Entidade: Município de Município de Bezerros/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo da Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/PE.

8. Representação legal: Walles Henrique de Oliveira Couto, OAB/PE 24.224; Henrique César Freire de Oliveira, OAB/PE 22.508.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS, em razão de irregularidades na aplicação dos recursos do SUS, no exercício de 2001, no Município de Bezerros/PE, conforme Relatório de Auditoria 7.068/2009, do Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Marco José Guilherme de Pontes condenando-o ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a data da efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Saúde - FNS:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
Constatação 11431 do Relatório de Auditoria 7068 do Denasus - Teto Municipal da Média e Alta Complexidade ambulatorial e hospitalar.	
256.967,18	09/01/2001
37.447,40	1º/02/2001
34.720,17	02/03/2001
40.095,28	02/04/2001
36.130,90	02/05/2001
42.389,17	1º/06/2001
61.535,07	02/07/2001
65.035,86	1º/08/2001
62.097,67	03/09/2001
67.947,90	02/10/2001

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Constatação 11433 do Relatório de Auditoria 7068 do Denasus - Programa de Atenção Básica - PAB.	
130,00	22/01/2001
6.079,00	09/03/2001
13.415,68	28/03/2001
140,00	30/03/2001
9.181,66	04/04/2001
57,60	05/04/2001
300,00	16/04/2001
33.567,87	27/04/2001
187,75	30/04/2001
359,70	25/05/2001
14.017,62	31/05/2001
3.054,73	1º/06/2001
345,52	04/06/2001
115,00	05/06/2001
72.778,85	06/06/2001
68,00	07/06/2001
7.928,13	08/06/2001
6.661,40	11/06/2001
29,90	12/06/2001
100,00	15/06/2001
14.943,62	20/06/2001
789,00	29/06/2001
10.349,08	09/07/2001
77.734,69	25/07/2001
14.913,60	26/07/2001
10.297,00	16/08/2001
6.300,00	21/08/2001
832,00	31/08/2001
847,90	03/09/2001
734,00	04/09/2001
413,00	05/09/2001
6.300,00	12/09/2001
518,30	14/09/2001
80,00	18/09/2001
80.976,32	26/09/2001
1.382,39	03/10/2001
397,14	05/10/2001
6.300,00	08/10/2001
35,00	15/10/2001
19.057,69	18/10/2001
1.776,75	24/10/2001
20,00	26/10/2001

9.2 autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.3 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.4 remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o sustentam, ao FNS, para conhecimento, e à Procuradoria da República no Estado do Pernambuco, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6678-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6679/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.766/2007-8.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessada: Amanda Guimaraes Passos (063.875.326-04).

4. Unidade Jurisdicionada: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip

8. Representação legal: Hilton Costa da Silva, OAB/MG 65.006.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituída por Milton Passos em favor de sua neta Amanda Guimarães Passos, na condição de menor sob guarda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, inciso III e IX, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão instituída por Milton Passos e negar-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. comunique à interessada a respeito deste Acórdão, por intermédio de seu representante legal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da medida indicada no subitem 9.3.1 supra, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6679-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6680/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-018.251/2014-5.

2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Francisco Rubensmário Chaves Siqueira (599.748.004-63) e Município de Ipubi/PE (11.040.896/0001-59).

4. Entidade: Município de Ipubi/PE.

5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.

8. Representação Legal: Francisco Aracildo Alves Feitoza, OAB/PE 14.095.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, em desfavor do Sr. Francisco Rubensmário Chaves Siqueira, Prefeito de Ipubi/PE na gestão 2005-2012, em razão da omissão da prestação de contas dos recursos referentes ao Convênio 01.0096/2007 - Siafi 628022, firmado com aquele órgão e a municipalidade, cujo objeto era o apoio à implantação de uma mini agroindústria de beneficiamento de frutas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea a, 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Rubensmário Chaves Siqueira;

9.2. aplicar ao Sr. Francisco Rubensmário Chaves Siqueira a multa prevista nos arts. 19, parágrafo único, e 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5. arquivar o presente processo, com relação ao município de Ipubi/PE, sem cancelamento do débito de R$ 19.271,60 (dezenove mil, duzentos e setenta e um reais e sessenta centavos), a ser atualizado desde 5/3/2010, a cujo pagamento continuará obrigado o ente federado, com fundamento no art. 213 do RI/TCU, c/c os arts. 6º, inciso I, e 19 da Instrução Normativa TCU 71/2012;

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6680-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6681/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.759/2004-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Pedido de Reexame em Representação).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

3.2. Recorrente: André Luís Dantas Ferreira (556.861.765-15).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pirambu/SE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal: Rafael Resende de Andrade, OAB/SE 5.201 (peça 70, p. 1).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por André Luís Dantas Ferreira contra o Acórdão 4.632/2016-TCU-Primeira Câmara, que julgou pedido de reexame contra o Acórdão 3.934/2014-TCU-Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos para, no mérito, rejeitá-los.

9.2. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, ao embargante.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6681-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6682/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n. TC 020.098/2014-6.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Entidade: Município de Lagoa dos Gatos/PE.

4. Responsáveis: Responsáveis: Helena Maria de Melo Silva (450.116.484-00); Luiz Batista da Silva (837.316.958-04); Reinaldo Santos Barros (013.123.244-49).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secex/PE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, tendo como responsáveis os Srs. Luiz Batista da Silva e Reinaldo Santos Barros, ex-Prefeitos do Município de Lagoa dos Gatos/PE, bem assim a Sra. Helena Maria de Melo Silva, ex-Secretária de Ação Social, em razão da não aprovação da prestação de contas referente ao Termo de Responsabilidade n. 393/2002, cujo objeto consistia na realização de "Ações de Geração de Renda para as Famílias do Peti".

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 afastar a responsabilidade da Sra. Helena Maria de Melo Silva, ex-Secretária de Ação Social do Município de Lagoa dos Gatos/PE, excluindo-a da presente relação processual;

9.2 autorizar o arquivamento do processo em relação ao Sr. Reinaldo Santos Barros, Prefeito do Município de Lagoa dos Gatos/PE no período de 2005 a 2012, sem cancelamento do débito que lhe foi imputado (R$ 39.237,77, data de referência 1/1/2005, deduzido o valor de R$ 2.821,56 a contar de 30/10/2013), com fulcro no art. 213 do RI/TCU c/c os arts. 6º, inciso I, e 19 da IN/TCU 71/2012;

9.3 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, da Lei n. 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos III e IV, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Luiz Batista da Silva e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, abatendo-se as quantias já devolvidas, nos termos da Súmula/TCU n. 128 e na forma prevista na legislação em vigor:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	TIPO DE LANÇAMENTO
235.200,00	14/09/2002	DÉBITO
39.237,77	31/12/2004	CRÉDITO
2.821,56	30/10/2013	CRÉDITO

9.4 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.5 autorizar, caso solicitado, o pagamento da dívida em até 36 parcelas, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.443/1992 c/c do art. 217 do RI/TCU, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam: a) à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para adoção das medidas previstas no art. 15 da IN/TCU 71/2012, em relação ao Sr. Reinaldo Santos Barros, ex-Prefeito de Lagoa dos Gatos/PE no período de 2005 a 2012; b) ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Pernambuco, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7 autorizar o desentranhamento das peças 24, 25 e 26 destes autos, nos termos do art. 17 da Resolução-TCU 259/2014.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6682-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6683/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n. TC 025.121/2014-6.

2. Grupo: II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Ézio da Rocha Araújo (018.189.964-72)

4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq contra o Sr. Ézio da Rocha Araújo, em razão do descumprimento do dever de apresentar relatório técnico e prestar contas dos recursos recebidos com base no Termo de Concessão e Aceitação de Apoio ao Financiamento de Projeto de Pesquisa firmado em 20/03/2006, com vistas ao desenvolvimento do Projeto "Simulação de Processos Térmicos de Recuperação de Óleos Pesados com Computação Paralela".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no disposto no art. 12, § 1º, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Ézio da Rocha Araújo e fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o Responsável comprove o recolhimento, aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas até a efetiva quitação, na forma da legislação em vigor:

Débito (R$)	Data
R$ 4.165,00	23/03/2009
R$ 2.737,57	13/07/2009

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo ao Responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 271, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.3. cientificar o Responsável de que, nos termos do art. 12, § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, § 4º, do RI/TCU, a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e o Tribunal julgará as respectivas contas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, mas que a falta de liquidação tempestiva da dívida ensejará que o TCU venha a julgar as contas irregulares com imputação de débito atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6683-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6684/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 044.275/2012-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Adalva Alves Monteiro, (CPF 023.009.664-68); Bento dos Santos da Silva Neto (CPF 043.957.783-72); Faustino Aragão Câmara (CPF 023.502.113-04); Honório Gonçalves Ribeiro Neto (CPF 096.495.573-34); José Mariano Rangel Costa Ferreira (CPF 375.883.543-72); Lourival Ferreira Brasil (CPF 189.104.245-91); Márcia Tereza Correia Ribeiro (CPF 304.324.643-87); Maria Eufrásia Campos (CPF 012.233.053-68); Mariano Rodrigues da Silva (CPF 095.678.877-72); Rocimary Câmara de Melo da Silva (CPF 460.685.623-87) e Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão - Ocema (CNPJ 06.994.560/0001-95).

4. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Maranhão - Sescoop/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.

8. Representante legal: Alexandre Benevides Cabral (OAB/DF 33.492).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop, por intermédio de seu interventor com o escopo de apurar e quantificar dano ao erário decorrente de irregularidades na gestão da entidade no exercício de 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir do rol de responsáveis desta Tomada de Contas Especial os Srs. Honório Gonçalves Ribeiro Neto, Rocimary Câmara de Melo, José Mariano Rangel Costa Ferreira, Mariano Rodrigues da Silva, e Maria Eufrásia Campos;

9.2. com fundamento nos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas das Sras. Adalva Alves Monteiro e Márcia Tereza Correia Ribeiro, bem como do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão;

9.3. condenar, solidariamente, os responsáveis indicados, ao pagamento das quantias originais, abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Maranhão, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.3.1. Sra. Adalva Alves Monteiro em solidariedade com a Sra. Márcia Tereza Correia Ribeiro:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
295,00	05/01/2006
490,00	05/01/2006
210,00	05/01/2006
377,37	11/01/2006
100,80	20/01/2006
151,20	20/01/2006
800,00	25/01/2006
302,40	25/01/2006
300,00	27/01/2006

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
40,80	27/01/2006
584,54	30/01/2006
168,00	31/01/2006
227,78	31/01/2006
239,64	31/01/2006
400,00	03/02/2006
200,00	03/02/2006
120,00	03/02/2006
115,70	03/02/2006
323,46	03/02/2006
200,00	10/02/2006
500,00	10/02/2006
300,00	10/02/2006
150,00	14/02/2006
250,00	14/02/2006
210,00	16/02/2006
126,00	16/02/2006
200,00	16/02/2006
216,50	16/02/2006
34,00	16/02/2006
750,00	13/03/2006
150,00	13/03/2006
150,00	17/03/2006
200,00	17/03/2006
80,00	17/03/2006
584,14	27/03/2006
4.000,00	29/03/2006
350,00	17/4/2006
450,00	20/04/2006
1.000,00	20/04/2006
350,00	02/05/2006
37,40	02/05/2006
227,78	12/05/2006
239,64	12/05/2006
630,00	12/05/2006
151,20	15/05/2006
750,00	16/05/2006
201,60	16/05/2006
466,00	17/05/2006
136,00	22/05/2006
173,00	22/05/2006
300,00	22/05/2006
584,15	25/05/2006
150,00	26/05/2006
150,00	26/05/2006
340,00	14/06/2006

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
300,00	14/06/2006
375,00	16/06/2006
250,00	28/06/2006
642,91	26/07/2006
740,00	18/10/2006
300,00	09/11/2006
504,00	21/11/2006
450,00	21/11/2006
215,64	22/11/2006
267,65	23/11/2006
247,76	23/11/2006
1.000,00	04/12/2006
336,00	04/12/2006
642,90	04/12/2006
357,77	04/12/2006
885,02	04/12/2006
350,00	05/12/2006
273,30	12/12/2006
215,64	12/12/2006
439,95	13/12/2006
51,00	15/12/2006
200,00	22/12/2006
378,00	22/12/2006
336,00	22/12/2006

9.3.2. Sra. Adalva Alves Monteiro:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
522,67	05/01/2006
56,00	13/01/2006
500,00	05/04/2006
37,40	05/04/2006
350,00	17/04/2006
448,80	19/04/2006
1.052,36	16/05/2006
350,00	24/05/2006
227,78	24/05/2006

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

239,64	24/05/2006
39,10	24/05/2006
13,10	19/10/2006
267,65	20/10/2006
227,78	20/10/2006
420,00	20/10/2006
227,78	24/10/2006
642,90	31/10/2006
227,78	03/11/2006

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
267,65	03/11/2006
336,00	03/11/2006
300,00	05/01/2006

9.3.3. Sra. Márcia Tereza Correia Ribeiro:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
431,28	19/07/2006
210,00	19/07/2006
328,00	19/07/2006
239,64	19/07/2006
227,78	19/07/2006
378,00	20/07/2006
100,00	21/07/2006
350,00	26/07/2006
201,60	11/08/2006
74,80	11/08/2006
300,00	25/08/2006
215,64	14/09/2006
350,00	19/07/2006

9.3.4. Sra. Adalva Alves Monteiro em solidariedade com Márcia Tereza Correia Ribeiro e com o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão - Ocema:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
15.000,00	27/01/2006
5.000,00	14/02/2006
5.000,00	14/06/2006
350,00	16/06/2006
300,00	16/06/2006
5.000,00	16/11/2006
5.000,00	05/12/2006

9.3.5. Sra. Adalva Alves Monteiro em solidariedade com o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão - Ocema:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
300,00	10/01/2006
350,00	12/05/2006

9.3.6. Sra. Márcia Tereza Correia Ribeiro em solidariedade com o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão - Ocema:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
5.000,00	13/07/2006
5.000,00	11/08/2006
350,00	16/08/2006
5.000,00	14/09/2006
5.000,00	16/10/2006

9.4. aplicar aos responsáveis abaixo a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei n. 8.443/1992, nos valores a seguir indicados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor
Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão - Ocema	R$ 10.000,00
Adalva Alves Monteiro	R$ 13.000,00
Márcia Tereza Correia Ribeiro	R$ 17.000,00

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 271, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.7. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 6° do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6684-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6685/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.041/2014-4.

2. Grupo I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (03.353.358/0001-96)

3.2. Responsáveis: Antonio Maximiano dos Santos (493.475.947-68); Esmael Nunes Loureiro (558.238.317-49); N. G. Engenharia Ltda - Epp (39.815.519/0001-63).

4. Entidade: município de Sooretama/ES.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo (Secex-ES).

8. Representação legal:

8.1. Alexandre Sardinha Tebaldi Junior (OAB/ES 17.923), representando Esmael Nunes Loureiro (peça 27)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) em desfavor dos Srs. Esmael Nunes Loureiro e Antônio Maximiano dos Santos, respectivamente, ex-prefeito e atual prefeito (mandato até 31/12/2016) do município de Sooretama, em razão da não aprovação da prestação de contas, motivada pela não execução total do objeto do convênio 919/1999 (Siafi n.º 390003), tendo por objeto o apoio a "Canalização do Córrego Barone.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir da relação processual a empresa N.G. Engenharia;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos senhores Antonio Maximiano dos Santos e Esmael Nunes Loureiro;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, 'b' e 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, *caput*, art. 23, III, da mesma Lei e com arts. 1º, I, e 209, II e III, 210 e 214, III do RI/TCU, as contas dos senhores Antonio Maximiano dos Santos e Esmael Nunes Loureiro, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das respectivas notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, o valor já ressarcido;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
66.546,00	12/6/2000
(7.849,89)	18/6/2001

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Integração Nacional, aos responsáveis e à empresa N. G. Engenharia Ltda, bem como à Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6685-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6686/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.974/2014-6.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Nave Produções Eventos e Turismo Ltda.-EPP (04.906.041/0001-00).

3.2. Responsáveis: Fernando Januário de Jesus Neto (001.403.035-70); Jean Ronald Machado da Conceição (649.762.625-53); Nave Produções Eventos e Turismo Ltda.-EPP (04.906.041/0001-00).

4. Órgão: Ministério da Cultura (MinC).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal:

8.1. Ailson Santana Freire Filho (OAB/BA 38.472) e outros, representando Fernando Januário de Jesus Neto, Jean Ronald Machado da Conceição e Nave Produções Eventos e Turismo Ltda-EPP.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura contra o Sr. Jean Ronald Machado da Conceição e a empresa Nave Produções Eventos e Turismo Ltda.-EPP, relativamente à execução do projeto Palco Espaço Folia (Pronac 07-0194), com recursos públicos captados na forma da Lei 8.313/1991.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa do Sr. Jean Ronald Machado da Conceição e da empresa Nave Produções Eventos e Turismo Ltda.-EPP;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma Lei, e com arts. 1º, I, 209, I e III, 210 e 214, III, do RI/TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Jean Ronald Machado da Conceição e condená-lo, em solidariedade com a empresa Nave Produções Eventos e Turismo Ltda., ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
100.000,00	20/3/2007

9.3. aplicar ao Sr. Jean Ronald Machado da Conceição e à empresa Nave Produções Eventos e Turismo Ltda.-EPP, individualmente, a multa no valor de R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6686-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6687/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.237/2015-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Prestação de Contas - Exercício: 2014.

3. Responsável: Luiz Gugé Santos Fernandes (333.610.025-91).

4. Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes ao processo de prestação de contas anual da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado da Bahia (SR(05)BA), relativa ao exercício de 2014.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalvas as contas do Sr. Luiz Gugé Santos Fernandes, dando-lhe quitação, em face da ausência de pesquisa a órgãos governamentais sobre as informações prestadas pelos candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária, como exige a Norma de Execução Incra 45/2005, e da ausência de registro dos imóveis desapropriados para fins de reforma agrária em contas contábeis específicas, em descumprimento ao item 9.2.6 do acórdão 557/2004-TCU-Plenário;

9.2. recomendar à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset/PR) que, nos próximos trabalhos de auditoria de gestão na SR(05)BA, efetue análise crítica detalhada dos indicadores de desempenho, apurando as causas de realizações eventualmente muito abaixo do previsto, bem como as razões da eventual indisponibilidade de dados para o cálculo e aferição dos resultados esperados e dos resultados alcançados pela unidade gestora;

9.3. dar ciência desta deliberação à Superintendência Regional do Incra no Estado da Bahia (SR(05)BA) e à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset/PR);

9.4. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6687-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6688/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.729/2015-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (02.961.362/0001-74)

3.2. Responsáveis: Instituto FACC (04.514.749/0001-08); Márcia Carvalho Cruz (351.343.721-87).

4. Entidade: Instituto FACC (04.514.749/0001-08).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo contra o Instituto FAAC e respectiva presidente, Márcia Carvalho Cruz, em razão não comprovação do regular emprego dos recursos federais transferidos pelo Convênio CV 1099/2010, Siconv 741213/2010, cujo objeto era a implementação do projeto denominado "Grande São João da Bahia".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas do Instituto FACC (CNPJ 04.514.749/0001-08) e da Sr.ª Márcia Carvalho Cruz (CPF 351.343.721-87), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I/II/III, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento da importância a seguir especificada e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
313.000,00	26/10/2010

9.2 aplicar, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, multa individual à Sra. Márcia Carvalho Cruz (CPF 351.343.721-87) e ao Instituto FACC (CNPJ 04.514.749/0001-08, no valor de R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), fixando o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendidas as notificações;

9.4. encaminhar cópia da deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6688-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6689/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.494/2014-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V Aposentadoria.

3. Interessados: Luiz Ribeiro de Mendonça (037.624.757-68); Luiz Ribeiro de Mendonça (037.624.757-68).

4. Entidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de alteração de aposentadoria deferida pela Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no inciso II do art. 39 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. considerar ilegais e negar registro aos atos de alteração de aposentadoria de Luiz Ribeiro de Mendonça, em razão de pagamento indevido de parcela denominada "opção", sem que fossem preenchidos os requisitos do art. 193 da Lei nº 8.112/90 até 18/1/95;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa- fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal que:

9.3.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes dos atos de alteração de aposentadoria considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento no art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor deste acórdão ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6689-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6690/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.623/2014-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V Aposentadoria.

3. Interessado: Damião Pedro de Oliveira (114.795.661-87).

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato de aposentadoria deferida pelo Senado Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no inciso II do art. 39 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Damião Pedro de Oliveira, em razão de incorporação de quintos/décimos após a data de publicação da Lei nº 9.624/98, ocorrida em 8/4/98;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa- fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Senado Federal que:

9.3.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento no art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, sub-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

metendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor deste acórdão ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6690-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6691/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.411/2015-5.

1.1. Apenso: 008.838/2015-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Alan de Oliveira Lima (054.043.257-12); Rodrigo Damasceno de Figueiredo (082.369.947-16); Sérgio Gago Guida (884.940.127-20).

3.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

4. Entidade: Base Naval do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação sobre indícios de fraude em pregão eletrônico promovido pela Base Naval do Rio de Janeiro, para aquisição de material descartável e de limpeza;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas por Rodrigo Damasceno de Figueiredo e Sérgio Gago Guida em relação ao agrupamento de itens em lotes e à justificativa da contratação sem todos os elementos essenciais, tais como esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão dos quantitativos e a juntada do relatório do histórico de consumo dos itens do objeto dos anos anteriores;

9.3. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas por Rodrigo Damasceno de Figueiredo e Sérgio Gago Guida, dispensando, em caráter excepcional, a aplicação de sanção pecuniária aos responsáveis em relação à restrição indevida à competitividade presente em itens dos termos de referência dos pregões 34/2014 e 36/2015;

9.4. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas por Alan de Oliveira Lima, dispensando, em caráter excepcional, a aplicação de sanção pecuniária ao responsável em relação à desclassificação de propostas nos pregões 12/2014, 34/2014 e 36/2015 pela ausência de elementos que poderiam ser supridos por meio de diligências;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e voto que o fundamentam à Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ) e ao Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMar).

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6691-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6692/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.201/2016-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V Aposentadoria.

3. Interessado: Carlos Roberto Gonçalves (265.015.707-00).

4. Órgão: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de aposentadoria deferida pela Diretoria do Pessoal Civil da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no inciso II do art. 39 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Carlos Roberto Gonçalves, em razão de pagamento de parcela judicial relativa a plano econômico, não absorvida na base de cálculo dos proventos;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa- fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha que:

9.3.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento no art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor deste acórdão ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6692-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6693/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.203/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V Aposentadoria.

3. Interessado: Gilberto Drummond Gonçalves (366.247.647-91).

4. Órgão: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de aposentadoria deferida pela Diretoria do Pessoal Civil da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no inciso II do art. 39 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Gilberto Drummond Gonçalves, em razão de pagamento de parcela judicial relativa a plano econômico, não absorvida na base de cálculo dos proventos;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa- fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha que:

9.3.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento no art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor deste acórdão ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6693-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6694/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.204/2016-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: José Jorge da Silva Araujo (667.876.457-91).

4. Órgão: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de concessão de aposentadoria de ex-servidor da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Jose Jorge da Silva Araujo;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado de Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da aposentadoria considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3.2. comunique ao beneficiário do ato de aposentadoria considerado ilegal acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.3.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o beneficiário da aposentadoria considerada ilegal tomou conhecimento desta decisão;

9.3.4. emita novo ato livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), no prazo de trinta dias, nos termos dos artigos 262, §2º, do Regimento Interno/TCU, e 15, §1º, da Instrução Normativa/TCU 55/2007.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6694-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6695/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.766/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal (00.360.305/2674-53)

3.2. Responsável: Valmir Faria da Silva (277.203.576-04).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alpercata - MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em razão da omissão no dever de prestar contas de prestar contas da última parcela do Contrato de Repasse 231.134-83/2007, celebrado com a Prefeitura Municipal de Alpercata/MG;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, §3º, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", 19, 23, inciso III, da Lei n° 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Valmir Faria da Silva, condenando-o ao pagamento da importância de R$ 255.998,09 (duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e oito reais e nove centavos), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir de 30/4/2013, até a efetiva quitação do débito;

9.2. aplicar a Valmir Faria da Silva a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para a adoção das medidas pertinentes, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6695-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6696/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.183/2012-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (em Prestação de Contas).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Tocantins (26.989.350/0614-17).

3.2. Responsável: José Inácio da Silva Filho (239.129.281-34).

3.3. Recorrente: José Inácio da Silva Filho (239.129.281-34).

4. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Tocantins.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (SECEX-TO).

8. Representação legal: Marisvaldo Paiva de Menezes (OAB/DF 29.518).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos pelo Senhor Jose Inácio da Silva Filho contra o Acórdão 5.544/2015 - TCU - 1ª Câmara, por meio do qual esta Corte, em sede de prestação de contas ordinárias da Funasa/TO referentes ao exercício de 2011, julgou suas contas irregulares e aplicou-lhe multa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los.

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 38/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6696-38/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 29 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVE DOS SANTOS
Subsecretária da Câmara
Substituta

Aprovada em 3 de novembro de 2016.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

2ª CÂMARA

ATA Nº 38, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016 (SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA)

Presidente: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas e 2 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença do Ministro Augusto Nardes, dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes) e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo) e da Representante do Ministério Público Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva. Ausentes, em férias, a Ministra Ana Arraes e o Ministro Vital do Rêgo.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 37 referente à Sessão Ordinária realizada em 18 de outubro de 2016.

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

- Comunicação da Presidência
"Senhores Ministros,
Senhora Subprocuradora-Geral,
Com fundamento no art. 33, inciso II, do Regimento Interno, convoco Sessão Extraordinária da Segunda Câmara para o próximo dia 14 de novembro, segunda-feira, às 16 horas."

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-036.754/2011-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-000.651/2015-0, TC-021.518/2010-6, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-006.394/2014-0, TC-007.149/2013-1, TC-015.758/2012-5, TC-017.390/2013-3, TC-031.953/2013-1, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-003.436/2002-5, TC-004.835/2015-8, TC-016.251/2015-6, TC-017.730/2015-5, TC-020.604/2014-9, TC-027.934/2011-0, TC-031.831/2012-5, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

NÚMERO DE ACÓRDÃO NÃO UTILIZADO

Não foi utilizado na numeração dos Acórdãos o n° 11528, referente ao pedido de vista do TC-008.202/2014-1.

SUSPENSÃO DE VOTAÇÃO ANTE PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº TC-008.202/2014-1, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira (em substituição ao Ministro Vital do Rêgo). Já votou o relator, conforme voto e minuta de acórdão constantes do Anexo II desta Ata.

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº TC-016.411/2008-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (em substituição à Ministra Ana Arraes). Já votou o relator, conforme proposta de deliberação e minuta de acórdão constantes do Anexo III desta Ata.

I

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 11420 a 11508.

RELAÇÃO Nº 26/2016 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 11420/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da Uniãoquanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Carmerindo Sebastião dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.459/2013-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carmerindo Sebastião dos Santos (038.658.784-15)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 11421/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, para fins de registro, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.826/2016-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dila Nápoli França (152.973.221-20); Edson Oliveira dos Santos (093.031.701-72); Gilson Mauricio de Oliveira (059.897.441-53); Ide Idalina Parra Maria (001.458.741-68); Jorge Alberico Correia de Brito (112.530.101-53); Jurandir Guedes de Carvalho (003.567.279-04); Silvia Medeiros Silva Rocha (151.103.381-91); Zenilde Gomes de Figuerêdo (245.354.271-00).
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11422/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, para fins de registro, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.830/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Menezes de Albuquerque Ferreira (067.850.691-49); Antonio Alves de Freitas (008.251.231-00); Jurandy Santanna Correa (206.291.258-72).
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11423/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, para fins de registro, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.943/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Almerinda Vianna Baker (143.936.111-87); Almerinda Vianna Baker (143.936.111-87); Antônio Alves Santos (066.631.091-20); Antônio Alves Santos (066.631.091-20); Antônio Alves Santos (066.631.091-20); Caio Torres (001.787.801-20); Caio Torres (001.787.801-20); Cláudio Jorge Conforte (066.528.831-04); Donato Luiz de Moraes (059.830.371-53); Edson Carlos Lopes (061.245.181-04); Estela Maris de Souza Moscoso (102.266.481-68); Estela Maris de Souza Moscoso (102.266.481-68); Genoveva Fonseca Ayres (001.768.261-49); Iracema da Costa e Silva de Castro (120.028.601-49); Iracema da Costa e Silva de Castro (120.028.601-49); Joao Batista de Oliveira (067.802.371-91); Joao Ribeiro dos Santos (029.382.861-04); Jose Bolivar Canuto de Alencar (023.555.311-53).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11424/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, para fins de registro, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Sebastião Fernandes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.950/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sebastião Fernandes (154.160.621-34).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11425/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, para fins de registro, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.951/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Theo Pereira da Silva (000.019.881-15); Theo Pereira da Silva (000.019.881-15).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11426/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, para fins de registro, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.028/2016-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elisabeth Moreira Fagundes (232.419.189-04); Nelson Rodrigues (185.214.959-00).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11427/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de José Dantas da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.114/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: José Dantas da Silva (403.145.105-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11428/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Gisleino Guimarães de Moura, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes providências:

1. Processo TC-026.922/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gisleino Guimarães de Moura (958.613.433-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Sefip que proceda a alteração no SISAC do campo Vencimento do Contrato no Formulário do interessado, passando a deixar o Campo em branco.

ACÓRDÃO Nº 11429/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes providências:

1. Processo TC-026.982/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Elize de Barcelar Machado (458.261.372-15); Juliana Nabuco Pereira Otaka (090.968.057-47); Lidia Gabriella Moraes da Costa (129.183.807-41); Marcio Henrique Branco de Vilar (426.367.872-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Sefip que proceda a alteração no SISAC do campo Vencimento do Contrato no Formulário do interessado, passando a deixar o Campo em branco.

ACÓRDÃO Nº 11430/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.198/2015-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Amelia Otavia Maia Barbosa (124.798.533-49); Amelia Otavia Maia Barbosa (124.798.533-49); Amélia Otavia Maia Barbosa (124.798.533-49); Delza Santos Cardoso (913.254.633-53); Edjan Joaquim Barbosa Filho (022.829.133-02); Fausto Alves Cardoso Filho (177.187.243-87); Gracinalva dos Santos Rodrigues (252.471.073-49); Gracinalva dos Santos Rodrigues (252.471.073-49); Nizeth dos Santos Silva (729.109.763-00); Raimunda Martins Cardoso (269.133.723-53); Torquato Alves Cardoso Neto (671.971.753-72); Valter Americano Salomao Junior (721.655.703-44); Valter Americano Salomão Granha (721.655.703-44)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11431/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, para fins de registro, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.592/2016-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adalcy Nogueira de Oliveira (026.226.807-83); Arlete Sobreira de Vasconcelos (279.304.754-68); Carmita do Carmo Borges Carvalho (873.214.406-72); Elza da Silva Vasconcelos (562.815.877-15); Erowan Miranda do Nascimento (293.816.628-19); Gilson Peretto (299.995.299-68); Irene Milhomem (774.744.221-15); Janette da Costa (464.050.627-91); Judite Teixeira Dalsasso (258.945.520-87); Laita de Castro (032.061.286-41); Lucilia de Oliveira Nascimento (052.117.987-40); Maria Ana de Melo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(937.222.064-72); Maria Castro Correa Leite (022.148.237-78); Maria Cristina dos Santos (309.258.865-72); Maria do Carmo Teixeira da Silva (161.127.922-49); Ottilia Lopes de Ornellas (025.859.237-03); Pamela Desiree de Medeiros Goes (700.306.474-01); Raimunda Rosa de Brito Lima (340.115.523-72); Waneron Miranda do Nascimento (225.893.018-98); Zilza Furnalitto (065.961.719-65).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11432/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, para fins de registro, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.632/2016-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Irany Paciencia Gonçalves de Miranda (524.133.811-04); Samira Heraki (005.915.059-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11433/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, para fins de registro, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.698/2016-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Joao Marcos Silva de Oliveira (068.565.894-50); Maria Francisca da Silva (065.329.114-02); Ribamar Dutra de Oliveira (716.770.547-00).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11434/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, para fins de registro, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Ilma Lopes Mendes Madeira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.714/2016-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Ilma Lopes Mendes Madeira (475.349.310-53).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11435/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, para fins de registro, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Jessica Thais Islabao Dias, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.715/2016-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Jessica Thais Islabao Dias (011.782.570-02).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11436/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, para fins de registro, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.730/2016-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Luciana Santos Salvador (162.918.405-53); Maico Barreto Silva (056.308.445-63); Marieta Brito Silva (290.892.475-72).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11437/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, para fins de registro, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.744/2016-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antonio Ernesto Pincovscy (001.571.041-68); Helena Benayon Tosta (009.546.367-40); Maria de Lourdes Macedo Moraes (066.235.811-20).

1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11438/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em:

1- acolher parcialmente as razões de justificativa do senhor Avelino Macedo Ottoni de Carvalho (CPF 431.058.237-00), relativas à audiência determinada no item 9.3.2 do Acórdão 2639/2010 - P; e do senhor José Maurício Lopes Martins de Sá (CPF 585.025.211-87), relativas às audiências determinadas nos itens 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3 do Acórdão 2639/2010 - P; em ambos os casos, para os atos inquinados incidentes sobre a gestão de 2009;

2- julgar regulares com ressalva as contas de Antônio Carlos da Silva Rodrigues (CPF 440.796.307-78), Avelino Macedo Ottoni de Carvalho (CPF 431.058.237-00), Carlos Moisés Manzoni de Oliveira (CPF 006.333.059-87), Jorge Rebello Ferreira (495.730.477-72), Luiz Roberto Martins Dias (CPF 546.143.337-53) em razão das seguintes ocorrências:

2.1-falhas na estruturação de controles internos da organização, que prejudica a asseguração de que os recursos da entidade estão sendo empregados de forma eficiente (princípio da eficiência, Constituição Federal, art. 37, caput), em conformidade com a lei (princípio da legalidade, Constituição Federal, art. 37, caput), para garantir o atingimento de seus objetivos (princípio do interesse público, Lei 9.784/1999, art. 2º);

2.2- ocorrência de fracionamento de despesas, que restringe o caráter competitivo do certame e viola a própria essência da legislação de regência (Lei 8.666/1993, art. 3º);

2.3-cientificar o Hospital das Forças Armadas que o Decreto 2.271/1997, art. 4º, I, veda a indexação de preços de contratos de serviço a índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação de custos na contratação de serviços; embora permita (art. 5º), no caso de contratos que tenham por objeto a prestação de serviços executados de forma continuada, desde que previsto no edital, a repactuação visando a adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

1. Processo TC-022.926/2010-0 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Apensos: 028.880/2010-2 (ACOMPANHAMENTO)

1.2. Responsáveis: Antonio Carlos da Silva Rodrigues (440.796.307-78); Avelino Macedo Ottoni de Carvalho (431.058.237-00); Carlos Moises Manzoni de Oliveira (006.333.059-87); Engeclinic Serviços Ltda. (04.128.433/0001-88); Gabriel Raimundo Magno Pinto (224.526.727-34); Jorge Rebello Ferreira (495.730.477-72); José Alexandre Pires (760.800.307-30); José Maurício Lopes Martins de Sá (585.025.211-87); Luiz Roberto Martins Dias (546.143.337-53)

1.3. Órgão/Entidade: Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas; Hospital das Forças Armadas

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.7. Representação legal: Mauro Porto (12878/OAB-DF) e outros, representando Engeclinic Serviços Ltda. e Engeclinic Serviços Ltda..

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11439/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, regularmente notificado, em 8/4/2016, da deliberação recorrida, o Acórdão nº 3501/2016-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 15/3/2016, inserido na Ata nº 7/2016-Ordinária, o interessado somente compareceu aos autos em 26/4/2016, oportunidade em que protocolizou seu Recurso de Reconsideração;

Considerando que "a data de início do prazo é contada a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal", nos termos do art. 19, §3º, da Resolução/TCU 170/2004, o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 11/04/2016, concluindo-se, portanto, pela intempestividade deste recurso, pois o termo final para sua interposição foi o dia 25/04/2016;

Considerando, paralelamente, que o interessado não apresenta fatos novos capazes de alterar o mérito do acórdão alvejado, o que, por si só, inviabiliza o conhecimento da peça recursal em tela, ex vi do disposto no art. 32, parágrafo único e inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o artigo 285, caput e §2º, do RI/TCU;

Considerando que, nessas circunstâncias, os pareceres da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto a este Tribunal são convergentes no sentido do não-conhecimento do recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso I; e 285; do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expendidas pelo relator, em não conhecer do Recurso de Reconsideração interposto e dar ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados deste acórdão e do exame de admissibilidade (peça 35).

1. Processo TC-008.862/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Sidônio Trindade Gonçalves (020.513.542-00).

1.2. Recorrente: Sidônio Trindade Gonçalves (020.513.542-00).

1.3. Órgão/Entidade: Município de Tefé-AM.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.8. Representação legal: Antonio Reynaldo Campos Sampaio (7372/OAB-AM) e outros, representando Sidônio Trindade Gonçalves.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 38/2016 - 2ª Câmara
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 11440/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em conformidade com o preceituado no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e os artigos 1º, 143, inciso I, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, ACORDAM em:

a) levantar o sobrestamento dos presentes autos;

b) considerar LEGAIS e conceder o registro dos atos de aposentadoria de Miguel Saliby Neto (CPF 295.578.878-34) e Rubens Galves Merino (CPF 039.563.188-20);

c) determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo que ajuste os proventos do Sr. Miguel Saliby Neto, cujo valor atual (R$ 11.129,69) é superior

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ao que resulta da aplicação dos índices previdenciários de reajuste (6,23% e 11,28%) do benefício inicial (R$ 7.802,65), ou seja, R$ 9.223,73, informando ao TCU, no prazo de 15 dias, as providências adotadas.

1. Processo TC-007.976/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Miguel Saliby Neto (295.578.878-34); Rubens Galves Merino (039.563.188-20)
1.2. Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11441/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidores do Superior Tribunal de Justiça, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, e no 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

Esta representante do Ministério Público acolhe a proposta de legalidade e registro dos atos de admissão expedidos pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, firmada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal às fls. 4/5 da peça n.º 12, exceto em relação aos servidores Juliana Bernardes de Faria, Kaio Henrique Araújo Carpaneda, Keila Faria Ferreira e Larissa Araújo Morais.

2. Os formulários de peças n.ºs 3, 4, 7 e 9 contêm a informação que os servidores foram aprovados em concursos realizados pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Conselho Nacional de Justiça.

3. Por isso, em relação às admissões de peças n.ºs 3, 4, 7 e 9, opinamos por que sejam destacados para processo apartado e pela realização de diligência, para que o STJ encaminhe ao Tribunal de Contas a documentação comprobatória de que o aproveitamento de concursos públicos que embasou a nomeação dos servidores Juliana Bernardes de Faria, Kaio Henrique Araújo Carpaneda, Keila Faria Ferreira e Larissa Araújo Morais atende às exigências constantes do item 9.2 do Acórdão n.º 569/2006 - Plenário, o qual veio:

"9.2. firmar entendimento, no sentido de que o aproveitamento de candidatos aprovados em concurso realizado por outro órgão, somente poderá alcançar cargos que tenham seu exercício previsto para as mesmas localidades em que terão exercício os servidores do órgão promotor do certame, desde que observados, impreterivelmente, todos os requisitos fixados pela Decisão Normativa/TCU n.º 212/1998 - Plenário, quais sejam: 'é legal o aproveitamento de candidatos aprovados em concurso realizado por outro órgão, desde que dentro do mesmo Poder, para provimento de cargo idêntico àquele para o qual foi realizado, que tenha as iguais denominação e descrição e que envolva as mesmas atribuições, competências, direitos e deveres, de tal modo que se exijam idênticos requisitos de habilitação acadêmica e profissional e sejam observadas a ordem de classificação e a finalidade ou destinação prevista no edital, que deverá antever a possibilidade desse aproveitamento'".

4. Adicionalmente, sugere seja questionado o órgão sobre os motivos que levaram ao aproveitamento de concursos diferentes (Tribunal Superior Eleitoral e Conselho Nacional de Justiça) para o mesmo cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa.

1. Processo TC-019.940/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joseanne Teixeira da Luz (021.157.291-88); Juliana Bernardes de Faria (636.159.401-72); Kaio Henrique Araújo Carpaneda (007.350.051-84); Karine Anselmo Bonfim (378.951.628-70); Karoline Simões Moraes (060.434.006-00); Keila Faria Ferreira (628.860.701-06); Kledson de Oliveira Gomes (014.263.161-27); Larissa Araujo Morais (871.134.731-72); Leandro Cezar Almeida Naya (002.007.751-38); Leandro Gabriel Bastos Ferreira (056.227.916-42)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11442/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidores do Ministério da Fazenda, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que após análise eletrônica feita pela Sefip foram identificadas as inconsistências de informações detalhadas no relatório da unidade técnica;

Considerando que esse tipo de falha impossibilita a apreciação da legalidade desses atos por essa Corte, posto que não há esclarecimento do gestor de pessoal que venha justificar os erros apontados;

Considerando que o parecer do órgão de Controle Interno pela legalidade pressupõe que os documentos constantes do processo físico não corroboram os dados cadastrados no Sisac, indicando que as inconsistências detectadas nos atos em apreciação podem decorrer de falha no preenchimento das informações constantes do sistema Sisac;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, e no 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar prejudicados por inépcia os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juizo sobre sua legalidade, seja pela existência de inconsistência entre informações prestadas;
b) determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;
c) orientar ao Órgão de Pessoal Ministério da Fazenda no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992; e
d) encaminhar cópia da instrução da unidade técnica ao Órgão de Pessoal do (nome do órgão).

1. Processo TC-024.889/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Gustavo Huebel (084.836.551-87); Demetrius Moises Leite de Mendonça Lima (496.967.004-82); Eduardo de Sant Ana Chagas (021.872.467-52); Ieda Assis Pereira (080.773.857-37)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11443/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidores do Ministério da Fazenda (vinculador), encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que após análise eletrônica feita pela Sefip foram identificadas as inconsistências de informações detalhadas no relatório da unidade técnica;

Considerando que esse tipo de falha impossibilita a apreciação da legalidade desses atos por essa Corte, posto que não há esclarecimento do gestor de pessoal que venha justificar os erros apontados;

Considerando que o parecer do órgão de Controle Interno pela legalidade pressupõe que os documentos constantes do processo físico não corroboram os dados cadastrados no Sisac, indicando que as inconsistências detectadas nos atos em apreciação podem decorrer de falha no preenchimento das informações constantes do sistema Sisac;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, e no 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar prejudicados por inépcia os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juizo sobre sua legalidade, seja pela existência de inconsistência entre informações prestadas;
b) determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;
c) orientar ao Órgão de Pessoal do Ministério da Fazenda (vinculador) no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992; e
d) encaminhar cópia da instrução da unidade técnica ao Órgão de Pessoal do Ministério da Fazenda (vinculador).

1. Processo TC-028.057/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Ilza Boari de Souza (029.942.266-69); Adriano Jose Suassuna de Lima (011.922.024-57); Aimee Mastella Sampaio da Silva (023.847.070-94); Alcyr Lopes Camelo (549.871.056-91); Aldine Simony Azevedo de Lucena (050.255.174-78); Alice Prezotto Iankowski (948.968.600-04); Amanda Becke Machado Freitas (027.842.139-35); Ana Beatriz Guimaraes Braga (087.555.887-94); Ana Carolina Duarte Camurca (664.963.143-49); Ana Carolina Ribeiro de Moraes (907.303.641-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11444/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidores do Ministério da Fazenda (vinculador), encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que após análise eletrônica feita pela Sefip foram identificadas as inconsistências de informações detalhadas no relatório da unidade técnica;

Considerando que esse tipo de falha impossibilita a apreciação da legalidade desses atos por essa Corte, posto que não há esclarecimento do gestor de pessoal que venha justificar os erros apontados;

Considerando que o parecer do órgão de Controle Interno pela legalidade pressupõe que os documentos constantes do processo físico não corroboram os dados cadastrados no Sisac, indicando que as inconsistências detectadas nos atos em apreciação podem decorrer de falha no preenchimento das informações constantes do sistema Sisac;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, e no 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar prejudicados por inépcia os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juizo sobre sua legalidade, seja pela existência de inconsistência entre informações prestadas;
b) determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;
c) orientar ao Órgão de Pessoal do Ministério da Fazenda (vinculador) no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992; e
d) encaminhar cópia da instrução da unidade técnica ao Órgão de Pessoal do Ministério da Fazenda (vinculador).

1. Processo TC-028.058/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Claudia Borges Torres Perez (702.846.521-72); Ana Paula Amaral Correa (048.959.576-67); Ana Paula Carvalho dos Passos (293.263.568-92); Ana Paula Ferreira Caixeta (014.451.841-41); Arthur Claudio Lagoeiro Barroso (010.119.127-83); Barbara Soares Amaral (921.231.715-49); Bruna Ribeiro Maracaja (010.734.995-70); Bruno Beltrame (303.968.448-55); Bruno Furlan (004.336.289-36); Bruno Pimentel de Andrade (076.257.934-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11445/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidores do Ministério da Fazenda (vinculador), encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que após análise eletrônica feita pela Sefip foram identificadas as inconsistências de informações detalhadas no relatório da unidade técnica;

Considerando que esse tipo de falha impossibilita a apreciação da legalidade desses atos por essa Corte, posto que não há esclarecimento do gestor de pessoal que venha justificar os erros apontados;

Considerando que o parecer do órgão de Controle Interno

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

pela legalidade pressupõe que os documentos constantes do processo físico não corroboram os dados cadastrados no Sisac, indicando que as inconsistências detectadas nos atos em apreciação podem decorrer de falha no preenchimento das informações constantes do sistema Sisac;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, e no 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar prejudicados por inépcia os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juizo sobre sua legalidade, seja pela existência de inconsistência entre informações prestadas;

b) determinar ao Órgão de Pessoal do Ministério da Fazenda (vinculador), que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;

c) orientar ao Órgão de Pessoal do Ministério da Fazenda (vinculador) no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992; e

d) encaminhar cópia da instrução da unidade técnica ao Órgão de Pessoal do Ministério da Fazenda (vinculador).

1. Processo TC-028.059/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caline Dias de Alencar Ribeiro (578.833.511-68); Cassia Mara Borges de Sa (329.352.378-11); Cassiano Angeli (802.541.010-20); Cristina Monteiro de Queiroz (967.076.581-15); Daiane Ramon de Alcantara (224.241.358-94); Dayanny de Oliveira Lobato (010.943.302-56); Ederson Couto da Rocha (945.046.289-53); Edimeire Alexandra Pinto (049.141.426-94); Helder Lara Ferreira Filho (108.908.136-71); Jefferson Jardim Espindola (002.021.381-60)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11446/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidores do Ministério da Fazenda (vinculador) encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que após análise eletrônica feita pela Sefip foram identificadas as inconsistências de informações detalhadas no relatório da unidade técnica;

Considerando que esse tipo de falha impossibilita a apreciação da legalidade desses atos por essa Corte, posto que não há esclarecimento do gestor de pessoal que venha justificar os erros apontados;

Considerando que o parecer do órgão de Controle Interno pela legalidade pressupõe que os documentos constantes do processo físico não corroboram os dados cadastrados no Sisac, indicando que as inconsistências detectadas nos atos em apreciação podem decorrer de falha no preenchimento das informações constantes do sistema Sisac;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, e no 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar prejudicados por inépcia os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juizo sobre sua legalidade, seja pela existência de inconsistência entre informações prestadas;

b) determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;

c) orientar ao Órgão de Pessoal do Ministério da Fazenda (vinculador) no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992; e

d) encaminhar cópia da instrução da unidade técnica ao Órgão de Pessoal do Ministério da Fazenda (vinculador).

1. Processo TC-028.060/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joao Bosco Teixeira Brito (086.460.257-05); Juliana Coutinho Chaves (010.380.061-12); Kessary Iwanow de Barros (904.773.911-68); Lauriston Matos Pereira Junior (277.680.288-99); Lucas Pacheco Lopes (011.592.261-05); Luiz Gonzaga Madruga Coelho Filho (068.840.784-64); Maite Pinheiro de Abreu Abrantes (023.918.281-28); Marco Antonio de Lima Marinheiro (320.805.018-60); Marcos Cesar Vieira (624.014.759-15); Marcus Vinicius Duarte Malta (710.246.461-49)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11447/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidores do Ministério da Fazenda (vinculador), encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que após análise eletrônica feita pela Sefip foram identificadas as inconsistências de informações detalhadas no relatório da unidade técnica;

Considerando que esse tipo de falha impossibilita a apreciação da legalidade desses atos por essa Corte, posto que não há esclarecimento do gestor de pessoal que venha justificar os erros apontados;

Considerando que o parecer do órgão de Controle Interno pela legalidade pressupõe que os documentos constantes do processo físico não corroboram os dados cadastrados no Sisac, indicando que as inconsistências detectadas nos atos em apreciação podem decorrer de falha no preenchimento das informações constantes do sistema Sisac;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, e no 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar prejudicados por inépcia os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juizo sobre sua legalidade, seja pela existência de inconsistência entre informações prestadas;

b) determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;

c) orientar ao Órgão de Pessoal do Ministério da Fazenda (vinculador) no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992; e

d) encaminhar cópia da instrução da unidade técnica ao Órgão de Pessoal do Ministério da Fazenda (vinculador).

1. Processo TC-028.062/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Poliana de Andrade Paula (024.934.911-65); Rafael Henriques Brandts Buys (355.566.638-07); Raquel Freitas de Oliveira (043.384.073-01); Renata Miyabara Gagliardi Cerqueira (295.452.038-89); Rodrigo Leandro de Moura (187.124.978-35); Rodrigo Otavio Povoa Pullen Parente (960.756.781-15); Rosaline Carneiro de Albuquerque (049.103.654-00); Washington Nunes Leite Junior (829.385.803-63)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11448/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidores do Banco da Amazônia S.A., encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que após análise eletrônica feita pela Sefip foram identificadas as inconsistências de informações detalhadas no relatório da unidade técnica;

Considerando que esse tipo de falha impossibilita a apreciação da legalidade desses atos por essa Corte, posto que não há esclarecimento do gestor de pessoal que venha justificar os erros apontados;

Considerando que o parecer do órgão de Controle Interno pela legalidade pressupõe que os documentos constantes do processo físico não corroboram os dados cadastrados no Sisac, indicando que as inconsistências detectadas nos atos em apreciação podem decorrer de falha no preenchimento das informações constantes do sistema Sisac;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, e no 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar prejudicados por inépcia os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juizo sobre sua legalidade, seja pela existência de inconsistência entre informações prestadas;

b) determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;

c) orientar ao Órgão de Pessoal do Banco da Amazônia S.A. no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992; e

d) encaminhar cópia da instrução da unidade técnica ao Órgão de Pessoal do Banco da Amazônia S.A.

1. Processo TC-028.083/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andrielen Moreira Cruz Casas (661.999.562-49); Douglas Campos (919.324.672-20); Kensill Kiovanni de Sousa (044.621.323-35); Luis Otavio de Moraes Pinto (617.179.912-20); Marcelo Robert da Silva Ribeiro (828.211.782-04); Miguel Frank Matias de Moraes (605.734.492-87); Paulo Henrique Amorim Costa (008.639.502-56); Rodrigo Bruel de Oliveira (001.754.462-96); Tercio Leonardo Saraiva Silva (924.751.083-04); Williams Bruno dos Santos Dias (964.697.812-68)

1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A.

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11449/2016 - TCU - 2ª Câmara

Visto e relacionado o processo abaixo que trata de expediente protocolado pela Procuradoria Jurídica do Município de Alta Floresta/MT (juntado às peças 83 e 84) requerendo a reabertura do "*prazo para apresentação do recurso cabível e/ou possibilidade de parcelamento do débito*" e cópia integral dos autos.

Considerando, ainda, que consta da peça 81 pedido oriundo da Prefeitura Municipal de Alta Floresta/MT para que seja autorizado o parcelamento em 60 vezes, do débito imputado pelo Acórdão 9955/2016-TCU-2ª Câmara.

Considerando que a unidade técnica posicionou-se a favor do referido requerimento, (peças 82 e 85).

Considerando que o pedido de cópia integral foi autorizado pelo despacho à peça 85 e o recebimento da cópia comprovado pelo documento à peça 86.

Considerando, quanto ao requerimento de prorrogação do prazo recursal, o pedido se justificaria, segundo a Procuradoria, devido ao fato de que a notificação do acórdão condenatório "*não foi recebida por nenhum dos representantes legais do Município, quais sejam: o Prefeito Municipal, Sr. Asiel Bezerra de Araújo, ou os Procuradores Jurídicos Municipais, que são legalmente os representantes do Ente Público*".

Considerando que o aviso de recebimento do Ofício 771/2016 integra a peça 71 dos autos.

Considerando que, embora a assinatura de recebimento não seja a do Prefeito Municipal ou da subscritora do pedido ora em comento, Procuradora Naiara Rossa Morello, o AR em questão comprova a devida notificação do responsável processual, a Prefeitura Municipal de Alta Floresta/MT, nos termos do art. 4º, inciso II, da Resolução-TCU 170/2004 c/c o art. 179, inciso II, do RI/TCU.

Considerando que as referidas normas específicas dispõem que as comunicações realizadas na forma de carta registrada serão consideradas entregues com o retorno do aviso de recebimento entregue comprovadamente no endereço do destinatário, interpretação consagrada pela jurisprudência deste Tribunal e referendada em deliberação do Plenário do Supremo Tribunal Federal, proferida em sede de agravo regimental em mandado de segurança (MS-AgR 25.816/DF, Relator Ministro Eros Grau).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que a manifestação da Prefeitura Municipal à peça 81 (Ofício nº 258/2016-GB) seria suficiente para corroborar sua ciência da deliberação deste Tribunal.

Considerando, assim, que a Prefeitura de Alta Floresta/MT foi devidamente notificada do Acórdão 9955/2016-TCU-2ª Câmara e, por conseguinte, não se vislumbra prejuízo ao contraditório e à ampla defesa da parte que justifique a reabertura dos prazos recursais, que a rigor são peremptórios.

Considerando que, em relação à possibilidade de parcelamento do débito em 60 vezes, em precedentes da jurisprudência o Tribunal já se manifestou favoravelmente, em caráter excepcional, em relação a pedidos desta natureza.

Considerando a viabilização do ressarcimento aos cofres sem a necessidade de interposição de ações de execução, bem como as condições financeiras e capacidade de pagamento dos responsáveis condenados. Nesse particular, é de conhecimento público e notório a crise econômica vivenciada pelo país e, em especial, a situação fiscal dos entes federados.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 17 e 23, inciso I, 26, 27, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso V, "b" e 217, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) indeferir o pedido de reabertura de prazo para apresentação de recurso;

b) autorizar, em caráter excepcional, o pagamento da dívida imposta à Prefeitura Municipal de Alta Floresta/MT em 60 parcelas mensais e consecutivas (conforme solicitado pela responsável à peça 81), nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor; e

c) encaminhar cópia deste Acórdão ao Município de Alta Floresta - MT.

1. Processo TC-007.477/2013-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Manoel João Marques Rodrigues (CPF 204.597.859-15), Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior (325.242.189-53) e Município de Alta Floresta - MT (CNPJ 15.023.906/0001-07).

1.2. Entidade: Município de Alta Floresta - MT

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.6. Representação legal: Samantha Tonhá Flores (13.600/OAB-MT) e outros, representando Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT; Sofia Rodrigues Silvestre Guedes (27635/OAB-DF), Cyntia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298) e outros e outros, representando Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior.

ACÓRDÃO Nº 11450/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar por inexatidão material o Acórdão nº 4221/2011-2ª Câmara (peça 4, p. 15-16), para que:

Onde se lê;

9.7. aplicar aos Srs. Clóvis Santo Padoan e Roberto Salvador Viganó e à Construtora Triunfo S/A a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando -lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

Leia-se:

"9.7. *aplicar ao Senhor Clóvis Santo Padoan e à Construtora Triunfo S/A a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor".*

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex-PR e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-023.330/2007-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Clovis Santo Padoan (005.792.039-72); Construtora Triunfo S/A (77.955.532/0001-07); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (04.892.707/0001-00); Marcelo Jose Leal Gasino (782.642.789-49); Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR (76.995.448/0001-54); Roberto Salvador Viganó (036.794.469-34); Rosalvo Augusto Souza de Bueno Gizzi (511.390.658-15)

1.2. Entidade: Superintendência Regional do DNIT No Estado do Paraná

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.6. Representação legal: João Guizzo (OAB/SP 47.750); Ana Carolina Guizzo (OAB/SP 206.536); Luciane Alves Barreto (OAB/SP 220.308); Alexandre Silva Souza (OAB/SP 149.813-E); Rui Dalton Miecznikowski (OAB/PR 38.307); Luis Daniel Alencar (OAB/PR 31.272); Daniele Valandro Farina (OAB/PR 22.374); Carlos Eduardo Benato (OAB/PR 46.353); Maria Fernanda Campelo Dipp (OAB/PR 45.212); Ney Marcelo Urbano (OAB/RS 68.106); Samir Alexandre do Prado Gebara (OAB/PR 49.031); Bárbara Dayana Brasil (OAB/PR 39.031); Lucas Schenato (OAB/PR 40.657); Ângela Erbes (OAB/PR 47.116), Michel Laureanti (31104/OAB-PR), instrumentos de procuração às peças 2, p. 81, 104 e 140; e 45, p. 4.

RELAÇÃO Nº 35/2016 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 11451/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.431/2016-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Sheila Sant'Anna Lopes (CPF 847.918.617-87) e Vilma Gomes Lopes (CPF 904.955.867-49).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11452/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.931/2016-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Fructuoso Ribeiro Rosa (CPF 039.098.751-49).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11453/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206/2007, c/c o item 9.4 do Acórdão nº 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação para fins de registro do ato de admissão de pessoal de Pietro Viecili, haja vista a constatação de inconsistência nos dados registrados, sem que tenha sido incluída justificativa por parte do gestor, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.160/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Pietro Viecili (CPF 018.238.092-00).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica que cadastre, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, novo ato de admissão de pessoal de Pietro Viecili no sistema Sisac, e o encaminhe ao Tribunal de Contas da União, via Controle Interno, corrigindo a falha apontada por este TCU e/ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", de forma a detalhar a situação concreta, nos termos do art. 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU;

1.7.2. à Sefip que:

1.7.2.1. encaminhe cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica; e

1.7.2.2. arquive os presentes autos, sem prejuízo do monitoramento da determinação contida no item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 11454/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.409/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Patrícia Riberto Lopes (CPF 024.483.116-50); Paulo César Pellanda (CPF 456.751.129-87); Phelippe Nathaniel Ribeiro Oliveira (CPF 076.553.136-44); Rafael Rodrigues Marques (CPF 110.013.887-04) e Raquel Aparecida Abrahão Costa e Oliveira (CPF 290.339.358-30).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11455/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206/2007, c/c o item 9.4 do Acórdão nº 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicadas, por inépcia, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, haja vista a constatação de inconsistência nos dados registrados, sem que tenha sido incluída justificativa por parte do gestor, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.111/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Josias Farias Corecha (CPF 855.898.372-00); Lucas Britto Fernandes Feitosa (CPF 092.876.774-41); Lucas Fernando Cardoso Tino (CPF 380.936.688-96); Manoel Jacinto Braga Serrão (CPF 081.627.862-87); Marcia de Castro Altoe (CPF 822.086.467-20); Maria Cristina Passos Medeiros Rogerio de Souza (CPF 775.814.585-04); Maria de Fatima Oliveira Andrade (CPF 025.020.813-00); Matheus Felipe (CPF 045.191.549-60); Moacir Oliveira da Silva Junior (CPF 661.768.242-49) e Osias Ferreira Silva (CPF 733.297.622-68).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que cadastre, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, novos atos de admissão de pessoal de Josias Farias Corecha, Lucas Britto Fernandes Feitosa, Lucas Fernando Cardoso Tino, Manoel Jacinto Braga Serrão, Marcia de Castro Altoe, Maria Cristina Passos Medeiros Rogerio de Souza, Maria de Fatima Oliveira Andrade, Matheus Felipe, Moacir Oliveira da Silva Junior e Osias Ferreira Silva no sistema Sisac, e os encaminhe ao Tribunal de Contas da União, via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por este TCU e/ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", de forma a detalhar a situação concreta, nos termos do art. 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU;

1.7.2. à Sefip que:

1.7.2.1. encaminhe cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e

1.7.2.2. arquive os presentes autos, sem prejuízo do monitoramento da determinação contida no item 1.7.1 deste Acórdão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 11456/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206/2007, c/c o item 9.4 do Acórdão nº 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação para fins de registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, haja vista a constatação de inconsistência nos dados registrados, sem que tenha sido incluída justificativa por parte do gestor, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.113/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Zenildo Amaral Soares (CPF 273.470.011-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que cadastre, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, novo ato de admissão de pessoal de Zenildo Amaral Soares no sistema Sisac, e o encaminhe ao Tribunal de Contas da União, via Controle Interno, corrigindo a falha apontada por este TCU e/ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", de forma a detalhar a situação concreta, nos termos do art. 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU;

1.7.2. à Sefip que:

1.7.2.1. encaminhe cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e

1.7.2.2. arquive os presentes autos, sem prejuízo do monitoramento da determinação contida no item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 11457/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.385/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Alexandre dos Santos Rosa (CPF 070.473.247-55).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11458/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.610/2016-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Avelino Jesus de Oliveira (CPF 330.109.948-34); Maria Aparecida da Silva Candido (CPF 138.335.178-32) e Placida Gonçalves Santos (CPF 322.492.198-69).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11459/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.741/2016-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alzira Neves de Salomão (CPF 362.346.718-96); Benedita Rodrigues Claro (CPF 183.942.118-52); Derek Felipe Moraes Lins Pereira (CPF 125.500.187-96); Dirce Bruggi Martins (CPF 117.750.508-82); Geralda Muniz de Araujo (CPF 413.969.104-25); Iracy Alves Pinheiro (CPF 558.704.571-49); Iranaldo Domingos dos Santos (CPF 498.176.394-87); Josepha Fernandes dos Santos (CPF 498.214.298-07); Laudina Barbosa Matheus (CPF 076.953.807-09); Maria Julia Marinho (CPF 914.484.684-34); Maria de Lourdes Pereira da Silva (CPF 975.522.758-04); Marianna do Rêgo Monteiro da Fonseca e Silva (CPF 842.623.977-34); Marluce Ferreira da Silva (CPF 543.690.704-06); Márcia Bezerra da Silva (CPF 902.828.177-00); Nadir Martins de Melo (CPF 006.142.088-31); Oscarina Costa de Lima (CPF 393.157.892-53); Paulo Edison Rosa (CPF 011.460.759-10); Rosemiro Lameira Pontes Junior (CPF 038.237.252-20); Teresa Silva da Costa (CPF 129.422.548-07) e Terezinha de Jesus Cavalcante Correia (CPF 631.504.333-04).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11460/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.743/2016-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Ligia Araujo Santos (CPF 042.480.037-32).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Meio Ambiente (vinculador).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11461/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de pensão especial de ex-combatente em favor de Joaquim Barbosa dos Santos Filho (número de controle 10003460-06-2015-000412-4), já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado; e considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente em favor de Thelma Oliveira Barbosa dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.217/2016-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Joaquim Barbosa dos Santos Filho (CPF 019.976.964-87) e Thelma Oliveira Barbosa dos Santos (CPF 011.381.274-42).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11462/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de pensão especial de ex-combatente em favor de Evaldo Belli (número de controle 10003495-06-2014-000006-7), já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado; e considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente em favor de Sônia Costa Belli, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.226/2016-9 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Evaldo Belli (CPF 682.156.573-20) e Sônia Costa Belli (CPF 448.518.393-91).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11463/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de pensão especial de ex-combatente em favor de Epitacio Torres (número de controle 10003460-06-2015-000409-4), já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado; e considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente em favor de Valderez Leite de Oliveira Torres, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.227/2016-5 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Epitacio Torres (CPF 003.693.654-53) e Valderez Leite de Oliveira Torres (CPF 466.305.894-91).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11464/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.919/2005-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alba Pinto de Lourenço (CPF 055.041.631-53); Eliacy Fernandes Heisler (CPF 304.371.307-97) e Monique de Lourenço Heisler (CPF 888.893.609-25).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11465/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.309/2016-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Elisa da Costa Barbosa (CPF 231.875.904-97) e Elzanira Leoncio Coelho de Andrade (CPF 064.405.684-34).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11466/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.983/2016-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Geisa Ruas Alexandre (CPF 672.634.297-72) e Gelda Alexander de Brito (CPF 629.006.687-00).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11467/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de pensão militar em favor de Olinda Arguelho Pinheiro de Paula (número de controle 10003487-08-2012-000049-1), já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento da interessada; e considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão militar em favor de Iara Pereira de Paula (número de controle 10003487-08-2012-000116-1), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.112/2016-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Iara Pereira de Paula (CPF 805.722.431-20); Olinda Arguelho Pinheiro de Paula (CPF 702.366.551-08) e Olinda Arguelho Pinheiro de Paula (CPF 702.366.551-08).
1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11468/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.524/2016-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Maria de Nazare Mesquita da Costa (CPF 056.199.122-72); Mariana Aleixo de Souza (CPF 268.001.602-53); Raimunda Paula Gomes de Souza (CPF 105.646.322-87) e Roseane Silveira de Souza (CPF 356.171.282-72).
1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11469/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.958/2016-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Maria Sueli Vale dos Santos (CPF 164.446.392-04).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11470/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.170/2016-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alan Barbosa Pereira (CPF 042.033.331-21); Alderico Alenor Steffani (CPF 130.542.449-20); Alex de Oliveira Silva (CPF 092.090.554-46); Alexandre Aliberti Melo da Silva (CPF 011.502.637-17); Alexandre Rodrigues (CPF 122.008.158-24); Alzir Fourny Marinhos (CPF 024.675.772-87); Amador Alves de Oliveira Neto (CPF 056.371.828-50); Anderson Alves de Carvalho (CPF 040.107.486-21); Álison Jucá de Moura (CPF 693.793.275-87) e Álvaro Egídio Soares da Silva (CPF 620.722.503-15).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11471/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.175/2016-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Clóvis Santos de Hipólito (CPF 920.846.137-87); Cosmo Freitas dos Santos (CPF 950.770.732-87); Cristian Mateus Izaias Schulz (CPF 027.253.590-74); Cristovão José dos Santos Chaves (CPF 407.007.635-20); Daniel Antonio de Albuquerque (CPF 811.335.886-20); Darcy Lopes do Couto (CPF 019.105.666-91); David Gomes de Oliveira (CPF 078.213.207-30); Denerson Mariano Rodrigues (CPF 089.365.399-30); Denilton Veroneze Marinho Paes (CPF 047.516.937-94) e Deoclécio Cosme da Silva Filho (CPF 080.795.594-90).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11472/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.179/2016-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Francisco Joabe Ferreira Lima (CPF 458.436.943-72); Francisco das Chagas Pires (CPF 163.089.721-34); Gabriel Tavares (CPF 113.587.269-49); Genildo Ferreira da Silva (CPF 032.529.617-09); Genival Lino dos Santos (CPF 822.016.682-72); Gercy Garcia Teixeira (CPF 007.229.282-20); Gerson Pontes dos Santos (CPF 001.623.777-38); Gervan Eduardo Faria de Matos (CPF 218.545.848-55); Gervásio Francisco de Jesus (CPF 034.138.105-53) e Gilberto Moura de Brito (CPF 138.878.408-44).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11473/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.182/2016-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Hugo Lima Valente (CPF 109.533.717-35); Idronildo Rodrigues da Silva (CPF 016.055.779-87); Ivan de Biase (CPF 054.766.827-91); James Dean Gomes Lima (CPF 041.567.713-00); Jefferson Cláudio de Almeida Gonçalves (CPF 165.576.107-24); Jefferson Lages dos Santos (CPF 703.325.507-10); Jefferson Oliveira dos Santos Bispo (CPF 039.754.665-37); Jeová Fernandes Reis (CPF 023.435.427-59); Ítalo Ênio Augusto (CPF 251.990.128-43) e Ítano Kelvin Pereira Figueiredo (CPF 030.059.150-00).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11474/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.188/2016-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Luciano Florencio Coelho (CPF 053.585.487-00); Luis Eduardo Silva Virgílio (CPF 406.404.868-78); Luis Enoir Borges dos Santos (CPF 543.641.080-49); Luiz Augusto da Silva Passos (CPF 009.476.987-79); Luiz Miguel Domingues da Aparecida (CPF 370.367.838-00); Luiz Rosado Costa (CPF 357.032.978-00); Maicom Douglas Ferreira (CPF 379.714.998-09); Manoel Sampaio (CPF 031.596.712-91); Marcelo Fernandes Gomes (CPF 037.044.501-54) e Marcelo de Lemos Perret (CPF 076.774.537-08).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11475/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.195/2016-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Robson Jean de Oliveira (CPF 079.800.169-04); Rodrigo Luiz de Azevedo Lopes (CPF 039.793.086-00); Rodrigo Marques Santos (CPF 313.697.558-80); Rodrigo Novais de Abreu (CPF 228.444.348-60); Rodrigo da Costa Muniz (CPF 134.996.217-11); Rodrigo de Oliveira Silva (CPF 031.271.616-89); Roger Alves Vargas Pereira (CPF 356.764.748-23); Rogério Biscaglia Righi (CPF 007.232.600-01); Rubem Gonçalves de Lima (CPF 021.010.511-92) e Rui Carlos Victória Baptista (CPF 981.040.807-25).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 11476/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.200/2016-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Acyr Julianelli Lopes (CPF 113.500.408-00); Ademir Macedo (CPF 062.093.007-15); Alberto Teixeira Gaspar Filho (CPF 856.601.167-87); Alderino Gomes Garcia (CPF 484.119.657-91); Alfredo Cruz de Souza (CPF 425.644.417-34); Altair Silva (CPF 023.597.907-49); Aluizio Chaves Henrique (CPF 004.977.110-87); Carlos Alberto do Nascimento (CPF 070.617.497-68); Edison Jose Baptista (CPF 200.644.547-20) e Edmar Geraldo da Silva (CPF 620.216.217-15).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11477/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.203/2016-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Ranison de Sales Pitombeira (CPF 065.683.007-72); Roberto Lucio de Souza Sales (CPF 007.615.347-92); Sebastião Montenegro (CPF 061.551.627-00); Silas Barboza de Oliveira (CPF 105.000.307-15) e Wilson Alcantara do Nascimento (CPF 038.018.617-91).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11478/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.206/2016-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Acyoli Soares Martins (CPF 014.352.640-53); Ademir Barbosa Brum (CPF 054.694.650-04); Adroaldo dos Anjos Mendes de Oliveira (CPF 006.808.770-53); Alberto Victor Schnorr (CPF 047.962.920-04); Alevino Santos Saldanha (CPF 181.704.120-72); Almor Pedro Inacio (CPF 011.819.200-00); Altair Braz Ilha (CPF 113.958.779-04); Alzemiro Kern (CPF 033.919.220-87); Anaurelino Albery Soares (CPF 013.531.360-00) e Angelo Cofcevicz (CPF 001.990.950-00).
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11479/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.212/2016-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: João Nunes Maidana (CPF 448.559.310-04); João Scariot (CPF 006.820.980-00); Jorge de Almeida Neubert (CPF 018.143.540-34); Jose Derli Tier (CPF 059.563.820-15); Jose Fernando Liscano Soares (CPF 220.081.870-04); Jose Luiz da Rocha (CPF 057.539.370-04); Jose Valdir da Silveira (CPF 063.286.440-00); Julio Ernesto Saint-Pierre (CPF 036.862.300-97); Lauro dos Santos Veiga (CPF 133.946.220-68) e Leonco Teixeira da Rosa (CPF 025.274.990-15).
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11480/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.219/2016-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Jorge Carlos Rodrigues (CPF 476.800.757-00); Jorge Eldoci Minuzzi (CPF 403.616.247-00); José Julio Neto (CPF 396.436.036-87); João Batista dos Santos (CPF 403.618.617-53); João Lúcio (CPF 413.330.046-72); Luis Fernando Gomes (CPF 642.776.587-68); Luiz Antonio dos Santos (CPF 469.657.937-91); Luiz Antônio Castro de Mello (CPF 188.593.050-04); Luiz Carlos Loureiro (CPF 321.750.867-04) e Marcos Antonio Cardoso da Silva (CPF 382.696.516-72).
1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11481/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.221/2016-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Rodney Luiz Capute de Assis (CPF 181.738.296-91); Rogerio Rodrigues (CPF 380.873.327-68); Sebastião Geraldo Miranda (CPF 410.102.646-72); Sebastião Gonçalves Pereira (CPF 528.670.567-72); Sebastião Rocha Neto (CPF 431.669.547-91); Silas Pereira (CPF 123.730.364-87); Silvino Luiz Costa Ribeiro (CPF 410.608.306-04) e Vicente de Paula Santana (CPF 323.544.016-04).
1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11482/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.227/2016-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Francisco Edvando dos Santos (CPF 071.302.363-53); Francisco Richard da Silva (CPF 183.609.634-87); Francisco de Assis da Rocha (CPF 084.440.484-53); Genivaldo Rodrigues de Lira (CPF 112.340.404-68); Genésio Lino da Silva (CPF 261.567.505-25); Gilson Augusto da Silva (CPF 403.874.297-00); Gilvan Bezerra do Nascimento (CPF 234.506.904-00); Idelfonso de Paula Martins (CPF 038.552.364-53); Jaime Antônio de Lima (CPF 112.535.684-72) e Jair Leite de Melo (CPF 166.354.344-53).
1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11483/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.233/2016-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Ademar Bispo dos Santos (CPF 303.811.851-68); Afranio Freitas (CPF 200.781.021-20); Ailton Alves de Almeida (CPF 583.491.031-91); Ailton Antonio de Lima (CPF 176.742.391-87); Airton Fernandes da Silva (CPF 200.429.301-20); Alberto Dourado (CPF 006.373.271-87); Alceu Pessina (CPF 309.122.960-20); Anisio Aparecido Chacom (CPF 267.603.717-04); Antonio José Ribeiro Rodrigues (CPF 394.330.137-00) e Aparecido Hércules Cristino (CPF 147.092.362-91).
1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11484/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.238/2016-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Manoel José da Silva (CPF 027.487.461-04); Marim Felix da Silva (CPF 177.162.501-59); Mario Luiz Leite Nunes (CPF 281.467.860-49); Mario Pires de Campos (CPF 968.085.608-97); Nelson Hildebrando de Moraes Barros (CPF 318.582.367-20); Nelson Paiva de Almeida (CPF 904.659.978-72); Niazir Jose da Silva (CPF 007.343.301-20); Olavo Soares de Oliveira (CPF 778.037.108-59); Oscar Soler Vilanova (CPF 407.347.571-15) e Osvaldo Alves de Faria (CPF 159.822.701-72).
1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11485/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.241/2016-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Abelardo Silva de Faria (CPF 465.378.997-53); Antônio Alberto Monteiro de Caminha (CPF 018.411.063-72); Antônio Carlos Oliveira dos Santos (CPF 696.825.508-15); Antônio Neiton Uchoa Vasconcelos (CPF 301.762.047-68); Antônio Valdízio Pereira (CPF 098.095.623-49); Carlos Alberto Marinho Lopes (CPF 224.508.587-68); Eraldo Pimentel das Neves (CPF 124.868.254-87); Francisco Aparecido Andrade (CPF 171.187.511-20); Francisco José Loureiro de Medeiros (CPF 415.394.867-53) e Fátimo Luiz Apolinário (CPF 181.736.756-00).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11486/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-028.244/2016-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Manoel Cordeiro Oliveira (CPF 127.469.404-34); Maurício Lopes Ferreira (CPF 509.059.617-49); Maurício da Costa Helcias (CPF 113.163.305-91); Nelson Marcelino de Faria Filho (CPF 013.032.873-15); Nivando Fernandes de Oliveira (CPF 202.452.623-34); Paulo Jerônimo Correia (CPF 044.068.773-04); Pedro Celestino de Melo (CPF 106.419.631-49); Raimundo Lopes da Silva (CPF 051.643.032-72); Roberto Augusto de Gurgel Caracas Filho (CPF 321.793.407-53) e Sérgio de Assis Pedrosa (CPF 378.787.867-04).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11487/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.247/2016-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Carlos José Ferreira (CPF 263.677.346-00); Cedeli Lima (CPF 216.597.960-91); Darcizalem José Gonçalves (CPF 202.184.350-53); Darcy Alves da Silva (CPF 287.359.511-68); Dimas Filho (CPF 090.273.002-91); Donizete Muniz da Silva (CPF 216.022.551-72); Eber Nora Bacelar (CPF 216.927.346-87); Elson Alves da Silva (CPF 071.265.142-04); Eurílio Romero Carneiro (CPF 398.272.597-68) e Evaldo de Oliveira Barbosa (CPF 976.189.698-68).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11488/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.249/2016-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Godofredo Jesus Corrêa (CPF 371.240.308-97); Helson Marques (CPF 065.574.570-04); Hélio Machado (CPF 212.045.436-15); Ismar Ferreira da Costa Filho (CPF 318.268.737-91); Italo Fortes Avena (CPF 039.467.974-15); Ivonei Machado de Medeiros (CPF 116.166.871-34); Jairo Felipe Ribeiro (CPF 263.657.666-53); Jaldemar Rodrigues de Souza (CPF 038.897.184-34); Janir Antonio de Oliveira Delfes (CPF 115.677.751-87) e João Alfredo da Silva Sinício (CPF 233.412.547-49).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11489/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.255/2016-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Silvair Alves dos Santos (CPF 120.076.841-87); Thadeu Horácio Bessa Maia (CPF 394.341.097-87); Vanderlei José Mendes Coelho (CPF 350.443.736-72); Vinicius de Almeida Maggioni (CPF 345.503.050-53); Walter Justus (CPF 227.471.929-20) e Wilson Flores Alves (CPF 318.357.677-53).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11490/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.257/2016-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Francisco Felix Pinheiro (CPF 152.441.642-87); Francisco Lopes Gadelha (CPF 112.713.532-53); Francisco Nepomuceno dos Santos (CPF 091.344.252-68); Francisco Osmilde Amancio Rodrigues (CPF 181.499.602-87); Francisco Tadeu Ferreira da Silva (CPF 142.028.752-49); Francisco de Assis de Souza Andrade (CPF 113.282.072-34); Gilberto Rodrigues (CPF 007.601.372-34); Guaracy de Seixas (CPF 128.340.502-44); Itamar da Silva Pimentel (CPF 112.176.422-34) e João da Costa Lima (CPF 113.276.342-87).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11491/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.261/2016-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Pedro Franco Felix (CPF 202.729.442-20); Raimundo Anacleto Dantas (CPF 444.157.454-15); Raimundo Lima dos Santos (CPF 015.116.882-20); Raimundo Nonato Bezerra de Souza (CPF 308.057.402-87); Raimundo Nonato de Freitas Lima (CPF 138.374.782-20); Raimundo Ramos da Silva (CPF 151.701.282-15); Robertson José Abecassis Ferreira (CPF 483.916.117-87); Rocenir Rodrigues da Silva (CPF 138.375.082-34); Rui de Jesus Soares (CPF 321.756.047-72) e Samuel Simão do Nascimento (CPF 108.610.332-72).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11492/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.289/2016-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Acácio Vieira de Carvalho (CPF 114.521.290-53); Ademar Queiroz (CPF 021.890.707-91); Alberto Fernando Barddal Drummond Filho (CPF 394.602.079-87); Aloysio de Sousa e Silva (CPF 498.872.897-87); Americo Akamine (CPF 115.016.778-53); Andre Souza da Silva (CPF 031.321.254-66); Antonio Barbalho de Souza (CPF 348.598.537-68); Antonio Carlos Rodrigues (CPF 061.282.383-00); Antonio Geraldo de Morais (CPF 548.502.748-20) e Antônio Ângelo Batista (CPF 040.250.085-72).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11493/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.293/2016-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Edson Tosetto (CPF 002.360.634-72); Edson Vicente Ferreira (CPF 078.484.807-63); Elbio Vieira da Costa (CPF 036.264.075-00); Eliano Alves Correia (CPF 022.080.082-00); Elias Nascimento dos Reis (CPF 436.236.207-00); Eloy de Freitas Ribeiro Filho (CPF 041.058.348-00); Enéas Pereira Rodrigues (CPF 089.457.306-30); Eric Rocha Pitman (CPF 175.905.407-06); Evaldo Eickhoff (CPF 000.042.862-00) e Ênio Von Marees (CPF 012.753.990-53).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11494/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.295/2016-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Francisco José Degrazia Dellamora (CPF 025.665.834-04); Francisco Rebouças Saraiva (CPF 480.883.744-72); Francisco de Assis Werneck Schuster (CPF 370.619.847-91); Geraldo Braz Magalhães (CPF 042.268.104-06); Geraldo José Rodrigues Tinoco (CPF 380.582.867-53); Gerson Gomes Vieira (CPF 129.443.357-15); Getulio Marques Martins (CPF 235.869.407-00); Gilberto Dias de Oliveira (CPF 039.878.097-87); Gilberto Gonçalves Abdala (CPF 021.249.047-87) e Gilberto Socoloski (CPF 028.846.317-04).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11495/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.297/2016-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ivan França Oliveira (CPF 362.550.417-00); Ivandro Silva de Carvalho (CPF 288.910.907-00); Jahasiel Alves dos Santos (CPF 230.158.028-87); Jelbi da Silva (CPF 200.135.317-00); Joaniberto Teófilo Gaspar de Oliveira (CPF 000.265.838-01); João Arlem dos Santos Mattos (CPF 024.588.530-72); João Batista Correia Júnior (CPF 347.954.057-00); João Bosco de Vasconcelos Bertulino (CPF 033.511.811-91); João Gomes Pereira (CPF 093.435.206-20) e João Inácio da Silva (CPF 053.812.314-15).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11496/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-028.300/2016-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Jose Franklin da Silva (CPF 219.182.607-53); Jose Geraldo Lana Ferreira (CPF 032.409.618-65); Josias de Freitas Duarte (CPF 003.218.771-87); José Luciano Coelho Pereira (CPF 106.220.124-87); José Manoel Vieira (CPF 060.704.420-91); José Manrico Zamorano (CPF 226.333.677-04); José Maria dos Santos (CPF 149.392.667-53); José Otávio Aristimunha Bizarro (CPF 070.443.050-91); José Roberto Botelho Coré (CPF 199.291.107-04) e José Wilson de Araújo Albuquerque (CPF 029.027.882-15).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11497/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.302/2016-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Luiz Jorge da Conceição (CPF 270.883.327-87); Marcelo Leonardo de Olinda Campelo (CPF 207.260.667-53); Marcos Antonio Moreira Borges (CPF 727.582.607-00); Marcos Joaquim Dâmaso (CPF 095.915.406-04); Mario Ferreira Pontes Filho (CPF 013.331.513-49); Mario Gernhardt (CPF 239.536.917-91); Mathusalem Peixoto Maia (CPF 977.106.108-97); Miqueias dos Santos Lima (CPF 123.358.297-69); Márcio Biaggio Sizani (CPF 389.197.968-15) e Nélio Corrêa de Faria (CPF 273.224.247-00).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11498/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.305/2016-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ricardo Ferreira Ayres (CPF 963.854.218-72); Ricardo Maurício Cysneiros Maschka (CPF 515.576.818-72); Rivaldo César de Araújo (CPF 257.457.437-00); Rogério Gonçalves Vieira (CPF 223.110.097-53); Romeu Rodrigues Ribeiro (CPF 360.845.738-00); Rosteen dos Santos de Azevedo (CPF 079.959.017-71); Rui Alcides da Costa (CPF 070.350.209-34); Sebastião Borges de Oliveira (CPF 707.253.307-91); Sergio Cardoso de Oliveira (CPF 005.797.505-15) e Sergio da Silveira Cardador (CPF 039.128.508-44).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11499/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.307/2016-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Valdir de Sousa (CPF 004.810.331-49); Vanduides Cristovam dos Santos (CPF 332.597.717-00); Waldir Bezerra Costa (CPF 180.502.550-34); Walkyso dos Santos (CPF 740.669.438-53); Wilson Czerski (CPF 740.688.068-53); Xisto Antônio Zório Genes (CPF 046.189.804-78); Zeir Lima Ramos (CPF 192.653.287-20) e Zélio Antunes Ramos dos Santos (CPF 620.294.958-91).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11500/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 10.811/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 20/9/2016 (Ata nº 34/2016), relativamente aos seus itens 9.2 e 9.3, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/RS, para que dê prosseguimento às providências cabíveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) item 9.2:

onde se lê:

Valor - R$	Data
19.798,50	1º/3/2004
311,50	1º/3/2004
20.743,31	28/5/2004
20.740,00	29/6/2004
3.021,60	10/9/2004
3.304,50	28/9/2004
42.637,50	29/10/2004
50.483,50	26/11/2004

leia-se:

Valor - R$	Data
19.798,50	1º/3/2004
311,50	1º/3/2004
20.743,31	28/5/2004
20.740,00	29/6/2004
3.021,60	10/9/2004
3.304,50	28/9/2004
42.637,50	26/10/2004
50.483,50	26/11/2004

b) item 9.3:

onde se lê:

"9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;";

leia-se:

"9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;":

1. Processo TC-002.982/2016-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Nomeriano Ferreira Martins (CPF 317.859.644-53).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Águas Belas/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex/RS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11501/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor da Sra. Maria das Graças Gomes Linhares, do Sr. Orismar Vanderlei Diniz e do Sr. Marcos Antônio da Silva Lima, como ex-prefeitos de Ibiapina/CE nas gestões de 2001-2004, 2005-2008 e 2009-2012), respectivamente, diante da não execução do Contrato de Repasse nº 124.084-11/2001 celebrado entre o município de Ibiapina/CE e a Caixa Econômica Federal, como mandatária da União representada pelo Ministério do Turismo, para a urbanização da entrada da cidade;

Considerando que, devidamente citados pelos Ofícios nºs 0930, 0931 e 0932/2015-TCU/SECEX-CE, respectivamente, os responsáveis (Maria das Graças Gomes Linhares, Marcos Antônio da Silva Lima e Orismar Vanderlei Diniz) apresentaram as suas alegações de defesa;

Considerando que a unidade técnica, examinando as defesas apresentadas pelos responsáveis à luz da documentação integrante dos autos, não constatou a ocorrência de dano ao erário, haja vista que, embora com mais de uma década de atraso, a obra foi concluída, conforme o extrato da Caixa acostado à Peça nº 17, p. 6, com o atingimento dos fins sociais a que se destinava, tendo o saldo remanescente do ajuste sido devolvido, sem a identificação de débito na aludida análise;

Considerando, diante disso, que não se verificam os pressupostos de constituição destas contas especiais;

Considerando que o art. 212 do Regimento Interno do TCU assim aduz: "*o Tribunal determinará o arquivamento do processo de prestação ou de tomada contas, mesmo especial, sem julgamento do mérito, quando verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo*";

Considerando, pelo exposto, que os presentes autos devem ser arquivados sem o julgamento de mérito;

Considerando, por fim, que são nesse sentido os pareceres uniformes do Ministério Público junto ao TCU e da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", e 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em:

a) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 212 do RITCU, sem o julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e

b) fazer a determinação abaixo indicada:

1. Processo TC-029.260/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Marcos Antônio da Silva Lima (CPF 383.479.033-87); Maria das Graças Gomes Linhares (CPF 285.766.753-15) e Orismar Vanderlei Diniz (CPF 090.754.883-00).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Ibiapina/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: Carlos Celso Castro Monteiro (10566/OAB-CE) e outros, representando Maria das Graças Gomes Linhares.

1.7. Determinar à Secex/CE que envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, aos responsáveis, ao Ministério do Turismo e à Caixa Econômica Federal.

ACÓRDÃO Nº 11502/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário em desfavor dos Srs. Erbertes Almeida de Campos e Wellington de Azevedo Leite e da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultura (Aspac), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à aludida organização social por força do Convênio nº 700232/2008 destinado à "*prestação de assistência técnica e extensão rural a grupos de mulheres agricultoras e ribeirinhas dos municípios de Itacoatiara, Itapiranga e Silves, no estado do Amazonas, através de capacitação voltada à agroecologia, manejo do pescado, agroindústria e ecoturismo comunitário, visando ao seu aperfeiçoamento nas áreas produtivas e de comercialização*";

Considerando que, devidamente citados, os responsáveis anexaram à sua defesa a documentação intitulada como prestação de contas da citada avença;

Considerando que, com fundamento no princípio da racionalidade processual, mostra-se conveniente remeter a aludida prestação de contas à análise do órgão concedente, a qual deverá ser realizada em 120 (cento e vinte) dias, sobrestando-se a apreciação do presente feito pelo referido prazo, ensejando, em seguida, a nova instrução processual;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando, pelo exposto, que os presentes autos devem ser sobrestados;

Considerando, por fim, que estão nesse sentido os pareceres uniformes do Ministério Público junto ao TCU e da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em sobrestar os presentes autos e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.923/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultura (CNPJ 84.091.545/0001-40); Erbertes Almeida Campos (CPF 210.077.052-72) e Wellington de Azevedo Leite (CPF 677.948.402-44).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: Renan Rufino Rocha da Silva (9692/OAB-AM) e outros, representando Associação de Silves Pela Preservação Ambiental e Cultura, Erbertes Almeida Campos e Wellington de Azevedo Leite.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, analise a documentação encaminhada ao TCU pelos Srs. Erbertes Almeida Campos e Wellington de Azevedo Leite, e pela Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultura, a título de prestação de contas do Convênio nº 700232/2008 (Siconv nº 6350/2008: Processo 55000.000997/2012-31) firmado com a Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultura (Aspac), emitindo o seu parecer conclusivo quanto à regularidade, ou não, da execução da avença, nos termos do art. 60 da então vigente Portaria Interministerial CGU-MF-MP nº 127/2008 e da cláusula décima terceira do termo de convênio, encaminhando ao TCU as suas conclusões ao final do referido prazo;

1.7.2. à Secex/AM que:

1.7.2.1. envie ao Ministério do Desenvolvimento Agrário cópia da documentação constituída nas Peças nºs 39 e 40, 41 e 42, 43;

1.7.2.2. promova o monitoramento da determinação contida no item 1.7.1 deste Acórdão; e

1.7.2.3. promova o sobrestamento do presente processo, com fundamento nos arts. 157 e 201, § 1º, do Regimento Interno do TCU, durante o prazo concedido para que o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário ultime a análise da prestação de contas e informe seus resultados ao TCU.

ACÓRDÃO Nº 11503/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor dos Srs. Viru Oscar Friedrich, como ex-prefeito do município de Alto Alegre/RR (gestões: 2005-2008 e 2009-2012), e José de Arimatéia da Silva Viana, como atual prefeito do município de Alto Alegre/RR (gestão: 2013-2016), diante da não execução do objeto do Contrato de Repasse nº 197.213-14/2006-MT/Caixa (Siafi nº 571651), celebrado entre o município de Alto Alegre/RR e a Caixa Econômica Federal, como mandatária da União representada pelo Ministério do Turismo, tendo por objeto a transferência de recursos federais para a construção de praça pública na vila São Silvestre no aludido município;

Considerando que o exame da documentação integrante dos presentes autos não constatou a ocorrência de dano ao erário, haja vista que o montante de recursos federais liberados corresponde aos serviços efetivamente executados, conformando o objeto em condições de ser usufruído pela população local;

Considerando, diante disso, que não se verificam os pressupostos de constituição destas contas especiais;

Considerando que o art. 212 do Regimento Interno do TCU assim aduz: "*o Tribunal determinará o arquivamento do processo de prestação ou de tomada contas, mesmo especial, sem julgamento do mérito, quando verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo*";

Considerando, pelo exposto, que os presentes autos devem ser arquivados sem o julgamento de mérito;

Considerando, por fim, que são nesse sentido os pareceres uniformes do Ministério Público junto ao TCU e da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", 169, inciso II, e 212 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em arquivar os presentes autos, sem o julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.739/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: José de Arimatéia da Silva Viana (CPF 383.579.412-49) e Viru Oscar Friedrich (CPF 369.939.649-53).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Alto Alegre/RR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/RR que envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, aos responsáveis, ao Ministério do Turismo e à Caixa Econômica Federal.

ACÓRDÃO Nº 11504/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Exmo. Sr. Roberto Gil Leal Faria, como Juiz Federal da Vara de Serra (ES), por meio da qual foi noticiada a condenação da União, no âmbito do Processo 0000200-75.2013.4.02.5006, ao pagamento de indenização por danos morais ao Sr. Elias Dionísio de Souza, como suboficial reformado da Força Aérea Brasileira, cuja concessão de autorização de procedimento médico para tratamento de cardiopatia grave teria sido ilicitamente procrastinada pela Subdiretoria de aplicação dos recursos para assistência médico-hospitalar da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (Saram), contribuindo para o agravamento do estado de saúde;

Considerando que, de acordo com a documentação carreada aos autos, a sentença fundamentou a concessão da indenização por danos morais na conduta ilícita do Coronel Médico Paschoal Baltazar Baltar da Silva, que, inobstante a clareza e suficiência do laudo pertinente, teria resistido a autorizar o procedimento cirúrgico no Sr. Elias Dionísio de Souza, condicionando a permissão a um "relatório médico circunstanciado" que demonstrasse a inviabilidade da remoção do paciente, tendo a demora agravado a situação do paciente;

Considerando, diante disso, que a União restou condenada ao pagamento do valor de R$ 50.000,00, acrescido dos consectários legais, além de honorários advocatícios no máximo da faixa, no caso, vinte por cento sobre o valor da causa, tendo a União, inconformada, interposto a devida apelação, apesar do quantum inferior ao mínimo estabelecido para a remessa necessária (art. 496, § 3º, inciso I, CPC);

Considerando que não cabe ao TCU imergir no campo meritório da referida decisão judicial;

Considerando que o efetivo prejuízo no qual incorrerá a administração pública subordina-se a evento futuro e incerto consistente na ratificação, ou não, da sentença por parte do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no que tange ao dever de indenizar acometido à União, com o seu posterior trânsito em julgado;

Considerando que, a partir desse hipotético momento, caberia à administração pública instaurar os procedimentos administrativos adequados para a identificação das responsabilidades pertinentes e, de forma regressiva, para a cobrança, junto aos culpados, das indenizações correspondentes até mesmo em ação judicial regressiva, podendo, no caso de frustração dessa medida, deflagrar a instauração do processo de tomada de contas especial, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei nº 8.443/1992 e observados os limites fixados na IN TCU nº 71/2012;

Considerando que, conquanto o feito deva ser conhecido por este Tribunal, haja vista cumprir os requisitos de admissibilidade elencados no art. 235 do RITCU, não cabe ao TCU, no atual momento, promover a apreciação mais aprofundada do mérito, sem prejuízo do oportuno julgamento da eventual tomada de contas especial instaurada para ressarcir o valor despendido pela União com a condenação no âmbito da Ação Judicial 0000200-75.2013.4.02.5006, caso a decisão de primeira instância permaneça e não se resolva a questão no âmbito administrativo;

Considerando, pelo exposto, que resta prejudicada a apreciação de mérito dos presentes autos;

Considerando, de toda forma, que se mostra indicado comunicar à Diretoria de Saúde da Aeronáutica de que o desfecho do Processo Judicial 0000200-75.2013.4.02.5006, ora em trâmite no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no qual o Sr. Elias Dionísio de Souza, como militar reformado que pleiteia a indenização por danos morais cometidos por agente federal, deve ser acompanhado, salientando que a eventual condenação da União em decisão transitada em julgado pode ensejar a responsabilização do aludido agente que houver laborado com dolo ou culpa, a ser apurada em ação judicial regressiva ou em procedimento administrativo, para somente ao final, se necessário, ser apurada em processo de tomada de contas especial;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, e fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-021.534/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. Roberto Gil Leal Faria, Juiz Federal da Vara de Serra/ES.

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Saúde da Aeronáutica/RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex/ES).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/ES que:

1.7.1. dê ciência à Diretoria de Saúde da Aeronáutica de que o desfecho do Processo Judicial 0000200-75.2013.4.02.5006, ora em trâmite no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no qual o Sr. Elias Dionísio de Souza, como militar reformado que pleiteia a indenização por danos morais cometidos por agente federal, deve ser acompanhado, salientando que a eventual condenação da União em decisão transitada em julgado pode ensejar a responsabilização do aludido agente que houver laborado com dolo ou culpa, a ser apurada em ação judicial regressiva ou em procedimento administrativo, para somente ao final, se necessário, ser apurada em processo de tomada de contas especial, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei nº 8.443/1992;

1.7.2. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao ilustre representante; e

1.7.3. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11505/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que se trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. - ME, à Peça nº 1, sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico - SRP 004/2016 conduzido pelo Comando da 6ª Região Militar do Exército Brasileiro para a contratação "*de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis através de sistema informatizado em cidades do interior dos estados da Bahia, Sergipe Pernambuco e Minas Gerais (norte)*";

Considerando que, na petição à Peça nº 1, a representante questionou, em essência, a exigência contida no item 5.1.2 do termo de referência (anexo I) do aludido pregão eletrônico, no sentido de que "*todas as licitantes deverão apresentar obrigatoriamente a lista de estabelecimentos credenciados nos moldes exigidos juntamente com a habilitação, devendo comprovar o atendimento a 70% (setenta por cento) das localidades constantes no Anexo II*";

Considerando que, ao examinar o referido questionamento, a Secex/BA aduziu, essencialmente, que:

a) os precedentes deste Tribunal apontam para a inadequação da exigência de prévia apresentação da rede credenciada onde serão prestados os serviços como condição para participação do certame;

b) em relação ao objeto específico do Pregão Eletrônico - SRP 004/2016 (fornecimento de combustíveis), a jurisprudência deste Tribunal reputa como indevida a exigência de apresentação de rede credenciada de estabelecimentos para fins de habilitação no certame, podendo ser exigida tão somente na fase de contratação, concedendo-se ao licitante vencedor o prazo razoável para o seu cumprimento, vez que, do contrário, haveria a imposição de ônus financeiro e operacional desarrazoados às licitantes;

Considerando que, previamente à apreciação do aludido pedido de cautelar, determinei a realização de oitiva prévia do Comando da 6ª Região Militar do Exército Brasileiro (EB), nos termos do art.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

276, § 2º, do RITCU, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, manifestasse sobre as falhas apontadas na representação formulada pela empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. - ME, em especial quanto à inserção de condição de habilitação considerada restritiva à competitividade do Pregão Eletrônico - SRP 004/2016;

Considerando que, em resposta à aludida oitiva, o Comando da 6ª Região Militar informou ter reconhecido que não poderia exigir despesas desarrazoadas por parte dos possíveis licitantes antes da contratação, promovendo, então, a retificação do item 5.1.2 do edital do Pregão Eletrônico - SRP 004/2016, de modo que a exigência de credenciamento de postos de combustíveis somente passou a ser cobrada apenas após a contratação, tendo a unidade militar comprovado a devida republicação do edital;

Considerando, pelo exposto, que, ante a perda de objeto do presente feito, e, por conseguinte, da cautelar suspensiva pleiteada na peça exordial, deve a apreciação de mérito desta representação ser tida por prejudicada, nos termos dos pareceres convergentes da Secex/BA (Peças nºs 22/24);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, ante a perda de seu objeto, pela retificação da exigência questionada no presente feito, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.919/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. - ME (CNPJ 05.340.639/0001-30).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da 6ª Região Militar - Exército Brasileiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

1.6. Representação legal: Wanderley Romano Donadel (OAB/MG 78.870).

1.7. Determinar à Secex/BA que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, à representante e ao Comando da 6ª Região Militar - Exército Brasileiro; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11506/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que se trata de representação sobre possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico SRP nº 22/2016 conduzido pela Base Administrativa do Quartel-General do Exército para a aquisição e instalação de aparelhos de refrigeração (aparelhos condicionadores de ar do tipo Split e janela, câmara frigorífica prémoldada e Frigobar), além da sua entrega e instalação, visando à climatização de ambientes da Base Administrativa do Quartel General do Exército e demais órgãos participantes sediados em Brasília/DF, Palmas/TO e Rio de Janeiro/RJ;

Considerando que a representante questiona que o edital do Pregão Eletrônico SRP nº 22/2016 possuiria cláusulas restritivas e obscuras, as quais comprometeriam a legalidade do procedimento e a competitividade do certame, ao exigir o que se segue:

"*9.8.4. Comprovação de que é assistência técnica autorizada, ou parceiro autorizado do fabricante dos produtos ofertados, e está apta a comercializá-lo, prestando os serviços de instalação e configuração e garantia estipulada pelo fabricante.*

9.8.5. Declaração de Compromisso de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações de escritório, ou representante local, desta Administração, afim de que possa ter condições de atender às suas demandas de forma satisfatória, nos termos do art. 30, § 6º da Lei nº 8.666/93, desde que o referido documento esteja consularizado ou registrado em Cartório Público de Títulos e Documentos, como comprovação de compromisso público.

9.8.6. Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, no nome da licitante e do profissional responsável pela execução dos serviços ora licitados, acompanhado dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA n° 06, de 15/03/2013, e legislação correlata, para o exercício de atividade deste certame, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n° 06, de 15/03/2013, ou de norma específica (art. 2º, IN 6/2013).

9.8.7.Certidão Negativa de Débito emitida pelo IBAMA, conforme previsto na de acordo com a IN/IBAMA nº 08 de 18 de setembro de 2003.

9.8.8.Certidão Negativa de Autuações Ambientais e Embargos emitida pelo IBAMA, conforme previsto Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 Art. 8º, § 2º Lei Nº 10.650, de 16 de abril de 2003 Art. 4º, incisos III e V Decreto Nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Art. 18, §1º, art. 149, incisos I e II, parágrafo único.";

Considerando que a Selog apurou, preliminarmente, no Portal Compras Governamentais que não houve qualquer tipo de impugnação ou questionamento do instrumento convocatório na seara administrativa, tendo efetuado, em seguida, o contato telefônico com os gestores da Base Administrativa do Quartel-General do Exército;

Considerando que, no decorrer da instrução do presente processo, a Base Administrativa do Quartel-General do Exército informou à Selog que resolveu, dentro do princípio da autotutela da administração, retirar as exigências contidas nos itens 9.8.4 a 9.8.8 do edital do Pregão Eletrônico SRP nº 22/2016 e marcar nova data para a realização do certame;

Considerando que o edital do aludido certame foi republicado sem as exigências supracitadas, conforme indicado à Peça nº 3 dos autos;

Considerando, pelo exposto, que, ante a perda de objeto do presente feito, deve a apreciação de mérito desta representação ser tida por prejudicada, nos termos dos pareceres convergentes da Selog (Peças nºs 4/5);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, ante a perda do objeto, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.850/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Compillar Entretenimento Prestadora de Serviço EIRELI EPP (CNPJ 09.656.945/0001-30).

1.2. Órgão/Entidade: Base Administrativa do Quartel-General do Exército - Secretaria Geral do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Fernando Mottecy Veras (CPF 859.851.631-72).

1.7. Determinar à Selog que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à representante e à Base Administrativa do Quartel-General do Exército - Secretaria Geral do Exército; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11507/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pela empresa S&T Comércio de Produtos e Limpeza, Descartáveis e Informática Ltda., com pedido de cautelar suspensiva, sobre possível irregularidade no Pregão Eletrônico SRP 06/2016, do tipo menor preço, promovido pelo 2º Batalhão de Infantaria Leve (2º BIL) para o registro de preço de eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza, com o valor estimado de R$ 4.566.703,09;

Considerando que o certame se destina à aquisição de produtos de natureza química, materiais de limpeza e higiene, havendo na relação de itens licitados materiais saneantes, domissanitários, correlatos, descartáveis e materiais de segurança, conforme a relação que integra o edital;

Considerando que a representante alega que não foi exigida das empresas participantes a apresentação de Licença de Funcionamento (Alvará Sanitário-Sivisa Municipal) expedida pelo serviço de vigilância sanitária local, conforme o código sanitário e a legislação complementar e de AFE (Autorização de Funcionamento Específica), emitida pela Anvisa;

Considerando que a presente representação atende aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno TCU e no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993;

Considerando que, posteriormente, a empresa S&T Comércio de Produtos e Limpeza, Descartáveis e Informática Ltda. encaminhou a este Tribunal requerimento para que seja arquivada a presente representação (Peça nº 4), vez que o representado cancelou, voluntariamente, o certame para a análise dos pedidos solicitados;

Considerando que, à luz da jurisprudência vigorante neste Tribunal, o autor da representação não é, em regra, considerado parte ou interessado no processo, de forma que, atendidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do RITCU, prossegue o feito regularmente até a deliberação conclusiva pelo TCU, orientando-se para o atendimento do interesse público em detrimento do particular interesse do autor da representação;

Considerando que o 2º BIL confirmou a este Tribunal que o pregão foi suspenso e que estão sendo adotadas as medidas necessárias para a análise da questão, de modo que não se concretizou a irregularidade representada, afastando, assim, o requisito da urgência para o deferimento da medida cautelar pleiteada;

Considerando que, ao apreciar matéria idêntica à presente questão, no bojo do TC 018.549/2016-0, o Tribunal, por meio do Acórdão 2.000/2016-Plenário, determinou que fosse fixado prazo para que o TRE/SP fizesse constar do edital do Pregão nº 62/2016, a exigência de que as empresas participantes comprovassem o cumprimento dos requisitos previstos na Lei nº 6.360/1976, no Decreto nº 8.077/2013 e na Resolução nº 16/2014/Anvisa, quando aplicável, de modo a garantir que o produto a ser licitado atenda às exigências técnicas necessárias, notadamente quanto ao AFE;

Considerando que, na mesma linha, o Acórdão 2.168/2016-TCU-Plenário (TC 023.674/2016-4) determinou que fosse exigida da licitante a apresentação do AFE, de modo a garantir a contratação de empresa idônea, com a garantia de que os seus produtos atendiam aos requisitos técnicos necessários;

Considerando que, em face das aludidas orientações jurisprudenciais, a unidade técnica (Secex/RJ) sugeriu que a representação deve ser considerada parcialmente procedente, devendo ser fixado prazo para que o 2º Batalhão de Infantaria Leve explicite no edital que as empresas participantes devem comprovar que cumprem os requisitos previstos na Lei nº 6.360/1976, no Decreto nº 8.077/2013 e na Resolução nº 16/2014/Anvisa;

Considerando que, da análise empreendida, a Secex/RJ não vislumbrou nos autos a presença do requisito do periculum in mora, necessário ao deferimento da medida cautelar pleiteada, embora reconheça a existência do fumus boni juris consubstanciado na necessidade de cumprimento dos requisitos previstos na Lei nº 6.360/1976, no Decreto nº 8.077/2013 e na Resolução nº 16/2014/Anvisa;

Considerando, por fim, que integra a presente deliberação a instrução técnica acostada à Peça nº 6, como o pronunciamento que o ratifica (Peça nº 7);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, incisos I e III, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, em:

a) conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir o requerimento de cautelar suspensiva formulado pela empresa S&T Comércio de Produtos e Limpeza, Descartáveis e Informática Ltda., tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida;

c) assinar o prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e no art. 45 da Lei nº 8.443/1992, para que, em relação ao Pregão Eletrônico SRP 06/2016, o 2º Batalhão de Infantaria Leve promova o exato cumprimento da lei, alterando o edital para exigir que as empresas participantes comprovem o cumprimento dos requisitos previstos na Lei nº 6.360/1976, no Decreto nº 8.077/2013 e na Resolução nº 16/2014-Anvisa, quando aplicável; e

d) fazer a recomendação e as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-028.445/2016-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: S&T Comércio de Produtos e Limpeza, Descartáveis e Informática Ltda. (CNPJ 12.488.131/0001-49).

1.2. Órgão/Entidade: 2º Batalhão de Infantaria Leve - Comando do Comando Militar do Sudeste (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.6. Representação legal: Patrícia Aparecida Hayashi (145422/OAB-SP) e outros, representando S& T Comércio de Produtos e Limpeza, Descartáveis e Informática Ltda..

1.7. Recomendar ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx) que oriente as unidades subordinadas àquele Comando, no âmbito da Região Sudeste, para que, nos procedimentos licitatórios e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

contratações destinados à aquisição de produtos de natureza química, materiais de limpeza e higiene, observem o cumprimento dos requisitos previstos na legislação aplicável, em especial na Lei nº 6.360/1976, no Decreto nº 8.077/2013 e na Resolução nº 16/2014-Anvisa, de modo a garantir que os produtos a serem adquiridos atendam aos requisitos técnicos necessários previstos na legislação específica, nos termos do art. 30 da Lei nº 8.666/1993 e da jurisprudência deste Tribunal.

1.8. Determinar à Secex/RJ que:

1.8.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, à representante, ao Centro de Controle Interno do Exército e ao 2º Batalhão de Infantaria Leve; e

1.8.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11508/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação autuada a partir do recebimento do Ofício nº 648/2015-GABPR expedido pelo Exmo. Sr. Conselheiro Manoel Pires dos Santos, como Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), por meio do qual encaminha cópia das Resoluções nºs 535, 536, 537 e 538, todas da 1ª Câmara do referido Tribunal, emitidas em razão da apreciação dos Processos 5026, 5025, 2360 e 5024/2013, com referências sobre possíveis irregularidades na execução dos Contratos de Repasse nºs 128.120-49/2001 (Siafi nº 446691) e 227.257-90/2007 (Siafi nº 597860), ambos celebrados entre a Caixa Econômica Federal, como mandatária da União representada pelo Ministério das Cidades, e o Estado do Tocantins;

Considerando que, na documentação encaminhada pelo ilustre representante, constata-se a informação de que, no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), não foi realizada uma análise aprofundada sobre os referidos ajustes pelo fato de ter sido constatado que os recursos envolvidos eram originários do Orçamento Geral da União, desafiando, portanto, a competência do TCU;

Considerando que o CR 128.120-49/2001 (Siafi nº 446691), firmado em 31/12/2001 e vigente até 30/11/2013, teve por objeto a construção de 100 unidades habitacionais de alvenaria de tijolos furados e cobertura com telha cerâmica, em Miracema do Tocantins/TO, tendo a sua prestação de contas final sido apresentada em 5/9/2013 e homologada em 17/2/2014;

Considerando que o CR 227.257-90/2007 (Siafi nº 597860), celebrado em 18/7/2007 e vigente até 31/12/2016, contempla a construção de 884 moradias nos municípios de Axixá/TO, Buriti/TO, Carrasco Bonito/TO, São Miguel/TO, Praia Norte/TO e Sítio Novo/TO no valor total de R$ 22.169.087,92, dos quais R$ 15.908.000,00 têm origem em repasses do Tesouro Nacional, já integralizados, destacando que o portal da CEF registra que, atualmente, a situação das obras é de paralisação;

Considerando que, procedendo ao saneamento do feito, a unidade técnica realizou diligências junto à Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado de Tocantins e à Superintendência da Caixa Econômica Federal no Estado do Tocantins;

Considerando que, de acordo com a análise da unidade técnica à luz das respostas apresentadas, em relação ao CR 128.120-49/2001 (Siafi nº 446691), já expirado, não há elementos que apontem para indício tendente a sustentar a hipótese de prejuízo sofrido pelo erário federal ou de irregularidade de outra natureza, com dimensão e gravidade que justifique qualquer outra medida fiscalizadora;

Considerando, porém, que as irregularidades constatadas nas obras do CR 227.257-90/2007 (Siafi nº 597860), aliadas à alta materialidade dos valores envolvidos, às várias prorrogações da avença e ao estado atual de paralisação das obras, apontam para a necessidade de sobrestamento do julgamento deste feito para que a Caixa proceda, após 31/12/2016, quando se dará o encerramento da vigência do ajuste, à análise da prestação de contas do referido contrato de repasse, informando o Tribunal sobre as conclusões e as providências adotadas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, e 237, inciso IV e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, e fazer a determinação abaixo indicada:

1. Processo TC-033.248/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO).

1.2. Órgão/Entidade: Estado do Tocantins.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. à Caixa Econômica Federal que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar de 31/12/2016, quando se dará o final da vigência do CR 227.257-90/2007, informe o TCU sobre o resultado das apurações relativas ao aludido ajuste, bem como as providências adotadas;

1.7.2. à Secex/TO que:

1.7.2.1. promova o sobrestamento, por 180 (cento e oitenta) dias, do presente feito, promovendo a sua nova instrução, ao final do citado prazo, para encaminhá-lo ao Relator; e

1.7.2.2. envie cópia do presente Acórdão e da correspondente instrução da unidade técnica ao Exmo. Sr. Conselheiro Manoel Pires dos Santos, na qualidade de Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), e à Caixa Econômica Federal.

II

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 11509 a 11527 e 11529 a 11535, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 11509/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.486/2013-7 [Apenso: TC 042.210/2012-7]

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Adjair de Lima e Silva (026.083.161-15); Cleison Almeida Nunes (992.291.961-34); José Arcanjo Pereira Júnior (648.584.561-53); João Abrantes Sobrinho (318.739.521-04); Lusenilce de Carvalho e Cunha (360.850.141-04); Norberto Pereira da Luz (088.573.341-04); Sergio Skeff Cunha (634.744.763-00); Tecnoplan Consultoria e Assessoria Ltda (08.353.725/0001-75); Tenorio & Tenorio Ltda. (06.276.979/0001-01); W2r Empreendimentos Ltda. (10.231.608/0001-80); Zeli Fernandes Aguiar (251.140.421-49).

4. Entidade: Município de Palmas/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins - Secex/TO.

8. Representação legal: Antonio Ciro Bovo (OAB/TO 4.570); Ataul Corrêa Guimarães (OAB/TO 1.235); Carlos Gabino de Sousa Júnior (OAB/TO 4.590); Gustavo Bottos de Paula (OAB/TO 4.121-B); Marcos André Cordeiro dos Santos (OAB/TO 3.627); Odilon Dorval da Cunha Klein (OAB/TO 5.454); Sergio Skeff Cunha (OAB/TO 5.756); e Éric José Migani (OAB/TO 4.641).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório de Auditoria resultante da fiscalização realizada no Município de Palmas/TO, com o objetivo de verificar os indícios de irregularidades na execução do Convênio n. 752.801/2010, celebrado entre o referido Município e o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar as revelias dos Srs. Cleison Almeida Nunes e João Abrantes Sobrinho, bem como das empresas W2R Empreendimentos Ltda. e Tecnoplan Consultoria e Assessoria Ltda., para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo com arrimo no § 8º do art. 202 do Regimento Interno do TCU;

9.2. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Norberto Pereira da Luz, quanto à irregularidade descrita no subitem 9.2.1.1 do Acórdão 5.947/2013 - 2ª Câmara, e pelos Srs. José Arcanjo Pereira Júnior, Zeli Fernandes Aguiar e João Abrantes Sobrinho, no tocante à irregularidade descrita no subitem 9.2.3.1 do Acórdão 5.947/2013 - 2ª Câmara;

9.3. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. José Arcanjo Pereira Júnior e pelas empresas W2R Empreendimentos Ltda., Tecnoplan Consultoria e Assessoria Ltda., e Tenório & Tenório Ltda., no tocante às irregularidades descritas aos subitens 9.2.2.1, 9.2.4.1 e 9.2.5.1 do Acórdão 5.947/2013 - 2ª Câmara;

9.4. acolher as razões de justificativas apresentadas por Sérgio Skeff Cunha e Adjair de Lima e Silva;

9.5. rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. José Arcanjo Pereira Júnior, quanto às irregularidades descritas aos subitens 9.3 .1.2, 9.3.1.3 e 9.3.1.4 do Acórdão 5.947/2013 - 2ª Câmara;

9.6. julgar irregulares as contas do Sr. José Arcanjo Pereira Júnior e das empresas W2R Empreendimentos Ltda., Tecnoplan Consultoria e Assessoria Ltda. e Tenório & Tenório Ltda., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei 8.443/1992, condenando-os, com base no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, ao pagamento das quantias descritas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir das respectivas datas até o dia da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento dos débitos aos cofres das entidades federais indicadas, nos termos do art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU:

9.6.1 Sr. José Arcanjo Pereira Júnior e empresa W2R Empreendimentos Ltda. (subitem 9.2.4.1 do Acórdão 5.947/2013-2ª Câmara):

Valor (R$)	Data
6.652,00	09/12/2011

9.6.2. Sr. José Arcanjo Pereira Júnior e empresa Tecnoplan Consultoria e Assessoria Ltda. (subitem 9.2.5.1 do Acórdão 5947/2013-2ª Câmara):

Valor (R$)	Data
35.000,00	22/12/2011

9.6.3. Sr. José Arcanjo Pereira Júnior e empresa Tenório & Tenório Ltda. (subitem 9.2.1.1 do Acórdão 5947/2013-2ª Câmara):

Valor (R$)	Datas
15.450,00	14/10/2011

9.7. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, individualmente, ao Sr. José Arcanjo Pereira Júnior, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), e às empresas Tecnoplan Consultoria e Assessoria Ltda., Tenório & Tenório Ltda. e W2R Empreendimentos Ltda., nos valores, respectivamente, de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), R$ 3.000,00 (três mil reais), e R$ 1.000,00 (um mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, caso pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. aplicar a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 ao Sr. José Arcanjo Pereira Júnior, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, caso paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.9. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 271, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.10. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.11. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Tocantins, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11509-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11510/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.617/2015-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Agência Nacional de Comercialização - ARCO/BR (CNPJ 04.853.512/0001-51) e Natalino Cassaro (CPF 379.869.107-04).

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Comercialização - ARCO/BR (CNPJ 04.853.512/0001-51), vinculada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), hoje Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), em desfavor do Sr. Natalino Cassaro e da Agência Nacional de Comercialização (ARCO/BR), em razão da omissão no dever de prestar contas do Contrato de Repasse 166.464-06/2004 (Siafi 507.846), celebrado entre a ARCO/BR e a União, por intermédio do MDA, que teve por objeto "a transferência de recursos financeiros da União para a execução, no âmbito do PRONAF, de capacitação de agricultores familiares",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis o Sr. Natalino Cassaro e a Agência Nacional de Comercialização (ARCO/BR), nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 8.443/1992 c/c o § 8º do art. 202 do Regimento Interno do TCU;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Natalino Cassaro e da Agência Nacional de Comercialização (ARCO/BR), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "b", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do RITCU, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora devidos, calculados desde as datas discriminadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
750.255,00 D	30/7/2004
506.104,01 C	22/4/2009

9.3. aplicar ao Sr. Natalino Cassaro e à Agência Nacional de Comercialização (ARCO/BR) a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c o artigo 267 do Regimento Interno do TCU, nos valores individuais de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma da legislação em vigor;

9.5. remeter cópia desta deliberação, com fundamento no art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, para a adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11510-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11511/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.009/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Célia de Morais Marques (CPF 363.561.151-49) e Aja Representações Ltda. (CNPJ 26.901.264/0001-00).

4. Unidade: Município de Guaraíta/GO.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).

8. Representação legal: Divino Inácio da Silva Júnior - OAB/GO 30.583 (peça 12).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor da Sra. Célia de Morais Marques, prefeita do município de Guaraíta/GO na gestão 2005-2008, em razão da impugnação total das despesas do Convênio 478/2008 - Siafi 629802/Siconv 540012572008004 78, visando à realização do evento "Festa de Rodeio Show", conforme Plano de Trabalho aprovado anexo ao Termo do Convênio,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a empresa Aja Representações Ltda. (CNPJ 26.901.264/0001-00), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Célia de Morais Marques, prefeita do município de Guaraíta/GO na gestão 2005-2008, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, condenando-a, solidariamente com a empresa Aja Representações Ltda. (CNPJ 26.901.264/0001-00), ao pagamento da quantia abaixo especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir da data discriminada até o dia do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
100.000,00	12/8/2008

9.3. aplicar à Sra. Célia de Morais Marques e à empresa Aja Representações Ltda. (CNPJ 26.901.264/0001-00), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), fixando o prazo de 15 dias, a partir das notificações, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, caso não atendida a notificação;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, ao Ministério do Turismo, aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Goiás, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11511-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11512/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.633/2014-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria de Fátima da Costa Dezan (520.550.607-59).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria de Maria de Fátima da Costa Dezan no Tribunal Superior do Trabalho,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria a Maria de Fátima da Costa Dezan, recusando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar a reposição das quantias indevidamente recebidas de boa-fé até a data da notificação desta deliberação ao Tribunal Superior do Trabalho;

9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, no prazo de quinze dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de trinta dias, comprovante da data em que a interessada tomou ciência desta decisão;

9.3.4. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11512-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 11513/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.880/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (03.353.358/0001-96).

3.2. Responsável: Mário Cezar Sobral Martins (057.793.162-87).

3.3. Recorrente: Mário Cezar Sobral Martins (057.793.162-87).

4. Órgão/Entidade: Município de São João do Araguaia - PA.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Felix Antônio Costa de Oliveira (8.201-A/OAB-PA) e outros, representando Mário Cezar Sobral Martins.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Mário Cezar Sobral Martins contra o Acórdão 988/2015-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para diminuir o valor total do débito ao montante de R$ 38.290,00 (valor original), relativo à parcela do objeto não executada no Convênio 97/1999;

9.2. dar ciência ao responsável desta decisão, bem como ao Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11513-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11514/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.660/2015-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Itamar Barbosa Monteiro (296.016.141-68).

4. Órgão: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a ato de concessão de aposentadoria emitido pela Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal, em favor do ex-servidor Itamar Barbosa Monteiro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e art. 262 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria do Sr. Itamar Barbosa Monteiro, em razão da averbação irregular de tempo de atividade rural sem o recolhimento das devidas contribuições previdenciárias, negando-se o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data em que o interessado entregou ao Senado Federal a declaração considerada falsa pelo INSS, vez que, nesse momento, possivelmente restou configurada sua evidente má-fé, a ser confirmada após processo administrativo específico, no recebimento de parcelas originárias do tempo rural ora considerado irregular, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal que:

9.3.1. instaure os competentes processos administrativos, com oferecimento do contraditório, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, para:

9.3.1.1. apurar os valores recebidos indevidamente pelo interessado, desde a data em que o mesmo entregou ao Senado Federal a declaração considerada falsa pelo INSS, que supostamente comprovaria o recolhimento das respectivas contribuições previdenciárias relativas a tempo rural incorporado pelo ex-servidor naquele órgão, e promover, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, o ressarcimento ao erário, considerando-se não mais haver, a priori, no caso concreto, a presunção de boa-fé na percepção de vantagens decorrentes da mencionada incorporação de tempo rural, a partir da referida data de entrega de declaração falsa;

9.3.1.2. apurar a existência de outros casos similares ao analisado neste processo, adotando as providências de sua alçada para regularizar as situações irregulares eventualmente identificadas, franqueando previamente aos interessados o direito ao contraditório;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado e encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o aposentado teve conhecimento do acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.3.3. faça cessar, a partir da ciência do presente acórdão, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.4. oriente o Sr. Itamar Barbosa Monteiro que ele poderá adotar uma das seguintes opções:

9.3.4.1. comprovar o recolhimento previdenciário do tempo rural averbado (recolhido à época própria ou, posteriormente, de forma indenizada) e solicitar nova aposentadoria;

9.3.4.2. requerer nova aposentadoria, com proventos proporcionais a 24/35, com fulcro no art. 40, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal,;

9.3.4.3. retornar imediatamente à atividade para completar o tempo necessário à aposentadoria compulsória com proventos proporcionais a 27/35, conforme as regras vigentes;

9.3.5. no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, informe a este Tribunal sobre as providências adotadas em cumprimento às determinações descritas no subitem 9.3.1, incluindo os respectivos resultados;

9.4. alertar a Secretaria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Controle Interno do Senado Federal de que o descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos na Instrução Normativa 55/2007, conforme verificado nos presentes autos, quanto ao envio de atos de admissão e concessões para apreciação deste Tribunal, poderá sujeitar ao responsável às sanções previstas na Lei 8.443/1992.

9.5. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à unidade jurisdicionada e ao Procurador-chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal;

9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11514-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11515/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.945/2014-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Osvaldo Jose Correa (306.022.469-20).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Osvaldo Jose Correa, recusando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo a que se refere o item 9.1 acima até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que o inativo referido no item 9.1 tomou conhecimento do acórdão;

9.3.4. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11515-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11516/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.171/2012-7.

1.1. Apenso: 013.651/2012-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Feempi - Federação das Entidades Estaduais das Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia (05.521.010/0001-96).

3.2. Responsáveis: Carmelita Almeida Barbosa (271.196.701-82); Lima & Paiva Ltda. - ME (02.971.735/0001-98); Maria do Socorro Pinheiro Lima (060.845.322-68); Raniery Araújo Coelho (597.497.501-44).

4. Órgão/Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de Rondônia (Sesc/RO).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex/RO).

8. Representação legal:

8.1. Luiz Carlos Braga de Figueiredo (16.010/OAB-DF), Breno Luiz Moreira Braga de Figueiredo (26.291/OAB-DF) e outros, representando Raniery Araújo Coelho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelo Diretor-Presidente da Federação das Entidades Estaduais das Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia (Feempi) sobre irregularidades na contratação de empregados e na realização de procedimentos licitatórios no Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de Rondônia (Sesc/RO).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU (RITCU), conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Raniery Araújo Coelho (597.497.501-44), e pelas Sras. Carmelita Almeida Barbosa (271.196.701-82) e Maria do Socorro Pinheiro Lima (060.845.322-68);

9.3. em consequência ao disposto no subitem precedente:

9.3.1. com fulcro no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, c/c art. 268, II, do Regimento Interno do TCU (RITCU), aplicar multa ao Sr. Raniery Araújo Coelho (597.497.501-44) no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.3.2. determinar ao Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de Rondônia (Sesc/RO) que:

9.3.2.1. no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência deste Acórdão, adote as providências necessárias com vistas à regularização das situações dos seguintes empregados:

9.3.2.1.1. Sra. Carmelita Almeida Barbosa (271.196.701-82), ocupante de cargo comissionado de Gerente de Unidade I, Classe IV, no Senac/RO, e companheira do Sr. José Ramalho de Lima, ocupante do cargo de 1º Diretor Tesoureiro da Federação do Comércio em Rondônia (Fecomércio/RO), o que contraria os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade e da moralidade (art. 37, *caput*, da CF), bem assim a jurisprudência do Tribunal de Contas da União;

9.3.2.1.2. Sra. Maria do Socorro Pinheiro Lima (060.845.322-68), ocupante de cargo comissionado de Consultora da Presidência, no Senac/RO, e casada com o Sr. Osmar Santana Lima, suplência de Delegado representante da Fecomércio/RO junto à Confederação Nacional do Comércio (CNC), o que contraria os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade e da moralidade (art. 37, *caput*, da CF), bem assim a jurisprudência do Tribunal de Contas da União;

9.3.2.2. abstenha-se de prorrogar para além de 1º/1/2017 o Contrato RO-2013-CS-001, decorrente do Pregão Presencial 12/0031-PG, firmado com a empresa Lima & Paiva Ltda. - ME (02.971.735/0001-98), e promova o competente procedimento licitatório para os serviços objeto do aludido ajuste, escoimado dos vícios que, apontados neste processo, macularam o referido certame;

9.3.2.3 abstenha-se de firmar contratos com empresas que detenham em seus quadros societários cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Presidente, ou dos membros, efetivos e suplentes, do Conselho Nacional e do Conselho Fiscal ou dos Conselhos Regionais do Sesc ou do Senac, bem como de dirigentes de entidades sindicais ou civis, do comércio, patronais ou de empregados, em razão de tal prática possibilitar o surgimento de conflito de interesses e representar infração aos princípios consubstanciados no art. 37 da Constituição Federal, especialmente os da moralidade, da impessoalidade e da isonomia;

9.4. com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, autorizar a cobrança judicial da multa de que trata o item 9.3.1, caso não atendida a notificação;

9.5. dar ciência da presente deliberação aos responsáveis, ao Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de Rondônia (Sesc/RO) e ao repersentante;

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11516-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11517/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.566/2013-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Antonio Ernane Cacique de New York (001.586.073-68).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que é apreciado ato de concessão de aposentadoria no interesse de Antonio Ernane Cacique de New York,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92; e 260, §§ 1º, do Regimento Interno/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial de aposentadoria do Sr. Antonio Ernane Cacique de New York (peça 17), recusando o respectivo registro;

9.2. dispensar, relativamente ao ato considerado ilegal, o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, até a data da notificação desta deliberação ao Órgão concedente, consoante o disposto na Súmula nº 106 da Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao interessado e ao Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do comprovante da data da efetiva notificação do interessado;

9.4. orientar o Sr. Antonio Ernane Cacique de New York que poderá:

9.4.1. recolher indenização previdenciária relativa a, pelo menos, 3 anos, 9 meses e 16 idas, de tempo de serviço de advocacia para manter-se aposentado nos termos do art. 93, inciso VI, da Constituição Federal;

9.4.2. solicitar nova aposentadoria, com proventos proporcionais, com fundamento no art. 40, parágrafo primeiro, inciso III, alínea b, da Constituição Federal.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11517-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11518/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.946/2016-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Nomeriano Ferreira Martins (CPF 317.859.644-53).

4. Entidade: Município de Águas Belas/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex/RS).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Nomeriano Ferreira Martins, ex-prefeito de Águas Belas/PE (gestões: 2001-2004 e 2005-2008), diante da impugnação parcial de despesas realizadas com os recursos repassados ao aludido município, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), no exercício de 2003;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Nomeriano Ferreira Martins, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Nomeriano Ferreira Martins, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor (R$)	Data
21.741,22	1º/4/2003
22.931,22	30/4/2003
23.209,70	2/9/2003
23.209,70	3/10/2003

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida constante deste Acórdão, caso não atendida a notificação; e

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11518-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11519/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.829/2016-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Carlos Roberto Braga Carneiro (CPF 353.594.047-87); Jacira Ferreira Vieira (CPF 422.752.962-04); Maria de Lourdes Cardoso Soares Cantarelli (CPF 116.405.701-44).

4. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias deferidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos iniciais de aposentadoria em favor de Carlos Roberto Braga Carneiro (à Peça nº 2, sob o nº de controle: 10601805-04-2014-000081-8), Jacira Ferreira Vieira (à Peça nº 3, sob o nº de controle: 10601805-04-2014-000021-4) e Maria de Lourdes Cardoso Soares Cantarelli (à Peça nº 4, sob o nº de controle: 10601805-04-2014-000095-8), negando-lhes os respectivos registros;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, nos termos da Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, alertando para o fato de que a autoridade administrativa omissa está sujeita à responsabilidade solidária pelo débito, nos termos do art. 262, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados indicados no item 9.1 deste Acórdão, no prazo de 15

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(quinze) contados da ciência deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do aludido recurso;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Acórdão, o comprovante de que os interessados indicados no item 9.1 deste Acórdão tomaram conhecimento da presente deliberação;

9.4. orientar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama no sentido de que, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, os atos considerados ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos, livres da irregularidade indicada nesta deliberação, para que sejam submetidos à apreciação do TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.5. determinar à Sefip que promova o monitoramento das determinações contidas nos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão, representando ao TCU, caso isso se mostre necessário; e

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11519-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11520/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.088/2016-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria José Morem Schmitt (CPF 296.487.180-91).

4. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido estes autos de aposentadoria deferida pela Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato inicial de aposentadoria em favor de Maria José Morem Schmitt (à Peça nº 2, sob o nº de controle: 10714952-04-2012-000198-9), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, nos termos da Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar à Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, alertando para o fato de que a autoridade administrativa omissa está sujeita à responsabilidade solidária pelo débito, nos termos do art. 262, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada indicada no item 9.1 deste Acórdão, no prazo de 15 (quinze) contados da ciência deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do aludido recurso;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Acórdão, o comprovante de que a interessada indicada no item 9.1 deste Acórdão tomou conhecimento da presente deliberação;

9.4. orientar a Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica no sentido de que, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o ato considerado ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato, livre da irregularidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação do TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.5. determinar à Sefip que promova o monitoramento das determinações contidas nos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão, representando ao TCU, caso isso se mostre necessário; e

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11520-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11521/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.511/2016-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Paulo Antonio Batista dos Santos (CPF 120.527.361-15).

4. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, III, da Constituição de 1988 e nos arts. 1º, V, 39, I e II, e 45 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Paulo Antônio Batista dos Santos (à Peça nº 2, sob o nº de controle 10714952-04-2015-000011-5), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, nos termos da Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, alertando para o fato de que a autoridade administrativa omissa está sujeita à responsabilidade solidária pelo débito, nos termos do art. 262, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado indicado no item 9.1 deste Acórdão, no prazo de 15 (quinze) contados da ciência deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do aludido recurso;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Acórdão, o comprovante de que o interessado indicado no item 9.1 deste Acórdão tomou conhecimento da presente deliberação;

9.4. orientar a Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica no sentido de que, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o ato considerado ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato, livre da irregularidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação do TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.5. determinar à Sefip que promova o monitoramento das determinações contidas nos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão, representando ao TCU, caso isso se mostre necessário; e

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11521-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11522/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.585/2013-5.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Roberval Teixeira Ruiz (CPF 041.383.682-72); Sebastião da Silva Reis (CPF 240.042.602-30); Washington de Oliveira Viegas (CPF 001.379.603-87).

3.2. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Companhia Docas do Maranhão.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHidroferrovia).

8. Representação legal:

8.1. Maria Augusta Alves Pereira (3913/OAB-MA) e outros, representando a Companhia Docas do Maranhão.

8.2. Luís Augusto Medeiros Najar Fernandez, representando o Ministério dos Transportes - MT.

8.3. Getúlio Humberto Barbosa de Sá (12224/OAB-DF) e outros, representando a Petcon Construção e Gerenciamento Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Exmo. Sr. Deputado Federal Marcos Rogério da Silva Brito sobre irregularidades detectadas junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e à Companhia Docas do Maranhão (Codomar) no que concerne à contratação de empresas para a elaboração de projetos e a execução de dragagem na hidrovia do rio Madeira no ano de 2013;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, com fulcro nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU (RITCU), para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o pleito formulado pelo Dnit à Peça nº 128, sem prejuízo do atendimento ao item 9.9 deste Acórdão;

9.3. acolher as razões de justificativas apresentadas pela Sra. Alessandra de Jesus Lopes, promovendo a exclusão da sua responsabilidade nestes autos;

9.4. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Sebastião da Silva Reis para a falha indicada no item 1.8.2.1.1.2 do Acórdão 1.393/2014-2ª Câmara;

9.5. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Sebastião da Silva Reis, sobretudo quanto à irregularidade indicada no item 1.8.2.1.1.1 do Acórdão 1.393/2014-2ª Câmara, e as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Washington de Oliveira Viegas e Roberto Teixeira Ruiz, para lhes aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, nos valores de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), R$ 30.000,00 (trinta mil reais) e R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.6. determinar o desconto das dívidas constantes deste Acórdão na remuneração dos aludidos servidores, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 46 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

9.7. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.9. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe a este Tribunal as medidas adotadas para a instauração da tomada de contas especial referente ao Convênio nº 7/2008-DAQ/DNIT, encaminhando as informações e os documentos comprobatórios de que o dano apurado no Contrato nº 5/2013-Ahimoc está devidamente contemplado na correspondente análise;

9.10. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), ao Exmo. Sr. Deputado Federal Marcos Rogério da Silva Brito e à empresa Petcon Construção e Gerenciamento Ltda.; e

9.11. apensar, oportunamente, os presentes autos ao processo de tomada de contas especial que vier a ser autuado no âmbito do TCU a partir do cumprimento do item 9.9 deste Acórdão.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11522-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11523/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.018/2014-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Raimundo Nonato Batista de Souza (CPF 284.764.681-72).

4. Entidade: Município de Tabatinga/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal:

8.1. Ademar Lins Vitório Filho (OAB/AM 5.269) e outros, representando Raimundo Nonato Batista de Souza.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) em desfavor do Sr. Raimundo Nonato Batista de Souza, ex-prefeito de Tabatinga/AM (gestões: 1997/2000 e 2001/2004), diante da impugnação parcial das despesas realizadas com os recursos federais do Convênio nº 43/2000 destinado à construção de terminal de passageiros, cargas e entreposto de pescado, equipado com 1 grupo gerador, 1 fábrica de gelo com capacidade para 5 toneladas/dia e 3 câmaras frigoríficas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Raimundo Nonato Batista de Souza, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Raimundo Nonato Batista de Souza, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento da importância de R$ 150.283,73 (cento e cinquenta mil duzentos e oitenta e três reais e setenta e três reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, desde 20/7/2001 até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida dívida aos cofres da Superintendência da Zona Franca de Manaus, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

9.3. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida constante deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendida a notificação; e

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11523-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11524/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 000.976/2015-6

2. Grupo I, Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessado: TCU

4. Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo; Município de Belém de Maria/PE

4.1. Recorrente: Wilson de Lima e Silva (CPF: 033.066.434-40), ex-prefeito

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luiz de Carvalho

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: André Luiz Lins de Carvalho (OAB/PE 17.183), Rivadávia Brayner Castro Rangel (OAB/PE 13.091) e outro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso em reconsideração em tomada de contas especial interposto contra os termos do Acórdão 10.049/2015-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com fundamento no artigo 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Juízo da 26ª Vara Federal de Pernambuco (Processo 19208.2013.4.05.8307) e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11524-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11525/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.645/2014-9

2. Grupo I - Classe I - Embargos de Declaração (Recursos de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes/Interessado:

3.1. Responsáveis: Conselho Indígena de Roraima (CNPJ 34.807.578/0001-76), Marinaldo Justino Trajano (CPF 201.111.932-49) e Dionito José de Souza (CPF 755.066.702-06)

3.2. Recorrentes: Conselho Indígena de Roraima (CNPJ 34.807.578/0001-76) e Dionito José de Souza (CPF 755.066.702-06)

3.3. Interessado: Ministério da Cultura

4. Órgão/Entidade: Conselho Indígena de Roraima (CNPJ 34.807.578/0001-76)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da decisão recorrida: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos

8. Advogados constituídos nos autos: Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF nº 12.652), Claudismar Zupiroli (OAB/DF nº 12.250) e Maria Abadia Alves (OAB/DF nº 13.363).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Embargos de Declaração opostos pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) e por Dionito José de Souza, por intermédio dos quais embargam o Acórdão nº 8055/2016-TCU-2ª Câmara, que decidiu pelo provimento parcial dos Recursos de Reconsideração interpostos contra o Acórdão nº 2679/2015-TCU-2ª Câmara, que, em relação aos ora recorrentes, julgou suas contas irregulares, com condenação solidária em débito e aplicação de multa individual fundamentada no art. 57 da Lei nº 8.443/1992,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, dos Embargos de Declaração opostos pelo Conselho Indígena de Roraima e pelo Sr. Dionito José de Souza para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterado o Acórdão nº 8055/2016-TCU-2ª Câmara;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos embargantes, ao Ministério da Cultura e à Procuradoria da República em Roraima.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11525-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11526/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.437/2016-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (03.353.358/0001-96)

3.2. Responsável: Paulo Rogério Bagatini Portella (325.157.150-87).

4. Órgãos/Entidades: Ministério da Integração Nacional (vinculador); Prefeitura Municipal de Ibirapuitã - RS.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

8. Representação legal: Karina Dipp, OAB/RS 77.702.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência da não aprovação da prestação de contas final dos Convênios 230/2001 e 482/2001, celebrados entre o Ministério da Integração Nacional e a Prefeitura Municipal de Ibirapuitã/RS, tendo por objeto o primeiro a recuperação de bueiros e pontes e o segundo a recuperação do sistema viário.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei e os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

do Regimento Interno, julgar irregulares as contas do Sr. Paulo Rogério Bagatini Portella (CPF 325.157.150-87), ex-Prefeito Municipal de Ibirapuitã (RS), condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, o valores eventualmente ressarcidos:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
10.000,00	27/12/2001
25.854,96	15/5/2002
398,12	1º/10/2002
393,05	1º/10/2002

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.3. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida do Sr. Paulo Rogério Bagatini Portella em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11526-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11527/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.468/2012-7.

1.1. Apenso: 017.231/2012-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Mato Grosso (CNPJ 26.989.350/0022-40).

3.2. Responsáveis: Alane Brisot (CPF 970.848.241-20); Elias Alves Cavalheiro (CPF 482.646.441-04); Genes Oliveira Rios (CPF 225.055.397-15); São Benedito Comércio e Serviços Ltda (CNPJ 01.831.795/0001-42);

3.3. Embargante: Genes Oliveira Rios (CPF 225.055.397-15).

4. Órgão/Entidade: Município de Castanheira - MT.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

8. Representação legal: Alexandre Herrera de Oliveira (OAB/MT 14.867) e outros, representando Genes Oliveira Rios; Luis Felipe Avila Prado (OAB/MT 7.910-A, OAB/RS 34.772), representando Alane Brisot, Elias Alves Cavalheiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Embargos de Declaração opostos por Genes Oliveira Rios, em face do Acórdão 4846/2016/TCU-2ª Câmara, que julgou Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão nº 1.017/2014/TCU-2ª Câmara, de relatoria da Ministra Ana Arraes.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos por Genes Oliveira Rios, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992 e no art. 287 do RI/TCU para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao embargante e aos demais interessados.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11527-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11529/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.256/2013-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I -Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas (00.043.711/0001-43); Secretaria Federal de Controle Interno.

3.2. Responsável: Adelmo Queiroz de Aquino (024.704.543-87).

3.3. Recorrente: Adelmo Queiroz de Aquino (024.704.543-87).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alto Santo - CE.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Adelmo Queiroz de Aquino, ex-Prefeito Municipal de Alto Santo/CE, em face do Acórdão nº 3.326/2014 - TCU - 2ª Câmara (peça 29), o qual julgou irregulares as presentes contas, condenando o Recorrente em débito e em multa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei nº 8.443/1992 e art. 285, caput, do RI/TCU, conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Adelmo Queiroz de Aquino (CPF 024.704.543-87), para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, a fim de alterar os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 3.326/2014 - 2ª Câmara, dando-lhes, por consequência, as seguintes redações:

"9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Adelmo Queiroz de Aquino, com fundamento no artigo 16, inciso III, alíneas "c" e "d", e no artigo 19, *caput*, da Lei n. 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias abaixo indicadas, descontando-se o crédito já efetuado, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU);

Valor original (R$) - débito	Data da ocorrência
226.250,00	27/3/2007
226.250,00	20/4/2007
226.250,00	20/4/2007
226.250,00	20/4/2007

Valor original (R$) - crédito	Data da ocorrência
69.866,39	18/6/2010

9.3. aplicar ao Sr. Adelmo Queiroz de Aquino a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;"

9.2. dar ciência do presente acórdão, encaminhando-o acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, ao Recorrente, ao Dnocs, à Procuradoria da República no Estado do Ceará e aos demais aos órgãos/entidades interessados.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11529-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11530/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.196/2016-4

2. Grupo I - Classe de assunto V - Concessão de Aposentadoria

3. Interessada: Geneide Maria Moreira de Lima (CPF 098.016.261-00)

4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal

8. Advogado constituído nos autos: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão inicial de aposentadoria de servidora inativa vinculada à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c art. 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Geneide Maria Moreira de Lima (peça 2) e recusar-lhe o registro;

9.2 aplicar a orientação fixada na Súmula TCU nº 106, no sentido de dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, pela interessada, até a data da ciência, pelo Órgão de origem, do presente acórdão;

9.3 determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba que:

9.3.1 nos termos do art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, o pagamento da parcela ora impugnada referente ao ato de aposentadoria da Srª Geneide Maria Moreira de Lima, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2 dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Srª Geneide Maria Moreira de Lima, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópias do comprovante da data da efetiva notificação;

9.4 orientar a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, no sentido de que a concessão ora considerada ilegal poderá prosperar, caso seja emitido novo ato escoimado da irregularidade verificada, a ser cadastrado no Sistema Sisac no prazo fixado no art. 7º da IN-TCU nº 55/2007;

9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore a implementação das medidas determinadas no item 9.3, representando a este Tribunal, caso necessário;

9.6 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11530-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11531/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.333/2014-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (03.112.386/0001-11); Ministério da Saúde (vinculador)

3.2. Responsáveis: João Batista Calabresi Villa (863.909.378-49); Marcos Henrique Machado (424.438.301-87); Secretaria de Estado de Saúde em Mato Grosso (03.507.415/0002-25).

4. Órgão: Secretaria de Estado de Saúde em Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

8. Representação legal:

8.1. Representação legal do Estado de Mato Grosso: Alexandre Apolonio Callejas, Subprocurador-Geral do Estado perante os Tribunais Superiores;

8.2. Representação legal de João Batista Calabresi Villa: Ronan de Oliveira Souza (4099/OAB-MT);

8.3. Representação legal de Marcos Henrique Machado: Saulo Rondon Gahyva (13216/OAB-MT) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), tendo como responsáveis neste Tribunal os Srs. Marcos Henrique Machado e João Batista Calabresi Villa bem como a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, em razão do suposto não cumprimento do objeto do Convênio 42/2000 (Siafi 405976),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de tagColegado, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no princípio da independência das instâncias, indeferir o pedido do Sr. João Batista Calabresi Villa de suspensão e posterior arquivamento desta tomada de contas especial;

9.2. com fundamento no art. 162 do Regimento Interno do TCU, indeferir os pedidos formulados pelo Sr. Marcos Henrique Machado, ex-Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso, de depoimento pessoal e de oitiva de testemunhas, ressaltando-se, porém, que referidas provas poderiam ter sido produzidas pelo próprio interessado, desde que na forma disposta pelo citado art. 162 do Regimento Interno, ou seja, desde que tivessem sido reduzidas a termo e sua juntada tivesse sido requerida a esta Corte;

9.3. acolher as alegações de defesa dos Srs. Marcos Henrique Machado e João Batista Calabresi Villa;

9.4. fixar o prazo de 180 (cento e oitenta dias) para que o Estado de Mato Grosso não apenas adquira um novo aparelho (cromatógrafo a gás ou semelhante), capaz de atender ao Convênio nº 42/2000, mas, de fato, ponha em pleno funcionamento o Serviço de Pesquisa de Resíduos de Pesticidas em Alimentos no Setor de Toxicologia do Lacen/MT;

9.5. determinar à Secex/MT que acompanhe os fatos decorrentes desta deliberação e, vencido o prazo fixado no subitem anterior, com ou sem manifestação do Estado de Mato Grosso, submeta este processo ao relator, com proposta de mérito.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11531-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11532/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.868/2013-0.

1.1. Apenso: 001.627/2015-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU No Estado do Ceará (00.414.607/0006-22)

3.2. Responsáveis: Adelmo Queiroz de Aquino (024.704.543-87); Alberto Magno Ribeiro (812.397.504-04); Edilson Santiago de Oliveira (235.081.593-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alto Santo - CE.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Antônio Josafá Martins Mesquita (OAB/CE nº 19.683).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada por determinação dos itens 9.2.1, 9.2.4, 9.2.7 e 9.2.8 do Acórdão nº 1.197/2013 - TCU - 2ª Câmara, para apurar possíveis irregularidades na execução dos Convênios 160/2008, 1001/2008, 1013/2007 e 352/2007, celebrados entre o Município de Alto Santo/CE e a União (Ministério do Turismo),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos Srs. Adelmo Queiroz de Aquino (CPF: 024.704.543-87), ex-Prefeito do Município de Alto Santo/CE; Alberto Magno Ribeiro (CPF: 812.397.504-04); e Edilson Santiago de Oliveira (CPF: 235.081.593-53), ambos ex-Secretários de Finanças e de Administração do referido Município, e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas de ocorrência também abaixo discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Convênio 160/2008

Valor (R$)	Data
43.854,71	15/7/2008
21.888,72	22/7/2008
11.198,88	23/7/2008
34.796,52	25/7/2008
15.907,50	25/7/2008

Convênio 1001/2008:

Valor (R$)	Data
98.000,00	6/11/2008

Convênio 1013/2007:

Valor (R$)	Data
69.466,57	11/3/2008

Convênio 352/2007:

Valor (R$)	Data
142.337,65	20/12/2007

9.2. aplicar, individualmente, aos Srs. Adelmo Queiroz de Aquino (CPF: 024.704.543-87), Alberto Magno Ribeiro (CPF: 812.397.504-04) e Edilson Santiago de Oliveira (CPF: 235.081.593-53), a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), os recolhimentos das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.1 e 9.2 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar os Responsáveis que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. determinar à Secex/CE que inclua nas notificações para o pagamento dos valores mencionados nos itens 9.1 e 9.2 o disposto nos itens 9.3 e 9.4, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução n.º 170, de 30 de junho de 2004;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.7. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, com a informação de que a decisão está sujeita a Recurso de Reconsideração previsto no art. 285 do RI/TCU;

9.8. determinar à Secex-CE que, no que tange aos processos 030.868/2013-0, 030.874/2013-0, 030.877/2013-0 e 030.878/2013-6, dê ciência ao responsável, Sr. Adelmo Queiroz de Aquino, sobre o julgamento das Tomadas de Contas Especiais encaminhando uma notificação de cada vez, sucessivamente, com intervalo de 15 dias entre as notificações, considerando a ordem crescente da numeração processual.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11532-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11533/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.874/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU No Estado do Ceará (00.414.607/0006-22)

3.2. Responsáveis: Adelmo Queiroz de Aquino (024.704.543-87); Alberto Magno Ribeiro (812.397.504-04); Edilson Santiago de Oliveira (235.081.593-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alto Santo - CE.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Antônio Josafá Martins Mesquita (OAB/CE nº 19.683).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada por determinação dos itens 9.2.2 e 9.2.9 do Acórdão nº 1.197/2013 - TCU - 2ª Câmara, para apurar possíveis

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

irregularidades na execução dos Convênios 571/2006 e 5613/2005, celebrados entre o Fundo Nacional de Saúde e a Prefeitura Municipal de Alto Santo/CE,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos Srs. Adelmo Queiroz de Aquino (CPF: 024.704.543-87), ex-Prefeito do Município de Alto Santo/CE; Alberto Magno Ribeiro (CPF: 812.397.504-04); e Edilson Santiago de Oliveira (CPF: 235.081.593-53), ambos ex-Secretários de Finanças e de Administração do referido Município, e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas de ocorrência também abaixo discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Convênio 571/2006:

Valor (R$)	Data
11.139,18	19/6/2008
12.000,00	25/6/2008
47.084,00	27/6/2008
17.185,00	3/7/2008
13.060,00	28/10/2008

Convênio 5613/2005:

Valor (R$)	Data
96.224,00	30/8/2006

9.2. aplicar, individualmente, aos Srs. Adelmo Queiroz de Aquino (CPF: 024.704.543-87), Alberto Magno Ribeiro (CPF: 812.397.504-04) e Edilson Santiago de Oliveira (CPF: 235.081.593-53), a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), os recolhimentos das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.1 e 9.2 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar os Responsáveis que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. determinar à Secex/CE que inclua nas notificações para o pagamento dos valores mencionados nos itens 9.1 e 9.2 o disposto nos itens 9.3 e 9.4, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução n.º 170, de 30 de junho de 2004;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.7. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, com a informação de que a decisão está sujeita a Recurso de Reconsideração previsto no art. 285 do RI/TCU;

9.8. determinar à Secex-CE que, no que tange aos processos 030.868/2013-0, 030.874/2013-0, 030.877/2013-0 e 030.878/2013-6, dê ciência ao responsável, Sr. Adelmo Queiroz de Aquino, sobre o julgamento das TCEs encaminhando uma notificação de cada vez, sucessivamente, com intervalo de 15 dias entre as notificações, considerando a ordem crescente da numeração processual.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11533-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11534/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.877/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU No Estado do Ceará (00.414.607/0006-22)

3.2. Responsáveis: Adelmo Queiroz de Aquino (024.704.543-87); Alberto Magno Ribeiro (812.397.504-04); Edilson Santiago de Oliveira (235.081.593-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alto Santo - CE.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Antônio Josafá Martins Mesquita (OAB/CE nº 19.683).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada por força de determinações contidas nos itens 9.2.5 e 9.2.6 do Acórdão nº 1.197/2013 - TCU - 2ª Câmara, para apurar possíveis irregularidades na execução dos Convênios CV PGE nº 94/2005 e Convênio nº 0055/2006, celebrados com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos Srs. Adelmo Queiroz de Aquino (CPF: 024.704.543-87), ex-Prefeito do Município de Alto Santo/CE; Alberto Magno Ribeiro (CPF: 812.397.504-04); e Edilson Santiago de Oliveira (CPF: 235.081.593-53), ambos ex-Secretários de Finanças e de Administração do referido Município, e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas de ocorrência também abaixo discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Convênio CV PGE n.º 94/2005 (Siafi n.º 555568)

Cheque	Valor	Data
850002	57.818,66	3/7/2006
850001	82.977,86	4/7/2006
850003	137.938,00	5/7/2006
850004	26.810,00	7/7/2006
850005	37.806,00	19/7/2006
850006	59.308,00	21/7/2006
850007	41.291,66	2/8/2006
850008	40.000,00	4/8/2006
850009	37.987,62	28/8/2006
850010	149.239,55	30/8/2006
850011	30.000,00	1/9/2006
850012	55.345,07	11/9/2006
850013	40.480,67	14/9/2006
850014	18.000,00	19/9/2006
850017	28.064,00	21/9/2006
850018	13.000,00	22/9/2006
850019	17.800,00	26/9/2006
850020	23.776,00	5/10/2006
850021	26.085,36	1/11/2006
850022	65.453,10	23/11/2006
850024/25	25.859,90 Prejudicado. Não fornecido pelo Banco do Brasil S.A.	24/11/2006

9.2. aplicar, individualmente, aos Srs. Adelmo Queiroz de Aquino (CPF: 024.704.543-87), Alberto Magno Ribeiro (CPF: 812.397.504-04) e Edilson Santiago de Oliveira (CPF: 235.081.593-53), a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), os recolhimentos das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.1 e 9.2 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar os Responsáveis que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. determinar à Secex/CE que inclua nas notificações para o pagamento dos valores mencionados nos itens 9.1 e 9.2 o disposto nos itens 9.3 e 9.4, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução n.º 170, de 30 de junho de 2004;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.7. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, com a informação de que a decisão está sujeita a Recurso de Reconsideração previsto no art. 285 do RI/TCU;

9.8. determinar à Secex-CE que, no que tange aos processos 030.868/2013-0, 030.874/2013-0, 030.877/2013-0 e 030.878/2013-6, dê ciência ao responsável, Sr. Adelmo Queiroz de Aquino, sobre o julgamento das TCEs encaminhando uma notificação de cada vez, sucessivamente, com intervalo de 15 dias entre as notificações, considerando a ordem crescente da numeração processual.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11534-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11535/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.878/2013-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto:

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado do Ceará (00.414.607/0006-22)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.2. Responsáveis: Adelmo Queiroz de Aquino (024.704.543-87); Alberto Magno Ribeiro (812.397.504-04); Edilson Santiago de Oliveira (235.081.593-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alto Santo - CE.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Antônio Josafá Martins Mesquita (OAB/CE nº 19.683).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada por determinação contida no item 9.2.3 do Acórdão nº 1.197/2013 - TCU - 2ª Câmara, para apurar possíveis irregularidades na execução dos Convênios 0453/06, 1922/06, 0455/06, 318/05 e 2441/05, celebrados com a Fundação Nacional de Saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos Srs. Adelmo Queiroz de Aquino (CPF: 024.704.543-87), ex-Prefeito do Município de Alto Santo/CE; Alberto Magno Ribeiro (CPF: 812.397.504-04); e Edilson Santiago de Oliveira (CPF: 235.081.593-53), ambos ex-Secretários de Finanças e de Administração do referido Município, e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas de ocorrência também abaixo discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor (R$)	Data
70.000,00	14/8/2007
70.000,00	17/8/2007

9.2. aplicar, individualmente, aos Srs. Adelmo Queiroz de Aquino (CPF: 024.704.543-87), Alberto Magno Ribeiro (CPF: 812.397.504-04) e Edilson Santiago de Oliveira (CPF: 235.081.593-53), a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), os recolhimentos das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.1 e 9.2 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar os Responsáveis que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. determinar à Secex/CE que inclua nas notificações para o pagamento dos valores mencionados nos itens 9.1 e 9.2 o disposto nos itens 9.3 e 9.4, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução n.º 170, de 30 de junho de 2004;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.7. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, com a informação de que a decisão está sujeita a Recurso de Reconsideração previsto no art. 285 do RI/TCU;

9.8. determinar à Secex-CE que, no que tange aos processos 030.868/2013-0, 030.874/2013-0, 030.877/2013-0 e 030.878/2013-6, dê ciência ao responsável, Sr. Adelmo Queiroz de Aquino, sobre o julgamento das TCEs encaminhando uma notificação de cada vez, sucessivamente, com intervalo de 15 dias entre as notificações, considerando a ordem crescente da numeração processual.

10. Ata n° 38/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/10/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11535-38/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 28 minutos, o Ministro Augusto Nardes, na Presidência, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 3 de novembro de 2016.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

Defensoria Pública da União

PORTARIA Nº 755, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I e XIII da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 e com base no artigo 4º, inciso XXXIII, da Lei nº 13.332, de 1º de setembro de 2016, no artigo 43 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 e na Portaria nº 95/SOF/MP, de 8 de setembro de 2016, resolve:

Art.1º - Abrir crédito suplementar no valor de R$ 20.000,00 ao Orçamento da Defensoria Pública da União para atender a programação constante no Anexo I.

Art. 2º - Os recursos compensatórios necessários para a execução do disposto no Anexo I provêm do cancelamento de dotação conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ

ANEXO I

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União									
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União									
ANEXO I								Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2129	Prestação de Assistência Jurídica Gratuita pela Defensoria Pública da União							20.000
		Atividades							
03 122	2129 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							20.000
03 122	2129 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							20.000
			F	3	2	90	0	100	20.000
	TOTAL - FISCAL								20.000
	TOTAL - SEGURIDADE								0
	TOTAL - GERAL								20.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União									
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União									
ANEXO II								Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)								Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2129	Prestação de Assistência Jurídica Gratuita pela Defensoria Pública da União							20.000
		Projetos							
03 422	2129 15AK	Implantação de Unidades da Defensoria Pública da União							20.000
03 422	2129 15AK 0001	Implantação de Unidades da Defensoria Pública da União - Nacional							20.000
			F	3	2	90	0	100	20.000
	TOTAL - FISCAL								20.000
	TOTAL - SEGURIDADE								0
	TOTAL - GERAL								20.000

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 218, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no inciso VI do artigo 10 do anexo V, do Ato da Comissão Diretora nº 12/2014, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no item 24.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 073/2016, pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.010517/2016-26, aplica à empresa A GERADORA ALUGUEL DE MÁQUINAS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.845.322/0001-90, com endereço na Rua Rubens Guelli, Edifício Elvira Vidas Orge, sala 201 a 206, 2º andar, nº 68, Itaigara, Salvador - BA, CEP 41.815-135, penalidade de MULTA, no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), cumulada com a pena de impedimento de licitar e contratar por 30 (trinta) dias no âmbito da UNIÃO, pela não manutenção da proposta, em descumprimento ao item 7.5 do Edital do Pregão Eletrônico nº 073/2016.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

RESOLUÇÃO Nº 749, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Altera a especialidade de 5 (cinco) cargos vagos de Técnico Judiciário - Apoio Especializado, Operação de Computadores para Técnico Judiciário - Apoio Especializado, Programação de Sistemas.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 21 do seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7 da Resolução do TSE nº 22581/07 e tendo em vista o Processo Administrativo Digital (PAD) nº 11.848/2016;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, insculpido no art. 37 da Constituição Federal, resolve

Art. 1º Alterar a especialidade de 5 (cinco) cargos de Técnico Judiciário - Área de Atividade Apoio Especializado, Operação de Computadores, criados pela Lei 11.202/2005 e que se encontram vagos (quadro abaixo), para Técnico Judiciário - Área de Atividade Apoio Especializado, Programação de Sistemas.

VAGAS ABERTAS NO TRE/PR
TÉCNICO JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO OPERAÇÃO DE COMPUTADORES

Vaga	Lei	Cargo	Data de Vacância	Controle
266	11.202/05	Técnico Judiciário - Op Computadores	25.03.2014	1
253	11.202/05	Técnico Judiciário - Op Computadores	17.06.2014	1
267	11.202/05	Técnico Judiciário - Op Computadores	07.08.2014	1
264	11.202/05	Técnico Judiciário - Op Computadores	07.08.2014	1
258	11.202/05	Técnico Judiciário - Op Computadores	07.08.2014	1

Art. 2º. A alteração determinada nesta Resolução não acarretará aumento de despesas.
Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial de União.

Des. ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
PAULO AFONSO DA MOTTA RIBEIRO
IVO FACCENDA
LOURIVAL PEDRO CHEMIM
JOSAFÁ ANTONIO LEMES
NICOLAU KONKEL JUNIOR
ALESSANDRO JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA
Procurador Regional Eleitoral

Des. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 269, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

Fixa o valor das anuidades, emolumentos e multas devidas aos Conselhos Regionais de Biomedicina, para o exercício de 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA - CFBM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.684, de 03/09/79, alterada pela Lei nº. 7.017 de 30/08/1982, regulamentada pelo Decreto nº. 88.439/83, de 28/06/1983;

CONSIDERANDO, que é atribuição legal do Conselho Federal de Biomedicina, estabelecer o valor das anuidades, emolumentos e multas devidos pelos profissionais e empresas aos Conselhos Regionais a que estejam jurisdicionados;

CONSIDERANDO, o deliberado pelo E. Plenário do Conselho Federal em reunião realizada no dia 20 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º - Fixar o valor das anuidades - pessoas física e jurídica, bem como dos emolumentos e multas, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme disposições abaixo:

Art. 2º - O valor da anuidade devida pelas pessoas físicas, no exercício de 2017, com vencimento em 31/03/2017, é de:

a) Biomédicos - R$490,00 - (quatrocentos e noventa reais),

b) Tecnólogos da Área de Saúde - R$245,00 - (duzentos e quarenta e cinco reais),

c) Técnicos da Área de Saúde (2º Grau) - R$147,00 - (cento e quarenta e sete reais).

Parágrafo primeiro - O profissional Biomédico, a partir da colação de grau no primeiro ano de sua inscrição terá 50% (cinqüenta por cento) de desconto na anuidade e, a partir do segundo 2º (segundo) ano de inscrição sua anuidade será aquela atribuída pelo Conselho Regional de Biomedicina; (Art. 2º - Resolução CFBM nº 255, de 12 de junho de 2015 - DOU de 19/08/2015);

Parágrafo segundo - O profissional Biomédico, em pleno exercício de suas atividades, quando acometido de doenças consideradas graves e/ou outras que vierem a ser especificadas pelas leis brasileiras, entre as quais encontram-se estatuídas pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, poderá requerer junto ao respectivo Conselho Regional de Biomedicina o desconto de 90% (noventa por cento) e/ou a remissão da anuidade. (Art. 1º - Resolução CFBM nº 255, de 12 de junho de 2015 - DOU de 19/08/2015);

Parágrafo terceiro - O profissional Biomédico devidamente regularizado e em dia com suas obrigações e anuidades na data base para pagamento estabelecido pelo Conselho Regional de Biomedicina que não esteja respondendo a processo ético-disciplinar e com pagamento ininterrupto pelo período de 10 (dez) anos, terá desconto de 10% (dez por cento), com 20 (vinte) anos, o desconto é de 20% (vinte por cento), no pagamento da sua anuidade (art. 3º - Resolução CFBM nº 255, de 12 de junho de 2015 - DOU de 19/08/2015);

Parágrafo quarto - O biomédico com 65 (sessenta e cinco) anos de idade, em dia com suas obrigações e anuidades, que tenha contribuído de forma ininterrupta por 20 (vinte) anos, que não esteja respondendo a processo ético-disciplinar, fica remido do pagamento, assim, também, a mulher que preencher os mesmos requisitos e tiver completado 60 (sessenta) anos de idade (art. 4º - Resolução CFBM nº 255, de 12/06/2015 - DOU de 19/08/2015.)

Art. 3º - A anuidade de Pessoa Jurídica será devida em função do seu capital social registrado e terá os seguintes valores:

Faixas de Capital		Anuidade
Até	R$ 9.162,00	R$ 515,00
De R$ 9.162,01	Até R$ 50.000,00	R$ 642,00
De R$ 50.000,01	Até R$ 91.620,00	R$ 825,00
De R$ 91.620,01	Até R$ 458.100,00	R$1.071,00
Acima de R$458.100,01		R$1.390,00

Parágrafo Único: A anuidade das filiais é de 50% (cinqüenta por cento) do valor pago a esse título pela matriz, por estabelecimento.

Art. 4º - A anuidade dos Postos de Coleta, conforme Resolução CFBM nº. 123, de 16/06/2006, é de 20% (vinte por cento) do valor da anuidade do estabelecimento sede ou matriz, por unidade de coleta.

Art. 5º - O Pagamento da anuidade será efetuado ao Conselho Regional de Biomedicina - CRBM da respectiva região, nas seguintes datas:

Até 31/01/2017, em parcela única, com desconto de 10% (dez por cento), ou;

Até 27/02/2017, em parcela única, com desconto de 5% (cinco por cento), ou;

Até 31/03/2017, em parcela única, sem desconto.

Parágrafo Único: A anuidade também poderá ser quitada em até 5 (cinco) parcelas iguais e sucessivas, sem descontos, com vencimentos em 31/01, 27/02, 31/03, 28/04 e 31/05/2017.

Art. 6º - A anuidade ou parcela quitada fora dos prazos fixados nesta resolução será acrescida da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Art. 7º - Os emolumentos a serem arrecadados pelos Conselhos Regionais de Biomedicina, em razão da prestação de seus serviços, a partir de 1º de janeiro de 2017, são os abaixo especificados:

a)inscrição e/ou reingresso de pessoa física	R$ 94,00
b)inscrição e/ou reingresso de pessoa jurídica	R$191,00
c)expedição de 1ª ou 2ª via, ou substituição de carteira de identificação profissional (brochura)	R$ 94,00
d)expedição de 1ª ou 2ª via, ou substituição da carteira de identidade profissional (cartão plástico)	R$ 94,00
e)expedição da 1ª ou 2ª via ou substituição da cédula de identidade profissional	R$ 45,00
f) expedição de certidão ou certificado de registro	R$ 94,00
g)expedição de 2ª via de certificado de registro de responsabilidade técnica	R$ 94,00
h)taxa de transferência	R$ 94,00
i)taxa de expediente	R$ 94,00

Parágrafo primeiro: O pagamento da taxa de expediente somente será exigido quando não couber a cobrança de qualquer outro emolumento dos acima elencados.

Parágrafo segundo: As certidões obtidas "on line" ficam dispensadas da cobrança de qualquer taxa ou emolumento.

Art. 8º - Os Conselhos Regionais, nos convênios de arrecadação que firmarem com a rede bancária, ficam obrigados a incluir cláusula prevendo o repasse automático ao Conselho Federal de Biomedicina, da cota-parte prevista no art. 17 da Lei 6.684, de 03/09/79, alterada pela Lei nº. 7.017 de 30/08/82.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSE CECCHI
Presidente do CFBM

MAURICIO GOMES MEIRELLES
Secretário-Geral

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 776, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Homologação da nomeação da Diretoria Provisória da Seccional de Pelotas do CRESS da 10ª Região.

O Presidente do Conselho Federal de Serviço Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais; Considerando a previsão normativa da obrigatoriedade de escolha de uma Diretoria Provisória, através de Assembleia da Categoria, para gerir a Seccional, até a posse da Direção eleita, nos termos previsto pela alínea "c" do art. 13 da Consolidação das Resoluções do CFESS, regulamentada pela Resolução CFESS nº 582, de 1º de julho de 2010; Considerando que os membros da Diretoria Provisória da Seccional de Pelotas do CRESS da 10ª Região foram escolhidos regularmente e em conformidade com os procedimentos legais e normativos previstos à espécie, na Assembleia Extraordinária da Categoria realizada em 15 de setembro de 2016; Considerando a regularidade da documentação encaminhada pelo CRESS da 10ª Região, que comprova o cumprimento dos requisitos imprescindíveis, para conferir legalidade ao processo de escolha da Diretoria Provisória, produzindo efeitos jurídicos e de direito; Considerando ser de competência, exclusiva, do CFESS a homologação da nomeação da Diretoria Provisória de Seccional de Conselho Regional de Serviço Social, em conformidade com o estabelecido pelo parágrafo único do artigo 13, da Consolidação das Resoluções do CFESS; Considerando a necessidade, premente, que os membros da Diretoria Provisória possam gerir a Seccional de Pelotas do CRESS da 10ª Região e cumprir suas atribuições legais e regimentais; Considerando a aprovação da presente Resolução pelo Conselho Pleno do CFESS de 10 e 11 de outubro de 2016; resolve:

Art. 1º HOMOLOGAR e RATIFICAR a nomeação da Diretoria Provisória da Seccional de Pelotas do CRESS da 10ª Região, composta pelos seguintes assistentes sociais: IVONE DA SILVA SILVEIRA (CRESS nº 4152) - Coordenadora; JANAINA CHAGAS DOS SANTOS (CRESS nº 7845) - Secretária; IUMARA ANTUNES MOREIRA (CRESS nº 7747) - Tesoureira ; MARILUS FONSECA RODRIGUES (CRESS nº 4949) - Suplente;

Art. 2° Ficam convalidados, quanto à sua competência, todos os atos praticados pela Diretoria Provisória da Seccional de Pelotas do CRESS da 10ª Região, ficando sujeitos à eventual apreciação quanto ao cumprimento de procedimentos normativos e legais, bem como ao seu mérito.

Art. 3º A Diretoria Provisória dirigirá a Seccional de Pelotas do CRESS da 10ª Região a partir da sua posse, finalizando suas atribuições por ocasião da posse da gestão eleita para o triênio 2017/2020.

Art. 4º A Diretoria Provisória terá como incumbência precípua a realização do processo eleitoral para a Diretoria da Seccional de Pelotas do CRESS da 10ª Região, ficando investida de todos os poderes necessários para o cumprimento de suas atribuições e a prática de todos os atos previstos legal e regimentalmente, devendo executá-los fielmente, em conformidade com os princípios e normas em vigor.

Art. 5º A Prestação de Contas do mandato da Diretoria Provisória da Seccional de Pelotas do CRESS da 10ª Região será feita através de relatório circunstanciado e demonstrativo de valores e despesas, sendo encaminhado ao CRESS da 10ª Região e ao CFESS, nos termos das normas vigentes previstas à espécie.

Art. 6º Os membros da Diretoria Provisória serão responsáveis pelos atos praticados no decorrer de seu mandato.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Pleno do CFESS.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURÍLIO CASTRO DE MATOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

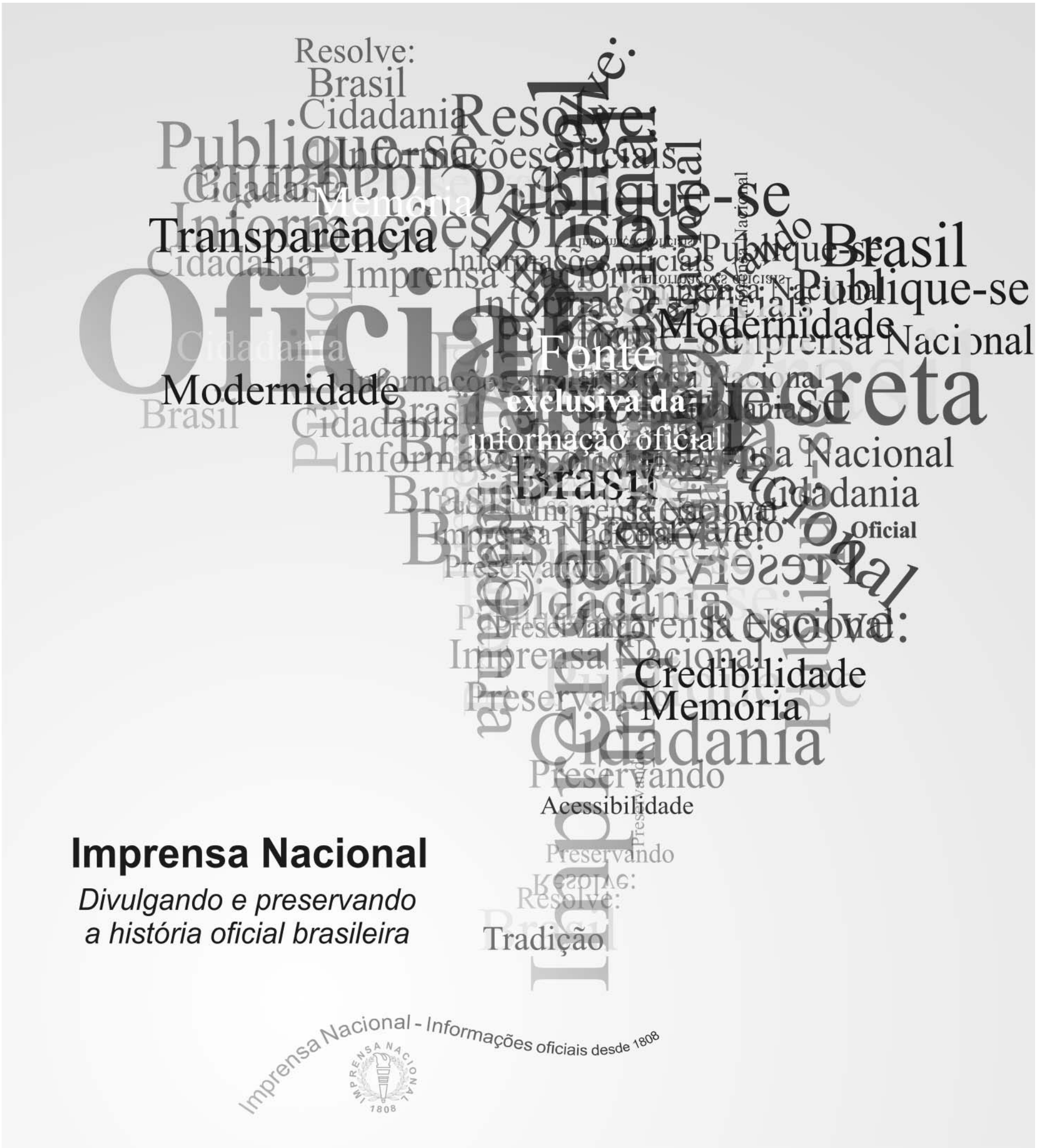
Diário Oficial da União Digital

O meio mais prático e econômico de acesso à informação oficial

O portal da Imprensa Nacional oferece:

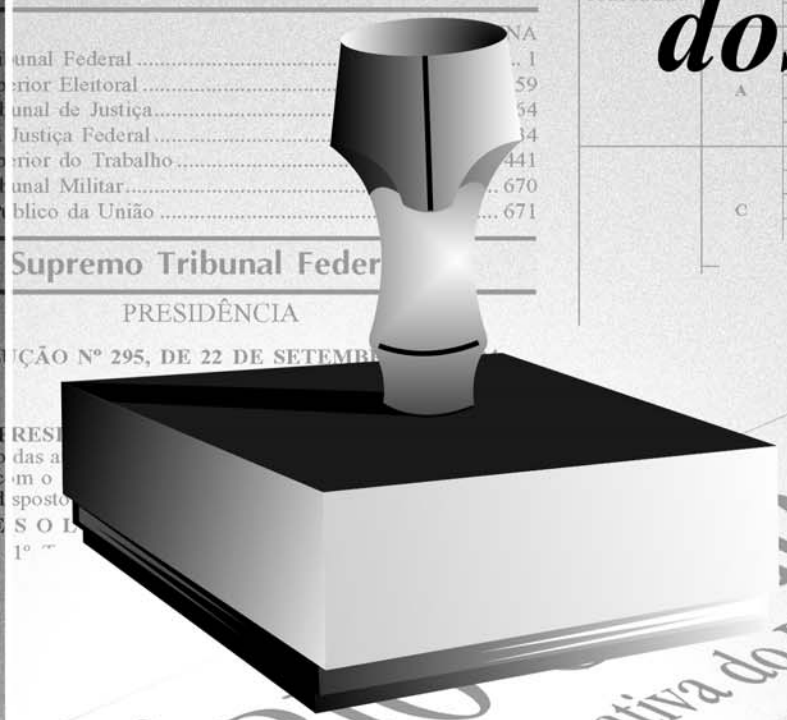
- Acesso à versão eletrônica do **DOU** de forma livre e gratuita
- Edições digitalizadas desde 1990, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital
- Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas
- Serviço **IN-Busca**, que realiza pesquisas programadas ao **DOU** e envia os resultados por mensagem eletrônica ao usuário na primeira hora da manhã
- Edições completas em PDF pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir das 6h, ou gratuitamente, das 14h às 23h59




Resolve:
Brasil
Cidadania
Publique-se
Informações oficiais
Memória
Transparência
Modernidade
Fonte
exclusiva da
informação oficial
Brasil
Oficial
Credibilidade
Memória
Acessibilidade
Tradição
Imprensa Nacional
Divulgando e preservando
a história oficial brasileira
Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.





A Imprensa Nacional

está trabalhando para aprimorar seu sistema de envio, publicação e faturamento de matérias

Nesse sentido, será realizado até o próximo dia 21/11 o recadastramento dos órgãos e entidades (origens) habilitadas a transmitir matérias para publicação no Diário Oficial da União. Transcorrido esse prazo, as origens não recadastradas estarão sujeitas a restrições no envio de matérias pelo Sistema INCom.

Evite transtornos. Acesse já o formulário eletrônico de recadastramento por meio do INCom e atualize os dados. O procedimento é simples, rápido e necessário para que a Imprensa Nacional disponibilize em breve novas ferramentas e funcionalidades para você usuário.

Em caso de dúvidas, acesse o tutorial de ajuda do formulário ou entre em contato com a Central de Atendimento pelo telefone (61) 3441-9450 ou pelo e-mail incom@in.gov.br.
Contamos com a sua colaboração!

www.in.gov.br

IMPRENSA NACIONAL 1808 Informações Oficiais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016110700128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.